



# **MATANDO A FOME DE LAZER**

---

## **"LÁ NO MEU SETOR"**

**PRÁTICAS E SOCIABILIDADES  
NA PERIFERIA DE BELÉM (PA)**

**FLAVIO HENRIQUE SOUZA LOBATO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



**FLAVIO HENRIQUE SOUZA LOBATO**

**MATANDO A FOME DE LAZER “LÁ NO MEU SETOR”:  
PRÁTICAS E SOCIABILIDADES NA PERIFERIA DE BELÉM (PA)**

**BELÉM-PA  
2021**

**FLAVIO HENRIQUE SOUZA LOBATO**

**MATANDO A FOME DE LAZER “LÁ NO MEU SETOR”:  
PRÁTICAS E SOCIABILIDADES NA PERIFERIA DE BELÉM (PA)**

Trabalho apresentado à banca de defesa de dissertação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia

**BELÉM-PA  
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

L796m Lobato, Flavio Henrique Souza.  
Matando a fome de lazer “lá no meu setor”: práticas e sociabilidades  
na periferia de Belém (PA) / Flavio Henrique Souza Lobato. — 2021.  
243 f. : il. color.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de  
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2021.

1. Lazer. 2. Sociabilidade. 3. Belém (PA). 4. Periferia. 5.  
Comunidade Bom Jesus I. I. Título.

CDD 306.481209811

---

FLAVIO HENRIQUE SOUZA LOBATO

**MATANDO A FOME DE LAZER “LÁ NO MEU SETOR”:  
PRÁTICAS E SOCIABILIDADES NA PERIFERIA DE BELÉM (PA)**

Trabalho apresentado à banca de defesa de dissertação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia

Data de aprovação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_  
– Orientadora  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia**

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

\_\_\_\_\_  
– Examinador Interno  
**Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior**

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

\_\_\_\_\_  
– Examinadora Externa  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Voyner Ravena-Cañete**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA),  
Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia (NEAP)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

\_\_\_\_\_  
– Examinadora Externa  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christianne Luce Gomes**

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL),  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO)  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

*À memória de **Jean Reis**,  
o tio que me ensinou, em todos os dias e  
em todas as situações, a dar o melhor de mim.*

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por sempre me guiar, dar sossego, saúde, paz, calma e sapiência, sobretudo, nos momentos mais difíceis ao longo de minha trajetória.

À minha mãe, **Maria Olinda de Sousa**, pela vida e por me educar e fazer o possível e o impossível para que eu pudesse correr atrás dos meus sonhos.

Aos meus irmãos, **João Gilmar de Sousa** e **Leandro de Sousa Lobato**, pela irmandade, pelo amor, pela fraternidade e pelas brigas também.

À minha cunhada, **Marlene Rocha Alves**, por ter me concedido a maravilhosa sensação de ser tio.

À **Eloá** e ao **Enzo**, por serem o parque de diversão. Concedem-me inexplicáveis alegrias cotidianas.

Aos meus tios do coração, **Terezinha Ferreira Reis** e **Jean Reis** (*in memoriam*), por sempre estarem por perto, por ajudarem a minha mãe na nossa criação.

Aos amigos e às amigas, Rafaela, Jamyle, Paula, Beatriz, Alan, Gil, Amanda, Jéssica, Waléria, Arileidy, Priscila, Matheus, Raylson, Adailson, Luan e Juliana (tá em ordem de chegada, viu?), principalmente a galera do “Rock Infinito”, com quem partilhei inúmeros momentos de lazer e de pura sociabilidade nos últimos meses.

Aos amigos e às amigas do mestrado, Raylson, Adailson, Ingryd, Janise, André e Thiliane, pelas inestimáveis trocas e por permitirem que tudo fosse mais leve, jocoso e feliz.

Ao **Math**, pelo companheirismo diário e por dividir comigo as dores e os sabores da vida acadêmica.

À **Juliana Hamoy**, por ter sido até aqui o meu anjo. Ju, serei eternamente grato pelo acolhimento, pela atenção, pelos inestimáveis conselhos e pelas horas de *podcasts* que gravamos no *WhatsApp*. Gratidão por me ajudar a absorver melhor toda a carga da vida acadêmica, por me ajudar a perceber e a refletir sobre várias questões importantes durante a pesquisa e, por fim, por me fazer entender que quase tudo na vida só tem o peso que a gente mesmo dá.

À **Prof.<sup>a</sup> Voyner Ravena-Cañete**, por sempre se fazer tão presente na minha vida, pelos pronto-atendimentos aos meus pedidos de socorro. Cruzar o seu caminho foi essencial para a apreensão de diversos valores humanitários, entre eles, a humildade, a deferência, a empatia, a reciprocidade, o respeito e a generosidade ao próximo.

À minha adorável orientadora, **Prof.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia**, por não ter desistido de mim e ter me estendido as mãos. E, claro, sou grato pela orientação, pelo olhar minucioso de

cada linha aqui escrita, por me deixar ir e voltar, “turistar” pelo universo da pesquisa científica. Agradeço também pelos “puxões de orelha”, principalmente, nos momentos em que quis escrever demais ou nos que pesei a mão nas críticas (risos). Por fim, agradeço-lhe muitíssimo por toda a ajuda com meus problemas pessoais, por entender e considerar os meus processos e de onde vim. Que sorte a minha ter a senhora como orientadora, viu?!

À querida **Prof.<sup>a</sup> Marcela Vecchione Gonçalves**, por ter despertado em mim, mais ainda, o desejo de ser professor, por ter me incentivado a seguir com a etnografia e pela ajuda para conseguir recursos para a finalização do curso.

À banca, especialmente, à **Prof.<sup>a</sup> Christianne Luce Gomes** e ao **Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior**, não apenas pelas valiosas contribuições dadas ao trabalho, mas por me inspirarem tanto. E, maninho, prometo que vou parar de *stalkear* “ozotro” no *Facebook* e escreverei o projeto de tese.

Aos **moradores** e às **moradoras da Comunidade Bom Jesus I**, por contribuírem, significativamente, com a execução da pesquisa que originou este trabalho. Espero que este estudo esteja à altura das experiências de vida e dos conhecimentos de cada um de vocês.

À **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)**, em especial, ao servidor Thales Barroso Miranda, na condição de Diretor do Departamento de Projetos e Paisagismo, por disponibilizar dados valiosíssimos sobre praças e demais áreas verdes da cidade de Belém.

Ao **Laboratório de Análises Espaciais do NAEA (LAENA)**, sobretudo, o servidor Wellington Fernandes, pela elaboração de todos os mapas presentes neste trabalho.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, pela bolsa de pesquisa que oportunizou a construção deste trabalho.

Parafraseando uma cantora famosa:

*“Não é sobre vencer, é sobre nunca desistir”*. É sobre resistir para existir.

Não tá tudo bem! FORA vocês sabem quem!

*“Temos o direito de ser iguais quando a nossa  
diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser  
diferentes quando a nossa igualdade nos  
descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade  
que reconheça as diferenças e de uma diferença que  
não produza, alimente ou reproduza as  
desigualdades”.*

(Boaventura de Sousa Santos)

LOBATO, Flavio Henrique Souza. **Matando a fome de lazer “lá no meu setor”**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA). 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

## RESUMO

Historicamente, no bojo das perspectivas capitalista e eurocêntrica, foram concebidos conceitos, práticas e espaços próprios de uma concepção hegemônica de lazer, a qual legitimou formas convencionais do que seria, de como deveria ser e em que espaços e tempos deveria ocorrer o lazer. Em diversas políticas públicas, tais entendimentos foram incorporados como maneiras únicas e exclusivas de lazer, privilegiando algumas pessoas e negligenciando muitas outras. Nesse sentido, como convenção social, o lazer, seus espaços e suas práticas passaram a ser vistos de modo restrito pela sociedade. Diante disso, esta pesquisa objetivou analisar, considerando os contextos macro e micro de análise, as práticas de lazer da Comunidade Bom Jesus I, na periferia de Belém (PA), a partir dos processos de interação e de sociabilidade dos moradores. Com a intenção de viabilizar este estudo, a partir de uma abordagem qualitativa, foram empregadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Em um exercício do fazer etnográfico, realizaram-se conversas informais, observação participante, entrevistas semiestruturadas e registros em caderno de campo. A investigação foi guiada tanto por um olhar “de fora e de longe”, considerando os processos estruturantes (perspectiva macro), quanto por um olhar “de perto e de dentro” (perspectiva micro), voltado às “inversões” praticadas, diariamente, para o lazer dessa população. Para “*matar a fome de lazer*”, os “*achados*” desvelaram que, ao longo dos anos, diferentes e alternativas práticas e sociabilidades foram criadas a partir dos processos de interação entre os moradores da comunidade. Constatou-se também que, muitas vezes alienada por compreensões hegemônicas, essa população não consegue enxergar ou considerar as suas experiências cotidianas como lazer. As conversações, o “*rock doido*”, o “*jogo do bicho*”, o futebol e o “*piquenique*” compreendem “*formas de diversão*”, caracterizadas por dinâmicas muito particulares, carregadas de sentidos e significados, que possibilitam esse “setor” se divertir, se fazer existir e resistir diariamente. A comunidade, portanto, “faz”, literalmente, o seu *direito ao lazer*.

**Palavras-chave:** Lazer. Práticas Sociais. Sociabilidade. Belém (PA). Periferia. Comunidade Bom Jesus I.

LOBATO, Flavio Henrique Souza. **Killing the hunger for leisure “there in my *setor*”:** practices and sociability on the outskirts of Belém (PA). 2021. 242 f. Dissertation (Master in Development Planning) – Center for High Amazon Studies, Federal University of Pará, Belém, 2021.

## **ABSTRACT**

Historically, through capitalist and eurocentric perspectives, concepts, practices and spaces proper to a hegemonic understanding of leisure have been developed, which legitimized conventional forms of what it would be, how it should be and in which spaces and times the practice of leisure should take place. In several public policies, these conceptions were established as the only possible leisure practices, favoring some people and neglecting many others. Hence, as a social convention, society began to consider leisure practices and spaces as excluding. Therefore, this research aimed to analyze the leisure practices of the Bom Jesus I Community, on the outskirts of Belém (PA), considering the macro and micro contexts of analysis, based on the interaction and sociability processes of local residents. To make this study achievable, from a qualitative approach, bibliographical, documental and field research were used. In an exercise of ethnographic practice, informal conversations, participant observation, semi-structured interviews and records in a field notebook were carried out. The investigation was guided both by an "outsider and long distanced view", considering the structuring processes (macro perspective), as well as an "insider and close-up view" (micro perspective), focused on the "inversions" practiced daily, for the leisure of this population. To "kill the hunger for leisure", the "discoveries" revealed that over the years different practical alternatives and sociabilities were created from the processes of interaction between local residents. It was also established that, often alienated by hegemonic understandings, this population cannot see or consider their daily experiences as leisure. The conversations, the "crazy rock", the "*jogo do bicho*" (a brazilian popular game of chance), football and the "picnic" are "forms of entertainment", characterized by very particular dynamics, full of purposes and meanings, which enable this "sector" to have fun, make itself exist and resist day by day.

**Keywords:** Leisure. Social Practices. Sociability. Belém (PA). Outskirts. Bom Jesus I Community.

LOBATO, Flavio Henrique Souza. **Matar el hambre de ocio/tiempo libre/recreación “allí en mi sector”**: prácticas y sociabilidad en la periferia de Belém (PA). 2021. 242 f. Disertación (Maestría en Planificación del Desarrollo) – Centro de Altos Estudios Amazónicos, Universidad Federal de Pará, Belém, 2021.

## RESUMEN

Históricamente, en medio de perspectivas capitalistas y eurocéntricas, se concibieron conceptos, prácticas y espacios de un concepto hegemónico del ocio, que legitimó formas convencionales de lo que sería, cómo debería ser y en qué espacios y tiempos el ocio debe ocurrir. En varias políticas públicas, dichos entendimientos se incorporaron como formas de ocio únicas y exclusivas, favoreciendo a unas personas y descuidando a muchas otras. En este sentido, como convención social, el ocio, sus espacios y sus prácticas pasó a ser visto de forma restringida por la sociedad. Delante de eso, esta investigación tuvo como objetivo analizar, considerando los contextos macro y micro de análisis, las prácticas de ocio de la Comunidad Bom Jesus I, en la periferia de Belém (PA), a partir de los procesos de interacción y sociabilidad de los residentes. Con el propósito de llevar a cabo este estudio desde un enfoque cualitativo, se recurrió a la investigación bibliográfica, documental y de campo. En un ejercicio de práctica etnográfica se llevaron a cabo conversaciones informales, observación participante, entrevistas semiestructuradas y registros en un cuaderno de campo. La investigación estuvo guiada tanto por una mirada "de afuera y de lejos", considerando los procesos de estructuración (perspectiva macro), como por una mirada "de cerca y por adentro" (perspectiva micro), enfocada en las "alteraciones" practicadas a diario, para el ocio de esta población. Para “matar el hambre de ocio”, los “encontrados” revelaron que, a lo largo de los años, se fueron creando diferentes alternativas prácticas y de sociabilidad a partir de los procesos de interacción entre los residentes de la comunidad. También se encontró que, a menudo alienada por entendimientos hegemónicos, esta población no puede ver o considerar sus experiencias diarias como ocio. Las conversaciones, el "rock loco", el "jogo do bicho", el fútbol y el "piquenique" comprenden "formas de diversión", caracterizadas por dinámicas muy particulares, cargadas de sentidos y significados, que permiten a este "sector" divertirse, hacerse existir y resistir a diario. La comunidad, por tanto, "hace" literalmente su derecho al ocio.

**Palabras clave:** Ocio. Practicas sociales. Sociabilidad. Belém (PA). Periferia. Comunidad Bom Jesus I.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Início do processo de urbanização de Belém (fins do século XVII).....                                                  | 65  |
| Figura 2 – Rua João Alfredo, paisagem urbana de Belém (1890).....                                                                 | 98  |
| Figura 3 – Praça da República, antigo Largo da Pólvora (1890) .....                                                               | 99  |
| Figura 4 – Paisagem ribeirinha de um sítio no rio Guamá, onde as pessoas desfrutavam de momentos de lazer em meio à natureza..... | 100 |
| Figura 5 – Práticas de lazer no Museu Emílio Goeldi.....                                                                          | 103 |
| Figura 6 – Práticas de lazer no Bosque Rodrigues Alves.....                                                                       | 103 |
| Figura 7 – Círio de Nossa Senhora de Nazaré ao passar pela Avenida da República.....                                              | 105 |
| Figura 8 – Excursão a Ilha de Tatuoca, promovida pelo Clube do Remo em 1906.....                                                  | 106 |
| Figura 9 – Paisagem da Ilha de Tatuoca.....                                                                                       | 107 |
| Figura 10 – Entendimentos e significados do lazer para moradores do Mata Fome.....                                                | 128 |
| Figura 11 – Diagrama de Venn para representar a interação dos três elementos fundamentais do lazer, segundo Gomes (2014) .....    | 137 |
| Figura 12 – Uma racionalidade outra para se pensar o lazer.....                                                                   | 140 |
| Figura 13 – Verbos do lazer na Comunidade Bom Jesus I, Belém (PA) .....                                                           | 141 |
| Figura 14 – Bichos e seus respectivos números e dezenas.....                                                                      | 167 |

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fotografia 1 – Palafitas sobre o Igarapé Mata Fome.....                                                   | 78  |
| Fotografia 2 – O Igarapé Mata Fome como espaço de lazer .....                                             | 80  |
| Fotografia 3 – Igarapé Mata Fome .....                                                                    | 84  |
| Fotografia 4 – Entre a tecnosfera da floresta e a tecnosfera urbana no Mata Fome.....                     | 86  |
| Fotografia 5 – Lazer de moradores da comunidade na orla de Icoaraci, Belém (PA).....                      | 129 |
| Fotografia 6 – Diferentes práticas e espaços de lazer e sociabilidade na Comunidade Bom Jesus I.....      | 147 |
| Fotografia 7 – Brincadeiras utilizando o chão da rua pelas crianças do “setor” .....                      | 152 |
| Fotografia 8 – Meninos jogando futebol na rua sem a presença de meninas .....                             | 155 |
| Fotografia 9 – Conversações na frente da residência no fim de tarde .....                                 | 157 |
| Fotografia 10 – Mulheres durante o “rock doido” na Comunidade Bom Jesus I.....                            | 162 |
| Fotografia 11 – Festa da aparelhagem Tupã, o guerreiro da galera .....                                    | 164 |
| Fotografia 12 – Aparelhagem Tupã, “o guerreiro da galera”, arrastando seguidores no carnaval .....        | 165 |
| Fotografia 13 – Banca de jogo do bicho.....                                                               | 169 |
| Fotografia 14 – Jogadores e bicheira entre conversas, histórias e estórias.....                           | 171 |
| Fotografia 15 – Relações sociais de jogadoras expressas em tatuagens .....                                | 174 |
| Fotografia 16 – Mulheres do time Felinas Futebol Club.....                                                | 176 |
| Fotografia 17 – Galera do “setor” curtindo um passeio no Hotel Fazenda Cachoeira, Capitão Poço (PA) ..... | 180 |

## LISTA DE MAPAS

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 1 – Mosaico de tipologias da Área de Expansão de Belém.....                             | 72  |
| Mapa 2 – Localização do Igarapé Mata Fome e da Comunidade Bom Jesus I em Belém (PA)<br>..... | 76  |
| Mapa 3 – Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural em Belém (PA) .....                  | 116 |
| Mapa 4 – Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer em Belém (PA).....        | 119 |
| Mapa 5 – Distribuição de tipos de espaço de lazer por bairro ou distrito em Belém (PA) ....  | 121 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Perspectivas macro e micro de análise do lazer na Comunidade Bom Jesus I.....                                                 | 41  |
| Quadro 2 – Sistematização dos métodos de investigação .....                                                                              | 49  |
| Quadro 3 – Quadro sinótico das entrevistas realizadas junto aos interlocutores da Comunidade Bom Jesus I.....                            | 58  |
| Quadro 4 – A conformação da Belém Amazônica a partir de seus estratos históricos .....                                                   | 66  |
| Quadro 5 – Eventos históricos que contribuíram com a instituição do lazer como direito no Brasil.....                                    | 92  |
| Quadro 6 – Classificação dos equipamentos de lazer.....                                                                                  | 110 |
| Quadro 7 – Diversificação dos tipos de espaço de lazer convencional em Belém.....                                                        | 120 |
| Quadro 8 – Os três elementos fundamentais que, articulados, conformam o lazer.....                                                       | 137 |
| Quadro 9 – Qualidades fundamentais do “setor”, segundo a compreensão de espaço de Simmel (2013) .....                                    | 144 |
| Quadro 10 – Sistematização dos espaços e práticas sociais de lazer da Comunidade Bom Jesus I, de acordo com os estágios geracionais..... | 148 |
| Quadro 11 – Jogos e brincadeiras de rua na Comunidade Bom Jesus I.....                                                                   | 152 |
| Quadro 12 – Jogos, dias e horários de funcionamento .....                                                                                | 168 |
| Quadro 13 – Destinos dos “piqueniques” da Comunidade Bom Jesus I.....                                                                    | 182 |
| Quadro 14 – Dispositivos normativos que tratam do Lazer como direito no Brasil, no Pará e em Belém.....                                  | 230 |
| Quadro 15 – Praças distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA) .....                                                           | 233 |
| Quadro 16 – Museus e memoriais distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA) ...                                                 | 237 |
| Quadro 17 – Teatros distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA).....                                                           | 238 |
| Quadro 18 – Cinemas distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA).....                                                           | 238 |
| Quadro 19 – Parques distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA).....                                                           | 238 |
| Quadro 20 – Orlas distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA) .....                                                            | 239 |
| Quadro 21 – Igrejas distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA).....                                                           | 239 |
| Quadro 22 – Mercados distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA).....                                                          | 240 |
| Quadro 23 – <i>Shoppings</i> distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA) .....                                                 | 240 |
| Quadro 24 – Complexos Culturais-Esportivos distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA) .....                                   | 241 |
| Quadro 25 – Bibliotecas distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA).....                                                       | 241 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Distribuição dos espaços convencionais de lazer em bairros/distritos de Belém (PA) |     |
| .....                                                                                         | 113 |
| Tabela 2 – Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural em Belém (PA) .....                 | 115 |
| Tabela 3 – Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer em Belém (PA) .....      | 118 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |                                                                           |
|------------|---------------------------------------------------------------------------|
| BELÉMTUR   | Coordenadoria Municipal de Turismo do Município de Belém                  |
| CAN        | Centro Arquitetônico de Nazaré                                            |
| CAPES      | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior               |
| CEFET      | Centro Federal de Educação Tecnológica                                    |
| CLT        | Consolidação das Leis do Trabalho                                         |
| Covid-19   | <i>Corona Virus Disease 19</i>                                            |
| DABEN      | Distrito Administrativo do Benguí                                         |
| DAICO      | Distrito Administrativo de Icoaraci                                       |
| DAMOS      | Distrito Administrativo de Mosqueiro                                      |
| DAOUT      | Distrito Administrativo de Outeiro                                        |
| DJ         | <i>Disc jockey</i>                                                        |
| ECA        | Estatuto da Criança e do Adolescente                                      |
| EEFFTO     | Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional             |
| EPI        | Equipamentos de Proteção Individual                                       |
| ha.        | Hectare                                                                   |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                           |
| IDAC       | Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural                            |
| IDTEL      | Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer                 |
| IMAZON     | Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia                            |
| LAENA      | Laboratório de Análises Espaciais                                         |
| NAEA       | Núcleo de Altos Estudos Amazônicos                                        |
| NEAP       | Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia                           |
| PFF2       | Peça Facial Filtrante – 2 (Agentes Biológicos e/ou Fumos)                 |
| PMB        | Prefeitura Municipal de Belém                                             |
| PPGDSTU    | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido |
| PPGIEL     | Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer            |
| PPGSA      | Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia                    |
| PT         | Para todos                                                                |
| PTV        | Para todos vespertinos                                                    |
| RMB        | Região Metropolitana de Belém                                             |
| Sars-CoV-2 | <i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>                    |

|       |                                            |
|-------|--------------------------------------------|
| SEMMA | Secretaria Municipal de Meio Ambiente      |
| SESC  | Serviço Social do Comércio                 |
| SESPA | Secretaria de Estado da Saúde do Pará      |
| TALE  | Termo de Assentimento Livre e Esclarecido  |
| TCLE  | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UFMG  | Universidade Federal de Minas Gerais       |
| UFPA  | Universidade Federal do Pará               |
| UPA   | Unidades de Pronto Atendimento             |
| UTI   | Unidade de Tratamento Intensivo            |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                           |            |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
|          | <b>PRÓLOGO.....</b>                                                                                                       | <b>16</b>  |
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                    | <b>27</b>  |
| <b>2</b> | <b>CAMINHOS METODOLÓGICOS: QUANDO O “OUTRO” SOU “EU” .....</b>                                                            | <b>35</b>  |
| 2.1      | Algumas reflexões e inquietações: por uma prática científica mais autônoma e flexível .....                               | 36         |
| 2.2      | Métodos de interpretação: entre o macro e o micro.....                                                                    | 38         |
| 2.3      | Métodos de investigação.....                                                                                              | 48         |
| 2.3.1    | Uma abordagem, um exercício etnográfico: o “outro” também sou “eu” .....                                                  | 51         |
| 2.4      | Preceitos éticos de pesquisa.....                                                                                         | 59         |
| <b>3</b> | <b>ENTRE AS PSICOSFERAS E AS TECNOSFERAS URBANAS E DA FLORESTA: O ESPAÇO DA URBANODIVERSIDADE DA BELÉM AMAZÔNICA.....</b> | <b>61</b>  |
| 3.1      | A urbanização e os seus reflexos na vida amazônica em Belém (PA).....                                                     | 63         |
| 3.2      | Espaço de subsistência, diversão e vida: o domínio da psicosfera e da tecnosfera da floresta.....                         | 77         |
| 3.3      | Espaço da fome, do abandono e da morte: o domínio da psicosfera e da tecnosfera urbanas .....                             | 83         |
| <b>4</b> | <b>A DINÂMICA DO LAZER CONVENCIONAL EM BELÉM: DE QUE LAZER ESTAMOS FALANDO E PARA QUEM? .....</b>                         | <b>88</b>  |
| 4.1      | O direito social ao lazer (convencional) .....                                                                            | 90         |
| 4.2      | O lazer na Paris N’América: das práticas “para ver e ser visto” às práticas populares.....                                | 96         |
| 4.3      | Distribuição e acesso aos espaços de lazer: entre o centro e a periferia de Belém (PA) .....                              | 109        |
| <b>5</b> | <b>“LAZER, LAZER! A GENTE NÃO TEM”: PRÁTICAS E SOCIABILIDADES “LÁ NO MEU SETOR” .....</b>                                 | <b>125</b> |
| 5.1      | Entendimentos e significados do lazer no Mata Fome .....                                                                  | 127        |
| 5.2      | Por uma racionalidade outra para se pensar o lazer.....                                                                   | 133        |

|       |                                                                                                                                |            |
|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.3   | <b>“Setor”: o espaço social na vida cotidiana .....</b>                                                                        | <b>142</b> |
| 5.4   | <b>Práticas e sociabilidades para “diversão” do/no meu “setor” .....</b>                                                       | <b>146</b> |
| 5.4.1 | Entre a casa e a rua: práticas e sociabilidades para “diversão” de crianças e de adolescentes no “setor” .....                 | 149        |
| 5.4.2 | “A gente não tá falando mal, tá apenas comentando”: as conversações como momentos de lazer e de sociabilidade no “setor” ..... | 156        |
| 5.4.3 | “Hoje eu tô de <i>rock</i> ”: mais que uma prática, um “estado de diversão” e de sociabilidade .....                           | 161        |
| 5.4.4 | “Sonhei com a Maria, joga R\$ 1,00 na vaca, aí pra mim”: o jogo do bicho como uma prática de lazer em contravenção .....       | 166        |
| 5.4.5 | “Do jogo falado ao jogo valendo”: o futebol como prática de lazer e de sociabilidade ... ..                                    | 172        |
| 5.4.6 | “Piqueniques”: a viagem do “setor” .....                                                                                       | 177        |
| 5.5   | <b>O “lazer preso” na Comunidade Bom Jesus I: reflexos da pandemia da Covid-19. ....</b>                                       | <b>182</b> |
| 6     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                              | <b>187</b> |
|       | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                       | <b>194</b> |
|       | <b>APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO DE DADOS À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA) .....</b>                                 | <b>214</b> |
|       | <b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GERAL SOBRE LAZER .....</b>                                                              | <b>215</b> |
|       | <b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O ROCK DOIDO .....</b>                                                             | <b>216</b> |
|       | <b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS CONVERSÇÕES .....</b>                                                           | <b>217</b> |
|       | <b>APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O FUTEBOL DE ARENA .....</b>                                                       | <b>218</b> |
|       | <b>APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS BRINCADEIRAS .....</b>                                                          | <b>219</b> |
|       | <b>APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O PIQUENIQUE .....</b>                                                             | <b>220</b> |
|       | <b>APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O JOGO DO BICHO .....</b>                                                          | <b>221</b> |
|       | <b>APÊNDICE I – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DESTINADO A CRIANÇAS DE 9-11 ANOS .....</b>                   | <b>222</b> |

|                                                                                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>APÊNDICE J – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DESTINADO A CRIANÇAS DE 12-14 ANOS .....</b>   | <b>224</b> |
| <b>APÊNDICE K – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DESTINADO A CRIANÇAS DE 15-17 ANOS .....</b>   | <b>226</b> |
| <b>APÊNDICE L – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>                                      | <b>228</b> |
| <b>APÊNDICE M – DISPOSITIVOS NORMATIVOS QUE TRATAM DO LAZER COMO DIREITO NO BRASIL, NO PARÁ E EM BELÉM.....</b> | <b>230</b> |
| <b>APÊNDICE N – CATALOGAÇÃO DOS ESPAÇOS CONVENCIONAIS DE LAZER.....</b>                                         | <b>233</b> |

## PRÓLOGO<sup>1</sup>

*Rememoro com bastante clareza da minha infância. Entre diversos momentos, lembro, especialmente, de quando nos mudamos para uma casa tão distante do meu originário bairro do Jurunas. Era mês de dezembro de 2001, daquele local tão distante para aonde íamos, eu só tinha as lembranças de visitar as minhas tias que lá moravam. Agora, fugindo da relação conflituosa com meu pai, minha mãe, meus dois irmãos e eu passaríamos a morar naquele lugar que mais parecia um interior. Casas ali já havia muitas, mas ainda eram numerosas as árvores frutíferas, além de ter um igarapé por perto. “Coisas” que onde eu morava antes, lá no centro, não tinha. Era estranho e, ao mesmo tempo, uma aventura, uma vez que eu tinha novas brincadeiras, como subir em árvores, apanhar frutos durante toda a tarde e até fugir da minha mãe para tomar banho de rio, enquanto ela estava “lá pra Belém” trabalhando. A paisagem era diferente, a distância parecia ser tão grande e a vida tão diferenciada que, sim, a gente tinha essa noção de não pertencer a Belém.*

*Nos anos posteriores, apesar de a vida difícil, fiz muitas amizades em meio às brincadeiras, às festas e aos demais acontecimentos triviais do cotidiano. Na escola, não era um aluno que gostava muito de estudar, na verdade, eu nem sabia o que era estudar. Lembro-me que somente ia para as aulas por ir, quando chegavam as provas não revisava nada. Eu não sabia que era preciso revisar tudo novamente para ter notas boas. Ninguém me ensinou, e se algum dia falou sobre a importância de estudar para as provas, não internalizei.*

*Depois da escola, meu tempo se resumia a estar com o pessoal da rua de casa; interagindo, brincando, pulando e me divertindo. **Ali, de alguma forma, sentia-me parte da comunidade.** Todos me conheciam, seja como Flavio, seja como filho da Maria, irmão do “JG” ou do Leandro. Nessa condição, eu jamais conseguiria realizar, nem mesmo ensaiar, uma abordagem etnográfica – como a proposta neste trabalho –, visto que não seria capaz de me distanciar ou de estranhar a minha realidade cotidiana.*

*Como a minha mãe e o meu irmão mais velho trabalhavam “lá pro centro”, sempre recaiu sobre mim a responsabilidade pela casa e pelo cuidado com o meu irmão menor. Nesse desafio diário, eu tinha que esquentar a comida – que minha mãe deixava pronta de manhã, antes de sair, ou de noite, quando chegava do trabalho –, manter a casa em ordem e, nós,*

---

<sup>1</sup> A inserção deste prólogo foi recomendada pela banca que avaliou esta dissertação, a fim de introduzir ao leitor de que lugar este texto advém. Destaca-se que, nesta parte do texto, optou-se por deixar clara as marcas de oralidade do autor, como uma forma de demonstrar e realçar a perspectiva bio-etnográfica do texto. Assim, não há grandes preocupações quanto à linguagem culta da língua portuguesa, deixando intencionalmente os vícios e os registros coloquiais/informais próprios do autor.

Leandro e eu, éramos “obrigados” (no sentido literal da palavra) a ir para a escola todos os dias. Não podíamos ter uma falta sequer, pois recebíamos o bolsa família e não podíamos perder aquele auxílio – que, apesar de pouco, ajudava muito nas despesas da casa. Minha mãe ganhava um salário-mínimo da época e meu irmão mais velho apenas R\$ 12,00 por dia – tendo que gastar quase R\$ 5,00 com condução (tinha que pagar quatro conduções), o que não dava para muita coisa no final das contas. A minha mãe dizia sempre: “É melhor isso do que ele ficar sem fazer nada por aí”. Minha mãe tinha muito medo de nos perder para as drogas e/ou as gangues – grupos de jovens que brigavam e cometiam alguns delitos pelas ruas da cidade.

Vivíamos numa feita à madeira muito simples. Embora fosse na terra firme, era idêntica às casas da rua de trás, as quais estavam sobre o igarapé. O “assoalho” (piso) da casa era alto. Como na parte debaixo não tinha água, brincávamos ali a tarde toda na sombra de nossa própria casa.

A vida era muito difícil, tínhamos sempre pouco dinheiro e muita luta. Mas difícil mesmo era a vida da “dona Maria”, minha mãe. Além de trabalhar o dia todo e ouvir por muitas vezes humilhações como empregada doméstica, chegava em casa e precisava lavar roupa, cozinhar e fiscalizar o dia dos filhos: perguntava aos vizinhos, olhava os cadernos para ver se estávamos assistindo às aulas, via as orelhas – porque não podíamos usar brincos –, cheirava a boca para verificar se tinha cheiro de bebida e verificava o nariz para constatar que não havia nenhum “pozinho branco” ali. Ela mantinha a confiança na gente, mas aquele ritual diário precisava ser feito para que ela pudesse dormir com certa tranquilidade.

Desse tempo, tenho uma lembrança muito particular. Era uma tarde de sábado, minha mãe tinha acabado de chegar em casa e já estava lá no “giral”<sup>2</sup> lavando nossas roupas. Ao som da música que vinha da casa do vizinho, minha mãe tomava uma cervejinha, cantando e dançando alegremente a música que tocava. Minha tia, que naquele dia nos visitava, então, questionou: “Mana, como tu ainda consegue ser feliz numa vida dessas tão difícil?”. Mamãe apenas respondeu: “É só sendo feliz que consigo viver. Se eu não fosse feliz, já não estaria mais aqui”.

Na minha cabeça, vendo todo aquele empenho da minha mãe para que a gente pudesse, literalmente, sobreviver à pobreza, à violência e às drogas, só pensava em dar orgulho para ela. Não me lembro exatamente como surgiu essa ideia na minha cabeça, mas passei a ver o vestibular como o meu objetivo de vida. Quando pensava em fazer minha mãe se orgulhar, só conseguia pensar no vestibular. Mas o vestibular era algo muito distante para todo mundo que

---

<sup>2</sup> Espécie de pia construída em madeira muito utilizada para lavar louças e roupas. Normalmente, fica na parte externa da casa.

vivia na comunidade. Era muito difícil alguém conseguir a aprovação em uma federal, tanto que nem se cogitava tentar. Após o Ensino Médio, o primeiro passo de quem vivia na comunidade era ir na “lan house” do “seu Branco” para fazer um currículo vitae. Mesmo sendo algo inalcançável, precisava tentar, afinal, eu queria muito. Somente querer, porém, não era o bastante. Era preciso estudar, estudar muito para conseguir uma das vagas da UFPA, que eu nem sabia ao certo onde ficava. E assim eu fiz. Comecei a estudar e a me dedicar muito na escola.

Contudo, antes do vestibular chegar, um outro desafio surgiu no caminho. Era a prova do famoso Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA) – praticamente um mini vestibular. Vi ali a chance de dar orgulho para a minha mãe. Um ano antes a filha dos seus patrões havia passado na prova e graças aos seus livros e o incentivo incansável do “seu Jean” e da “dona Tereza”, passei madrugadas estudando e estudando para a prova. Mas eu não sabia estudar. Não tinha aprendido a estudar, ninguém me ensinou como deveria ser a preparação. Então, com os livros em mãos, fui fazendo tudo sozinho, meio desorientado mesmo. Nessa época, senti a necessidade de me distanciar da rua e dos meus amigos para me dedicar mais aos estudos. Nesse processo, despertou em mim uma paixão surreal pela leitura. **Estudar virou o meu lazer.** Lia por horas, dormia por cima dos livros – “coisa de novela”, como sempre conta a minha mãe.

Porém, em meio a noites de estudos, minha atenção era dividida com um forte tremor da mesa e das telhas de casa. Da rua, vinha um som estrondoso das aparelhagens que agitavam os fins de semana na comunidade e estremeciam a minha paciência. Com o tempo, como não tinha muito o que fazer, me acostumei e passei a conviver com a diversão da galera. Eles lá fora dançando e curtindo as músicas, eu dentro de casa me divertindo com os meus livros.

Aos poucos, dia a dia, as pessoas não me viam mais nas ruas e quando viam sempre diziam: “Égua, tu tá sumido”, “Eu nunca mais te vi. Tava viajando?”, “Tu tá tão diferente”, “Não é mais o mesmo Flavio”. Hoje percebo como essas perguntas foram um indicativo do meu **processo de distanciamento e estranhamento em relação à comunidade.**

Finalmente, fiz a prova do então CEFET-PA, mas não passei. Fiquei frustrado e completamente sem chão. Mas logo refleti que não estava preparado para aquela prova. Assim, internalizei que precisava estudar mais e melhor, pois estava muito atrás – hoje percebo o quanto aquela prova era tão meritocrática e, com efeito, injusta e desigual. Ainda assim, para a surpresa de todos, inclusive a minha, consegui passar na repescagem. Foi um sentimento de orgulho para mim e para minha mãe, que não cabia no peito. Contudo, aquele sentimento de

que precisava estudar mais continuava. E assim, continuei a focar nos estudos e, consequentemente, a me isolar.

Após 3 anos estudando o Ensino Médio integrado ao curso técnico, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), quase em tempo integral, fui aprovado na UFPA – ao ouvirmos, pela rádio, o meu nome no “Listão”, naquele inesquecível dia 4 de janeiro de 2012. Ao som de “Alô papai, alô mamãe/ Põe a vitrola pra tocar/ Podem soltar foguetes/ Que eu passei no vestibular”, do cantor Pinduca, fizemos uma festança, com gritos e fogos. Minha mãe não parava de chorar e só conseguia sentir aquilo que eu sempre desejei para ela: orgulho. Os meus amigos, poucos e resumidos à escola, vieram também festejar juntamente com a minha família e os nossos vizinhos. Aquele som do “treme” que tanto me incomodou no início dos meus estudos, agora tocava para comemorar aquela vitória que não era só minha, mas de todos que estavam ali. Via sorrisos que irradiavam felicidade. Revi amigos antigos com quem já não tinha os mesmos laços, mas que estavam ali porque também se sentiam parte daquilo tudo.

Com a entrada na universidade, passei a me dedicar aos estudos e, novamente, fiquei “sumido”. Voltei a participar um pouco mais da comunidade com a atuação em um projeto de extensão denominado “Promovendo esporte e lazer intergeracional”, coordenado pela professora Voyner Ravena-Cañete, no qual desenvolvemos uma série de atividades interdisciplinares que contemplavam, entre outras ações, passeios turísticos a espaços de lazer e turismo de Belém. Acredito que, nesse período, levado tanto pela proposta do projeto quanto pelas leituras sobre o tema lazer, passei a perceber – especialmente, na volta da universidade para casa – como à medida que o ônibus se afastava do centro da cidade, menos prédios e espaços de lazer eu conseguia observar. Também, naquela época, meados de 2013, “caiu a ficha” de que, na comunidade, não havia, minimamente, uma praça como espaço de lazer. É daí certamente que nasceu o interesse, a intenção e a vontade de realizar esta pesquisa.

Ainda que tenha ocorrido essa breve aproximação e participação na comunidade, lembro-me de que não me sentia mais fazendo parte dela como antes. Para muitos, eu já era um estranho ou um desconhecido e, para alguns, somente o “filho da Maria”. Eu não conseguia mais conversar com as pessoas como antes. Era como se, de fato, eu tivesse viajado e retornado mais de 10 anos depois. As pessoas sabiam pouco sobre mim e eu muito menos sobre elas. Era visto (e ainda sou) como um menino que saía pouco, não falava com quase ninguém e só queria saber de estudar. Aqui consigo perceber que o distanciamento que tanto buscava para a prática etnográfica, em verdade, eu já tinha. Portanto, mesmo morando na comunidade, para muitos, eu não faço parte dela.

*Nessa condição de pesquisador, foi mais tranquilo, para mim, tornar exótico aquilo que um dia me foi familiar. Olhar com estranhamento para muitas práticas e muitos espaços que me eram familiares – com essa distância estabelecida naturalmente ao longo desses anos (sem intenção acadêmica) – foi uma tarefa das mais fáceis, eu diria. Olho, pois, para as práticas de lazer da comunidade e percebo que elas não são mais as minhas. Percebo-as, muitas vezes, como algo novo – nem tão familiar, nem tão estranho. Afinal, quanto tempo faz que eu não jogue uma bola na arena? Quanto tempo faz que eu não curto um rock doido? Quanto tempo faz que eu não “tomo” um banho no Igarapé Mata Fome? Não me lembro com exatidão, mas faz muito, muito tempo mesmo.*

*Diante disso, não tenho vivido ou compartilhado, nos últimos anos, dessas e de outras experiências com essas pessoas. Novamente, mesmo sendo morador, muito antes da pesquisa, eu já me sentia “do outro lado”. Além disso, olhando o objeto de estudo a partir de referenciais teóricos e metodológicos, bem como mediante um problema de pesquisa, consegui me sentir mais distante ainda.*

*Parece estranho, mas o meu maior desafio foi, exatamente, o contrário: tornar familiar aquilo e aqueles para quem eu já era um estranho. Nessa direção, a observação participante possibilitou, na realidade, uma reaproximação à comunidade. Ao entender mais e melhor algumas questões cotidianas, bem como interagir, conversar e entrevistar pessoas, me senti mais próximo e menos estranho. Desse modo, acredito que consegui estabelecer em diversos momentos a dupla tarefa designada por DaMatta (1978), no meu caso: estranhar o que já me era estranho há algum tempo e familiarizar o estranho que um dia me foi muito familiar.*



# 1 introdução

Dizem, com razão, que todo edifício é construído pedra por pedra, e o mesmo pode ser dito sobre o conhecimento, extraído e compilado por muitos homens eruditos, cada um dos quais se baseando no trabalho daqueles que o precederam. O que um não sabe é sabido por outro, e pouco permanece verdadeiramente desconhecido para quem procura com empenho.

Agora eu, [...] assumo o posto de pedreiro, entalhando o que sei para colocar mais uma pedra no grande baluarte do conhecimento que vem sendo construído ao longo dos séculos dentro e fora dos limites da [Universidade] - um baluarte erguido por incontáveis mãos que viveram antes e que, sem dúvida, continuará a crescer com a ajuda de incontáveis mãos que ainda virão.

George R. R. Martin (2016).



Praça, praia, *shopping*, cinema, teatro, museu, esportes, viagens, passeios e outras palavras correlatas, geralmente, emergem à mente de modo instantâneo quando se pensa na palavra “lazer”, mas sendo os indivíduos tão diferentes em suas subjetividades, por que sempre se reportam a essas possibilidades e não a outras como lazer? No contexto globalizado, capitalista e eurocêntrico, pois, foram engendrados conceitos, práticas e espaços próprios de uma concepção hegemônica de lazer, a qual, historicamente, conformou entendimentos, significados e significações convencionais do que seria, de como deveria ser e em que espaços e tempos deveria ocorrer o lazer, bem como quem dele poderia ser beneficiário. Como resultado, instaurou-se, no âmago do senso comum, compreensões limitantes e limitadoras de lazer, que impuseram às mais diversificadas sociedades quais seriam os espaços/tempos legítimos de se vivenciar essa necessidade humana – inclusive, seguindo a máxima: “Só tem lazer quem pode pagar por ele”.

Nas grandes e médias aglomerações urbanas, incentivado pela “natural” dinâmica que perfila uma cidade, tal processo tem se projetado, materialmente, a partir da concentração de espaços e de equipamentos<sup>3</sup> de lazer em áreas consideradas centrais (MARCELLINO, 2006). Entre as reverberações desse processo, diversos estudos têm apontado como essa centralização demarca, no tecido urbano, assimetrias e exclusões (LEFÈBVRE, 1991a). De um lado, há o centro das belas cidades, provido de infraestrutura, de bens e de serviços para atender às lógicas de consumo impostas pelo capital. Nessa porção da cidade, o lazer é conferido, comumente, como mercadoria a ser consumida em um dado espaço/tempo: o “mercolazer” (MASCARENHAS, 2005). Do outro lado, estão as periferias<sup>4</sup>, nas quais o lazer se caracteriza como um direito social – universal e constitucional – negligenciado, seja em função da ausência, da insuficiência e da precariedade de ações governamentais, seja em razão da imposição de

---

<sup>3</sup> No cerne dessa questão, convém esclarecer que as definições de espaços e de equipamentos de lazer são, comumente, empregadas sob perspectivas errôneas, por vezes como sinônimos. Entretanto, Santini (1993 *apud* MARCELLINO, 2006) discorre que os **espaços** de lazer podem ser estabelecidos em toda ou qualquer porção do espaço geográfico ou espaço natural com possibilidades para o usufruto do lazer. Eles, portanto, são a base de materialização dos **equipamentos** de lazer. Estes últimos, a depender da dimensão, compreendem as (infra)estruturas que (re)organizam espaços, a fim de possibilitar e dinamizar a promoção de atividades de lazer. Em meio a essa discussão, Marcellino (2006, p. 67) assinala que “[...] é possível se exercer atividades de lazer sem equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço”.

<sup>4</sup> Sempre que os termos periferia, comunidade ou área periférica forem utilizados se referirão a espaços que estão à margem: isto é, marcados por exclusões, desigualdades e negligências em relação ao centro da cidade, às políticas governamentais e às ações do capital. Ademais, não é objetivo deste estudo discutir se o termo periferia seria o mais adequado ou não de ser utilizado ao se referir à realidade amazônica.

espaços e práticas convencionais de lazer que não consideram ou respeitam os reais anseios da população.

No âmbito dessa questão, cumpre destacar que há um volume expressivo de pesquisas que, dentro de uma escala macro de análise, estudam com recorrência o quantitativo, a distribuição e a espacialização de equipamentos de lazer entre o centro e as periferias, respondendo a perguntas retóricas acerca das persistentes desigualdades entre essas áreas nas cidades. Essa dinâmica, assim como em muitas outras realidades brasileiras, é também observada em Belém, capital do Estado do Pará (PA), uma vez que se constatou – até onde a pesquisa bibliográfica pôde alcançar – que as investigações do Campo de Estudos do Lazer nesse município, em sua maioria, têm se direcionado às áreas centrais – ainda que esses estudos tenham realizado importantes reflexões dentro do que se propuserem investigar. Desse modo, muito se sabe a respeito do centro da cidade e pouco ainda se conhece das periferias, em especial, daquelas que surgiram mais recentemente: as periferias da periferia.

Entre as pesquisas que adentram as periferias de Belém para pesquisar o lazer, quase não são encontrados estudos<sup>5</sup> em nível *stricto sensu*. Quando identificados, muitos artigos sobre o tema têm como *locus* de estudo bairros periféricos tradicionais, como o Guamá, a Terra Firme, a Pedreira, o Jurunas etc., bem como constata-se que as discussões ainda são muito guiadas por conceitos clássicos – que não reconhecem como lazer, por vezes, as interações, as experiências e as manifestações forjadas cotidianamente no espaço/tempo social dessas periferias. Soma-se a isso o fato de que a violência e a insegurança têm “freado” a produção de pesquisas nesses espaços, uma vez que os perigos durante o trabalho de campo são iminentes, sobretudo, após a instauração do medo gerado em Belém pelo tráfico de drogas e dinâmicas, como roubos, milícias e chacinas (COUTO, 2014).

Destarte, entende-se que as práticas e os significados do lazer em espaços periferizados são, a cada dia, menos investigados, gerando-se espaçadas lacunas na produção do conhecimento sobre o Campo de Estudos do Lazer. É urgente, portanto, entrar nas periferias de Belém para compreender como – diante (1) da compreensão hegemônica do lazer convencional, (2) das intenções do capital e (3) da ausência ou da deficiência de políticas públicas governamentais –, o lazer tem sido vivenciado pelos moradores das comunidades mais pobres, assim como quais espaços são frequentados, as práticas sociais e as estratégias utilizadas para

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que os estudos de Antônio Maurício Costa têm sido incansáveis nesse sentido, ainda assim, somente eles não dão conta da complexidade que perfila as periferias e suas criações e práticas. Entre seus trabalhos, destaca-se a sua dissertação de mestrado intitulada: “Lazer na ocupação: um estudo da sociabilidade de integrantes de uma associação de moradores da periferia de Belém em 1997” (COSTA, 1999).

fruição dessa dimensão da cultura, com pouco ou nenhum recurso financeiro. Evidentemente, não há como um único trabalho dar conta das complexidades que envolvem essa problemática, em face disso, esta pesquisa buscou investigar, considerando tanto a perspectiva macro quanto a micro de análise, a seguinte questão-problema: **“quais as práticas de lazer e de sociabilidade vivenciadas pelos moradores da Comunidade do Mata Fome, periferia de Belém (PA)?”**.

Para responder essa questão, ponderando a importância de pesquisar o lazer de modo situado e contextualizado, objetivou-se analisar as práticas de lazer da Comunidade Bom Jesus I, na periferia de Belém (PA), a partir das dimensões macro (processos estruturantes) e micro de análise (interações e sociabilidades cotidianas dos moradores). O alcance desse objetivo geral implicou, antes, realizar ações pormenores. Eis, portanto, os objetivos específicos elencados a seguir:

- Descrever os reflexos da urbanização e da modernização de Belém (PA) no cotidiano da Comunidade Bom Jesus I, a fim de contextualizar e situar o lazer localmente;
- Analisar a dinâmica do lazer convencional e seu contexto histórico na cidade de Belém (PA), considerando a distribuição e o acesso a espaços de lazer pela população das áreas centrais e periféricas;
- Analisar as práticas de lazer durante os processos de sociabilidade dos moradores da Comunidade Bom Jesus I para além de compreensões convencionais e da condição de invisibilidade/subalternidade.

É preciso esclarecer que a Comunidade Bom Jesus I, conhecida popularmente como Comunidade do Mata Fome, está situada na área fronteira de dois bairros periféricos (a Pratinha e o Tapanã) e é entrecortada por um igarapé que desemboca na Baía do Guajará. A constituição dessa área se deu no início da década de 1990, estimulada pelo processo de urbanização que a cidade de Belém vivenciou (TRINDADE JÚNIOR, 1998). Contudo, a intensa ocupação nessa área gerou uma série de problemáticas que se tornaram mais graves em face do não acompanhamento dos serviços públicos urbanos das zonas mais centrais. Com efeito, a comunidade foi crescendo e dando novas configurações e funções ao espaço, estabelecendo-se as famílias de baixa renda nas áreas próximas ao igarapé e às adjacências, a fim de buscar, nos recursos naturais (animais, frutos e água), a subsistência – dando essa função o nome de “Mata Fome” ao igarapé, como uma alusão ao fato de ele servir, por muito tempo, como a base alimentar daqueles que ali buscavam saciar sua fome (RAVENA-CANETE, 2006).

Mas, ante a violência expressa na cidade, por que estudar o lazer em uma comunidade da periferia? Por que essa comunidade? Por que não outras? Para além da relevância de dar

continuidade aos estudos do lazer em espaços urbanos marginalizados, a motivação se expressa pelo fato de que este é fruto dos olhares de um sujeito pertencente à comunidade. Vivendo (ou sobrevivendo?) nessa realidade há 17 anos, visto que conheço as dinâmicas de perversidade que marcam o lugar em questão, possuo condições e olhares – a partir da aproximação com o local do estudo e com o objeto –, que permitiram o levantamento de dados e a realização de análises e de discussões profícuas para o estudo do lazer nesse e, quiçá, em espaços análogos. Convém ressaltar que frequentei diferentes espaços estigmatizados de lazer e de sociabilidade, corri e brinquei pelas “ruas de lama” da comunidade e proximidades, assim como pulei, mergulhei e diverti-me em banhos no Igarapé Mata Fome.

No que tange à orientação teórico-metodológica, ao longo da história, diferentes foram as teorias e os conceitos formulados para tentar ler a sociedade e as mudanças nela ocorridas. Dentre os tantos autores, Georg Simmel (2006), com a Teoria Sociológica, entende a sociedade a partir da soma cotidiana de interações entre indivíduos. Para ele, na sociedade, os indivíduos estão conectados pelas influências que exercem uns sobre os outros mutuamente. Tais influências podem ser de diversas ordens e ter variados conteúdos: amor, ódio, raiva, ressentimento, paixão, carinho etc. Desse modo, sempre que indivíduos estiverem em reciprocidade de interação – passageira ou permanente, com, contra e pelos os outros –, é possível se falar em sociedade. Foi seguindo essa compreensão de sociedade e das interações que a constituem que se investigou a dimensão micro do lazer dos moradores da Comunidade Bom Jesus I. Para tanto, essa investigação fez uso da concepção etnográfica “de perto e de dentro”, de José Guilherme Magnani (1992, 2002), dado que ela se aproxima em demasia das condições de pesquisa vivenciadas pelo morador-pesquisador deste estudo.

Acerca dos pressupostos construídos para guiar esta investigação, entende-se que, na ausência ou na ineficiência de políticas públicas de lazer, a população a concebeu ao longo dos anos por meio de processos interativos diários, práticas e espaços alternativos na comunidade, os quais se distanciam das clássicas conceituações e classificações de lazer. Portanto, compreende-se que a produção do conhecimento sobre o lazer, na realidade amazônica, necessita partir de conceitos e de categorizações “*nativas*”<sup>6</sup>, que contemplem a realidade das cidades amazônicas (CASTRO, 2008b; TRINDADE JÚNIOR, 2013), tendo em vista que muitas práticas e muitos espaços de lazer da periferia de Belém, por exemplo, são marcados por dinâmicas e por lógicas singulares e particulares, as quais não são, por vezes, contempladas pelos estudos do lazer no mundo e no Centro-Sul do Brasil.

---

<sup>6</sup> Expressão comumente utilizada por antropólogos para se referir a construções, denominações ou adjetivações próprias do grupo pesquisado.

Nesse debate, Gomes (2011, 2014) chama a atenção para a necessidade de olhar as criações humanas, dos variados modos de vida, que, embora pouco conhecidas e invisibilizadas por perspectivas de lazer hegemônicas, emergem, cotidianamente, em comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e outras mais. Em tais contextos, pois, o que a sociedade moderna chama de lazer possui lógicas e dinâmicas muito próprias, não sendo, por vezes, conferidas ou reconhecidas como lazer por “nós” e/ou por “eles” – havendo, nesses casos, outras nomenclaturas, que nem sempre têm uma tradução literal, mas, sim, outros significados e significações. Todavia, é comum visualizar, em diversos estudos, tentativas de enquadrar ou de esquematizar práticas diárias de povos e populações tradicionais às acepções e às categorizações produzidas pelo Campo de Estudos do Lazer, como a própria compreensão de lazer que se tem na sociedade globalizada.

Feitas essas considerações iniciais, mesmo não sendo o objetivo deste trabalho adentrar na discussão teórica sobre a categoria “periferia”, entendo como essencial esclarecer duas questões importantes. Em primeiro lugar, aos que esperam um foco maior na violência e na insegurança, sinto por desapontá-los, mas não compactuo com a postura de espetacularização da dor e da morte do outro, que tem a intenção de conceder maior evidência às notícias ou às investigações – prática essa comum na mídia brasileira e, em menor frequência, na academia. Digo isso porque fui muito “cobrado” de falar da violência como se ela resumisse a vida dos moradores da Comunidade Bom Jesus I. Outrossim, houve casos em que, na condição de acompanhante de outros(as) pesquisadores(as) na área, comumente me foi revelado um desejo de visitar tão somente “os mais pobres” ou “as situações mais problemáticas”. Essa “cultura” de falar apenas, ou quase sempre, “do que há de mais ruim” na periferia, obviamente, aflige-me e me inquieta tanto como morador quanto como pesquisador. Dessa maneira, não obstante a vigilância de uma visão romântica, busquei abordar questões outras para dizer que: *“o meu ‘setor’ é muito mais que isso”*.

Em segundo lugar, ainda que nós, pesquisadores e pesquisadoras, sejamos aconselhados, constantemente, sobre as armadilhas do senso comum, ressalto que a construção deste texto priorizou o léxico local. Em outras palavras, as falas trazidas neste texto, presentes na realidade da comunidade, são utilizadas de forma consciente e crítica. A decisão de empregar esses termos, portanto, para além de uma característica do fazer etnográfico, configura-se como uma estratégia de fuga da linguagem academicista enrijecida, que, a depender da situação, pode expressar seu discurso tradicional de legitimação e de superioridade em relação aos saberes populares. No mais, por fazerem parte do cotidiano, essas expressões, certamente, permitirão

que os moradores do Mata Fome, e de outras comunidades de Belém (PA), sintam-se contemplados e identificados nesta escrita.

Para fins de melhor organização, além deste capítulo propedêutico e das considerações finais, esta dissertação é composta por outros quatro capítulos. No segundo capítulo, *“Caminhos metodológicos: quando o ‘outro’ sou ‘eu’”*, inicialmente, são sinalizadas reflexões e inquietações que embasam e justificam as escolhas metodológicas realizadas para esta investigação. Posteriormente, dentro de um debate entre as perspectivas macro e micro de análise, são apresentados os métodos de interpretação, isto é, os referenciais teórico-metodológicos que conduziram a prática científica empreendida, tanto “de fora e de longe” quanto “de perto e de dentro”. Por fim, apresenta-se os métodos de investigação; os procedimentos, os instrumentais, os dados e as fontes que compuseram a dimensão técnico-metodológica da pesquisa, momento no qual é descrito como a abordagem etnográfica foi efetivada durante o trabalho de campo.

O terceiro capítulo, *“Entre as psicósferas e as tecnósferas urbanas e da floresta: o espaço da urbanodiversidade da Belém amazônica”*, considerando a necessidade de estudar o lazer de modo situado – a partir de sua conjuntura histórica, econômica, política, social, ambiental e cultural –, propõe-se a compreender as dinâmicas atuais que permeiam a Comunidade Bom Jesus I, evidenciando algumas transformações decorrentes dos processos de urbanização e de modernização de Belém (PA), a fim de investigar o lazer mediante as singularidades da cidade e as particularidades da região, como a urbanodiversidade.

No quarto capítulo, *“A dinâmica do lazer convencional em Belém (PA): de que lazer estamos falando e para quem?”*, é narrado como o lazer foi a motivação principal de uma luta entre trabalhadores e capital pela redução da jornada de trabalho e pela conquista de maior “tempo disponível”: o direito ao lazer. Em seguida, demonstra-se como processos e agentes estruturantes cooptaram algumas práticas e alguns espaços para transformá-los em mercadoria e, com efeito, beneficiar certas classes sociais num viés funcionalista e instrumentalizado. Tal cenário é problematizado por meio da noção de “lazer convencional”, a qual discute como algumas formas de vivenciar o lazer foram, historicamente, definidas e impostas, de modo convencional, como únicas, exclusivas e legítimas. Diante disso, analisa-se esse processo em Belém mediante alguns acontecimentos históricos, bem como por meio do mapeamento, da distribuição e do acesso a espaços de lazer da cidade.

O quinto capítulo, *“‘Lazer, lazer! A gente não tem’: práticas e sociabilidades ‘lá no meu setor’”*, inicialmente, traz os significados e os entendimentos que conduzem o pensamento da população acerca do lazer. Os dados obtidos revelaram a necessidade de voltar à teoria e

traçar novos delineamentos capazes de captar as sutilezas e as complexidades vivenciadas na realidade investigada. Em seguida, é realizada uma breve discussão sobre o “setor” como um espaço sociológico fundamental para o encontro, a interação e as práticas da população. Por último, evitando um estudo sob a égide da dinâmica do lazer convencional, bem como da condição de invisibilidade/subalternidade, está a análise descritiva das práticas de lazer e de sociabilidade vivenciadas pela população na Comunidade Bom Jesus I à luz da compreensão sociológica de sociedade de Georg Simmel e dos princípios etnográficos, empreendidos por um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002).



# Caminhos metodológicos:

quando o “outro” sou “eu”

Durante uma aula de metodologia científica, um aluno perguntou:

- Professor, existe um método de interpretação melhor ou mais eficaz?

O Professor respondeu:

- Acredito que não há um melhor método, não. Existem apenas métodos diferentes. Eu, por exemplo, consigo chegar a conclusões muito próximas das que os colegas chegam utilizando o método sistêmico.

O aluno em pensamento:

Huum, então será que eu posso usar dois métodos, em momentos diferentes, analisar as conclusões de cada um e estabelecer um diálogo buscando, quem sabe, uma complementação?

O devaneio, porém, não foi externalizado por receio de ser um absurdo.



## 2.1 Algumas reflexões e inquietações: por uma prática científica mais autônoma e flexível

*“É preciso sair da ilha para ver a ilha.*

*Não nos vemos se não saímos de nós”.*

(José Saramago)

A célebre frase acima, do escritor português José Saramago, ainda que amplamente utilizada em reflexões mais individuais e subjetivas, é aqui observada como um ponto de partida para destacar outra reflexão, não necessariamente oposta e conflitante, apenas diferente, talvez complementar, qual seja: do mesmo modo que é primordial sair da “ilha” para vê-la e o contexto que, por vezes, a norteia, é igualmente importante entrar nela para conhecer e vivenciar o que a aparente paisagem não consegue desvelar. Dito de outro modo, é possível conhecer tão apenas vendo de fora, de longe ou de cima a “ilha”, mas será que é suficiente? Não seria importante ver também sob a perspectiva de dentro, de perto e de baixo? Afinal, por definição, “perspectiva” é aquilo que o olhar alcança a partir de um determinado lugar ou ponto – logo, como diriam os físicos da cinemática: “Tudo depende do referencial”.

No caso específico desta investigação, em diversos momentos do percurso metodológico, evidenciou-se a necessidade de investigar o lazer da Comunidade Bom Jesus I em duas perspectiva: uma, analisando a realidade a partir das estruturas econômicas e sociais, que envolvem e condicionam a sociedade e o espaço/tempo social (contexto **macro**), e outra, analisando as interações e as relações sociais entre indivíduos, as posições e os papéis que ocupam, bem como as práticas que criam e vivenciam cotidianamente (contexto **micro**) (SELL; DE PAULA JÚNIOR, 2016). Contudo, percorrer esses caminhos macro/micro implicou, para além dos tradicionais desafios operacionais e reflexivos, certos entraves ao eleger uma postura teórico-metodológica para analisar o problema em questão, dentro das duas perspectivas.

Considerando algumas heranças da tradição científica, seria necessário apontar apenas um método de interpretação e, a partir de então, moldar a construção do trabalho em diálogo com autores que seguem, unicamente, a mesma orientação teórica. Tal forma de construção do conhecimento é, tradicionalmente, utilizada por diversos pesquisadores e tem gerado, ao longo dos anos, conhecimentos deveras relevantes para o avanço da ciência. Todavia, quando se opta por utilizar mais de uma postura teórica, nota-se, no meio acadêmico, certa resistência, ainda que não aparente. Daí surge a inquietação de considerar que, além dessa tradição, há outras possibilidades de investigação, igualmente válidas, e que também precisam ser incentivadas, uma vez que trazem novas maneiras de analisar os fenômenos sociais.

A partir da perspectiva macro/micro, a escolha de uma única postura teórico-metodológica poderia ser facilmente implementada ao se utilizar autores que transitam, implicitamente, por esse debate macro/micro – em Bourdieu (1983), por exemplo, ainda que haja certo incômodo à perspectiva macrosociológica, que, em geral, analisa o indivíduo como “fantoche” das estruturas, é notória certa conversa entre o macro e o micro, sobretudo, nas categorias *habitus* e *campo*. Henri Lefèbvre, em “O direito à cidade” (LEFÈBVRE, 1991b) e em “A produção do espaço” (LEFÈBVRE, 2006), especialmente, a partir da tríade: *concebido*, *percebido* e *vivido*, poderia ser outra interessante escolha, ao entender que, mais do que a materialidade e os processos econômicos estruturantes, a produção social do espaço envolve modos de vida, relações e representações sociais.

Porém, o campo que ambientou esta pesquisa e as reflexões sobre este demandaram utilizar, em cada momento (macro/micro), autores e autoras que adotam diferentes orientações e métodos de análise, a fim de ir além dos limites alcançados, tanto pelo debate macro quanto pelo micro. Mais que isso, a busca por novas orientações teóricas foi aqui uma tentativa de: 1) fugir de algumas teorias que são frequentemente utilizadas, inclusive com maestria, por outras(os) colegas; 2) investir em teóricos que não são muito conhecidos ou que não estão no bojo dos debates mais atuais, com vistas a também tentar incentivar e promover a utilização de suas teorias. Em face disso, fugindo de rotulações (estruturalista, construtivista, sistêmica, interacionista ou fenomenológica), intencionou-se ter certa liberdade de estabelecer não uma mistura ou fusão entre diferentes e opostas posturas de análise e interpretação, mas conversas e complementações, cuja finalidade foi olhar o lazer de uma comunidade na periferia de Belém de modo diferente.

Ainda que não contemple essas e outras questões, a obra “Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica”, de Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), surge no esforço de dar maior liberdade à persistente aplicação das normas e dos procedimentos rotineiros da Ciência clássica. O livro propõe o espaço quadripolar da prática científica para demonstrar que a pesquisa pode (e deve) ser autônoma, mas sem perder o rigor que garante a cientificidade do conhecimento, partindo de uma postura antipositivista. Desse modo, a intenção de utilizar diferentes posturas de interpretação, dentro das perspectivas macro e micro, é aqui considerada como o exercício de uma prática científica mais autônoma, flexível e dinâmica e menos presa, ou condicionada, a princípios científicos, pode-se dizer, mais “ortodoxos”.

Na visão de Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), o campo da pesquisa precisa ser um lugar dinâmico e dialético, no qual se elabora uma prática científica que constrói objetos de

conhecimentos específicos e que, por sua vez, impõem uma matriz particular de apreensão e de interpretação dos fenômenos. Não obstante, mesmo que várias pesquisas científicas tenham uma “[...] autonomia cuja precariedade é aparente [...]” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 34), o campo autônomo da prática científica pode ser concebido, do ponto de vista metodológico, com a articulação de diferentes instâncias e polos que constituem um campo de forças – o qual submete a pesquisa a determinados fluxos e exigências, tanto internas quanto externas.

Espelhando-se nessa abordagem mais autônoma e flexível, organizou-se os elementos do espaço metodológico em dois polos, a saber: 1) Métodos de interpretação (polo teórico-metodológico); e 2) Métodos de investigação (polo técnico-metodológico). Estes de maneira alguma compreendem momentos estáticos, na verdade, estão aqui separados apenas por questões de estruturação e encadeamento lógico das ideias do texto. Assim, a construção metodológica aqui proposta procurou não restringir a investigação científica a uma visão tecnológica ou instrumental (*design*) e buscou ir, em certa medida, na contramão de direcionamentos científicos cristalizados. Por meio desse esquema, considera-se a necessidade de uma relação dialógica entre teoria e métodos, teoria e dados e métodos e dados (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991).

Destarte, essa construção metodológica é uma alternativa aos métodos tradicionais de investigação científica lineares e sequenciais. Por não ser unilateral e cronológica, possui caráter “yo-yo”, permitindo ir e voltar no percurso da investigação. Tal configuração reconhece o desafio de se investigar fenômenos sociais sem cair totalmente na objetivação do que é subjetivo ou nas interferências dos campos sociais da pesquisa. Por fim, essa construção se estabeleceu sem reduzir a atividade de pesquisa a uma simples busca por leis e variáveis que regem os fenômenos sociais (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991). Ainda que não seja tão recente, tal proposta possibilita reflexões consideráveis para se pensar a investigação científica em Ciências Humanas e Sociais, sobretudo, no que concerne à autonomia e à liberdade na prática científica (MACHADO *et al.*, 2016).

## **2.2 Métodos de interpretação: entre o macro e o micro**

Enquanto clássica discussão da Sociologia, o debate entre a macro e a microsociologia é observado como um elemento que, junto de outros, contribuiu para a constituição da disciplina, pois a díade indivíduo/sociedade, como colocam Sell e De Paula Júnior (2016), e as discussões, que dela resultam, ajudam a compor o patrimônio do conhecimento sociológico até

aqui empreendido. A partir dessa díade, que embora se constitua como um *continuum*, surgiram diferentes concepções sociológicas que demarcaram uma clara divisão e polarização entre duas grandes tradições interpretativas: uma focalizada no objetivo do coletivo (macro) e outra, no subjetivo do individual (micro). Simplificadamente, essa divisão das perspectivas é circundada por uma persistente polêmica sobre qual delas é mais adequada para analisar questões sociais: seja a partir “[...] das relações face a face entre os indivíduos empreendidas pelas análises microsociais [...]”, seja “[...] das relações entre as estruturas (imposições) mais gerais da vida social sobre as trocas e situações mais específicas, tal como se procura alcançar com o recurso às análises macrosociais [...]” (BRANDÃO, 2001, p. 154).

Tais tradições podem ser observadas e, de certa forma, representadas (ainda que com as devidas contextualizações), respectivamente, nos pensamentos de Durkheim, que entendia a sociedade a partir de fatos sociais (exterior, geral e coercitivo), e Weber, que acreditava nos indivíduos como “agenciadores” capazes de mudar a realidade, ao entender que as estruturas eram as únicas responsáveis por suas ações (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003). Em meio a esse contexto, segundo Brandão (2001, p. 154), há um embate histórico entre vários autores, qual seja: “[...] se a ordem social se impõe como matriz que estrutura os comportamentos, ou se ela é permanentemente reconstruída pela negociação entre os indivíduos envolvidos nas ações ou trocas sociais”. Em outras palavras, a questão que se discute é: a ação social é autônoma ou é condicional e estruturalmente determinada?

O debate macro/micro vem sendo, historicamente, percebido a partir de diferentes formas e autores, como: David Lockwood, com a “integração social” e a “integração sistêmica”, Jürgen Habermas, com o “mundo da vida” e o “sistema”, Anthony Giddens, com a “agência” e a “estrutura”, George Simmel, com o “indivíduo” e a “sociedade”, entre outros (SELL; DE PAULA JÚNIOR, 2016). No entanto, a intenção, nesse momento, não foi realizar, como fez Brandão (2001), uma linha histórica acerca dos pensamentos, das escolas ou das tradições que ajudam a fundamentar essas perspectivas, mas realizar um breve panorama sobre as discussões. Estas, pois, foram importantes para contribuir com o longo processo (em curso) de superação da polarização entre os níveis macro e micro, bem como entre os diferentes métodos de interpretação, que são utilizados no contexto de cada uma dessas abordagens.

O diálogo entre a macro e a microsociologia pode gerar conhecimentos profícuos para o entendimento dos problemas que permeiam a sociedade, bem como para as possibilidades de resolução desses (BRANDÃO, 2001). Desse modo, tais abordagens, longe de opostas, foram entendidas no universo desta pesquisa como complementares numa tentativa de entender como movimentos exógenos e endógenos “lutam” para moldar o cotidiano, as práticas e as

experiências coletivas e individuais. Portanto, a necessidade desse “duplo” olhar reside, entre outros aspectos, nos limites de cada um. Afinal, ao olhar para o lazer da Comunidade Bom Jesus I, considerando somente a beleza das relações e das práticas, o pesquisador poderia ser “acusado” de romantizar uma realidade da qual faz parte como morador e, como consequência, deixar de observar que existem lógicas externas que tentam padronizar diferentes modos de vida e, por conseguinte, de lazer – processo discutido por Magnani (2003a) como a “tentação da aldeia”<sup>7</sup>. Outrossim, analisar apenas sob a ótica de uma escala macro poderia inviabilizar a percepção dos processos de digressão e de resistência, introjetados nas práticas e nas interações cotidianas, que são, por vezes, invisibilizados e silenciados por dinâmicas estruturantes.

Na busca por viabilizar essa investigação, utilizou-se os olhares “de fora e de longe” (micro) e “de perto e de dentro” (macro), de Magnani (2002). Para o autor, a análise “de fora e de longe” observa a cidade “[...] como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro” (MAGNANI, 2002, p. 14). Dito de outro modo, nessa perspectiva, a cidade é lida, com frequência, por meio de mapas, diagnósticos, variáveis e indicadores, bem como de concepções e categorizações mais gerais, que buscam mensurar e/ou esquematizar os problemas urbanos das metrópoles do “primeiro mundo”, bem como das grandes e médias cidades dos países ditos subdesenvolvidos (MAGNANI, 2002).

Mesmo sem renegar ou deixar de reconhecer a relevância e a contribuição dessa perspectiva: “de fora e de longe”, Magnani (2002) questiona os resultados: “Mas isso é tudo?”. Evidentemente não, tendo em vista que essa visão apresenta certas limitações por não contemplar e por invisibilizar atores, suas práticas e seus discursos cotidianos. O olhar “de perto e de dentro” – dimensão que a Antropologia, por meio da etnografia, possibilita analisar –, por outro lado, busca incorporar esses atores e suas histórias, a fim de conhecer a visão e a leitura que estes têm da e sobre a cidade, mas que, historicamente, são veladas ou negadas. Destarte, tanto a pesquisa como o seu resultado foram esquematizados em dois momentos diferentes, mas não descontinuados, os quais demonstram como cada capítulo foi pensado e estruturado, conforme exposto no Quadro 1.

---

<sup>7</sup> Conforme Magnani (2003a, p. 83), a “tentação da aldeia” consiste em “[...] tentar reproduzir, principalmente no cenário das grandes metrópoles, aquelas condições tidas como clássicas na pesquisa antropológica: a dimensão da aldeia, da comunidade, do pequeno grupo. Cabe notar que, se tais condições já não se aplicam nem mesmo nas próprias pesquisas da etnologia indígena, continuam presentes, no imaginário, como as características ideais da abordagem etnográfica. No livro ‘Na metrópole: textos de antropologia urbana’ (MAGNANI; TORRES, 2000), denominei essa transposição de ‘a tentação da aldeia’, ou seja, a tentativa de reproduzir, no contexto bastante diversificado e heterogêneo das metrópoles, aquele lugar ideal onde, supostamente, se poderia aplicar, com mais acerto, o método etnográfico [...]” (Grifo nosso).

Quadro 1 – Perspectivas macro e micro de análise do lazer na Comunidade Bom Jesus I

| PERSPECTIVAS                           | DESCRIÇÃO                                                                                                     | CAPÍTULOS                                                                                                        | ELEMENTOS DE ANÁLISE                                                                                    |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>MACRO</b><br>(de fora e de longe)   | Estuda a sociedade a partir das estruturas e dos processos econômicos, ideológicos etc.                       | 3. Entre as psicosferas e as tecnosferas urbanas e da floresta: o espaço da urbanodiversidade da Belém amazônica | - Modernização<br>- Urbanização<br>- Psicosfera<br>- Tecnosfera<br>- Urbanodiversidade                  |
|                                        |                                                                                                               | 4. A dinâmica do lazer convencional em Belém (PA): de que lazer estamos falando e para quem?                     | - Contexto da <i>Belle Époque</i><br>- Espaços de lazer<br>- Centro e periferia<br>- Lazer convencional |
| <b>MICRO</b><br>(de perto e de dentro) | Foca nas interações e nas relações sociais entre atores, bem como nas posições e nos papéis que estes ocupam. | 5. “Lazer, lazer! A gente não tem”: práticas e sociabilidades lá no meu setor                                    | - Interações sociais<br>- Sociabilidades<br>- Práticas sociais<br>- Lazer invisibilizado                |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Considerando que o lazer deve ser compreendido sob a dimensão da cultura (GOMES, 2011), pensá-lo implica, antes de tudo, analisar o contexto histórico, social, cultural, ambiental, político e econômico no qual está situado. Assim, inicialmente, esse olhar “de fora e de longe” (macro) buscou, no terceiro capítulo *“Entre as psicosferas e as tecnosferas urbanas e da floresta: o espaço da urbanodiversidade da Belém amazônica”*, contextualizar e situar a Comunidade Bom Jesus I a partir de alguns processos estruturantes, como a urbanização e a modernização da cidade de Belém, destacando as transformações geradas na vida da população, que ocupa a área do Igarapé Mata Fome, na qual a referida comunidade está localizada.

A orientação teórica, para guiar essa parte da investigação, foi amparada, especialmente, nas obras de Milton Santos (1988, 1993, 1994). Para o autor, o espaço técnico-científico da sociedade moderna é constituído por duas esferas: a tecnosfera urbana e a psicosfera urbana – pensadas como forma e conteúdo, respectivamente (SANTOS, 1993). No entanto, ao se pensar o contexto espacial amazônico, em que as cidades e as suas lógicas são fortemente marcadas por especificidades, entende-se que, além das tecnosfera e psicosfera urbanas, há a psicosfera e a tecnosfera da floresta por entender a região a partir da noção de urbanodiversidade, categoria debatida por Trindade Júnior (2010b, 2013, 2015a). Tal noção concebe o espaço urbano amazônico a partir do atributo da diversidade, isto é, das singularidades das cidades e das pluralidades da Região Amazônica (TRINDADE JÚNIOR, 2013, 2015a). Portanto, tal debate considera as “[...] vivências, culturas, vidas cotidianas e potencialidades de reprodução econômica e social [...]” (TRINDADE JÚNIOR, 2015a, p. 331) dos povos, das comunidades

e das populações da floresta: os ribeirinhos, os caboclos, os indígenas e os cidadãos da região. Logo, representou uma concepção para se pensar a comunidade e o lazer a partir das diversidades – espacial (ambiental), temporal e, de certa forma, cultural – características do viver amazônida.

Ainda a partir do olhar macro (“de fora e de longe”), no quarto capítulo, *“A dinâmica do lazer convencional em Belém (PA): de que lazer estamos falando e para quem?”*, igualmente, buscou-se – antes de investigar a Comunidade Bom Jesus I – examinar o lazer e a sua dinâmica, situando o seu contexto na cidade de Belém. Assim, inicialmente, é realizada uma breve discussão sobre a construção do lazer como direito social, na qual se destaca como processos estruturantes, como o “mercolazer” (MASCARENHAS, 2005), cooptaram algumas práticas e alguns espaços para legitimá-los como lazer e beneficiar, sobremaneira, um seletivo grupo de pessoas – o que é discutido a partir da noção de “lazer convencional”. Essa discussão é cenarizada mediante alguns acontecimentos históricos, bem como por meio do mapeamento, da distribuição e do acesso aos espaços de lazer atuais da cidade, a partir dos quais se evidencia como os direitos à cidade de Belém e ao lazer vêm sendo implementados às diferentes classes sociais.

Em contrapartida, ao analisar o lazer apenas sob a perspectiva macro (de fora e de longe), deixaria de desvelar práticas e atores que estão “debaixo” de lógicas dominantes, que os invisibilizam e subalternizam. Ademais, se correria um sério risco de considerar o indivíduo como um agente atônito, incapaz de agenciar mudanças e demonstrar resistências em sua realidade. Em virtude disso, a perspectiva micro entrou em cena, mediante o olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), para “[...] perscrutar como os seus interlocutores vivem e falam, a partir de seus lugares [...] sobre determinados momentos, convencionais ou não, de suas rotinas, de suas escolhas, do emprego dos tempos de que dispõem [...]” (MAGNANI, 2018b, p. 307). Afinal, esse olhar pode encontrar inversões, classificações e lógicas não aparentes, imbricadas em acontecimentos aparentemente triviais do cotidiano.

Em outras palavras, tal olhar possibilitou – no quinto capítulo: *“‘Lazer, lazer! A gente não tem’: práticas e sociabilidades ‘lá no meu setor’”* – valorizar questões que, normalmente, não são observadas por alguns daqueles que produzem conhecimentos numa perspectiva tão apenas “de fora e de longe”, que, por vezes, não condiz ou se distancia da realidade como ela é concretamente. Para reconhecer e analisar os fenômenos que contemplam o lazer da periferia

de Belém na naturalidade das interações sociais cotidianas, o olhar “de perto e de dentro” foi guiado pelo interacionismo simbólico<sup>8</sup>.

A interação simbólica, fundamentada na concepção de que existe uma relação mútua entre objetividade e subjetividade, busca entender os indivíduos como criadores e recriadores do mundo vivido, dentro da dinâmica experiencial própria de suas vidas cotidianas (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010). Essa perspectiva focaliza as simbologias e os significados que os fenômenos sociais forjam no transcurso das interações entre os indivíduos. As interações, nesse caso, não são percebidas como fatos sociais – como trata o paradigma positivista de Comte e de Durkheim – e, sim, como objetos sociais em constante (re)construção, tendo em vista a temporalidade, a fragilidade e a brevidade da duração dos processos de interação.

Como corrente teórica da etnometodologia<sup>9</sup>, a interação simbólica confere significados (concebe termos, rótulos, classificações e categorias) às práticas sociais, às falas e aos métodos, utilizados pelos indivíduos no estabelecimento das interações diárias. Esse processo semântico, não obstante seja fortemente regulado por códigos tácitos e socialmente firmados, não é definido unilateralmente, mas, sim, a partir das relações de negociação de significados (OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012). Essa maneira de ler o mundo vivido, portanto, requer uma abordagem de envolvimento e de imersão do observador no campo, isto é, um contato estreito com o fenômeno pesquisado.

Na perspectiva do interacionismo simbólico, a orientação teórica, adotada para estudar as práticas sociais de lazer, a partir da interação de sujeitos pertencentes à periferia de Belém

---

<sup>8</sup> “Com respeito às correntes teóricas que vieram dar origem à perspectiva conhecida como interacionismo simbólico, observa-se que a maioria dos autores [...] são unânimes em considerar as contribuições advindas das obras de clássicos da Escola de Chicago como Charles Cooley, John Dewey, William Thomas e, sobretudo, George Mead, considerado o principal precursor e inspirador do movimento interacionista”. “Nessa linha de raciocínio, destaca-se a influência da filosofia do pragmatismo sobre os estudiosos da Escola de Chicago, a qual teve início com os trabalhos de Dewey e Mead, especialmente no que se refere à interpretação dos processos e operações psíquicas, segundo sua eficácia para a solução dos problemas encontrados pelas pessoas no curso de sua conduta” (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, p. 148-149).

<sup>9</sup> A etnometodologia estuda os métodos pelos quais os indivíduos de uma sociedade se utilizam de forma coletiva com vistas a sistematizar as definições das experiências cotidianas (OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012). Nas palavras de Psathas (2004, p. 32), a etnometodologia “[...] estuda os métodos que efetivamente são praticados (usados) pelos membros da sociedade a fim de alcançar (fazer) o que quer que seja que eles estão fazendo (incluindo as formas de falar a respeito do que quer que seja que eles estão fazendo)”. Em termos mais práticos, a etnometodologia seria uma “metodologia de todo o dia”, resultante de uma investigação cuidadosa acerca dos métodos utilizados por indivíduos para realizar ações práticas no cotidiano do mundo da vida. Na etimologia do termo, entende-se *etno* como o membro do grupo e *metodologia* refere-se aos métodos que possibilitam praticar as atividades cotidianas (PSATHAS, 2004).

(PA), foi a Teoria Sociológica de Georg Simmel<sup>10</sup> (2006). Para este, a sociedade é como uma rede complexa de indivíduos em interação, sendo ela estimulada por sentimentos e sensações como raiva, desejo, paixão etc. Assim sendo, a sociedade é resultado de uma soma de ações e de relações entre indivíduos, as quais se desenvolvem na convivência cotidiana das relações (de formas e de conteúdos) da vida social (SIMMEL, 2006). Desse modo, sendo a sociedade o produto resultante das interações e/ou dos contatos sociais, os indivíduos estão “[...] ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem [...] uns sobre os outros” (SIMMEL, 2006, p. 17). De modo prático, o autor esclarece:

Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeras outras situações fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e, também, sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma sociedade (SIMMEL, 2006, p. 59-60).

Portanto, “[...] sempre que houver indivíduos que se encontrem em reciprocidade de ação – seja ela permanente ou passageira, seja ela com, contra ou pelos outros, pode-se falar em sociedade” (PERES; DURÁN; ALBUQUERQUE, 2011, p. 99). Nessa direção, é oportuno destacar o princípio da *intensidade na interação*, pois quanto maior e mais estreita for a interação, mais esse grupo pode formar uma sociedade. Dito de outro modo, o processo de interação é diretamente proporcional à conformação da unidade social. Outro princípio seria a *reciprocidade*, tendo em vista que, consoante a Simmel (2006), as interações sociais recíprocas, para além de compreenderem um processo de perene construção, desconstrução e reconstrução de uma sociedade, contribuem com a constituição de sistemas de colaboração e de cooperação – com efeito, estabelecendo a sociação.

Na sociação, Simmel (2006) faz uma distinção fundamental entre a sua forma e o seu conteúdo. O último refere-se aos impulsos, interesses, finalidades, tendências etc., existentes

---

<sup>10</sup> Para fins de esclarecimento, Salturi (2016, p. 162-163) assinala que: “O filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918) ingressou na Universidade de Berlim em 1876, onde estudou História, Filosofia, Psicologia e Etnologia e História da Arte. Desde a época de estudante, se interessava por diversas disciplinas. Dono de uma grande liberdade intelectual, Simmel acreditava que a justificação última da vida acadêmica radicava na produção material que promove o cultivo dos indivíduos educados, como apontam seus ensaios sobre a cultura (SIMMEL, 2013). Possuidor de uma carreira prestigiosa como professor e palestrante, sua extraordinária originalidade pode ser associada à sua posição como pensador ilhado, considerando os aspectos positivos e negativos dessa situação em que se encontrava. Seu fracasso profissional se manifestou institucionalmente ao tentar obter a designação de professor titular. Somente quatro anos antes de seu falecimento, em 28 de setembro de 1918, vitimado por um câncer de fígado, que Simmel conseguiu adentrar numa cátedra, na Universidade de Estrasburgo, cidade para onde se mudou”.

nos indivíduos e capazes de causar efeitos no outro, sobre o outro, com o outro e em si próprio. No entanto, o conteúdo por si só não tem sentido no processo de sociação sem as formas de interação. São a partir das formas que os conteúdos passam a integrar a dinâmica da interação – saem do interior isolado dos indivíduos para o exterior interacional –, e tornam-se as formas de interagir, ser e estar com o outro numa relação de interação recíproca. Porém, no entender de Simmel (2006), alguns conteúdos, em certas circunstâncias, perdem a sua natureza prática momentaneamente, libertando-se para se tornar autônomos, construindo valores em si próprios.

Por assim ser, o que seria, autenticamente, social, para Simmel (2006, p. 64), “[...] é aquele ser com, para e contra os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades [...]”. As formas – por serem indissociáveis dos conteúdos – adquirem, por sua vez, “[...] puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da **sociabilidade**” (SIMMEL, 2006, p. 64. Grifo nosso). Assim, sendo a sociabilidade a “forma lúdica da sociação”, esta se caracteriza como a forma pela qual um grupo de indivíduos em interação conformam uma unidade social. Em virtude disso, na sociabilidade, o conteúdo aparece como subjacente à forma de ser e estar com o outro. Em termos mais práticos, não importa o motivo (conteúdo) da reunião, o que importa, verdadeiramente, é o estar junto (formas) em interação. É como se a finalidade (conteúdo) inicial do encontro perdesse seu valor, passando as interações a ter maior importância (formas).

Após a apreciação dos textos de Simmel – e de alguns autores e autoras que buscaram clarificar seus pensamentos –, em uma tentativa de exemplificação, a sociabilidade pode ser explicada da seguinte maneira: é como se uma guerra estivesse ocorrendo, mas as pessoas estão em uma atmosfera tão grande de interação que sequer conseguem notar ou perceber o contexto ao qual estão vivendo (conteúdo), mesmo que este implique em risco de vida. Na brevidade daquele tempo/espço social, a interação é tão intensa que as pessoas parecem estar numa condição de hipnose, e nada parece tirar a atenção daquele momento de satisfação de estar com o outro. Dito isso, a sociabilidade pode ser compreendida como um tempo/espço social de pura interação lúdica, em que as formas de interagir ganham vida e tomam conta do indivíduo e de seus conteúdos.

Nessa direção, é conveniente clarificar que, na sociabilidade, o objetivo que deu origem ao grupo não tem tanta importância, mas, sim, a satisfação e o prazer que motivaram a união dos indivíduos – e isso implica o sentimento de pertencimento e de identidade que confere e caracteriza o grupo. Desse modo, a sociabilidade pode se fazer presente em diversos momentos

– comunidades religiosas, jogos de futebol, reuniões comunitárias, clube de lutas etc. – que, conquanto tenham aspirações e interesses próprios (conteúdos específicos), assemelham-se na prática da sociabilidade. Afinal, conforme Simmel (2006, p. 64), “[...] todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da sociedade enquanto tal”. Assim, nos diversos momentos e experiências da vida social, podem ser, facilmente, identificados os processos de sociabilidade. Sair de casa para se reunir com amigos, namorar, conversar por horas sobre qualquer assunto, geralmente, “[...] não têm outro fim principal senão o prazer e o sentimento de estar junto e de ‘praticar’ a própria sociação” (PERES; DURÁN; ALBUQUERQUE, 2011, p. 105). Assim, nota-se que, envolta às práticas e às experiências de lazer cotidianas, as quais são produtos de interações simbólicas, está presente a ludicidade da sociação: a sociabilidade.

Por fim, a orientação teórica de onde se partiu para investigar o lazer contempla quatro frentes, quais sejam: 1) entende o lazer como sendo de natureza humana e uma produção da sociedade que se concebe na dimensão da cultura, logo, é necessário considerar o contexto histórico-cultural, político, econômico, interétnico e ambiental dos indivíduos ou grupos sociais pesquisados para compreendê-lo verdadeiramente; 2) entende o lazer como uma prática emancipatória e um direito social: não apenas um direito ao lazer convencional, mas também a outros lazers; 3) entende o lazer a partir de uma outra racionalidade que procura (des)considerar, questionar e desconstruir estigmas e estereótipos que recaem sobre expressões culturais de lazer de grupos minoritários. Essa “outra racionalidade” emerge não para tomar o lugar, mas para se somar às reflexões existentes, que caminham dentro desse mesmo movimento; e 4) entende o lazer como verbo, não como substantivo ou adjetivo. Aqui se considera que o lazer não está pronto e acabado como um produto: está a ser produzido. Trata-se, dessa maneira, de uma prática inventada, construída e “consumida” no espaço/tempo em que ocorre.

Ademais, consideraram-se os postulados de Gomes (2004, 2008a, 2011, 2014), a qual entende que os conceitos clássicos hegemônicos, como o do sociólogo francês Joffre Dumazedier foram estruturados em contextos sociais, políticos e culturais focalizados nas sociedades urbano-industriais da Europa, logo, contextos completamente díspares de regiões como a América, a África e a Ásia. Para a autora, não se questiona a relevância dos estudos produzidos na Europa, a crítica se refere ao eurocentrismo enquanto um pensamento hegemônico que “[...] situa-se no centro de nossas vidas cotidianas e [...] engendra um sentimento fictício de superioridade ontológica das culturas e dos povos europeus [...]” (GOMES, 2011, p. 7).

Partindo desse debate sobre a geopolítica do conhecimento nos estudos do lazer, levantado por Gomes (2011) e considerando as noções, as classificações e as adjetivações endógenas, que configuram a Região Amazônica e suas especificidades, seria legítimo pensar um debate sobre o lazer amazônico? Seria possível refletir sobre uma discussão teórica do lazer, própria dos pesquisadores e das pesquisadoras amazônidas? Afinal, assim como Gomes (2018, p. 58) ressalta a relação entre os países centrais e os latino-americanos, mesmo dentro do Brasil, é cada vez mais necessário “[...] produzir conhecimentos sobre a recreação e o lazer que dialoguem com as particularidades históricas, socioeconômicas, políticas, culturais e étnico-raciais, entre outras” de outras regiões do País, como a Norte e a Nordeste.

Entendendo que universalizar um conhecimento, a partir de uma realidade particular, é limitar outras realidades, é silenciar saberes construídos sob outras ontologias ou racionalidades, compreende-se como viável estudar o lazer a partir do ambiente e das culturas amazônicas. No entanto, para tal discussão ter legitimidade, é primordial ser realizada a partir de um “local de fala”: daqueles que falam de “perto e de dentro” da realidade investigada. Todo e qualquer conhecimento produzido, pois, “[...] está marcado geo-historicamente, reforçando valores condizentes com as peculiaridades locais do contexto em que é produzido” (GOMES, 2011, p. 2).

Do mesmo modo que se tem debatido sobre como a colonialidade do ser, do saber e do poder (LANDER, 2005; MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005) tem silenciado, invisibilizado e subalternizado o conhecimento produzido e as práticas de lazer da América Latina em detrimento do que é concebido e vivido na Europa (GOMES, 2011), é importante refletir se os estudos do Sul e do Sudeste do Brasil, tradicionalmente conhecidos como o lugar das grandes e importantes produções, não contribuem para um projeto de etnocentrismo e de colonialidade (MIGNOLO, 2017) do conhecimento inter-regional, tendo em vista que as experiências de lazer da Amazônia são investigadas, com frequência, partindo de concepções e de classificações produzidas por pesquisadores e pesquisadoras dessas e nessas regiões.

A intenção aqui não é negar, desrespeitar, deslegitimar ou desconsiderar os numerosos e os exaustivos estudos realizados por pesquisadores e pesquisadoras do Centro-Sul – mesmo porque estes possibilitaram avanços substanciais nesse campo de estudos –, mas ter em mente a necessidade de se refletir criticamente sobre a impossibilidade de aplicar todas essas produções na leitura de particularismos, próprios da Região Amazônica. No mais, cumpre salientar que, embora haja acentuados e contínuos esforços de pesquisadoras e de pesquisadores amazônidas na elaboração de novas pesquisas, a produção científica atual mais (re)conhecida

no e do Campo de Estudos do Lazer no Brasil ainda parece ser a de autores e autoras do Centro-Sul.

É fato que tal discussão não é o objetivo desta dissertação, mas como esta nasceu no seu âmbito, para não haver certa isenção, buscou-se ensaiar uma produção que se volte e conceda maior importância para os conhecimentos que foram forjados também dentro da realidade amazônica, uma vez que, com frequência, fala-se em Amazônia sem ser da Amazônia. Em outros casos, quando se é da região, não é incomum se falar dela a partir da visão de quem é de fora. É como se quem é de fora tivesse uma fala com maior legitimidade, por isso, questiona-se: até quando citaremos tão apenas os grandes nomes do Sudeste e do Sul, se temos aqui a Edna Castro, o José Aldemir, a Lourdes Furtado, a Zélia Amador de Deus, a Rosa Acevedo Marin, o Francisco Costa e tantos outros nomes. Ressalta-se, novamente, que não se trata de negar os conhecimentos tão essenciais construídos por essas pensadoras e esses pensadores do Centro-Sul – *até mesmo porque os leio, os admiro e os cito* –, a inquietação está em: até quando somente estes serão os nossos principais referenciais?

Em face disso, para dar conta desse exercício, não foi possível utilizar apenas conhecimentos produzidos sobre o lazer, pois, historicamente, as concepções e as categorizações mais usuais desse campo de estudos foram produzidas a partir de, em e sobre realidades bem diferentes, como mencionado anteriormente. Desse modo, foram utilizados autores regionais também do Turismo, da Geografia, do Urbanismo, da Sociologia e da Antropologia, como um exercício para se partir de conceitos construídos na e a partir das vivências da/na região. Para tanto, a incursão metodológica para possibilitar a realização dessa investigação foi guiada por uma abordagem interdisciplinar (JAPIASSU, 1976). Esta foi fundamental, pois os estudos do lazer são considerados, por natureza, interdisciplinares – caracterizando-se como um campo que nasce a partir da união de diferentes disciplinas, que se propõem estudar, dialógica e dialeticamente, essa temática.

### **2.3 Métodos de investigação**

No âmbito dos métodos de investigação (polo técnico-metodológico), durante a escolha das técnicas para viabilizar o estudo – além do problema e dos objetivos –, considerou-se o campo da pesquisa, uma vez que este se encontra situado em uma comunidade localizada na periferia de Belém. Cada ferramenta metodológica adotada foi cuidadosamente pensada, considerando a dinâmica do campo e o contexto inserido. Para uma melhor compreensão e

visualização, o Quadro 2 traz a sistematização dos métodos empregados. Mais à frente, é justificada a utilização de cada um deles para viabilizar o estudo.

Quadro 2 – Sistematização dos métodos de investigação

| CLASSIFICAÇÃO              |            | PROCEDIMENTOS                               |                                                                                         |
|----------------------------|------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Abordagem                  | Objetivos  | Técnicas de pesquisa                        | Instrumentos ou fontes                                                                  |
| Qualitativa e Quantitativa | Descritiva | Levantamento bibliográfico                  | Artigos, livros, teses, dissertações e monografias.                                     |
|                            |            | Levantamento documental                     | Leis, Decretos, dados do IBGE e da Prefeitura de Belém.                                 |
|                            |            | Pesquisa de campo com abordagem etnográfica | Observação participante<br>Conversas informais<br>Entrevistas<br>Registros fotográficos |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quanto à abordagem da pesquisa, optou-se pela abordagem quantitativa e qualitativa, uma vez que esta considera a vinculação indissociável entre o mundo real e o sujeito, entre a objetividade e a subjetividade, permitindo uma visão mais holística, pluralista e relativa dos fenômenos, dos problemas ou das questões estudadas (GROULX, 2008). Nessa abordagem, interpretar os fenômenos e atribuir significados são princípios basilares, levando-se em consideração os contextos ambiental e sociocultural, pois estes são a fonte primária de coleta de dados. Tal abordagem permite atribuir significados à realidade social, dar enfoque em processos sociais e conceder às objetividades importantes significados subjetivos etc. (GÜNTER, 2006).

Entrementes, como o ser humano é o instrumento-chave para a coleta dos dados (GROULX, 2008), a abordagem qualitativa tem sido questionada, historicamente, tendo em vista que a complexidade e a subjetividade do pesquisador são consideradas fatores limitantes numa investigação de cunho científico. De acordo com Mary Gergen e Kenneth Gergen (2006), as sensações, os sentimentos e as emoções do estudioso ou da estudiosa, bem como o seu envolvimento, no contexto espacial estudado, influenciam o resultado da pesquisa, o que, para alguns teóricos adeptos da corrente positivista, não é considerado científico.

No tocante ao tipo de pesquisa segundo os objetivos, este estudo se alinha ao tipo descritivo. Não obstante seja alvo de duras críticas, foi eleito como objetivo por entender que é um dos que mais se adere ao desenho metodológico pensado para o alcance dos objetivos e, por conseguinte, para responder à problemática. Afinal, para estudar as interações simbólicas e seus

significados nos espaços e nas práticas de lazer, são elementares a imersão, o registro e a descrição densa (GEERTZ, 2008) dos fenômenos observados e vivenciados.

No que tange às técnicas de pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre urbanização, espaço urbano, lazer e sua relação com a periferia, a fim de inventariar os trabalhos anteriormente produzidos tanto na Região Amazônica como em outras regiões do País, para situar-se no debate vigente sobre a temática e para caracterizar o objeto e o *locus* de estudo (SEVERINO, 2007). Outrossim, essa técnica permitiu (re)formular o problema de pesquisa, os objetivos e a construção metodológica (MARCONI; LAKATOS, 2003). Esse levantamento foi realizado a partir dos repositórios institucionais – como o da Universidade Federal do Pará (UFPA) – e das bases/plataformas de conteúdo científico – Portal de Periódicos CAPES, *Scopus* e *Scielo*. Além, é claro, do acesso a leituras diversas, constituintes das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).

O levantamento documental foi outra técnica utilizada, visto que “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Sendo assim, esta possibilitou o levantamento e a análise de documentos oficiais essenciais para dar validade às contextualizações históricas. Os dados demográficos e de geolocalização foram consultados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do *Google Earth*. Os dados sobre lazer em Belém foram solicitados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) (APÊNDICE A) e acessados no Inventário da Oferta Turística por meio do site da Coordenadoria Municipal de Turismo do município de Belém (BELÉMTUR).

De posse dos dados, foi possível realizar uma catalogação dos principais espaços convencionais de lazer em Belém, que permitiu observar a distribuição e o acesso a esses espaços pela população de bairros centrais e periféricos da cidade, como poderá ser mais bem observado na seção 4.3 (Distribuição e acesso aos espaços de lazer: entre o centro e a periferia de Belém-PA). Ademais, os dados foram submetidos ao cálculo de dois indicadores, a saber:

1) o Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural (IDAC-absoluto), criado por Melo e Peres (2005), que expressa a relação entre o número de espaços de lazer e os habitantes (Equação 1). De acordo com os autores, o IDAC tem uma escala de variação entre 0-1 ( $0 \geq \text{IDAC} \leq 1$ ), em que zero (0) corresponderia a não existência de nenhum tipo de espaço para a população e um (1), numa situação hipotética, demonstraria que cada habitante teria à sua

disposição, pelo menos, um espaço. Logo, um maior indicador implica uma maior quantidade de espaço por habitante:

$$IDAC(x) = \frac{\text{Total de Espaços de Lazer } (x)}{\text{Número de habitantes } (x)} \quad (1)$$

Onde: x é o bairro ou o distrito

2) o Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto) – que considera a razão entre a área de cada um dos bairros (hectares) e o número de espaços presentes neles (Equação 2). Essa expressão matemática resultou em um valor que corresponde a quantos hectares um único espaço estaria à disposição da população. Desse modo, o que se optou por chamar aqui de Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer (IDTEL-absoluto) ( $0 \leq IDTEL \leq 1$ ) pode variar entre nenhum espaço na área total do bairro e, utopicamente, indicar que, para cada hectare do bairro (ou menos), haveria um espaço de lazer à disposição da população.

$$IDTEL(x) = \frac{\text{Extensão Territorial } (x)}{\text{Total de Espaços de Lazer } (x)} \quad (2)$$

Onde: x é o bairro ou o distrito

### 2.3.1 Uma abordagem, um exercício etnográfico: o “outro” também sou “eu”

Os primeiros etnógrafos – os grandes narradores das histórias e das “culturas primitivas” (MALINOWSKI, 2012) –, até os dias atuais, muito têm inspirado os jovens pesquisadores. Estes se deslocavam por muitas milhas para se distanciar de qualquer símbolo familiar e, então, na névoa do desconhecido e das incertezas, tentar “[...] ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (GEERTZ, 2008, p. 20), isto é, interpretar a cultura de um povo. Com as transformações na vida social e nas formas de produção de conhecimento, o antropólogo, ao amanhecer, não mais se levanta de sua rede, “tira o pano” da pequena cabana onde está hospedado e depara-se com o lugar e a vida do “Outro”. Na atualidade, porém, este se levanta de sua confortável cama, desliga o ar-condicionado, abre a janela de seu apartamento e está de cara com o seu objeto de estudo: a vida urbana na cidade (MAGNANI, 2003b). Aqui o “Outro” também é o “Eu”. Nesse contexto

de “quando o Outro sou Eu”, as etnografias urbanas têm sido alvo de duras críticas entre os pesquisadores guiados pela tradição antropológica anglo-saxónica do estudo do “Outro”.

Nos estudos etnográficos urbanos, em que o pesquisador é parte integrante do grupo pesquisado (FERRO; GONÇALVES, 2018), segundo os críticos, este pode, facilmente, perder-se ou ser levado por sentimentos e relações pessoais, assim como por valores e opiniões individuais de seu “campo axiológico” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), o que decerto trará implicações para a validade científica do estudo (CORDEIRO; BAPTISTA; COSTA, 2003). Todavia, diversos autores, como Simmel (1967) e Magnani (2002), assinalam que a cidade moderna, ao mesmo tempo em que criou as massas e as interações virtuais, concebeu indivíduos solitários, apáticos e indiferentes, anestesiados pelo que Simmel (1967) denominou de *atitude blasé*<sup>11</sup>.

Nesse sentido, por vezes, o indivíduo “[...] cruza diariamente com centenas de pessoas que não conhece. Essas pessoas vivem no mesmo meio, mas não convivem [...]” (MAGNANI, 2002, p. 17). Nessa atitude *blasé*, se conseguiria, facilmente, realizar etnografias urbanas de qualidade sem se preocupar tanto com sentimentos e outros aspectos subjetivos ou ser alvo de duras críticas da tradição antropológica anglo-saxónica nas etnografias. Por outro lado, tal atitude pode impedir que o pesquisador consiga notar e dar importância para questões, aparentemente, banalizadas no cotidiano. De todo modo, quando o indivíduo é parte integrante da sociedade, vive e interage ativamente com a cidade, em vista disso, Magnani (2002) elenca alguns princípios para não cometer desvios etnográficos, quais sejam: manter certa distância na relação entre sujeito e objeto, colocar-se no lugar do “Outro”, dar voz ao “Outro”, vivenciar o tempo-espaço social, realizar observação participante e produzir o texto etnográfico em coautoria com o “Outro”.

Na tentativa de seguir tais princípios, foi realizada pesquisa de campo com a intenção de “[...] conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 186). Transversalmente aos demais procedimentos metodológicos, a pesquisa de campo foi conformada por uma abordagem etnográfica. É importante sinalizar que não se pretende realizar uma etnografia clássica, mas se utilizar de seu fazer, de sua técnica (PEIRANO, 2014) e de seus

---

<sup>11</sup> Para Simmel, “[...] os mesmos fatores que culminaram na precisão e exatidão do modo de vida metropolitano e redundaram em uma estrutura impessoal, também influenciaram no desenvolvimento de um fenômeno psíquico que estaria incondicionalmente atrelado à metrópole: a atitude *blasé*. A atitude *blasé* seria o resultado dos estímulos que são impostos aos indivíduos devido às rápidas mudanças, mas também estaria ligada à intelectualidade metropolitana” (ANTUNES, 2014, p. 3).

instrumentais, a fim de depreender questões que outras formas de produção do conhecimento não permitiram desvendar – mesmo porque o autor deste trabalho se encontra em um momento de aprendizagem e de exercício do fazer antropológico, não possuindo o amadurecimento pessoal e científico que uma etnografia pura demandaria. Desse modo, foi realizada o que alguns pesquisadores da Antropologia intitulam de aproximação, experiência, inspiração e/ou abordagem etnográfica (MAGNANI, 2002).

Para fins de esclarecimento, importa destacar que, conforme Uriarte (2012), o fazer etnográfico é sempre permeado pela teoria apreendida. O pesquisador, antes de realizar sua pesquisa de campo, deve pesquisar sobre o tema proposto, pois lhe permite moldar o seu olhar e o seu escutar. Ao colocar suas ideias no papel, busca uma ordem para os fatos observados com o intuito de elaborar sua própria interpretação. Sob essa ótica, para Peirano (2014), a etnografia não é apenas um método, é uma técnica de pesquisa, de análise e de interpretação. Logo, é a própria teoria vivenciada na prática, envolta e presente nos dados coletados. Como Uriarte (2012) observa, teoria e prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é movimentado pela teoria. Isso ocorre na pesquisa bibliográfica para se obter informações sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ter o olhar e o escutar moldados pela teoria; e ao escrever, organizando os fatos observados (por vezes, em parte ou completamente, interpretados ainda no campo).

A etnografia não é para todos, pois para saber fazê-la, além de dificultoso, é preciso gostar de etnografar (MAGNANI, 2002). Geertz (2008) também mostra que praticar a etnografia significa criar relações, selecionar informantes, transcrever textos e possuir um diário de campo. Todavia este explica que aquilo que define o empreendimento etnográfico é, acima de tudo, o esforço intelectual do pesquisador. Ao se considerar as acepções de Geertz (2008), entende-se que somente se aprende a fazer uma boa etnografia ao se etnografar: ao treinar um olhar e um escutar capazes de inferir sobre as relações, os processos e os fenômenos inaparentes que se desenham a partir das obviedades do campo. Assim, entende-se que, antes de se fazer uma boa etnografia, é preciso exercitar, realizar intenções, pretensões, inspirações, aproximações e/ou abordagens etnográficas.

Conquanto Geertz (2008) assinala a importância do esforço intelectual na busca por uma etnografia exitosa, diversos pesquisadores sinalizam que o esforço desmedido pode representar um risco para uma “descrição por descrição” (FRANKHAN; MACRAE, 2015). Nesse debate, Vidich e Lyman (2006, p. 73) asseveram que o etnógrafo não deve ser apenas um observador e contador de histórias, precisa ter uma participação ativa, sendo uma espécie de repórter investigativo “[...] das dores, das agonias, das experiências emocionais, das grandes e pequenas

vitórias, dos traumas, dos temores, das ansiedades, dos sonhos, das fantasias e das esperanças [...]” para, assim, alçar um dos princípios essenciais da etnografia contemporânea: desvelar as “narrativas reais do campo”.

À luz da pesquisa etnográfica, aplicada aos estudos do lazer na periferia, Magnani (2002, 2003b) observou que, embora os moradores da periferia não conseguissem identificar as práticas sociais cotidianas como lazer, havia uma grande diversidade de usos do “tempo livre” nos finais de semana em bairros periféricos: bailes, festas de aniversário e casamento, torneios de futebol de várzea, comemorações e rituais religiosos, passeios etc. Ainda que se tratasse de atividades consideradas simples, as quais não dispusessem das últimas inovações da “indústria” do lazer, estavam intrinsecamente ligadas ao modo de vida dessa população.

Nessa direção, ao observar as regras que regem o uso do “tempo livre” por meio dessas formas de lazer, segundo Magnani (2003b), estas expressavam relações de reconhecimento, constituindo, assim, uma rede de sociabilidades (SIMMEL, 2006). Além disso, conforme o antropólogo, havia uma diferenciação nas atividades de lazer. Era possível distinguir, por exemplo, formas de lazer características às vivenciadas pelos homens, por oposição às vivenciadas pelas mulheres e pelas crianças, e assim por diante, mas somente foram distinguidas/percebidas a partir da etnografia urbana (MAGNANI, 2003a, 2003b). Essas e outras questões foram atentamente “vigiadas” durante o trabalho de campo na presente pesquisa, realizada na Comunidade Bom Jesus I, periferia de Belém (PA).

No empreender da abordagem etnográfica, foram utilizados diferentes instrumentos de coleta de dados junto aos moradores da Comunidade do Mata Fome, a saber: observação participante, caderno e diário de campo, registros fotográficos e realização de entrevistas semiestruturadas. Sobre a observação, uma das principais ferramentas de coleta de dados, tem-se em mente que o seu resultado (desde a coleta, o registro, a sistematização até a análise dos dados) depende do modo como o pesquisador entende o “ser no mundo” (ontologia), da natureza do conhecimento (epistemologia), dos valores socioculturais, da classe, do gênero, da cor/etnia e de suas sinestesias. Também pode ser influenciada pelo tipo de técnica empregada (estruturada, não estruturada, participante etc.), bem como das ferramentas que ajudam a captar essas observações (gravador de voz, vídeo, fotografias, diário e caderno de campo). No mais, os dados resultantes da observação também podem ser condicionados pela relação e/ou interação entre pesquisador (eu) e pesquisado (outro) (SOMEKH, 2015).

Quanto ao tipo de técnica empregada, optou-se pela observação participante, pois esta contempla as características de interação do pesquisador com o objeto e o *lócus* de estudo, havendo uma visão excepcional, imersão e participação cotidiana (SOMEKH, 2015),

principalmente, quando mais do que a visão de um pesquisador, a investigação conta com a vivência de um morador local, como foi nesta pesquisa. Essa condição, embora seja vantajosa em alguns aspectos do fazer científico, em especial, do fazer antropológico, trouxe alguns desafios – comuns àqueles que se propõem a estudar suas próprias cidades a partir da etnografia (FERRO; GONÇALVES, 2018) –, sendo um dos principais o “estranhamento” (DAMATTA, 1978) ou o “distanciamento” (VELHO, 1978).

A dupla tarefa de DaMatta (1978): transformar o exótico no familiar e, paralelamente, o familiar em exótico, sempre fez muito sentido nas leituras, mas como transpor isso para a prática? Como treinar e estabelecer esse “distanciamento” de tudo aquilo que era tão familiar? Como “estranhar” as brincadeiras, os mergulhos no igarapé, os diferentes espaços estigmatizados de lazer e de sociabilidade que, durante uma parte de minha vida, frequentei? Foram vários dias e várias noites refletindo e questionando-me. Até que, lembrando minha trajetória na comunidade, pude perceber que nem tudo ou todos ali me eram familiares. Assim, penso ser conveniente narrar um pouco de minha trajetória de vida, incluindo minha relação com a comunidade, pois ela, certamente, revelará muito sobre a antologia, as intenções e os interesses subjetivos envolvidos neste texto.

Portanto, os dados obtidos por esta investigação, ou na linguagem antropológica: os “achados”, foram gerados a partir do olhar sistemático, crítico e reflexivo do pesquisador sobre os “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1986, 2012). Nesse sentido, para além das “conversas espontâneas” (entre nativo e nativo, sem viés científico), das “conversas intencionais” (entre nativo e pesquisador, guiadas por viés científico) e das observações participantes mais recentes – registradas em notas no caderno de campo –, os dados também surgiram por meio das lembranças pessoais lembradas, ou seja, de uma “etnografia retrospectiva” (BEZERRA, 2015).

As descrições são, igualmente, resultantes das vivências e das memórias de moradores mais antigos, as quais foram narradas em diferentes tempos/espacos na convivência com o pesquisador. Assim, a “experiência etnográfica” (CLIFFORD, 2002) do pesquisador também foi importante, enquanto objeto de análise, para compreender e realizar uma “descrição densa” (GEERTZ, 2008) das formas, dos espaços, das interações, das relações e das temporalidades conformadas na e pela Comunidade Bom Jesus I. O embasamento teórico-metodológico do trabalho de campo etnográfico foi norteado, principalmente, pelos postulados de DaMatta (1978), Geertz (2008), Malinowski (1986, 2012), Magnani (2002; 2003b) Peirano (2014) e Velho (1978), a fim de traçar estratégias de maior proximidade e confiança com os moradores

da comunidade, mas também para proporcionar uma coleta mais facilitada e profícua dos dados pertinentes à pesquisa.

No que concerne às maneiras de registrar os dados, o registro das observações foi realizado mediante fotografias<sup>12</sup> (ROCHA; ECKERT, 2003), notas etnográficas escritas no caderno de campo e relatos detalhados em diário de campo. Instrumentos tais que possibilitaram anotar informações no momento ou logo após a ocorrência do fenômeno estudado, de modo pontual, no primeiro momento, e/ou detalhado, no segundo. Os registros foram realizados desde os primeiros contatos com o campo, pois, como afirma Malinowski (1986), fatos que chamam a atenção, por se tratarem de uma novidade, passam despercebidos, com o tempo, por se tornarem habituais. Conforme o autor, o tratamento científico dos dados difere do senso comum, uma vez que um investigador o fará minuciosamente, de maneira sistemática, e porque o seu olhar treinado poderá conduzir a resultados pertinentes.

Por fim, as **entrevistas** foram empregadas por figurar, de acordo com Gaskell (2008, p. 65), como “[...] o ponto de partida para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações”. Nesse sentido, as do tipo semiestruturadas e individuais foram realizadas 14 entrevistas, entre 5 de maio e 15 de julho de 2021, em forma de conversa, mas sempre dentro de uma estrutura previamente sistematizada, a fim de potencializar a coleta de dados por meio dos relatos orais. Tais narrativas foram registradas em gravador de áudio (mediante pedido e autorização) para não esquecer informações e garantir a descrição fiel dos discursos enunciados (SOMEKH, 2015).

Inicialmente, planejou-se aplicar os roteiros de entrevista junto aos moradores nos momentos em que estivessem no usufruto do lazer, contudo, com a pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2), as entrevistas ocorreram no interior ou em frente às residências dos participantes, mediante a adoção dos protocolos sanitários recomendados pelos órgãos de saúde pública. Por fim, importa ressaltar que foram realizados: uma entrevista geral (APÊNDICE B), focalizando questões acerca dos entendimentos do lazer; e outros seis roteiros de entrevistas (APÊNDICES C, D, E, F, G e H), com perguntas centradas em cada uma das principais práticas de lazer identificadas durante a observação participante.

---

<sup>12</sup> “A inclusão da máquina fotográfica ou câmera de vídeo na etnografia de rua não significa um ato compulsório, mas quando for o caso, a sua adoção, exige um certo conhecimento das regras dos códigos de ética para o seu uso, conforme aceitação por parte dos nativos uma vez que o registro de imagens de pessoas e situações no mundo urbano contemporâneo responde a direitos civis e disposições jurídicas e legais” (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 9).

Cabe destacar que os critérios para a escolha dos sujeitos foram: 1) interlocutores dos sexos feminino e masculino; 2) interlocutores com mais acessibilidade em razão da pandemia, que limitou as possibilidades de entrevista; 3) predisposição em participar da pesquisa; 4) atendimento aos protocolos sanitários básicos; 5) residentes na comunidade por diferentes temporalidades; e 6) todos os estágios geracionais. Quanto à questão amostral, faz-se necessário justificar que foi adotada uma amostra não probabilística por conveniência, tendo em vista as questões de viabilidade operacional, de recursos humanos e do não conhecimento do universo amostral real de moradores da Comunidade Bom Jesus I. Assim, destaca-se que a amostra de entrevistados (Quadro 3) refletiu a conjuntura da Covid-19, o número de moradores selecionados e a aceitação em contribuir com o estudo (GASKELL, 2008; OLIVEIRA, 2001).

Quadro 3 – Quadro sinótico das entrevistas realizadas junto aos interlocutores da Comunidade Bom Jesus I

| Nº | Data       | Identificação         | Sexo      | Idade   | Escolaridade  | Tempo de residência | Tema da entrevista                                                                                            | Duração da gravação |
|----|------------|-----------------------|-----------|---------|---------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 1  | 05/05/2021 | Assunção (2021)       | Feminino  | 63 anos | Fundamental   | 29 anos             | - Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / - “Jogo do bicho”: lazer e sociabilidade em contravenção. | 13’:48’’            |
| 2  | 09/05/2021 | Dias (2021)           | Masculino | 11 anos | Fundamental I | 11 anos             | - Brincadeiras entre a casa e a rua.                                                                          | 06’:24’’            |
| 3  | 12/05/2021 | Moraes (2021)         | Masculino | 41 anos | Fundamental   | 22 anos             | - O “piquenique” como lazer, turismo e sociabilidade.                                                         | 08’:42’’            |
| 4  | 15/05/2021 | Miranda (2021)        | Masculino | 58 anos | Ensino Médio  | 25 anos             | - Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / - O “piquenique” como lazer, turismo e sociabilidade.     | 17’:24’’            |
| 5  | 26/05/2021 | Torres (2021)         | Feminino  | 23 anos | Ensino Médio  | 23 anos             | - O “rock doido” como sinônimo de lazer.                                                                      | 12’:02’’            |
| 6  | 02/06/2021 | Soares (2021)         | Feminino  | 14 anos | Fundamental I | 14 anos             | - Brincadeiras entre a casa e a rua.                                                                          | 07’:39’’            |
| 7  | 12/06/2021 | Barreto (2021)        | Masculino | 28 anos | Ensino Médio  | 15 anos             | - O futebol como prática de lazer e de sociabilidade.                                                         | 06’:23’’            |
| 8  | 28/06/2021 | Rocha (2021)          | Feminino  | 37 anos | Ensino Médio  | 16 anos             | - Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / - O “piquenique” como lazer, turismo e sociabilidade.     | 14’:53’’            |
| 9  | 29/06/2021 | Andrade (2021)        | Feminino  | 40 anos | Fundamental   | 18 anos             | - Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome.                                                            | 10’:11’’            |
| 10 | 05/07/2021 | Matos (2021)          | Feminino  | 55 anos | Fundamental   | 25 anos             | - Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / - Conversações como momentos de lazer e sociabilidade.    | 31’:02’’            |
| 11 |            | Freitas Júnior (2021) | Masculino | 31 anos | Ensino Médio  | 13 anos             |                                                                                                               |                     |
| 12 |            | Rosa (2021)           | Feminino  | 52 anos | Fundamental   | 27 anos             |                                                                                                               |                     |
| 13 | 13/07/2021 | Oliveira (2021)       | Feminino  | 31 anos | Ensino Médio  | 20 anos             | - Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome                                                             | 05’:11’’            |
| 14 | 15/07/2021 | Costa (2021)          | Feminino  | 36 anos | Ensino Médio  | 27 anos             | - Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / - O futebol como prática de lazer e de sociabilidade.     | 17’:24’’            |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

## 2.4 Preceitos éticos de pesquisa

Toda investigação em Ciências Humanas e Sociais, envolvendo contatos ou interações face a face com seres humanos, independentemente das técnicas e dos instrumentos de coleta de dados utilizados, implica ao pesquisador ser invasivo em diferentes aspectos, seja por invadir o espaço do “outro”, seja por exercer efeitos sobre esse “outro”, seja pela autoridade científica colonial (dominadora) e histórica que representa (JACCOUD; MAYER, 2008; VIDICH; LYMAN, 2006; SOMEKH, 2015). Com vistas a tentar amenizar esses efeitos, Somekh (2015) postula que o pesquisador, além de imergir no campo, precisa de estratégias que possam colocar pesquisador e pesquisado em papel de igualdade. Para tanto, a autora sugere que, de imediato, informem-se os objetivos do estudo e qual a destinação dos dados, bem como sempre solicitar a autorização de participação, de gravações de áudio ou vídeo e de registros fotográficos.

Diante disso, considerando a Resolução nº 510<sup>13</sup>, de 07 de abril de 2016, nas pesquisas de campo, foi utilizado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICES I, J e K), junto a crianças e adolescentes, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE L), junto a adultos entrevistados e/ou com responsáveis legais de menores participantes da pesquisa, tanto para autorizar as entrevistas quanto para permitir o registro e o uso de imagem e áudio – sem a intenção de comprometer ou violar os direitos legais dos participantes. Esse instrumento possibilitou uma via de mão dupla: 1) ao participante, compreender sobre o que trata a pesquisa, assim como permitiu que ele tome sua decisão em participar ou não da pesquisa sem constrangimentos e ciente do uso das informações proferidas; 2) ao pesquisador, uma proteção moral e legal para utilização das informações (em anonimato) e do uso de imagem, uma vez que se caracteriza como uma manifestação de concordância em participar da investigação (SOUZA *et al.*, 2013).

Para além dessas questões éticas rotineiras, em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2), os termos mencionados foram importantes para garantir que, durante toda a entrevista, tanto o pesquisador quanto os participantes estiveram a uma distância mínima de 2 metros e usando máscaras e álcool em gel 70%, os quais, considerando a realidade de hipossuficiência financeira de algumas famílias da comunidade, foram disponibilizados pelo pesquisador aos entrevistados.

---

<sup>13</sup> Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução (BRASIL, 2016, p. 2).

O pesquisador também fez uso da proteção *face shield* e ambas as partes ficaram cientes de que a não utilização de tais medidas acarretaria no cancelamento da entrevista. Cumpre ressaltar que essas recomendações são do Grupo de Trabalho da UFPA sobre o novo Coronavírus (Sars-CoV-2), especialmente no que diz respeito às bandeiras epidemiológicas. Assim, as entrevistas foram realizadas com a anuência do “bandeiramento amarelo”, que permitiu a realização de atividades presenciais de pesquisa em ambientes internos e externos aos *campi* da UFPA, desde que respeitando os protocolos básicos de biossegurança elencados.

Por fim, pontua-se que, durante a aplicação das entrevistas, foi informado aos respondentes que, caso quisessem ter acesso aos resultados da pesquisa, poderiam informar seus contatos telefônicos e/ou *e-mails* para que o estudo fosse compartilhado posteriormente. Tal preocupação se caracteriza como uma forma de dar um *feedback*, difundindo junto a eles os conhecimentos construídos por meio de suas próprias experiências e concepções, os quais podem, porventura, estimular essa população a pressionar o Poder Público no que diz respeito à garantia da promoção do lazer, do bem-estar, da dignidade humana e dos demais direitos humanos. Essa preocupação reside no fato de que a investigação, de maneira alguma, venha a ser considerada “vampiresca” ou “sanguessuga”.

# Entre as psicósferas e as tecnósferas urbanas e da floresta:

## o espaço da urbanodiversidade da Belém Amazônica

Era uma vez, na Amazônia a mais bonita floresta  
 mata verde, céu azul, a mais imensa floresta  
 no fundo d'água as Iaras, caboclo lendas e mágoas  
 e os rios puxando as águas  
 Papagaios, periquitos, cuidavam de suas cores  
 os peixes singrando os rios, curumins cheios de amores  
 sorria o jurupari, uirapuru, seu porvir  
 era: fauna, flora, frutos e flores  
 Toda mata tem caipora para a mata vigiar  
 veio caipora de fora para a mata definhar  
 e trouxe dragão-de-ferro, pra comer muita madeira  
 e trouxe em estilo gigante, prá acabar com a capoeira  
 Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar  
 prá o dragão cortar madeira e toda mata derrubar:  
 se a floresta meu amigo, tivesse pé prá andar  
 eu garanto, meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá  
 O que se corta em segundos gasta tempo prá vingar  
 e o fruto que dá no cacho prá gente se alimentar?  
 depois tem o passarinho, tem o ninho, tem o ar  
 igarapé, rio abaixo, tem riacho e esse rio que é um mar

Mas o dragão continua a floresta devorar  
 e quem habita essa mata, prá onde vai se mudar???  
 corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá  
 tartaruga: pé ligeiro, corre-corre  
 tribo dos Kamaiura  
 No lugar que havia mata, hoje há perseguição  
 grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão  
 castanheiro, seringueiro já viraram até peão  
 afora os que já morreram como ave-de-arribação  
 Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova  
 gente enterrada no chão:  
 Pois mataram índio que matou grileiro que matou posseiro  
 disse um castanheiro para um seringueiro que um estrangeiro roubou seu lugar [...]  
 Aqui termina essa história para gente de valor  
 pra gente que tem memória, muita crença, muito amor  
 pra defender o que ainda resta, sem rodeio, sem aresta  
 era uma vez uma floresta na Linha do Equador...

Saga da Amazônia  
 Letra de Vital Farias

Santa Maria de Belém do Grão Pará, ou simplesmente Belém do Pará, foi fundada em 12 de janeiro de 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco. Essa é a história narrada: “a descoberta” épica e pacífica de um território onde habitavam, precedentemente, populações originárias. De pequena Aldeia, tornou-se a “*Paris N’América*”, cidade marcada pelo requinte e pela modernidade. Na atualidade, “A Cidade Morena”, “A Cidade das Mangueiras”, “A Metrópole da Amazônia” é rodeada por matas e serpenteada pelas águas, dispondo de um mosaico de múltiplas culturalidades que marcam a região. A biodiversidade da fauna e da flora, bem como uma parcela da diversidade cultural brasileira pode ser vista, ouvida, sentida/tocada e degustada nas diferentes espacialidades e práticas que formam essa cidade.

No entanto, os processos históricos de colonização, urbanização e modernização da cidade têm algo em comum: as desigualdades, as invisibilidades e os silenciamentos sofridos pelas camadas populares, os quais desenham um espaço urbano marcado por um sincretismo acultural caracterizado pela imposição de ideais do capital sobre as lógicas e as dinâmicas tradicionais. Nesse panorama, a cidade foi perfilada, de um lado, por experiências da “civilidade”, que se definiam socialmente como opções únicas de lazer e, de outro, pelas demais manifestações e práticas culturais marginalizadas e deixadas à margem.

Dessa forma, considerando a necessidade de estudar o lazer de modo situado, isto é, a partir de sua conjuntura histórica, econômica, política, social, ambiental e cultural, este capítulo se propõe a compreender as dinâmicas cotidianas atuais que permeiam a Comunidade Bom Jesus I, a partir de algumas transformações decorrentes dos processos de urbanização e de modernização de Belém (PA), a fim de investigar o lazer mediante as singularidades da cidade e as particularidades da região. Cumpre pontuar que, ainda que se entenda a necessidade de analisar a cidade também com base em seus sujeitos e agências, pois eles igualmente “fazem a cidade” diariamente (CASTRO, 2008b), nesse momento, optou-se por uma análise mais estruturalista, justamente para dar maior destaque aos processos e as dinâmicas, dispostos no nível macro, que condicionaram e tentam condicionar a cidade, seus sujeitos e grupos sociais.

### 3.1 A urbanização e os seus reflexos na vida amazônica em Belém (PA)

A urbanização brasileira adquiriu grande intensidade na década de 1950, em virtude da industrialização (KOWARICK, 1983; MARICATO, 2000) e da modernização do território (SANTOS, 1993). Na segunda metade do século XX, o Brasil sofreu uma dinâmica de transição populacional do campo para a cidade, tornando o País um meio, predominantemente, urbano e metropolitano (MARTINE; MACGRANAHAM, 2010). De acordo com Tamdjian e Mendes (2005), a mecanização dos processos de plantio e de colheita no campo e a atração do contingente populacional para a cidade, em busca de melhores condições de trabalho, remuneração, saúde, educação etc., levou ao crescimento do tecido urbano em inúmeras cidades. Tais processos criaram e dinamizaram uma intensa integração entre cidades vizinhas, estabelecendo o fenômeno da conurbação – como exemplos emblemáticos têm-se as cidades que compõem as regiões metropolitanas das megalópoles São Paulo e Rio de Janeiro.

Com efeito, na atualidade, esses fenômenos forjaram cenários com níveis inadmissíveis de violação da dignidade humana (LIMA; LOBATO, 2014), visto que apresentam ausentes, pontuais, deficientes e/ou precárias condições básicas e virtuosas para a vida humana. Nesse sentido, a vida urbana, nas grandes e médias cidades brasileiras, é comumente caracterizada a partir dos efeitos da urbanização na população, no território e na sociedade (SANTOS, 1993). Dessa forma, em geral, os estudos, que tratam da questão urbana, elencam problemáticas em relação ao inchaço populacional, aos *déficits* no transporte urbano, no saneamento básico, na habitação e na saúde, bem como à elevação nos índices de violência, de desemprego e de subemprego, os quais desenham, na paisagem do tecido urbano das cidades, desigualdades e exclusões (KOWARICK, 1983; MARICATO, 1996; 2000).

Na Amazônia, com a implantação dos Grandes Projetos de Desenvolvimento, novos e díspares processos socioeconômicos promoveram, sobremaneira, re-des-organizações nas cidades (BECKER, 1990; CASTRO, 2008a). Das pequenas às grandes, todas as cidades, quase sem exceção, sentiram os efeitos provocados pela modernidade face à introjeção da materialidade das urbanidades, seja na paisagem, seja nas relações simbólicas cotidianas. Em conformidade com Oliveira (2006, p. 28), “[...] as informações tornaram-se mais ágeis, pois os lugares foram atingidos por tecnologias que possibilitaram maior circulação de idéias [*sic*] e o acesso à modernização [...]”. Esse processo concebeu, pelo menos, duas associações às novas cidades, sejam elas: 1) a associação ao novo, ao moderno e ao desenvolvimento; e 2) a associação aos deploráveis índices de qualidade de vida e de epidemias, bem como à destruição e à violência (OLIVEIRA, 2006).

Nessa discussão, Trindade Júnior (2015b, p. 94) postula sobre a urbanização difusa<sup>14</sup>, dado que para ele:

Tais configurações, em grande parte, articulam-se a uma lógica de urbanização difusa, que está presente também em todo o território brasileiro. É nesse sentido que expressões como “fronteira urbana” (BECKER, 1990), “floresta urbanizada” (BECKER, 1995), “urbanização na selva” (OLIVEIRA, 2000), “urbanização complexa e desarticulada” (BROWDER; GODFREY, 2006) e “urbanização extensiva” (MONTE-MOR, 2014) têm sido usadas para nomear essa urbanização difusa que acontece na Amazônia e que reconfigura seu espaço internamente, expandindo novos processos até então estranhos a essa região e, ao mesmo tempo, fragmentando seu imenso território em diferentes sub-regiões.

Em outras análises, o processo de urbanização na região é visto como sinônimo de “favelização” (HÜFFNER; BELLO, 2012), pois as metrópoles regionais, como Belém e Manaus, apresentam problemáticas urbanas deveras similares e visíveis, sobretudo, as relacionadas à qualidade de vida, como as ocupações irregulares e o “acesso” às políticas públicas (SERRE, 2001). Para Tamdjian e Mendes (2005), o crescimento das metrópoles tem sido inversamente proporcional às condições de vida digna dos habitantes, e isso também se deve à especulação imobiliária provocada pelo capital, a qual expulsa a população de baixa renda das melhores áreas. Dessa apreensão, compreende-se que o povoamento na Amazônia e o surgimento de novos núcleos populacionais “espontâneos” estão intimamente ligados a estratégicos processos políticos e socioeconômicos.

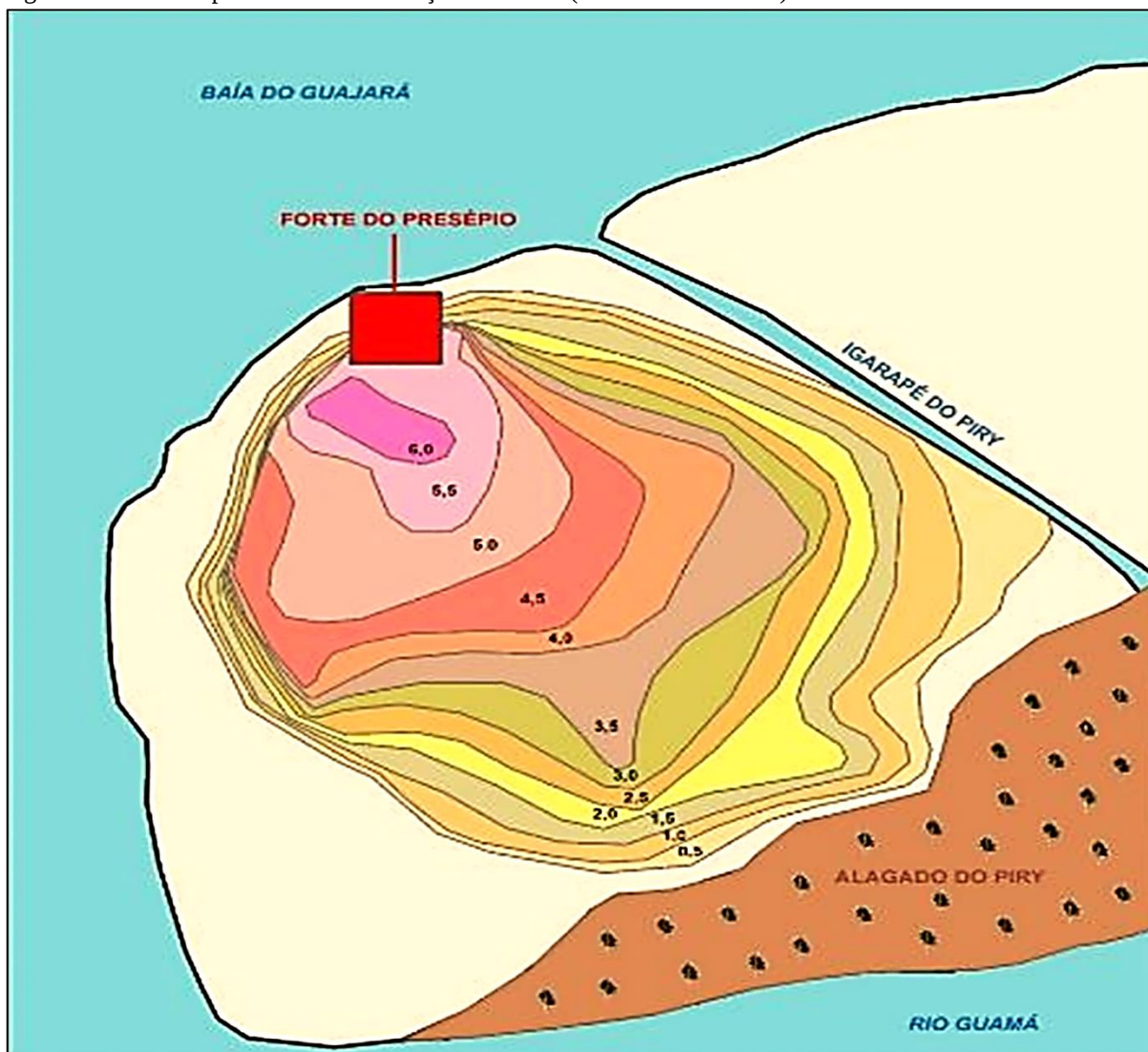
Em Belém, especificamente, os processos estratégicos de povoamento e de urbanização iniciam desde a sua fundação e apresentam-se como marcadores importantes para contar a história urbana da cidade. Localizada na Amazônia brasileira, na Região Norte do Brasil, Belém vem sendo conformada por variados estratos históricos (Figura 1). Trindade Júnior (2018, p. 58), ao pensar nas técnicas arqueológicas como metáfora de sua reflexão, discorre que essas camadas são “[...] capazes de revelar não apenas linhas arquitetônicas que lhes são características, como também estéticas e conteúdos socioeconômicos, simbólico-cultural e artístico-arquitetônicas que se mostram ao observador por meio de perfis espaço-temporais [...]

---

<sup>14</sup> “Analisando o caso brasileiro, Santos (1993) buscou entender esse fenômeno referindo-se à ideia de urbanização do território. Para esse autor, de um processo de crescimento das populações urbanas, decorrente da modernização da sociedade brasileira, que, gradativamente passou a viver nas cidades, e especialmente nas grandes cidades, começava a se observar uma forma de urbanização em que os nexos da modernização –, até então circunscritos, principalmente, aos principais centros urbanos – começavam a se difundir em todo o território nacional. Juntamente com essa difusão, quase que simultânea em todo o País, o autor em referência chamava a atenção para a ‘dissolução metropolitana’. Esse fenômeno, caracterizado pela onipresença da metrópole em todas as porções do território, tornava os lugares cada vez mais funcionais aos mecanismos hegemônicos de reprodução econômica, haja vista a presença de seus conteúdos em todos os lugares e no mesmo momento do atual período histórico” (TRINDADE JÚNIOR, 2015b, p. 95).

de sua trajetória”. Reunidos e, por vezes, contrastados na paisagem e na atmosfera espiritual da cidade, tais estratos, cada um ao seu modo, concebem sua Belém própria, que, juntas, conformam a atual “Belém Amazônica”, conforme esquematizado no Quadro 4 mais à frente.

Figura 1 – Início do processo de urbanização de Belém (fins do século XVII)



Fonte: França (2018), a partir de adaptação do trabalho de Corrêa (1989).

Portanto, como num mosaico elaborado por diferentes peças – com cores, texturas e tamanhos variados –, a “Belém Amazônica” (Quadro 4) é constituída por múltiplas histórias, vozes e culturas – ainda que muitas delas sejam por vezes silenciadas e invisibilizadas, mas para além delas, Belém é permeada e perfilada por um conjunto de relações entre o rural-

urbano<sup>15</sup>. Assim como o urbano e as urbanidades estão presentes no campo, o rural e as ruralidades também estão intrincados na cidade. Há uma relação dialética, de influência mútua e de *continuum* entre esses dois mundos na Amazônia, exatamente por esse motivo, não se pode compreendê-los separadamente (HESPANHOL, 2013; SOUZA, 2010).

Quadro 4 – A conformação da Belém Amazônica a partir de seus estratos históricos

| ESTRATOS                        | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| “Belém indígena”                | Embora suas linhas arquitetônicas tenham sido suplantadas pelos outros estratos que a sucederam, essa Belém ainda permanece viva na sua gente, não apenas em suas características físicas, mas também em comportamentos. O conteúdo dessa Belém, portanto, está na vida espiritual da cidade, nos hábitos alimentares, nas falas, nas crenças, nos costumes e nas tradições que, cotidianamente, agenciam formas de ser, resistir e existir.                                             |
| “Belém portuguesa”              | “Se apresenta como o primeiro desses estratos, por meio, por exemplo, do Forte e do casario colonial, que identificam, com seus traços e desenhos, a cidade em sua gênese, tornada o ponto de partida para a conquista do vale amazônico pelos colonizadores a partir do século” XVII.                                                                                                                                                                                                   |
| “Belém italiana”                | “Se revela em seguida, como segundo estrato, em forma de igrejas barrocas, de palácios e de espaços públicos surgidos no século XVIII por meio, por exemplo, dos rabiscos caprichosos do urbanismo bolonhês de Antônio Landi”.                                                                                                                                                                                                                                                           |
| “Paris N’América”               | Revela-se “em forma de mercados, de portos, de <i>boulevares</i> , de mobiliários urbanos e de elementos outros que são tradução na cidade de um padrão urbanístico francês e inglês da <i>Belle Époque</i> europeia”.                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| “Belém miamizada”               | “[...] com edifícios de até quarenta andares, a desenhar uma espécie de paisagem pós-moderna, configuradora de bairros contíguos ao seu núcleo central, aqui também chamado de centro histórico”.                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| “Belém da floresta e das águas” | “Emoldurando esse ecletismo urbano, têm-se ainda a floresta e os rios, onde a presença de barcos e de canoas que, ao aportarem na cidade com pessoas e produtos procedentes do interior da região, denunciam a permanência de um tempo lento que, mesmo atual, parece anterior a tudo isso, pois é portador de valores e de culturas que têm sua origem antes mesmo que essa sucessão de camadas de tempos e de objetos espaciais tivessem ganhado configuração na forma de cidade”.     |
| “Belém periférica”              | Apresenta-se à margem, periférica ao centro, na arquitetura das baixadas, das ocupações informais ou das invasões, à beira do rio ou em terra firme. Com casas construídas, geralmente, com madeira, nas quais a extrema pobreza impera. Lá, nenhum ou poucos serviços urbanos são acessados. Direitos sociais fundamentais são negados ou negligenciados. Vozes são silenciadas e veladas. É uma Belém que expressa assimetrias, desigualdades e violações da face perversa do capital. |

Fonte: Elaborado a partir de Trindade Júnior (2018, p. 58-59), com adaptações do autor (2020).

Esse conjunto de relações dialéticas entre o rural e o urbano se estabeleceu mais intensamente com a industrialização, a urbanização e a reestruturação produtiva, as quais “[...]

<sup>15</sup> Acerca dos conceitos de rural-urbano e campo-cidade, é necessário fazer uma importante distinção: “[...] cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão [...]. Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem, [...] uma dimensão processual, são conteúdo e contingente” (WHITACKER, 2010, p. 191). Em termos mais práticos, cidade e campo são formas, urbano e rural, conteúdos.

engendraram múltiplas consequências sobre as relações campo-cidade, resultando em novas dinâmicas (econômicos, sociais, culturais e políticos) e funcionalidades a esses recortes territoriais e seus conteúdos, ressignificando-os [...]” (HESPANHOL, 2013, p. 103). Tais processos têm gerado, no espaço amazônico, uma série de consequências na vida dos povos e das populações da região, como mencionado precedentemente (OLIVEIRA, 2000, 2006; TRINDADE JÚNIOR, 1998). Ademais, estes têm transformado o meio natural no meio técnico-científico-informacional, a partir da urbanização da sociedade e da urbanização do território (SANTOS, 1988, 1993, 1994). Nesse debate, cabe esclarecer que, segundo Corrêa (1987), as características socioespaciais da região, como os rios, as florestas e as grandes distâncias, sempre foram entraves para a ocupação e a urbanização do território.

Como uma tradicional cidade amazônica, Belém possui uma relação umbilical com as águas, recurso natural do qual os seus habitantes, historicamente, retiram sua subsistência e trasladam por entre diferentes ambiências, estabelecendo intercâmbios socioeconômicos e transculturais. Assim, na paisagem belenense, as águas têm grande destaque, pois a cidade não deve a estas somente parte de sua beleza, mas também a sua forma de desenvolvimento: “A água é o elemento dinamizador da cidade” (MOREIRA, 1966, p. 54). Crescendo também em função do rio, a cidade se desenvolveu, inicialmente, periférica a ele e, em seguida, passou por um processo de interiorização, expandindo-se em um sentido contrário à sua gravitação.

Dentro dos estratos históricos anteriormente apresentados, destaca-se que a urbanização começou a ser mais evidente na “Belém italiana” e na “*Paris N’Amérique*”, sobretudo, com o projeto urbanístico de Antônio Lemos, marcado por grandes obras urbanas que buscavam – sob uma espécie de assepsia social – higienizar, organizar e adaptar a cidade às exigências da modernidade. A esses espaços, o projeto levou uma série de serviços urbanos importantes para a melhoria na circulação, a beleza e a limpeza da cidade, o bem-estar e a qualidade de vida da população nobre (ROCQUE, 1996; SARGES, 2010). Por trás desse processo, não obstante tenha ocorrido a arborização e o embelezamento da cidade, pressupõe-se que há mais uma tentativa de rompimento das relações socioambientais, lúdicas e simbólico-culturais estabelecidas entre natureza e cultura. Afinal, as árvores e os demais espaços verdes da cidade foram criados apenas com fins contemplativos, em que a natureza era “construída” visando à ornamentação da cidade (ROCQUE, 1996; SARGES, 2010).

Embora não fosse percebida como espaço de habitação, em Pinheiro *et al.* (2019, p. 107), constata-se que havia também constante “[...] busca pela natureza como fuga do ritmo, da rotina e da paisagem da cidade, a fim de afastar o tédio, restaurar as energias e regozijar a alma, no tempo livre das obrigações [...]”. Na mentalidade da elite local, acredita-se que a

natureza era conferida como um espaço de contemplação e de lazer, não de habitação, certamente, por representar o espaço do atraso, no qual a modernidade ainda precisaria chegar. Seja pela “rusticidade da floresta”, seja pelas chuvas torrenciais e pelas águas pestilentas, Dias (2016, p. 251), assinala que “[...] a natureza em uma Belém da *belle époque* aparecia como entrave à modernidade”. É importante destacar que tal modelo de gestão urbana, exportado de sociedades europeias, “consideradas civilizadas”, não reconhece e compreende as particularidades e as singularidades inerentes à urbanodiversidade das cidades da e na floresta (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Como resultado das transformações urbanas, além das terras altas e melhor localizadas terem sido ocupadas pela população com maior poder aquisitivo, houve o remanejamento de um número considerável de pessoas para as áreas periféricas à cidade, como os terrenos em áreas de várzea. Assim, os mais pobres – “empurrados” para espaços longe da civilidade, em que a “natureza rústica” reinava e os igarapés eram muito comuns – tinham relações mais estreitas com a natureza. Esses terrenos, mais baixos e sujeitos a alagamentos, que mais tarde seriam conhecidos como as baixadas<sup>16</sup> (TRINDADE JÚNIOR, 1998), tornaram-se uma forma de moradia acessível à população de baixa renda. A dissertação de Miranda (2020), intitulada “A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém”, porém, traz uma importante discussão ao ressaltar como o remanejamento de populações pobres e negras para essas áreas – alagadas e alagáveis – foi realizado de forma seletiva e oficial, o que gerou um espaço urbano caracterizado por injustiças, racismo ambiental e desigualdades social e racial, as quais se mostram, às vezes, silenciosas e, em outras, evidentes.

Apesar de o ambiente e a vivência serem semelhantes ao dos interiores da Amazônia paraense, as (novas) dinâmicas da cidade eram muito diferenciadas. Por assim ser, com o processo de urbanização, no decorrer dos anos, as políticas públicas, propostas pelos governantes, que sucederam a Antônio Lemos, não conseguiram acompanhar o abrupto crescimento horizontal da cidade, ocasionando, segundo Dalva Santos (2010, p. 89), graves problemáticas, dentre elas, a mais preocupante, a:

[...] apropriação desigual da cidade pelos habitantes. Essa desigualdade está presente na imagem física da cidade onde os bairros centrais estão com uma infraestrutura urbana mais estruturada e os bairros da periferia da cidade necessitam de muitos serviços públicos como: tratamento do esgoto e do lixo, água potável, escolas, postos de saúde, transporte coletivo suficiente, espaços de lazer, ações culturais, postos de

<sup>16</sup> Segundo Ribeiro e Prost (2003, p. 181), “Tecnicamente o termo baixada aplica-se aos terrenos com cotas de 04 metros do nível do mar e chegam a compor 40% da área mais valorizada da cidade, a primeira légua patrimonial, próxima ao centro de Belém”. No entanto, historicamente, Trindade Júnior (1998) assinala que as “baixadas” são associadas à pobreza urbana.

trabalho etc. Assim, o grau de atuação por parte do poder público acontece, com maior ênfase nas áreas onde a população de alta renda reside e/ou trabalha. Belém tem imagens que refletem as condições e contradições ambientais, econômicas, políticas e sociais desiguais.

Em um dos textos analisados por Marques (2014), são demonstradas as relações existentes entre espacialidades com alta e baixa vulnerabilidade social, ao se observar que as problemáticas se agravam à medida que as áreas se distanciam dos lugares tidos como centrais. Panorama esse que também é evidenciado em Belém, dado que o progresso de certas áreas é inversamente proporcional às condições de vida de alguns ambientes marginalizados. Esse cenário é muito bem retratado em algumas passagens do filme “Iracema, uma transa amazônica” (1974), no qual Iracema, a personagem principal, ao desembarcar na Belém da década de 1970, depara-se com uma cidade passando e sentindo os efeitos das transformações socioespaciais, decorrentes da urbanização e da modernização do território. Para além dessas questões similares às de outras regiões do País, no contexto amazônico, há entre os pesquisadores grande preocupação com os desequilíbrios ecológicos entre os rios, as florestas e as populações tradicionais e citadinas (OLIVEIRA, 2000, 2006; TRINDADE JÚNIOR, 1998). A reorganização espacial, nessas ambiências, tem sido realizada de forma indiscriminada, sendo o povoamento realizado comumente em áreas inadequadas e ambientalmente frágeis, como as espacialidades que margeiam rios, furos, córregos e igarapés.

Segundo Vanzela, Hernandez e Franco (2010), essas áreas são as que mais atraem a população para ocupá-las, dada a sua importância ambiental e socioeconômica. Seus recursos, pois, são conferidos como importantes fontes de subsistência e geração de renda para essas populações, o que corrobora com a permanência nesses locais. No entanto, tais ocupações representam um perigo tanto ao ambiente quanto aos habitantes, visto que, costumeiramente, o desmatamento da vegetação de suas margens, para a construção de moradias, provoca o assoreamento do rio, a alteração de seu fluxo e, constantemente, inundações (TAMDJIAN; MENDES, 2005). Logo, os efeitos desses desequilíbrios ambientais refletem na dinâmica cotidiana da própria população (CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Conquanto Marques (2014), em “As permanências dos desafios ambientais nos espaços urbanos”, postule que essas consequências do processo urbanizatório, sobretudo, as de ordem ambiental, estejam presentes praticamente em todas as cidades brasileiras, na Amazônia, tiveram feições e resultados distintos (CORRÊA, 1987). Afinal, as transformações, causadas pela urbanização, foram tão substanciais que as relações socioambientais, simbólico-culturais: de pertencimento e de identidade – gestadas secularmente entre o indivíduo e a natureza –

sofreram profundas rupturas, sendo, aos poucos, dissolvidas pelas lógicas do progresso do espaço técnico-científico informacional, o qual tem usurpado o lugar do espaço natural (SANTOS, 1993). Em meio às dissoluções, as lembranças sobre as ambiências de outrora encontram-se em progressivo esquecimento, cedendo lugar às novas formas de interação com o meio ambiente.

Costa e Ravena-Cañete (2015) contribuem com essa discussão ao pontuar que, nessas áreas, as águas dos rios e igarapés, que antes tinham funções sociais e de harmonização da paisagem característica amazônica, passam a ser “grandes valas” ou “canais esgoto”: locais de acúmulo de resíduos sólidos e de despejo de esgoto. Como causa e, também, decorrência disso, as políticas governamentais da Região Metropolitana de Belém (RMB) para esses espaços “[...] têm sido tradicionalmente fundamentadas em projetos de drenagem, incluindo dragagem, retificação e impermeabilização dos canais e rios [...]” (COSTA; RAVENA-CAÑETE, 2015, p. 2). O Igarapé Mata Fome e a área que contempla a Comunidade Bom Jesus I são categóricos exemplos desse cenário.

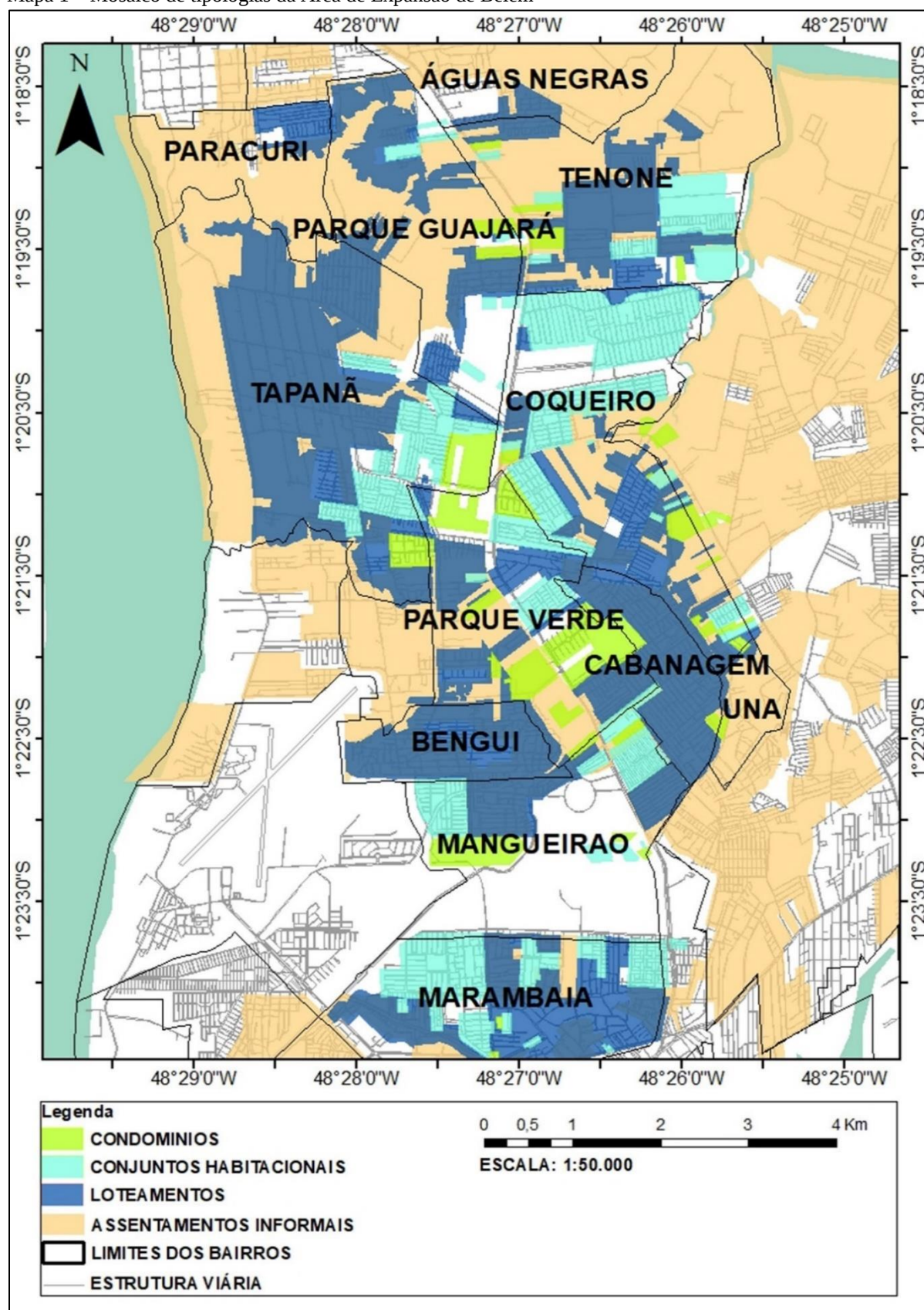
Em função da diversidade socioespacial e cultural do País, esses espaços periféricos, isto é, que se encontram à margem dos centros das grandes e das médias cidades, não podem ser lidos genericamente ou no singular. Segundo Kowarick (2000, p. 34), assim como dentro do Estado de São Paulo, na Amazônia e nas demais regiões do País, há “Periferias... No plural”, inclusive, com nomenclaturas próprias: *morro*, *favela*, *baixada*, *invasão*, *ocupação*, “*setor*” etc. Conquanto tenham sofrido processos históricos semelhantes, desde a colonização portuguesa até a urbanização e a globalização modeladora, as intensidades, os reflexos ou as consequências foram variadas em face das diferenças históricas, espaciais e culturais existentes (CORRÊA, 1987). Assim, as “Periferias” são numerosas e múltiplas:

Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras [são] verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, [...] ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores [...]. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não dos ‘justiceiros’. Lá é por excelência o mundo da subcidadania (KOWARICK, 2000, p. 34).

Desse fato, são observados novos desenhos urbanos, com o surgimento de “bolhas” (condomínios, *resorts* etc.): lugares sem vulnerabilidade social envoltos por lugares altamente vulneráveis. Contrastes tais que se expressam para além do aspecto econômico, demarcando disparidades físicas (na paisagem) e simbólicas (culturais). Em Belém, as desigualdades

socioespaciais formam diferentes tipologias, padrões e formas de ocupação urbana (CARDOSO; LIMA, 2006). Além das *baixadas*, das *comunidades*, das *invasões* e dos *setores* – menções carregadas por significação e sentimento de pertença –, os loteamentos clandestinos, os conjuntos habitacionais, as ocupações informais e os condomínios fechados (Mapa 1) – nomenclaturas institucionalizadas – foram espacialidades concebidas e dinamizadas a partir desses processos urbanos e que formam hoje um conjunto de “[...] tipologias autosssegregadas que correspondem a diferentes estratégias de produção da cidade [...]” (CARDOSO *et al.*, 2020, p. 9).

Mapa 1 – Mosaico de tipologias da Área de Expansão de Belém



Fonte: Cardoso *et al.* (2020), elaborado por Beatriz Moura, a partir de dados da PMB (2013) e do IBGE (2010).

Todo esse contexto vem sendo lido a partir de proposições de diversos autores regionais, entre eles destaca-se: Trindade Júnior (1998, 2010a, 2010b, 2013, 2015a, 2015b) e Oliveira (2000, 2006). Para estes, o cenário, há pouco ilustrado, foi configurado tanto por lógicas e dinâmicas internas quanto (e principalmente) externas, as quais compuseram um mosaico urbano nas cidades amazônicas, expresso por assimetrias e singularidades. Tais espaços, em que a floresta antes os ocupava, fazem parte de cidades que nasceram e cresceram à beira das estradas, motivadas por inovadoras relações e formas de vida com a instalação de grandes (TRINDADE JÚNIOR, 2010a) e pequenos objetos e de suas respectivas dinâmicas ligadas à mineração, ao desmatamento, à pecuária e à soja.

Sob outra perspectiva, no espaço das águas, as cidades à beira rio ganham certa dinamicidade e conexões globais com os ideais de sustentabilidade e biotecnologia, os quais são mais articulados aos interesses e aos conhecimentos mundiais e menos às vivências e aos saberes locais (OLIVEIRA, 2006), o que corrobora com as re-des-organizações da paisagem e o desenho de desigualdades socioespaciais. Desse modo, ainda segundo Oliveira (2006, p. 28), criaram-se muitos “[...] espaços artificiais, desprovidos de memória que desprezam a história e a cultura específicas, levando à construção de objetos iguais, independentemente dos lugares onde estão localizados”. Trindade Júnior (2010a, 2013) interpreta que, em meio a esses processos, é que surgem as “cidades na floresta”, enquanto espacialidades que mantêm fortes articulações e demandas exógenas. Tais lógicas externas visualizam o espaço da floresta tão apenas “[...] como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (TRINDADE JÚNIOR, 2010a, p. 118). A floresta, sua gente e seus valores são, dessa forma, negados pelos preceitos da vida urbana moderna.

No contexto amazônico, as cidades são expressas por especificidades muito características. Trindade Júnior (2010b, 2013, 2015a) assinala que, na Amazônia brasileira, o espaço é constituído por uma urbanodiversidade, a qual se expressa à vista de um conjunto de processos históricos, de singularidades e de pluralidades ambientais e culturais dos povos e das populações da floresta: os ribeirinhos, os caboclos, os indígenas e os citadinos da região (TRINDADE JÚNIOR, 2013, 2015a). A dimensão da urbanodiversidade da vida amazônica é, pode-se dizer, guiada pela relação entre quatro esferas: a tecnosfera urbana e a psicofera urbana – pensadas como forma e conteúdo, respectivamente – (SANTOS, 1988, 1993), assim como pelas aqui denominada de **“psicofera da floresta”** e **“tecnosfera da floresta”**.

Emprestando a compreensão de Milton Santos (1988, 1993, 1994), a tecnosfera urbana seria a materialidade do conjunto de objetos técnicos, os quais se comunicam e relacionam-se com objetos de outros espaços. Nesse contexto, a tecnosfera urbana seria a base e, ao mesmo

tempo, a materialidade da psicosfera urbana, sendo esta entendida como um conjunto de valores, de comportamentos, de relações de origem urbana, que conferem sentido às formas-conteúdos espaciais: a racionalidade urbana (SANTOS, 1988).

Essas esferas são redutíveis uma em relação à outra, uma vez que a psicosfera constitui a mente da técnica ou da forma (tecnosfera), sendo ela quem condiciona comportamentos e possibilita a interação entre tecnologia e valores sociais. À vista disso, a psicosfera antecede não somente a tecnosfera, mas a conformação e a expansão do meio técnico-científico. Entrementes, a psicosfera necessita da tecnosfera para que esta última possa carregar e propagar, em si, os ideais urbanos da primeira (SANTOS, 1993). Ainda, segundo Milton Santos (1993, p. 46), a psicosfera urbana, embora seja “[...] local pelas pessoas sobre as quais se exerce [...], [é] produto de uma sociedade bem mais ampla que aquele lugar e cuja inspiração e cujas leis têm dimensões ainda mais complexas”.

Por outro lado, tendo em vista as especificidades que formam a urbanodiversidade das cidades amazônicas da e na floresta<sup>17</sup> (TRINDADE JÚNIOR, 2013) – criadas às margens dos rios ou das estradas –, compreende-se que elas e as suas paisagens atuais são “[...] o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas” (OLIVEIRA, 2006, p. 28). Destarte, nas cidades da e na floresta, defende-se, aqui, que coexistem, além da tecnosfera urbana e da psicosfera urbana (TRINDADE JÚNIOR, 2010a), esferas endógenas, próprias dessas cidades: a “**psicosfera da floresta**” e a “**tecnosfera da floresta**”. A primeira é aqui entendida como um conjunto de valores, costumes, simbologias e comportamentos ligados à floresta e aos rios, os quais concedem características aos modos de vida típicos das populações amazônicas. A segunda, como a base material, caracteriza-se pelas formas e pelos objetos físicos projetados a partir de uma racionalidade e um saber da floresta.

Diante disso, entende-se que, nas *baixadas*, nas *invasões*, nas *comunidades*, nas *ocupações* e nos *setores* da cidade, coexistem diferentes modos de vida, há um sincretismo de

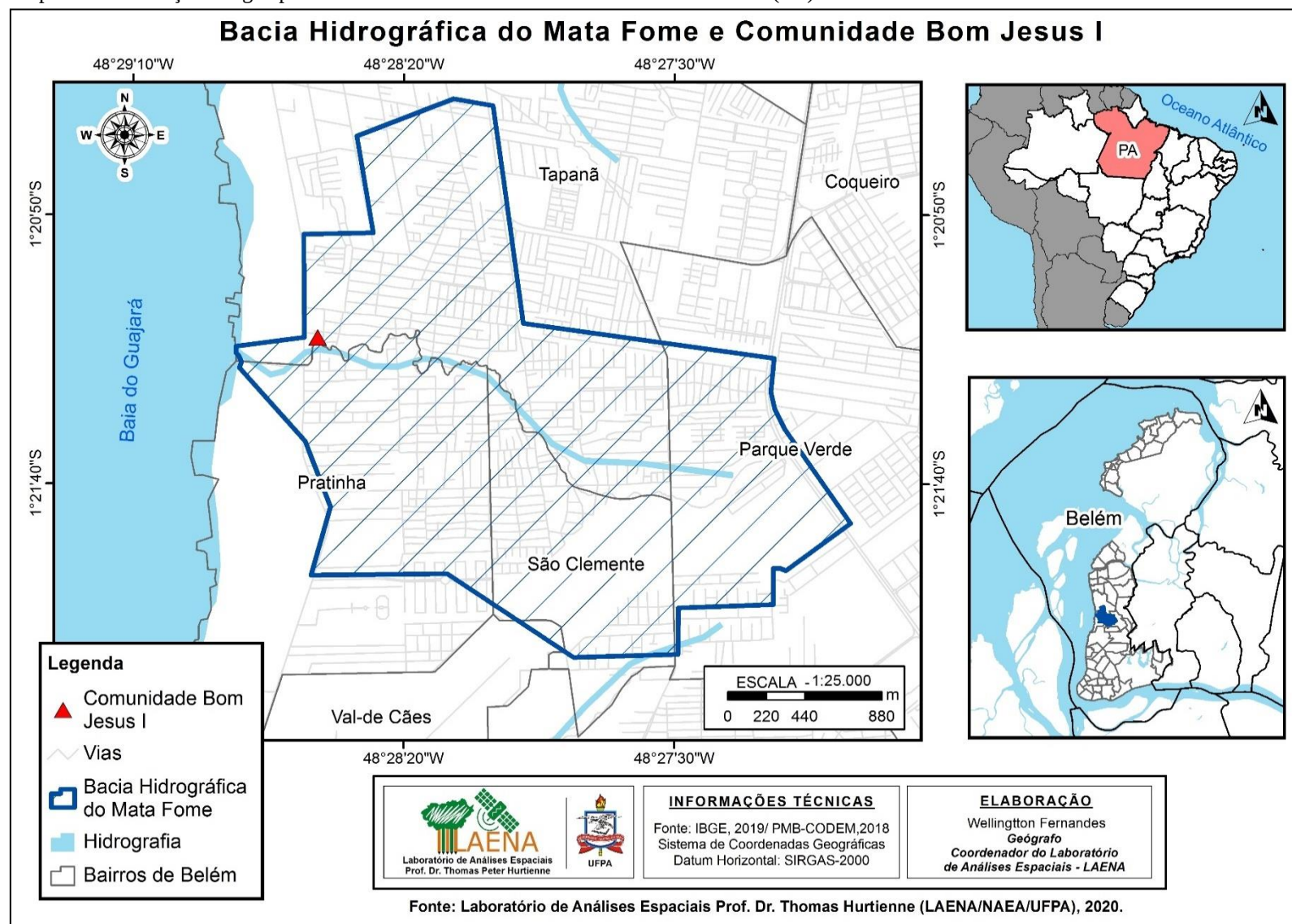
---

<sup>17</sup> “Inspirados na discussão que Milton Santos fez para o Brasil ao distinguir ‘cidades do campo’ das ‘cidades no campo’. [...] As ‘cidades da floresta’ eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia. As ‘cidades na floresta’, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (TRINDADE JÚNIOR, 2010a, p. 117-118).

culturalidades, formas e conteúdos. Afinal, segundo Silva e Simonian (2016), os povos e as populações tradicionais levaram consigo, para o mundo citadino, manifestações e práticas culturais do mundo caboclo-ribeirinho (RODRIGUES, 2008), sendo possível “[...] perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas em relações contrastantes e contraditórias [...]” (SILVA; SIMONIAN, 2016, p. 22). Como exemplo de materialização de todo esse debate, segundo Cañete e Ravena-Cañete (2010), está a Comunidade periférica Bom Jesus I, dado que, inicialmente, possuía um modo de vida mais sustentável e perfilado como tradicional, mas que, em face de influências externas, tem sido marginalizado e pauperizado.

A comunidade está situada na Bacia Hidrográfica do Mata Fome, a qual faz parte do Distrito Administrativo do Bangui (DABEN) em Belém (PA). Com uma área de, aproximadamente, 8.342.508.01m<sup>2</sup>, sua nascente situa-se nas proximidades da Rodovia Augusto Montenegro e sua vazante na Baía do Guajará (SILVA *et al.*, 2015), conforme o Mapa 2. O Igarapé abarca os seguintes bairros: São Clemente, Parque Verde, Pratinha e Tapanã, o qual delimita, de forma natural, os dois últimos bairros e atém-se, ao norte, a Bacia do Cajé, ao Oeste, a Baía do Guajará, ao Leste, com a Bacia do Maguari e, ao Sul, com a Bacia do Val-de-Cans (SILVA; LUZ, 2016). A comunidade nasceu da ocupação das margens do igarapé, na década de 1980, por meio da construção de palafitas (LOBATO *et al.*, 2015).

Mapa 2 – Localização do Igarapé Mata Fome e da Comunidade Bom Jesus I em Belém (PA)



Fonte: Elaborado por LAENA/NAEA/UFPA (2020).

No Igarapé Mata Fome, com o crescimento horizontal da cidade, formaram-se diversas comunidades, entre elas a Comunidade Bom Jesus I, formada por pessoas que migraram para a cidade com vistas a obter melhores condições de vida. Essas áreas, embora destinadas, seletiva e estrategicamente, às populações pobres e negras (MIRANDA, 2020), foram, facilmente, eleitas pelo migrante nativo como local de moradia (RODRIGUES *et al.*, 2013), em virtude de ser um cenário muito semelhante ao de uma típica ambiência amazônica, na qual essas pessoas estavam habituadas com a presença de árvores frutíferas, os animais e as águas do igarapé. Assim, ao migrar para a urbe, o caboclo-ribeirinho encontrava, nessas áreas, um ambiente familiar ao vivido originalmente (ALMEIDA, 2010; RODRIGUES, 2008).

Certamente, essa “gente do interior” trouxe em sua bagagem valores, práticas, símbolos e culturalidades ligados aos rios e à floresta, que podem, até hoje, ser sentidos e observados em formas físicas características da paisagem desses espaços. No entanto, como este trabalho pressupõe, esse modo de vida e suas representações têm sido, ao longo dos anos, dissolvidos pelos ideais da vida urbana. Maricato (1996), nessa direção, considera que essas ocupações, desamparadas de serviços públicos urbanos, como água encanada, segurança, lazer, saúde, saneamento básico e coleta de lixo, têm gerado desequilíbrios ambientais e sociais que atentam contra a vida e a dignidade dessas populações.

### **3.2 Espaço de subsistência, diversão e vida: o domínio da psicosfera e da tecnosfera da floresta**

*“Era o rio e o resto só mato. Quase não tinha casa aqui”.*

(Informação verbal – conversa informal)

Frequentemente, é desse modo que a vida no Mata Fome começa a ser narrada. Segundo os relatos dos moradores mais antigos, a comunidade foi constituída por famílias de baixa renda, originárias de diferentes interiores do Estado do Pará. Entre os motivos que levaram alguns moradores a migrar para a cidade estariam: a busca por melhores condições de vida e de emprego, o tratamento de algum problema de saúde da família, além da viabilidade econômica de adquirir imóvel próprio, pois o centro da cidade de Belém havia passado por uma espécie de “aspepsia social” desde o governo de Antônio Lemos. Ademais, a escolha da área para moradia

se deu em decorrência da familiaridade com o cenário característico amazônico, pois, além do igarapé, eram comuns peixes, macacos, “mucuras”<sup>18</sup>, árvores e frutos na localidade.

Com a formação da comunidade, de acordo com Ravena-Cañete (2006), o igarapé e o ambiente, que o cercava, ficaram popularmente conhecidos entre os moradores como Mata Fome, uma vez que, como mencionado, ele serviu por muito tempo como a base alimentar daqueles que ali viviam, como precedentemente discorrido. A vida, portanto, era como a do interior, podia-se caçar, pescar e tomar banho de igarapé. As casas, feitas em tábuas de madeira, eram palafitas construídas sobre o rio (Fotografia 1) em áreas alagadas ou alagáveis. Ficavam distantes umas das outras, sendo envolvidas pela mata e conectadas por pontes de madeira.

Fotografia 1 – Palafitas sobre o Igarapé Mata Fome



Fonte: Ravena-Cañete (2006).

---

<sup>18</sup> “Confundidos erroneamente com ratos e popularmente conhecidos na Amazônia pelo nome de ‘Mucura’, esses animais são na verdade uma espécie de gambá. Dependendo da região do país, os gambás também são chamados de Timbú, Saruê, Micurê, Sariguê. Na natureza existem seis espécies diferentes de gambá, mamíferos pertencentes à família Didelphidae. No Brasil são encontradas quatro: Gambá-de-orelha-preta (*D. aurita*), Gambá-de-orelha-branca (*D. albiventris*), Gambá-comum (*D. marsupialis*) e o Gambá-amazônico (*D. imperfecta*)” (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA, 2020, s. d.).

A distância em relação às áreas centrais da cidade reforçava mais ainda o *status* de interior da localidade. Nesse contexto, a população da comunidade, por meio do igarapé e da Baía do Guajará, na qual esse primeiro deságua, estabelecia intercâmbios econômicos e, por consequência, culturais com comunidades das ilhas próximas ou de outros interiores do Estado. Comumente, muitas mercadorias, entre elas o açaí, o camarão, peixes e materiais de construção, como madeira, tijolos e telhas, eram comercializadas na “Boca do Mata Fome” ou enviadas do interior por parentes, como ajuda para os habitantes da cidade.

Grande parte dos cursos d’água, que serpenteavam e margeavam a cidade, desempenharam diversas funções. Trindade Júnior (2010a, p. 118) destaca como exemplos dessa funcionalidade “[...] a circulação fluvial, a subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural [...])”. O Mata Fome, além de ser uma importante fonte de recursos naturais e possibilitar intercâmbios socioeconômicos, possuía a função social de espaço das práticas sociais de lazer daquela época. O banho de rio, assim como nos locais de origem daqueles moradores, era a atividade mais comum e esperada. Embora não houvesse uma hora precisa, moradores mais antigos contam que sempre após o almoço “*era quando o pessoal passava pro rio*” (Informação verbal – conversa informal) – certamente, após o término dos afazeres domésticos, no caso das mulheres e dos trabalhos em construtoras, no caso dos homens, ademais de ser o melhor horário para se refrescar em face das altas temperaturas típicas de Belém.

Os banhos (Fotografia 2) aconteciam ao longo de todo o igarapé, mas eram mais comuns de ocorrer na “Boca do Mata Fome”, por ser o local onde o igarapé se conecta com a Baía do Guajará. Logo, tinha-se um ambiente diferente por conta das correntezas e das pequenas embarcações que passavam ou ficavam ali estacionadas. Entre competições de nado, de ficar por mais tempo embaixo d’água sem respirar, de “*cambalhotas*” executadas de cima de árvores ou de barcos, de corridas de remo nos pequenos cascos, as crianças e os adolescentes da comunidade, sobretudo, tinham seus momentos de ludicidade em meio à esfera amazônica conformada pelo rio e pela floresta. Normalmente, o fim dessas práticas era sempre marcado pelo início da noite ou pelos “*torós*” da tarde que deixavam as águas do igarapé ou da Baía do Guajará mais agitadas. Em decorrência de uma possível aparição da “*Mãe d’água*”<sup>19</sup>, era preciso parar o banho em respeito à mãe natureza e em temência de seus castigos.

---

<sup>19</sup> Embora diferentes versões sobre a Mãe das águas existam, ela é, comumente, associada a alguma criatura mitológica, seja uma cobra, seja uma sereia ou uma mulher na forma humana, que remete à Iemanjá. De um

Fotografia 2 – O Igarapé Mata Fome como espaço de lazer



Fonte: Ravena-Cañete (2006).

No espaço da floresta, onde a Comunidade Bom Jesus I estava a se formar, as matas se configuravam como espaços para as práticas de lazer. Nas árvores, balanços eram feitos nos troncos, os cipós usados para pular corda, os frutos, apanhados às escondidas, eram motivo de pura adrenalina entre as crianças: “[...] a gente ia no quintal da vizinha que tinha muito cacau, apanhava e, no local onde o fruto tava, seguro na árvore, a gente passava terra, pra ela não saber que a gente tinha pegado. Eu lembro que a gente nem comia, sabe. Era mais a emoção da molecagem” (Informação verbal – conversa informal), conta Maria, moradora da comunidade há 39 anos.

Os caroços de algumas frutas eram utilizados em várias brincadeiras lúdicas entre as crianças, sobretudo, como petecas (bolas de gude). As crianças daquela época passavam horas do dia nos quintais a inventar, com a ajuda dos elementos da natureza, maneiras de brincar e de se divertir. Quando a noite se aproximava, a contação de lendas, estórias e mitos dava lugar às brincadeiras. O imaginário simbólico da floresta, normalmente transmitido pelos pais e pelos avós vindos do interior, era narrado pelas crianças em diferentes versões: a cobra boiuna, era

---

modo ou de outro, é uma criatura que fica responsável pelas águas e seus cuidados, como uma mãe. Àqueles que excedem as horas ou fazem mal para os peixes e demais recursos aquáticos podem ser duramente castigados, sendo a morte o maior dos castigos (MARTINI, 2017).

também a cobra grande<sup>20</sup>; a Matinta Perera<sup>21</sup>, às vezes, era a Rasga-Mortalha e dessa maneira seguia. Embora muitas dessas histórias, ou estórias, não tem tido origem na região, é importante considerar que elas foram apropriadas, transformadas e transmitidas, considerando o contexto ambiental e sociocultural desses povos, populações e comunidades tradicionais. Logo, ainda que essas histórias e/ou estórias tenham uma formação híbrida, elas fazem parte de um imaginário particular.

Dito isso, é cada vez mais importante reconhecer esses agentes não apenas como reprodutores de imaginários colonizadores, mas como criadores de seu próprio imaginário, de sua própria cultura. Do contrário, corre-se o risco de reforçar pensamentos e conhecimentos eurocêntricos e coloniais. Antes de o europeu chegar aqui trazendo a “civilidade”, suas histórias e culturas, segundo os estudos arqueológicos recentes<sup>22</sup>, há milhões de anos antes, populações ocupavam esse território, cultivando, a partir de suas ontologias, formas de viver, falar e resistir próprias.

Dando continuidade a tal caracterização: “*De antigamente, era muito bom. Era tranquilo. Não tinha nada desse ‘negócio’ de violência*” (Informação verbal – conversa informal). Tranquilidade e paz, esses dois substantivos, definiam o viver no Mata Fome de outrora. A violência quase não existia, pouco se ouvia ou falava em roubos e mortes, as notícias sempre chegavam “lá da cidade” (centro de Belém) – ao passo que algumas famílias chegaram a se mudar para a área em virtude da violência dos locais de origem. Os vizinhos, mesmo que poucos, mantinham boas relações de convivência e, por vezes, trabalhavam juntos em uma das tantas fábricas que se instalaram ao longo do que hoje é a Rodovia Arthur Bernardes. Assim, as relações sociais eram tecidas no cotidiano do lar, do trabalho e das demais práticas entre os pais, suas esposas e seus filhos.

<sup>20</sup> “Muitos caboclos ribeirinhos acreditam que os igarapés e os furos foram formados a partir da passagem de uma cobra grande a qual deixou seu rastro por onde passou. [...] A figura da cobra aparece como algo assustador e ameaçador, que pode virar os barcos e as pequenas canoas, para poder devorar suas vítimas. É uma cobra muito grande, grossa e preta, que vive no fundo do rio e às vezes se desloca até a sua margem [...]. No imaginário dos paraenses existe a crença, que em Belém a cabeça da cobra grande está localizada embaixo do solo da Catedral da Sé, e a sua cauda sob o altar da Basílica de Nazaré. A localização do corpo dessa cobra, nesses dois extremos, nos leva a perceber que esse é o caminho que se percorre, durante a romaria do Círio de N. Sra. de Nazaré [...]” (CARVALHO, 2006, p. 200-203).

<sup>21</sup> “Para o povo paraense, a Matinta é a bruxa cabocla, que também pode se transformar em porco, pássaro ou morcego. A marca de sua presença é o assobio assustador, um som agudo que causa arrepios a quem o escuta, ‘fite, fite, fiuiite’. Segundo esta lenda, quem escuta o assobio, promete para a Matinta tabaco ou a convida para tomar café no dia seguinte, só assim param os assobios, sinal de que ela foi embora. Na manhã seguinte, a primeira pessoa que vier até a casa para buscar o prometido é a Matinta Perera. O grito ou assobio da Matinta, para o caboclo, é um sinal de mal presságio, um grito agourento, que algo de ruim vai acontecer, e por causa desse grito, ela é chamada também de ‘rasga-mortalha’” (CARVALHO, 2006, p. 206).

<sup>22</sup> Para mais detalhes sobre a ocupação humana na Amazônia, ver: “A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia” (IMAZON, 2015). Disponível em: <https://imazon.org.br>. Acesso em: 27 mai. 2021.

No que concerne à saúde, as doenças eram tratadas por meio de remédios caseiros de origem popular. As plantas medicinais, principal fonte desses remédios, eram coletadas comumente nos quintais ou em matas próximas, sendo comum o uso de andiroba (*Carapa guianensis*) e de copaíba (*Copaifera langsdorffii*). Separadas ou misturadas, na forma de chás ou cremes, ingeridas ou aplicadas sobre a pele, as plantas, manejadas a partir de um etnoconhecimento secular, compreendiam não somente uma importante forma de tratamento de doenças, mas, por vezes, a única. A utilização desses remédios, segundo Costa (2018), dava-se a partir de trocas e de indicações entre as mães e as avós das famílias, uma vez que os cuidados com a casa e com os filhos eram funções designadas à mulher. A perpetuação do uso das ervas, para além de ser uma alternativa ante as deficientes políticas públicas de saúde, configurava-se como a transposição dos conhecimentos dos povos da floresta para o ambiente periurbano.

Após essa narrativa sobre como a vida no Mata Fome ocorria, inspirando-se nas categorias tecnosfera e psicosfera urbanas de Milton Santos (1988, 1993), pode-se depreender que, na espacialidade da Comunidade Bom Jesus I, por sua ambiência típica amazônica, na qual os moradores tinham, em sua vida cotidiana, práticas e valores sociais, culturais e econômicas atrelados e condicionados à natureza, havia uma forte presença da psicosfera e da tecnosfera da floresta. Estas são diferentes daquelas que mais tarde viriam tentar tomar quase que por completo o seu lugar – a psicosfera e a tecnosfera urbanas.

De um lado, a tecnosfera da floresta podia ser facilmente identificada nas formas que constituíam a paisagem da comunidade: as casas de madeira, as pontes, os barcos, os tradicionais banheiros fora das casas etc. De outro, a psicosfera da floresta estava no conteúdo, na vida espiritual da comunidade, nas maneiras como os moradores garantiam sua subsistência (a caça, a pesca e a coleta de frutos), vivenciavam suas práticas de lazer no igarapé e nas árvores e cuidavam de suas doenças com a ingestão ou aplicação de plantas medicinais. Portanto, havia uma “aura” fortemente marcada por valores, princípios, crenças, comportamentos e significados que remetiam às florestas e aos rios. Essas psicosfera e tecnosfera da floresta ajudam a compor, em nosso entender, a urbanodiversidade das cidades amazônicas (TRINDADE JÚNIOR, 2010b, 2013, 2015a).

### 3.3 Espaço da fome, do abandono e da morte: o domínio da psicosfera e da tecnosfera urbanas

*“Veio um, veio dois. Quando eu dei tinha um monte de gente morando aqui. Foi muito rápido”* (Informação verbal – conversa informal).

O processo de urbanização em Belém foi intenso e voraz. Repentinamente, pessoas e mais pessoas chegaram, ocuparam as terras e, numa organização comunitária, instalaram-se em diversas áreas periféricas ao centro. A busca por emprego com melhores remunerações, a qualidade da educação e de serviços como saúde compreendem os motivos pelos quais os moradores migraram do campo para a cidade (RAVENA-CAÑETE, 2006). Ademais, a vontade de morar na cidade grande, somada ao sonho de ter a casa própria foram cooptados por estratégias políticas de eleitorado, as quais buscavam, na justiça, a regularização e a posse da terra em troca de votos nas eleições municipais ou estaduais. No entanto, com a chegada dos migrantes e o inchaço urbano, os novos moradores da cidade passaram a viver, na pele, as dificuldades da vida urbana, principalmente em decorrência do não acompanhamento de políticas públicas urbanas nesses novos espaços de habitação.

Nesse contexto, na Comunidade Bom Jesus I, os recursos naturais, que incluíam ou margeavam o Mata Fome, sofreram pressões frente à nova demanda populacional, resultando na derrubada da mata ciliar, na construção de inúmeras casas nas proximidades do igarapé e, por fim, na contaminação de suas águas. Atualmente, o Mata Fome, “doente” em face das ações antrópicas, passa a ser visto e tido não mais como um espaço de bonança, como outrora, mas como um espaço inóspito (ARAÚJO, 2007). As pessoas, desse modo, buscam por moradias mais distantes do igarapé (Fotografia 3), a fim de fugir das enchentes decorrentes das chuvas e da subida da maré, que trazem, em meio à água contaminada por dejetos, doenças e outros agentes que atentam contra a saúde. Desse modo, as residências, que margeiam o igarapé, são de famílias de baixa renda que, justamente pela condição de hipossuficiência financeira, ainda não conseguiram mudar para um lugar com melhor qualidade de vida: longe das doenças que as correntezas do igarapé “carregam”.

Fotografia 3 – Igarapé Mata Fome



Fonte: Registro feito pelo autor durante pesquisa de campo (2021).

Nesse cenário, a insuficiência, a morte ou a dispersão de caça e de pesca logo comprometeu a sobrevivência. Ambientados pela abundante disponibilidade de recursos dos

interiores, sem uma alternativa, a fome imperou entre os moradores: o lugar de matar a fome, agora passou a ser um lugar de fome. Desse modo, restou à população ocupar empregos ou subempregos informais no centro da *urbe* e nas empresas, que se instalaram às margens da Baía do Guajará. Para garantir a sobrevivência da família, além do homem, a mulher passou a deixar, por algumas horas do dia, o cuidado do lar e dos filhos para complementar a renda familiar. Segundo os moradores mais antigos, muitas crianças, nesse período, ficaram ociosas e vulneráveis ao tráfico de drogas e às demais atividades criminosas, que se formaram na comunidade – em consequência das poucas oportunidades de educação e de exercício da cidadania.

Diante da narrativa desses dois cenários, compreende-se que o crescimento demográfico, sem qualquer planejamento, sobretudo, próximo ao igarapé, contribuiu com o surgimento de problemas ambientais, o aumento da violência, além do deficiente e/ou ausente saneamento, bem como equipamentos e atividades de promoção da arte, da educação, do esporte, da saúde e do lazer, uma vez que essa área se encontra em pleno “bolsão de miséria” (RODRIGUES; TAVARES; MIRANDA, 2016). Assim, a população dessa comunidade teve que, ao longo desses anos, (sobre)viver em meio à inexistência e/ou à deficiência de serviços urbanos e de direitos circunscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dessa maneira, as relações sociais, ambientais e simbólico-culturais, manifestadas entre a população, a fauna, as matas e as águas do Mata Fome – as quais indicavam a existência de uma psicosfera da floresta –, sofreram rupturas, sendo aos poucos dissolvidas pelas lógicas do progresso (OLIVEIRA, 2006). Esse quadro, como é sabido, é reflexo de projetos políticos importados para a região desde o período colonial, passando pela gestão de Antônio Lemos, mas também pelos planos de integração nacional e pelos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia (SANTOS, 2010; SILVA; SIMONIAN, 2016). Tais projetos de modernização do espaço amazônico são a manifestação material dos valores da psicosfera urbana, a qual não integra à vida cotidiana os valores socioculturais ligados às águas e às florestas, mas tão apenas tem a natureza como fonte de exploração (OLIVEIRA, 2006; TRINDADE JÚNIOR, 2010a).

Destarte, observou-se que, na Comunidade do Mata Fome, os processos gestados pela urbanização têm gerado profundas modificações na vida social. Enquanto antes a vida era guiada por valores ligados à floresta e ao rio (Igarapé Mata Fome), hoje a vida passa a ser, também, comandada por preceitos da urbanidade. Esta última, na promessa de vida moderna, tem ofertado progresso e “desenvolvimento” tão somente para alguns. Aos muitos outros, como é o caso dos moradores dessa comunidade, resta um espaço de subcidadania: em que desigualdade, violência, doenças e mortes são o “preço” da vida moderna de poucos. Há,

portanto, na comunidade, uma clara transição entre as psicofera e as tecnosfera da floresta e as psicofera e as tecnosfera urbanas. Como ilustra a Fotografia 4, na paisagem da comunidade, é visível o contraste das tecnosferas da floresta e urbana, nas quais as casas de alvenaria, os telhados, as caixas d'água e as lajes surgem em meio às matas, revelando como os valores urbanos se projetam materialmente nesse espaço.

Fotografia 4 – Entre a tecnosfera da floresta e a tecnosfera urbana no Mata Fome



Fonte: Registro da pesquisa de campo (2021).

Para além de negar o modo de vida, o conhecimento e a cultura local, a esfera urbana tem introjetado, nesse espaço, preceitos, simbologias, lógicas e objetos físicos de ordem global, com vistas ao “progresso” e à modernização do espaço amazônico. No entanto, a criação desse novo espaço (técnico-científico-informacional) e dessa nova esfera, ainda que traga elementos da modernidade, negligencia e “subalterniza” a vida das grandes massas. Nessa direção, em espacialidades como a do Mata Fome, resta aos moradores precarização do trabalho, ausência ou deficiência de serviços públicos básicos e, como consequência, o descumprimento de direitos humanos universais e constitucionais, como: saúde, educação, habitação, lazer e um ambiente ecologicamente equilibrado. A psicosfera e a tecnosfera urbanas conceberam, portanto, cenários inaceitáveis de abuso à dignidade e à integridade humana, bem como têm os recursos naturais como mera mercadoria, mero valor de troca.

# A dinâmica do lazer convencional em Belém (PA):

## de que lazer estamos falando e para quem?

E assim o operário ia  
Com suor e com cimento  
Erguendo uma casa aqui  
Adiante um apartamento  
Além uma igreja, à frente  
Um quartel e uma prisão:  
Prisão de que sofreria  
Não fosse, eventualmente  
Um operário em construção.  
[...]

Mas ele desconhecia  
Esse fato extraordinário:  
Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.  
De forma que, certo dia  
À mesa, ao cortar o pão  
O operário foi tomado  
De uma súbita emoção  
Ao constatar assombrado  
Que tudo naquela mesa  
- Garrafa, prato, facão -  
Era ele quem os fazia  
[...]

E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim  
Começou a dizer não.  
E aprendeu a notar coisas  
A que não dava atenção:  
Notou que sua marmita  
Era o prato do patrão  
Que sua cerveja preta  
Era o uísque do patrão  
Que seu macacão de zuarte  
Era o terno do patrão  
Que o casebre onde morava  
Era a mansão do patrão

Que seus dois pés andarilhos  
Eram as rodas do patrão  
Que a dureza do seu dia  
Era a noite do patrão  
Que sua imensa fadiga  
Era amiga do patrão.  
[...]

E o operário disse: Não!  
E o operário fez-se forte  
Na sua resolução.  
[...]

Dia seguinte, o operário  
Ao sair da construção  
Viu-se súbito cercado  
Dos homens da delação  
E sofreu, por destinado  
Sua primeira agressão.  
Teve seu rosto cuspidos  
Teve seu braço quebrado  
Mas quando foi perguntado  
O operário disse: Não!

Em vão sofrera o operário  
Sua primeira agressão  
Muitas outras se seguiram  
Muitas outras seguirão.  
Porém, por imprescindível  
Ao edifício em construção  
Seu trabalho prosseguia  
E todo o seu sofrimento  
Misturava-se ao cimento  
Da construção que crescia.  
[...]

O operário em construção.  
(Vinícius de Moraes).

Este capítulo analisa a dinâmica do lazer convencional e seu contexto histórico na cidade de Belém, considerando a atual distribuição e o acesso a espaços de lazer pela população das áreas centrais e periféricas. Nele, inicialmente, é narrado como o lazer foi a motivação principal de uma luta entre trabalhadores e capital pela redução da jornada de trabalho e pela conquista de maior “tempo disponível”: o direito ao lazer. Em seguida, demonstra-se como processos e agentes estruturantes cooptaram algumas práticas e alguns espaços para transformá-los em mercadoria e, com efeito, beneficiar certas classes sociais num viés funcionalista e instrumentalizado. Tal cenário é problematizado por meio da noção de “lazer convencional”, o qual discute como algumas formas de vivenciar o lazer foram, historicamente, definidas e impostas, de forma convencional, como únicas, exclusivas e legítimas. Diante disso, analisa-se esse processo em Belém mediante alguns acontecimentos históricos, bem como por meio do mapeamento, da distribuição e do acesso a espaços de lazer da cidade. Desse modo, evidencia-se como os direitos à cidade de Belém e ao lazer vêm sendo implementados nas diferentes classes sociais.

#### 4.1 O direito social ao lazer (convencional)

No campo de estudos do lazer, entre os recorrentes embates teóricos dos pesquisadores e das pesquisadoras, há uma intensa discussão sobre a origem do lazer na constituição histórica. Enquanto uns consideram que o lazer existiu nas sociedades mais antigas (GOMES, 2008b) e que, portanto, sempre existiu, outros o defendem como um fenômeno moderno (MASCARENHAS, 2005), sendo originado nas sociedades urbano-industriais. Em meio a esse debate, Gomes (2004, p. 138) acentua que “[...] é demasiado arriscado definir, com exatidão, o momento histórico em que o lazer se configura na sociedade ocidental”. Em uma de suas obras mais conhecidas, “Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas”, Gomes (2008b) realiza uma verdadeira viagem no tempo e traz à tona práticas e manifestações culturais que ocorrem em sociedades antigas, as quais representam um indicativo de que havia lazer nessas épocas, sobretudo, por suas genealogias com algumas experiências hodiernas.

Por ser compreendido – ainda que tacitamente – como uma necessidade indispensável à vida humana, o lazer foi conferido em várias sociedades como direito social fundamental. Todavia, trazer esse debate aqui demanda contextualizá-lo a partir da discussão que o entende como um fenômeno moderno, **embora não seja essa a compreensão defendida por este trabalho**. Para essa corrente de teóricos, o que se compreende hoje como direito social ao lazer teria surgido da luta histórica, entre patrões e empregados, pelo tempo livre (LUNARDI, 2008; MASCARENHAS, 2005), especialmente em decorrência dos registros de protestos fervorosos por melhores condições de trabalho, feriados, férias remuneradas, bem como a redução da jornada e da idade para conseguir a aposentadoria (CAMARGO, 1986). Afinal, como o trabalho industrial implicava intensa produtividade e acumulação de bens, eram longas e exaustivas as horas empregadas nessa função.

Nas grandes fábricas, o relógio demarcava as horas de iniciar e de terminar o trabalho, sem respeitar os limites de cada trabalhador, a refeição era a única pausa, mas sempre determinada pelo tempo da produção. Numa sinérgica, harmoniosa e repetida linha de montagem, o lúdico e a diversão eram considerados distração que comprometeriam a divisão especializada do trabalho, uma vez que o erro em um momento poderia comprometer o todo. Diante disso, no início da industrialização, o fim do dia era apenas o tempo para dormir. Mas e o lazer? O mesmo relógio que determinava o tempo de trabalho, determinava o início e o fim

do lazer<sup>23</sup> – como um tempo inventado, encurralado entre o trabalho e o sono (CAMARGO, 1986).

Nesse contexto, houve várias mobilizações e lutas contra o sistema, as quais trouxeram pequenos e importantes avanços para a classe trabalhadora. No entanto, elas não foram pacíficas e, por vezes, a repressão policial chegava aos extremos, com confrontos armados e prisões. Evidentemente, os donos dos meios de produção resistiram na redução das jornadas de trabalho, uma vez que menos horas trabalhadas implicavam reduções na produção e, por conseguinte, menor lucratividade. Concomitantemente, os patrões acreditavam que a jornada de “apenas” oito horas de trabalho aumentaria exponencialmente o alcoolismo e, como consequência, o trabalho policial no país. Cabe pontuar que muitos dos resultados positivos alcançados eram enganosos, tendo em vista que as fábricas passaram a adotar formas de manter uma produção mínima (CAMARGO, 1986). Em outras palavras, a produtividade era mantida ou até maximizada em menos tempo de trabalho, o que contribuía com o aumento da *mais-valia*<sup>24</sup>.

Como o “tempo para o lazer” não estava previsto na lógica racionalista do capitalismo industrial (CAMARGO, 1986), a vivência desse tempo não pode ser vista, segundo os autores de linha marxista, como um benefício acrescentado pelos donos dos meios de produção, mas como um direito conquistado pela classe trabalhadora (LUNARDI, 2008; MASCARENHAS, 2005; MENICUCCI, 2006). No entanto, o lazer passou a ser visto como um mecanismo deveras importante para o próprio capital, sob uma lógica compensatória e instrumental, pois foi considerada uma “válvula de escape” capaz de recarregar as energias de sua força de trabalho e, por conseguinte, aumentar a produtividade nas fábricas (CAMARGO, 1986). Nessa

---

<sup>23</sup> Alienados pelo sistema, pela igreja – a qual pregava que o homem deveria trabalhar para alcançar a sua salvação – e pelo seu próprio trabalho (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003), os operários chegaram, por vezes, a lutar pelo direito de trabalhar. Nessa conjuntura, o manifesto de Lafargue ([1999] 2005), escrito em 1880, nasceu da inquietação do autor em despertar, nos operários, a luta pela redução das jornadas de trabalho. Para o genro de Marx, seria possível apenas ter uma vida mais humana e digna se os trabalhadores dispusessem de um tempo para si próprios, se eles se organizassem, coletivamente, para conquistar o direito ao ócio, a fazer nada. Aquele que, por muito tempo, foi considerado o século do trabalho, em verdade, foi o século das misérias, das dores, das tristezas e dos pavores. O trabalho, pois, estava a torturar e a sugar as vidas dos operários e de suas famílias. Efemeramente, a vida estava a passar e uma pausa não podia ser feita, ao menos, para olhar a beleza da paisagem. Poucos eram os momentos para aproveitar a família, o amor e os doces prazeres da sociabilidade.

<sup>24</sup> “Marx distingue o tempo de trabalho necessário, durante o qual se dá a reprodução do trabalhador e no qual gera o equivalente a seu salário, do tempo de trabalho excedente, período em que a atividade produtiva não cria valor para o trabalhador, mas para o proprietário do capital. Em função das relações sociais de produção capitalistas, o valor, que é produzido durante o tempo de trabalho excedente ou não pago, é apropriado pela burguesia. Parte desse valor, extraído gratuitamente durante o processo de produção, passa a integrar o próprio capital, possibilitando a acumulação crescente. O valor que ultrapassa o dos fatores consumidos no processo produtivo (meios de produção e força de trabalho), e que se acrescenta ao capital empregado, inicialmente na produção, é a mais-valia. Ela se transforma, assim, em uma riqueza que se opõe à classe dos trabalhadores. A taxa de mais-valia, a razão entre trabalho excedente e trabalho necessário, expressa o grau de exploração da força de trabalho pelo capital” (OLIVEIRA, QUINTANEIRO, 2003, p. 44).

contextualização, apresenta-se, a seguir (Quadro 5), algumas manifestações, protestos e greves no mundo e, principalmente, no Brasil que ajudaram a subsidiar – a partir de uma perspectiva convencional, funcionalista, instrumentalista e de oposição ao trabalho –, o entendimento do lazer como um direito social.

Quadro 5 – Eventos históricos que contribuíram com a instituição do lazer como direito no Brasil

| Ano               | Evento                                                            | Reivindicação/Discussão/Conquista                                                                                      |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1901</b>       | Primeira greve de trabalhadores no Brasil                         | Redução da jornada de trabalho diária para 11 horas.                                                                   |
| <b>1902</b>       | Greve no Rio de Janeiro                                           | Redução das jornadas de quinze a 16 horas.                                                                             |
| <b>1903</b>       | Greves de 25 mil operários da industrial têxtil no Rio de Janeiro | Atendida: redução da jornada de trabalho diária para 9 horas.                                                          |
| <b>1905</b>       | Greve em Sorocaba                                                 | Redução das jornadas de 15 a 16 horas.                                                                                 |
| <b>1906</b>       | Congresso Brasileiro                                              | Tratou da jornada de trabalho e decidiu pela Primeira Greve Geral do país.                                             |
| <b>1907</b>       | Primeira Greve Geral do Brasil                                    | Redução das jornadas de trabalho. O dia 1º de maio ficou declarado como o dia do trabalhador.                          |
| <b>1917</b>       | Segunda Greve Geral do Brasil                                     | Criação do fim de semana de lazer, com interrupção aos sábados à tarde e a retomada na segunda pela manhã.             |
| <b>1917</b>       | Apresentação ao Congresso Nacional o 1º projeto de lei            | O projeto buscava regulamentar a jornada diária de 8 horas. Na época, foi visto como anárquico, subversivo e imoral.   |
| <b>Era Vargas</b> | Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)                           | Conquistas: salário-mínimo, regulamentação das férias, da aposentadoria e a legalização da jornada de 8 horas.         |
| <b>1978</b>       | A volta da luta pela redução da jornada de trabalho               | Fixar a jornada de trabalho em 40 horas semanais.                                                                      |
| <b>1985</b>       | Greve dos 300 mil metalúrgicos                                    | A mais extensa greve da Nova República tinha como principal reivindicação a fixação da semana de 40 horas de trabalho. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir de Camargo (1986, p. 145-148).

Realizada tal contextualização, nota-se que a construção social do direito ao lazer vem sendo configurada há bastante tempo (e dentro de lógicas hegemônicas). Porém, é somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que há uma maior concretude, pois ficou estabelecido, em seu artigo XXIV, que “[...] toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas” (ONU, 1948, p. 11). No contexto brasileiro, embora Santos (2014) pontue que não houve qualquer mobilização popular que reivindicasse o lazer como direito social no momento da discussão do texto constitucional, sendo a inclusão responsabilidade dos constituintes, não se pode afirmar que não tenha ocorrido reivindicações antecedentes. No mais, convém destacar que o papel dos constituintes era justamente este: olhar com sensibilidade a realidade e as demandas da população – ainda que, segundo Santos (2014), visões de mundo limitadas e individuais tenham

sido entranhadas na definição do direito social ao lazer, incluindo compreensões hegemônicas e convencionais.

Na Constituição Federal de 1988 (CF/88), o lazer surge, pela primeira vez, na letra da lei brasileira como um direito social, sendo mencionado em quatro artigos, sejam eles: artigo 6º, que compreende o lazer, assim como a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, a segurança etc., como um direito social; artigo 7º, em que o lazer é considerado uma necessidade básica na vida de trabalhadores rurais e urbanos; artigo 217, que traz a responsabilidade do poder público em incentivar o lazer, como forma de promoção social; e o artigo 227, que dispõe sobre o dever da família, da sociedade e do Poder Público em garantir lazer a crianças, jovens e adolescentes (BRASIL, 1988). Conquanto seja um avanço considerável a inclusão do lazer no texto constitucional, principalmente em meio ao conjunto de Direitos e Garantias Fundamentais, vários estudos tecem críticas contundentes ao modo como o texto foi inserido nas discussões (SANTOS, 2014), à conotação estigmatizante que foi dada ao lazer (BAHIA; FIGUEIREDO, 2013) e a não regulamentação desse direito por dispositivos infraconstitucionais (LOPES, 2017; LUNARDI, 2008; MENICUCCI, 2006).

De acordo com Lopes (2017), o artigo 227 foi o único regulamentado por uma lei infraconstitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). De maneira diferente de outros direitos efetivados constitucionalmente, segundo Gomes e Isayama (2015), não há nenhum dispositivo que trate do lazer como direito social de modo específico, o qual deveria apresentar princípios, diretrizes, objetivos e outras disposições, capazes de orientar a materialização de políticas públicas de promoção do lazer. Portanto, a legislação atual é considerada, por Lopes (2017), como generalista e sem detalhamento basilar para efetivar tal direito. No cerne dessa discussão, autores como Marcellino (2006), ao analisar a concepção de “promoção social”, observa que ela compreende o lazer em uma perspectiva funcionalista de utilidade, não como uma necessidade humana importante para o desenvolvimento humano e social (GOMES, 2014).

Embora não haja uma “Política Nacional **de** Lazer” ou outro qualquer dispositivo normativo para tratar exclusivamente a questão do lazer no País em âmbito federal, Lunardi (2008, p. 11) apontou que o “[...] direito ao lazer se ramifica em diversos aspectos da vida cotidiana, o que traz repercussão em outras esferas de direitos”. Assim, a CF/88 tem sido um importante espelho para a criação de “Políticas **para** o Lazer” em escala nacional, estadual e municipal, ainda que, por vezes, pontuais, tímidas, desintegradas e insuficientes. De todo modo, Gomes e Isayama (2015) ressaltam que elas, cada uma ao seu modo, revelam a importância do lazer para os cidadãos brasileiros. Lopes (2017) apresenta um panorama sobre os principais

instrumentos que acolhem o lazer como direito social em nível federal, os quais, somados aos do Estado do Pará e de Belém, estão esquematizados no Apêndice M.

No contexto das reivindicações e dos avanços do direito ao lazer, conquistado pela classe trabalhadora, Parker (1978), guiado pela compreensão de oposição entre trabalho e lazer, revela que, nesse cenário de aumento do “tempo livre” e do poder aquisitivo dos trabalhadores, as indústrias encontraram no lazer um mercado. Observando a necessidade pelo “tempo livre”, o capital viu a oportunidade de apropriar-se de algumas formas de lazer e iniciar um processo de transformação dessas em mercadoria, que, posteriormente, seria denominada como indústria do entretenimento (WERNECK; ISAYAMA, 2001) e, nas denominações em estudos de Mascarenhas (2004, 2005), como “mercolazer”<sup>25</sup>. Com efeito, forjou-se uma compreensão hegemônica de lazer que o entende, por vezes, como produto do capital e associa-o apenas a determinados espaços e práticas.

Diante desse contexto, o direito social ao lazer emerge com a dinâmica do **lazer convencional**. Criada pelo ser humano, (re)criada e fetichizada pelo capital, promovida pela mídia e legitimada oficial e institucionalmente em governos, essa dinâmica tem determinado, ao longo da história, sob uma perspectiva hegemônica, formas convencionais do que seria, de como deveria ser e em que espaços e tempos deveria ocorrer o lazer. Em outras palavras, por meio dessa concepção, foram concebidos conceitos, espaços, equipamentos e práticas próprios de um lazer previamente “pronto”, que impõe às mais diversas sociedades que apenas certas formas de vivenciar o lazer seriam legítimas. Essa compreensão se encontra tão enraizada no imaginário popular que muitas pessoas são norteadas por elas e reproduzem-nas inconscientemente. Desse modo, como convenção social<sup>26</sup>, o lazer passou a ser visto de modo restrito pela sociedade.

Nesse sentido, ao se pensar na palavra lazer, com frequência, as palavras praça, praia, *shopping*, cinema, teatro, esporte, viagem e outras mais vêm de modo instantâneo à mente. Mas,

---

<sup>25</sup> Na perspectiva do capital, “[...] os bens e serviços de lazer tornam-se acessíveis apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Somente de posse deste ‘direito’, adquirido numa relação de compra e venda efetuada no mercado, nem sempre de modo direto, que o cidadão consumidor, como ‘proprietário’, pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionaremos chamar por ‘mercolazer’, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria” (MASCARENHAS, 2004, p. 79-80).

<sup>26</sup> De acordo com Aggio (2011, p. 4), “Uma convenção social pode ser definida como uma instituição informal, um comportamento e um estado de expectativas construídas e compartilhadas entre um conjunto de indivíduos. Uma convenção é seguida por um indivíduo porque ela/ele espera que tal comportamento será seguido, ao menos, por um número suficiente de indivíduos da sociedade (DEQUECH, 2009). Na literatura econômica, encontramos exemplos de convenções tais como a moeda aceita em uma economia, o padrão tecnológico em uso ou o comportamento de curto prazo nos mercados financeiros”.

sendo os indivíduos tão diferentes, por que sempre pensam rapidamente nessas possibilidades e não em outras como lazer? O *status* de convenção social desse lazer, pois, tem sido legitimado e disseminado, como há pouco retrodito, pela frequente veiculação na mídia e pela sua institucionalização em vários governos, os quais “ensinam” a diferentes grupos sociais, não importando o contexto, a cultura e suas criações próprias, quais os espaços/tempos e as práticas podem ser considerados lazer ou não. Desse modo, em diversas políticas públicas, foram incorporados tais entendimentos, considerando certas formas de lazer como únicas e exclusivas.

Esse lazer, porém, assim como a sociedade, está em constante modificação e nem sempre é uma prática ou um espaço capitalizado. Exatamente por isso, o lazer convencional se diferencia do “mercolazer”, de Mascarenhas (2004, 2005), uma vez que não é apenas um produto do capital, é uma criação da sociedade – especialmente de uma parcela dela –, instituído oficialmente em governos. Dito de outro modo, todo “mercolazer” é um lazer convencional, mas o contrário nem sempre é. Evidentemente, o lazer capitalizado, programado (LEFÈBVRE, 1991a) ou “mercolazer” é um lazer convencional com maior valorização que outros lazers convencionais, sobretudo, porque, como mercadoria do capital, tem sua promoção disseminada em larga escala pela indústria do entretenimento. Logo, os lazers convencionais dessa “indústria” são mais conhecidos e valorados pelas massas.

Por outro lado, existem lazers convencionais que, embora num passado tenham sido apropriados e comercializados em série pelo mercado, hodiernamente, foram substituídos por produtos mais novos ou rentáveis, mas que, por sua convenção social como lazer ter sido muito forte, ainda estão presentes no cotidiano de outras parcelas da população. Assim, embora pouco ou não valorados pelo capital, continuam sendo convencionais e passam a ser também utilizados por sujeitos que antes não o conseguiam acessar, seja em virtude de barreiras financeiras, seja das barreiras simbólicas. Num passado distante, a exemplo, passear na Praça da República, em Belém, era sinônimo de *status* social e de lazer para a elite da cidade, pois era um espaço de e para poucos: “um lazer para ver e ser visto” (BAHIA, 2012, p. 84). Atualmente, porém, esse espaço possui outras representações sociais e, ainda que permaneça como um espaço convencional de lazer, possui novas dinamicidades quanto aos usos e aos frequentadores.

Retomando a discussão sobre direito ao lazer, os instrumentos legislativos e as políticas públicas governamentais passaram a incorporar (e, de certo modo, incentivar) esses preceitos do capital como formas preponderantes de lazer, impondo, em suas ações para a coletividade, essa perspectiva. Desse modo, como convenção social, o lazer, seus espaços e suas práticas passaram a ser vistos de modo restrito também por uma grande parcela da população, sendo tão apenas sinônimo de viagens, praças, *shopping*, alguns esportes, praias etc., como há pouco

mencionado. Suas criações, espaços e práticas cotidianas não são reconhecidas como lazer, pois essa compreensão hegemônica e convencional do que é lazer foi, segundo Gomes (2011), inicialmente, construída em contextos longínquos econômica, política e social e culturalmente.

Como efeito, seguindo essa perspectiva de lazer convencional, grande parte das políticas governamentais, conforme apontam estudos que tratam da questão do direito social ao lazer no Brasil (GOMES; ISAYAMA, 2015; LUNARDI, 2008; MENICUCCI, 2006), não tem promovido esse direito de maneira igualitária e com qualidade para todos, seja por ações parcelares, pontuais e restritas, no que tange à limitada eficiência dos programas e dos projetos, seja pela omissão, pelo não reconhecimento e pela marginalização de espaços, práticas lúdicas e manifestações culturais, que se diferem das temporalidades, espacialidades e culturalidades social, moral e economicamente aceitas. Diante disso, não é incomum olhar para as grandes e as médias cidades brasileiras e visualizar que, historicamente, o capital e muitos governos agiram tão apenas em favor das elites.

Por fim, entende-se que o direito social ao lazer, pensado sob uma compreensão hegemônica e dentro de uma dinâmica convencional, nasceu negligenciando uma grande parcela da população. Quando esse direito, pois, não valida e institucionaliza como lazer os espaços, as expressões e as criações de comunidades periféricas e tradicionais, invisibiliza-os e, por conseguinte, negligencia-os. Tal processo contribui com o alargamento das desigualdades sociais que se desenham na paisagem das grandes e médias cidades. Assim, as classes populares que, diariamente, “fazem a cidade”, para que poucos usufruam, encontram-se submersas num mundo à parte, por vezes, invisível (DE CERTEAU, 1994; FORTUNA, 2019) ou subalterno (SANTOS, 2002, 2010; SPIVAK, [1985] 2010). Nesse mundo, ações governamentais de lazer, mesmo as mais convencionais, pouco têm se materializado na forma de espaços públicos. Portanto, nas formas mais singelas, o direito ao lazer das camadas populares vem sendo negligenciado ao longo da história, como é possível notar na seção a seguir acerca da constituição histórica urbana do lazer em Belém.

#### **4.2 O lazer na Paris N’América: das práticas “para ver e ser visto” às práticas populares**

Entre o final do século XIX e início do século XX, Belém passou por processos em direção à modernidade. O plano de reestruturação urbana, adotado durante o governo do intendente Antônio Lemos, no íterim de 1897 e 1910 – importado da Europa francesa –, visava construir vias perpendiculares e quadras regulares para ocupação do território dentro dos limites da Primeira Léguas Patrimonial. Com a efetivação de suas propostas, a estrutura urbana da parte

central de Belém passou por transformações substanciais com a ampliação e o calçamento de ruas com paralelepípedos em granitos, a construção de prédios, palacetes e casarões em azulejos, bem como a instalação de quiosques, monumentos, praças e outras melhorias. Tal reestruturação foi decorrente de movimentações financeiras do *boom* econômico da borracha, o qual contribuiu para a inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial. Assim, a economia da borracha garantiu um volume acentuado de recursos aos cofres públicos, cuja aplicabilidade se concentrou em investimentos na estrutura urbana da cidade (SARGES, 2010).

As transformações, porém, não se restringiram às modificações na paisagem da cidade, estenderam-se aos comportamentos da população. A inovadora ordem econômica, ao projetar uma nova filosofia de vida, contribuiu para conformar também uma nova elite, composta agora por novos atores, como os seringalistas enriquecidos com a extração da borracha, além de comerciantes e de intelectuais com formação em universidades europeias. Esse grupo dominante – do qual a *intelligentsia* local fazia parte, como se referiu Benedito Nunes (2012 [1999]) –, às custas do progresso, é quem encabeça o planejamento e a gestão urbanos da cidade, “[...] imprimindo-lhe o brilho da *Belle Époque*” (SARGES, 2010, p. 21).

Como “[...] obsessão coletiva da nova burguesia” (SARGES, 2010, p. 20), a intenção de se tornar e mostrar-se como cidade símbolo do progresso somente poderia ter concretude com a criação e a introjeção de condições básicas para ampliar e reproduzir o capital. Para tanto, era preciso destruir, negar, esconder e silenciar, na cidade, as práticas e os costumes considerados feios, promíscuos, imundos e que causavam desordem para seguir, então, os princípios de civilidade das cidades europeias. Essa busca pelo progresso – que se manifestou a partir de uma nova estética, seja mediante a construção de estruturas urbanas luxuosas, seja por meio do vestuário e dos novos costumes requintados (Figura 2) –, expressou, de lado, o poder da classe burguesa e, de outro, processos de controle e coerção das camadas populares em detrimento da modernidade (SARGES, 2010).

Figura 2 – Rua João Alfredo, paisagem urbana de Belém (1890)



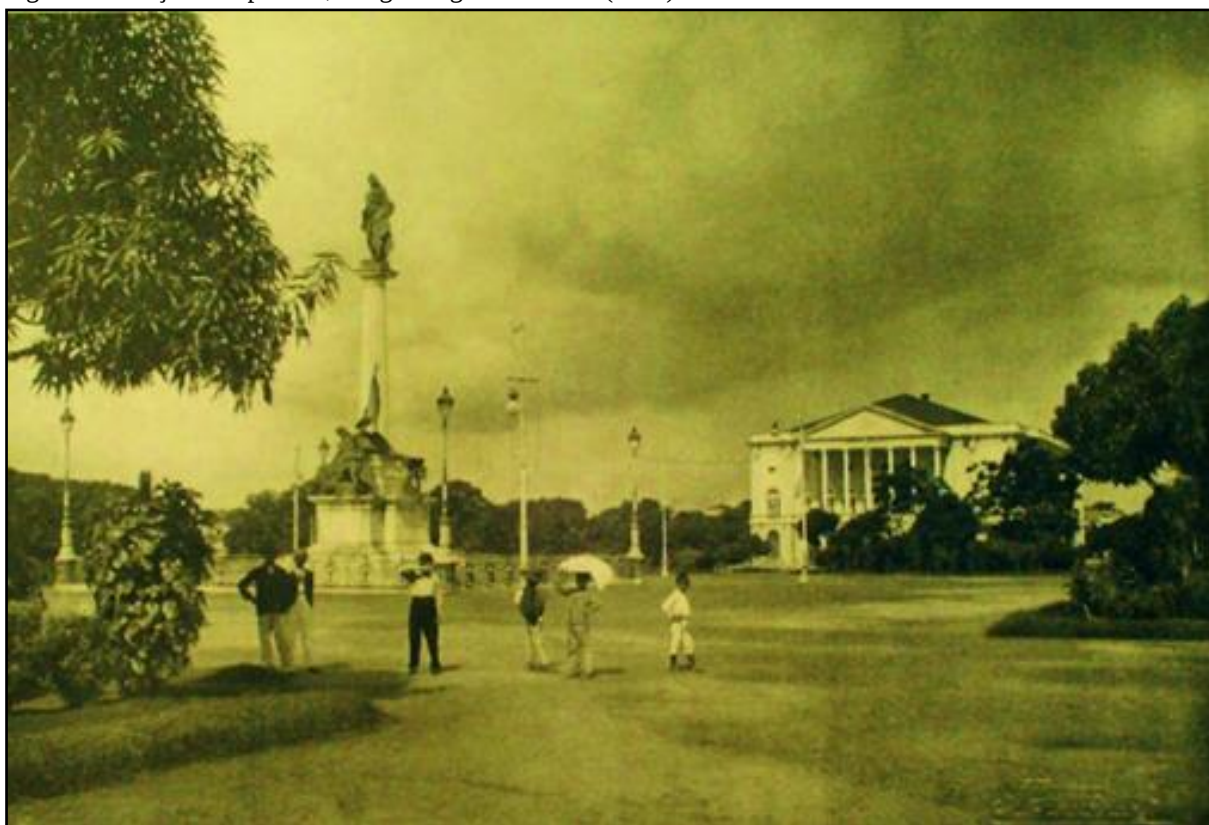
Fonte: Belém da Saudade (BELÉM, 1998, p. 75).

No que tange ao lazer, nas centralidades socialmente construídas por meio de interesses políticos e econômicos, os estudos de Bahia (2012) e de Santos (2010) apontam que o projeto de desenvolvimento urbano, inspirado na cidade de Paris do século XIX, de Antônio Lemos, refletiu na dinâmica do lazer. No entanto, consoante com Rocque (1996), esse projeto urbanístico privilegiou as áreas centrais da cidade, sendo, os ideais norteadores do projeto, as concepções de higienização, de saúde, de facilidade de circulação, de conforto e de vocação para o lazer.

Nessa época, foram criados, reorganizados e reabertos diversos espaços voltados, especificamente, para o lazer da cidade (apenas de uma minoria), entre eles: o Bosque Rodrigues Alves (Bosque Municipal), o Theatro da Paz, o cinema Olympia, cafés, casas de espetáculo, a Praça Batista Campos, a Praça da República e diversos outros espaços (BAHIA, 2012). Dalva Santos (2010, p. 88) destaca que os investimentos permitiram que a vida social da cidade fosse mais agitada, sendo comum, no entretenimento da *Paris N'América*, apresentações de “[...] grandes companhias de teatro, da música e da dança internacionais na agenda do Theatro da Paz, assim como o incentivo pelo poder público municipal de manifestações culturais como os cortejos carnavalescos na Praça da República”. Todavia, é

importante ressaltar que essas práticas e espaços de lazer foram concebidos para o usufruto da classe com maior poder aquisitivo. Nessa época, a elite da cidade tinha preferência pela realização de passeios nas praças (Figura 3), a fim de buscar demonstrar e (re)afirmar seu *status*, em que a lógica do lazer era norteadada pela máxima “para ver e ser visto” (BAHIA, 2012, p. 84).

Figura 3 – Praça da República, antigo Largo da Pólvora (1890)



Fonte: Álbum de Belém 1902 (BELÉM, 1902, p. 28).

Por outro lado, grande parte dos estudos, que abordam o lazer no contexto histórico de Belém, mesmo que nas entrelinhas, faz menção às relações da população com as águas, em especial, com os igarapés que existiam pela cidade (PENTEADO, 1968; TOCANTINS, 1987). De acordo com Bahia (2012), era comum crianças “tomarem” os tradicionais banhos em igarapés, seja às margens, seja nos braços do rio Guamá e da baía do Guajará, pois eram espaços elementares da expressão lúdica e da criação de relações com a natureza (Figura 4). Conforme a autora em tela disserta, o banho de igarapé compreendia uma tradição herdada dos povos indígenas, mas que também se caracterizava como uma vivência de lazer usufruída normalmente pela população de baixa renda (BAHIA, 2012). Durante o processo de reestruturação urbana, muitos igarapés, localizados no centro da cidade, foram aterrados e contornados, alguns desapareceram e outros tomaram cursos diferentes (ALMEIDA, 2010).

Figura 4 – Paisagem ribeirinha de um sítio no rio Guamá, onde as pessoas desfrutavam de momentos de lazer em meio à natureza



Fonte: Belém da Saudade (BELÉM, 1998, p. 39).

Em outro momento, no artigo “Cidade e natureza: as águas relendo uma Belém da *Belle Époque* (1870 aos anos iniciais de 1910)”, Dias (2016) discorre que também ocorriam banhos no litoral. Realizados pelos mais pobres, aconteciam em meio a práticas barulhentas, festivas e desnudas, que transgrediam a ordem pública da época, uma vez que, além da algazarra nudista, os banhos, nas águas barrentas, representavam perigos de doenças e de afogamentos, dadas as fortes correntezas do rio. Em virtude disso, conforme notícia veiculada no *Jornal do Pará*, em 21 de julho de 1987, a polícia local estava constantemente repreendendo aqueles que ali se banhavam. A questão era tão séria que sanções eram criadas e redobradas, tornando as infrações mais graves e as punições maiores.

Mediante isso, Dias (2016, p. 238) questiona-se: “Mas, por que seria tão absurdo assim banhar-se nos rios que margeavam Belém?”. Além da busca pelo ideal civilizatório europeu, as fontes documentais registram que havia forte influência médico-higienista, pois era uma época permeada por princípios sanitaristas e de saúde. Entretanto, seguindo o ideário de civilidade, as elites rejeitavam os banhos ao ar livre, pois eram associados às camadas populares pelos jornais da época. Nas palavras do autor mencionado, esses banhos no litoral “[...] podem ser entendidos como marcos de uma distinção de classes, bem como de resistência aos usos e costumes que naqueles tempos eram esboçados” (DIAS, 2016, p. 238).

As elites, por outro lado, tinham forte apreço pelos banhos privados – inicialmente, os frios, depois, os quentes. Houve ações em torno do incentivo aos banhos, pois, diferente da Europa, Belém estava em um ambiente com clima diferenciado, logo, demandava, ao menos, um banho ao dia para manter o corpo asseado e higienizado. Os banhos privados, nesse sentido, permitiam conforto, higiene, relaxamento e remetiam à civilidade – especialmente nas casas de banho, as quais figuravam como espaços de *status* e de sociabilidade. Tais práticas, incentivadas por um dos princípios elementares de civilização, a higiene, tornaram-se um hábito que fora transportado para o aconchego do lar. Os banheiros passaram a ter equipamentos para esquentar água, bem como novos produtos disponíveis num mercado em efervescência, o qual se tornou uma verdadeira “[...] indústria do banho, que incluía desde sabonetes que prometiam aformosear a pele, até toalhas felpudas e aconchegantes” (DIAS, 2016, p. 239). Nos banhos quentes, somam-se a questão da higiene e a possibilidade de relaxamento e de prazer, pois eram considerados revigorantes e terapêuticos.

Dessa forma, pode-se evidenciar que a utilização da água como lazer, na Belém da *Belle Époque*, estava envolta por segregação, exclusão e marginalização. A elite se negava a vivenciar os mesmos espaços e práticas de lazer que os mais pobres. Nas fontes acessadas, Dias (2016) não encontrou registros da elite no litoral da cidade banhando-se no rio, certamente, por ser uma prática que fugia do que era convencional e moralmente aceito. Por outro lado, as casas de banhos ou a fruição dos banhos frios e quentes no aconchego do lar não eram acessíveis à população mais pobre, sobretudo, em face dos valores, demandados para pagar as casas de banho ou adquirir os equipamentos e os produtos para os banhos residenciais. Contudo, seguindo ideário de progresso e ordem pública, os princípios médico-higiênicos alertavam ser indispensável ofertar, a preços acessíveis, banhos públicos.

Dentro do contexto das águas, no texto “Vida nas praias e esportes náuticos em uma Belém do Pará (1870 aos anos de 1920)”, Dias *et al.* (2019) chamam bastante atenção para os esportes náuticos, nomeadamente, o remo, que, naquele tempo, foi um dos esportes favoritos da população, seja em decorrência da fundação de clubes ou setores náuticos em clubes preexistentes, seja em função do reconhecimento institucional do esporte. Apesar de Belém não ser mais a grande produtora e exportadora de borracha ao mundo, práticas simbólicas da modernidade precisavam ser mantidas.

Entre essas práticas, as competições de nado, de polo aquático e de remo esportivos ajudavam a manter a *Belle Époque*, pelo menos nesses momentos, viva e entretida. A Baía do Guajará era o palco principal das competições, como o “Desafio das águas” e a “Travessa da Baía do Guajará”, denominada Campeonato de Natação do Pará. Todas as competições eram

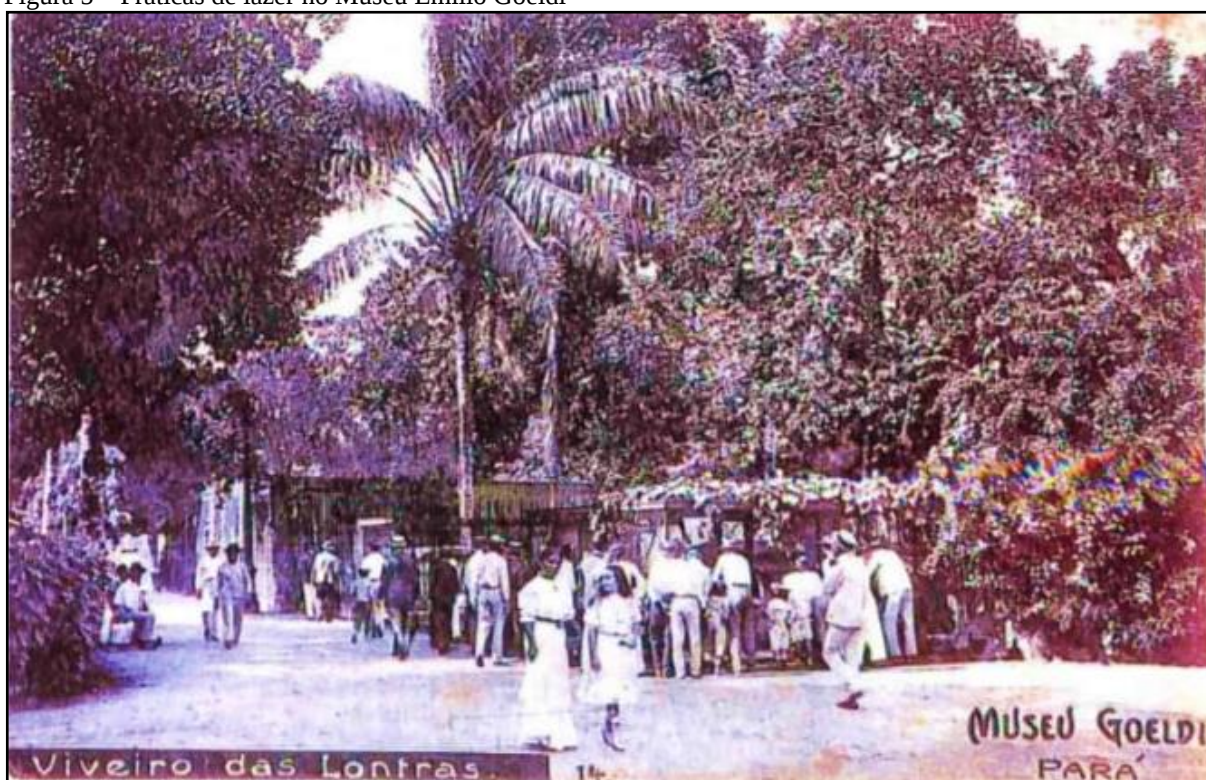
marcadas pelo crescente público que, em todos os anos, apreciava as provas e o porte físico dos competidores (DIAS *et al.*, 2019).

Além do rio, a relação com a natureza se estreitava com as florestas e as áreas verdes da cidade. À vista disso, esses espaços são outro importante elemento a ser destacado quando se pensa o lazer na história da cidade, pois era muito comum observar, em Belém e em comunidades nas proximidades da cidade, as brincadeiras lúdicas que crianças, mormente as mais pobres, tinham com a natureza. Carvalho (2006) descreve que, em meio ao brincar, havia relações miméticas e de simbiose com as árvores e os animais, uma vez que as crianças não apenas mantinham relações harmônicas com a natureza, mas também passavam a se sentir parte dela, sendo comum a imitação de animais e de entidades. Nota-se, portanto, que havia, nessas brincadeiras, uma antologia própria que considerava a natureza não como um inimigo a ser vencido, mas como um bem precioso para o brincar, o viver e o sobreviver.

Num cenário mais urbano, no texto “A infância e as práticas corporais ao ar livre no Pará nas primeiras décadas do século XX”, de Pinheiro *et al.* (2019), nota-se que a conjuntura das transformações espaciais, projetadas por Lemos (1870-1910), motivou a visita e a circulação da elite pelos espaços públicos de Belém, uma vez que os passeios tinham, como finalidade, a lógica do “para ver e ser visto”, assim como o contemplar a natureza, o socializar e o fruir de momentos de lazer e recreação representavam uma prática comum ao ideário de modernidade. Assim, nos passeios, que ocorriam em áreas verdes dentro e nos arredores da cidade, era possível identificar um conjunto heterogêneo de práticas que envolviam caminhada, banho de rio, brincadeiras, “pic-nic” (piquenique) etc.

O Museu Goeldi e o Bosque Rodrigues Alves (Figuras 5 e 6, respectivamente) eram locais muito frequentados pela população com maior poder aquisitivo, tanto pela proximidade quanto pelo *status* de frequentar locais semelhantes aos de países europeus. O perfil do público frequentador do espaço está evidente em registros fotográficos da época, que revelam pessoas com vestimentas características da “elite belenense”. O bosque era visto como um lugar de refúgio e de contato com a natureza, um espaço para espairecer e revigorar as energias, aos domingos, após uma semana tediosa de trabalho (PINHEIRO *et al.*, 2020). Nesse contexto, fica evidente que a natureza e o lazer eram conferidos como espaços/tempos de compensação, seguindo uma lógica funcionalista de oposição ao trabalho. Pinheiro *et al.* (2019) também chamam atenção para o fato de que o acesso a esses espaços era regulado pelos princípios sanitaristas e de civilidade. Nesse sentido, as crianças tinham limitações em relação ao tempo e às práticas, a fim de evitar, entre outras coisas, a fadiga e a exposição prolongada ao sol.

Figura 5 – Práticas de lazer no Museu Emílio Goeldi



Fonte: Belém da Saudade (BELÉM, 1998, p. 213).

Figura 6 – Práticas de lazer no Bosque Rodrigues Alves



Fonte: Belém da Saudade (BELÉM, 1998, p. 216).

Os espaços públicos ao ar livre eram, para as crianças, compreendidos como locais para o lazer e a recreação, nos quais se podia brincar e socializar com outras crianças da mesma classe social. Sob outra perspectiva, as crianças visitavam essas áreas a partir dos passeios escolares como forma de educação fora do ambiente escolar. Entretanto, essas práticas educativas fora da escola estavam constantemente condicionadas ao calendário escolar e às regras de conduta moral, a fim de restringir certas práticas corporais. Assim, nos momentos de diversão, havia controle, pois aquelas práticas estavam integradas a um processo não apenas educativo, mas também moral, cuja finalidade era moldar as crianças, especialmente as mais pobres, dentro dos padrões de civilidade: para “[...] fazer desses virtuosos, e não viciosos” (PINHEIRO *et al.*, 2019, p. 134).

As modificações, decorrentes do ciclo econômico da borracha em Belém, também se estendem às manifestações culturais da cidade. Nesse sentido, Matos (2010), em sua tese de doutoramento “Belém em festa: a econômica lúdica da fé no Círio de Nazaré”, demonstra como o Círio passou por algumas transformações entre 1880 e 1960, sobretudo, no auge da *Belle Époque*, com a importação de dinâmicas da Europa, a fim de reafirmar comportamentos modernos e “civilizados”. Sob esse viés, a então burguesia da época – da qual faziam parte muitas pessoas que integravam a diretoria de organização da festa – influenciou diversos aspectos tradicionais que compunham a festividade (MATOS, 2010). No registro fotográfico abaixo (Figura 7), notam-se carruagens enfileiradas com devotos que formavam a elite da cidade, sendo a primeira delas ocupada pelo intendente municipal da época, Antônio Lemos. Nas margens da via, está a população pobre à espera da passagem de Nossa Senhora de Nazaré.

Segundo a autora supracitada, é a partir das influências da modernidade europeia, imitada pela elite local, que a relação entre economia, diversão e fé se estreita, configurando-se como um tripé importante na conformação do Círio de Nazaré. É nesse período que são acentuadas as grandes programações para entretenimento da população, com a presença de companhias artísticas locais, nacionais e internacionais, voltadas ao consumo pelo e para o lazer, o que possibilitou o aquecimento na economia local. Em contrapartida, com o objetivo de tornar manifestações populares mais sacramentais, a Igreja Católica passou a designar com maior rigor o que deveria ser legitimado como sagrado ou profano, o que gerou uma série de embates da igreja com o estado e com a população. Conquanto se tenha acompanhado a exclusão de algumas práticas consideradas transgressoras dos dogmas da igreja, muitas manifestações populares continuaram resistindo e renovando-se todos os anos (MATOS, 2010).

Figura 7 – Círio de Nossa Senhora de Nazaré ao passar pela Avenida da República



Fonte: Belém da Saudade (BELÉM, 1998, p. 264).

Em outra época, no artigo “Práticas de lazer e sociabilidade na Belém do Pará dos anos de 1920”, Pinheiro *et al.* (2020) – considerando o período no qual a capital paraense usufruía das mudanças urbanas de Antônio Lemos – investigaram práticas sociais na cidade, com destaque para os espaços, os sujeitos e os sentidos do lazer e da sociabilidade da época. Nos registros de duas revistas da época, “A Semana” e “Belém Nova”, durante toda a década de 1920, foram identificados festejos, festas e festivais artísticos e esportivos, organizados ora por entidades recreativas, pelos clubes esportivos, ora pelos periódicos locais daqueles tempos idos. Os bailes beneficentes, como a “Firmeza e Caridade: Bella Festa Sportiva” e o “Festival Attrahente de Theatro”, ocorriam para manter as boas ações de instituições de caridade (PINHEIRO *et al.*, 2020). Por trás da ideia de ajudar os menos favorecidos, esses eventos podem ser entendidos como oportunidades de manutenção do *status* daquela época – por ser explícito que apenas as pessoas, que participavam, tinham condições de fazer doações.

Conforme os autores mencionados, seguindo perfil similar, periódicos locais, como “A Semana Revista Ilustrada”, organizavam eventos, na forma de peças teatrais, shows, concertos e sorteios, para entreter e divertir a burguesia local. Tais eventos, de perfil requintado, ocorriam em salões imponentes, prezavam pela formalidade e apresentavam características das tradicionais festas de gala (PINHEIRO *et al.*, 2020; SARGES, 2010) – numa tentativa, acredita-se, de seguir as tendências do estilo de vida moderno europeu.

Essas e outras programações oportunizavam momentos de sociabilidade e de lazer entre integrantes da alta sociedade (PINHEIRO *et al.*, 2020). Com efeito, esses espaços e práticas, componentes do que se denomina, neste trabalho, de lazer convencional, não eram acessíveis a todas as classes sociais. No mais, os clubes esportivos se destacavam pela organização desses eventos sociais e demais programações. Nesse sentido, há registros de que o Clube do Remo organizava passeios, como o ocorrido no dia 14 de julho de 1906 à Ilha de Tatuoca, a bordo de uma embarcação que contava com orquestra, para os convidados e os associados realizarem um “pic-nic” (piquenique) na ilha (Figuras 8 e 9).

Figura 8 – Excursão a Ilha de Tatuoca, promovida pelo Clube do Remo em 1906



Fonte: Belém da Saudade (BELÉM, 1998, p. 265).

Figura 9 – Paisagem da Ilha de Tatuoca



Fonte: Belém da Saudade (BELÉM, 1998, p. 258).

Não obstante as festas de carnaval tenham origem popular, nas fontes acessadas por Pinheiro *et al.* (2020), as revistas “A Semana” e “Belém Nova”, não foram encontrados registros de celebrações carnavalescas das classes menos favorecidas. Porém, de acordo com os autores, várias pesquisas anteriores indicam que, nesses tempos em muitos bairros na periferia da cidade, aconteciam desfiles e festas de carnaval, inclusive prestigiadas por pessoas que residiam no centro da cidade. Os bailes carnavalescos da alta sociedade, por sua vez, foram muito noticiados nas revistas ao longo da década de 1920 – decerto porque esses periódicos se centravam em notícias da burguesia.

Além do carnaval, as festas juninas, de bois e de santos também foram muito frequentes nessa época, uma vez que tinham caráter popular e de pura recreação. As festas juninas e as festividades religiosas de outros santos e santas, além de Nossa Senhora de Nazaré, contavam com apresentações de quadrilha e outras celebrações que divertiam o povo. No caso das brincadeiras de “Boi”, originada dos batuques e das toadas de mulheres e homens escravizados, havia apresentações que eram verdadeiros espetáculos populares. Nesses tempos idos, é

interessante ressaltar a presença das “*Kermesses*”<sup>27</sup>, espaços projetados provisoriamente em praças, vias públicas ou ao redor de igrejas – a exemplo do que hoje é a praça do Centro Arquitetônico de Nazaré (CAN) (MATOS, 2010) – cujo fim era a comercialização de bebidas, comidas e artesanatos (PINHEIRO *et al.*, 2020), além de ser uma área destinada aos brinquedos, às brincadeiras e aos jogos pagos, para angariar fundos para as obras da igreja ou dos grupos juninos e de “boi”. Todavia, as “*Kermesses*” eram também locais de encontro, de interação e de sociabilidade entre os participantes desses eventos.

Novamente no contexto das águas, Dias *et al.* (2019) destacam os passeios para balneários (praias e igarapés), ainda no século XIX, os quais são acessados pela elite na busca pelo contato com a natureza, seguindo os princípios do novo estilo de vida urbana, entre eles, o “*furge urbem*”, comum na literatura árcade. A busca por novos ares, distantes da cidade, e banhos de rio eram também vistos como possibilidade de manutenção da saúde, dentro dos preceitos higiênico-médicos, vigentes na época. Essas práticas foram intensificadas, segundo Pinheiro *et al.* (2020), durante toda a década de 1920, com os passeios para as praias da Ilha de Mosqueiro (PA) e para as fazendas e sítios na Ilha do Marajó. É nesse contexto que a Bucólica, como era conhecida Mosqueiro, passa por várias transformações com a edificação de praças, pontes, chalés e casas de veraneio com materiais importados de outros países, com a finalidade de dar conforto às elites, que residiam no centro de Belém (PA) e passavam temporadas na ilha. Havia, também, excursões que transportavam grupos para visitar as praias da ilha, seja para retornar no mesmo dia, seja para se hospedar em casas de conhecidos ou parentes.

Destarte, a utilização da cidade de Belém para o lazer foi, historicamente, envolta por segregações, considerando os modos como as distintas classes sociais experienciaram o lazer e as formas de sociabilidade. Pelo exposto, Dias (2016), Dias *et al.* (2019), Matos (2010), Pinheiro *et al.* (2019), Pinheiro *et al.* (2020) e Sarges (2010), bem como outros autores, demonstram como as programações culturais e eruditas, assim como os belos espaços – particulares ou ao ar livre – foram projetados para atender à nova classe burguesa, formada na *Belle Époque*. No entanto, embora as formas do lazer convencional vigorassem dentro dos grandes salões, nas ruas, num mundo à parte, a população, cotidianamente, concebia outras formas de vivenciar o lazer, as quais “[...] possibilitavam o brincar, festejar, batucar, dançar,

---

<sup>27</sup> Hoje, escrita com a grafia “**quermesse**”, compreende um tipo de festa realizada, geralmente, no pátio externo de uma igreja. Têm barracas que vendem bebidas e comidas. Geralmente, também há nelas barracas de jogos que proporcionam prêmios aos jogadores. Esses espaços seguem com a função de arrecadar fundos para as obras da igreja ou para algum tipo de ação social.

encenar, fruir de maneira mais alegre, livre e descomprometida no seu tempo livre (PINHEIRO *et al.*, 2020, p. 107).

Passado mais de um século, a *Belle Époque*, ainda que viva em alguns cantos da cidade e em comportamentos dos habitantes, ficou apenas na história de um passado distante, que tem ruído juntamente com os belos edifícios da época (PINHEIRO *et al.*, 2020). No entanto, as diferenças no acesso ao lazer, em Belém, ainda persistem e são envoltas por exclusões, as quais foram intensificadas por processos remodeladores mais recentes, como a urbanização, a gentrificação decorrente desta e a globalização. Desse modo, como será observado melhor na seção a seguir, espaços convencionais de lazer, como teatros, cinemas, *shoppings* etc., são destinados a consumidores com alto poder aquisitivo, exatamente por esse motivo foram construídos em áreas consideradas centrais ou estratégicas. Diante disso, a população periférica, por vezes privada de frequentar esses locais, assim como no contexto da *Belle Époque*, todos os dias produz novas formas de vivenciar espaços/tempos de lazer e de socialidade, mesmo diante de constantes ações de apagamento, silenciamento e marginalização.

#### **4.3 Distribuição e acesso aos espaços de lazer: entre o centro e a periferia de Belém (PA)**

A busca por concretizar o lazer, como direito social, vem sendo estimulada a partir de avanços nas percepções sociais que resultaram no seu entendimento enquanto uma necessidade intrínseca à (sobre)vivência humana (GOMES, 2011; MAGNANI, 2015). No entanto, o lazer vem se tornando uma problemática recorrente nas grandes e nas médias cidades brasileiras, tendo em vista que a maioria dos espaços, voltados à promoção do lazer, encontra-se nos centros urbanos e, portanto, restritos a uma parcela da população (MARCELLINO, 2006). A esse contexto somam-se as grandes disparidades entre as áreas centrais e periféricas das cidades, sendo as primeiras marcadas por benefícios incentivados por interesses econômicos do capital, e as outras por um verdadeiro “inferno social”, carentes de serviços urbanos e repletas de mazelas sociais (MARICATO, 2000). Com efeito, as periferias – pela ausência de planejamento urbano e/ou planejamento urbano inadequado – passaram a apresentar problemas de demanda por infraestruturas e serviços, como: educação, segurança, saneamento, saúde, lazer etc. (KOWARICK, 2000), como observado no capítulo anterior.

No transcorrer do tempo, a utilização da cidade e dos espaços de lazer, em diversas cidades no mundo, foi envolta por desigualdades. Ao ser utilizado de maneira estratégica e convencional, o direito ao lazer de uma parcela da população vem sendo violado. Tais processos de centralização de espaços de lazer – convencionais e bem estruturados – privilegiaram os

consumidores com alto e médio poder aquisitivo (MARCELLINO, 2006). Esse cenário de centralização, aqui entendido como um “sinônimo” de exclusão, não se estabeleceu somente sob as perspectivas geográfica e econômica – que viu as áreas mais centrais das cidades como locais propícios para a comercialização do “lazer mercadoria” –, mas também sob uma lógica simbólica, que segrega, em uma linha imaginária (e, às vezes, física), o tecido urbano entre pobres e ricos.

Ao demarcar diferenças, como a dinâmica convencional que impõe uma concepção relativamente padronizada do que se entende como lazer, qualquer prática e/ou espaço que fuja dessa compreensão, comumente, não é considerado como tal. Assim, alguns autores, guiados por essa acepção, têm, ao longo dos anos, proposto classificações de diferentes espaços e equipamentos de lazer, separando os espaços específicos dos não específicos de lazer, como mostra Bahia (2012, p. 115) (Quadro 6). Ao examinar rapidamente cada um deles, é possível evidenciar que os equipamentos considerados específicos (ou convencionais) de lazer estão, em sua maioria, localizados nos centros das cidades (BAHIA *et al.*, 2008; MELO; PERES, 2005) e são mais frequentados por pessoas com melhores condições de acesso. Por outro lado, os denominados como não específicos de lazer são mais acessados pelas camadas populares – com exceção do equipamento *café*, no caso de Belém.

Quadro 6 – Classificação dos equipamentos de lazer

| CLASSIFICAÇÃO                                                 | DESCRIÇÃO                                                                                              | TIPOS                                                                                |                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Equipamentos específicos</b><br>(públicos ou privados)     | Equipamentos, especialmente, concebidos para a prática das várias atividades de lazer.                 | <b>Micro equipamentos</b>                                                            | Praças; museus; teatros; cinemas etc.                                                                         |
|                                                               |                                                                                                        | <b>Equipamentos médios de polivalência dirigida</b>                                  | Centros esportivos e recreativos etc.                                                                         |
|                                                               |                                                                                                        | <b>Macro equipamentos polivalentes</b><br>(espaços grandes com construções variadas) | Parques urbanos; unidades de conservação; jardins botânicos; bosques; <i>shoppings</i> , <i>campings</i> etc. |
| <b>Equipamentos não específicos</b><br>(públicos ou privados) | Equipamentos não concebidos, especificamente, para essa função, mas que podem ser utilizados para tal. | Ruas; residências; bares; cafés; escolas; centros comunitários; e culturais etc.     |                                                                                                               |

Fonte: Adaptado por Bahia (2012), a partir de vários autores.

Na perspectiva de Marcellino (1987), essa realidade está presente tanto no Brasil quanto no mundo, uma vez que o lazer, além de um direito humano, estrategicamente, é observado sob

abordagens funcionalistas<sup>28</sup>. Nessa compreensão, a qual não necessariamente é aqui adotada ou defendida, a necessidade humana de lazer – ao ser utilizada e transformada pelo sistema capitalista conforme os seus interesses – “funciona” como um fator de compensação ante a carga horária semanal de trabalho e as demais obrigações sociais que o indivíduo possui (CAMARGO, 1986). Além disso, o lazer é utilizado pelos governos e pelo capital, muitas vezes, como um apaziguador das tensões sociais (MARCELLINO, 1987), ou seja, uma ferramenta de alienação (MASCARENHAS, 2004, 2005) que, além de controlar os ânimos, visa manter a ordem social.

Tal cenário de exclusão de acesso a espaços de lazer é fruto, ao menos, de dois fatores, quais sejam: 1) certa inércia do poder público em não ofertar serviços públicos capazes de acompanhar a constituição, a organização e, sobretudo, o crescimento das cidades (SANTOS, 2010); e 2) da apropriação e da transformação do lazer, pela indústria cultural, em mais uma arma poderosa de alienação e obtenção de lucro (WERNECK; ISAYAMA, 2001). Nos dias atuais, algumas práticas e espaços de lazer foram transformados em bens econômicos que, juntamente com a especulação imobiliária das grandes e médias cidades, têm promovido a valorização desmedida de áreas centrais – com a construção e a gentrificação de espaços públicos e privados de lazer inerentes da indústria do entretenimento (MARCELLINO, 2006; WERNECK; ISAYAMA, 2001).

Como exposto precedentemente, a configuração espacial hodierna do lazer, em Belém, é derivada de diversos processos históricos mediados por ideais da modernidade. Na cidade, existe uma má distribuição de espaços de lazer, em que muitos bairros, sobretudo, nos mais distantes do centro, possuem opções restritas (BAHIA, 2012). A produção dos espaços em Belém do Pará é marcada, pois, por uma concentração de bens e de serviços públicos e privados nos bairros considerados mais nobres, uma vez que quase todos os seus cinemas, *shoppings*, teatros, praças, bibliotecas e demais espaços convencionais de lazer estão localizados nas áreas concebidas, historicamente, como centrais da cidade, consoante com o que apontam diferentes estudos sobre o lazer em Belém (BAHIA, 2012; FRANÇA, 2009, 2018; SANTOS, 2010).

Desse modo, Belém é expressa pela lógica de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e espaços são disponibilizados à população. Observa-se, ainda, que as periferias mais antigas, no geral, são aquelas que apresentam melhores avanços no estabelecimento de

---

<sup>28</sup> Marcellino (1987) elenca quatro abordagens funcionalistas do lazer, são: 1) romântica, que se refere aos valores da sociedade tradicional; 2) moralista que o lazer assume “funções”, em que se torna possível “ocupar o tempo ocioso”, tirar as crianças da rua; 3) compensatória que está relacionada à compensação da insatisfação e da alienação provocada pelo trabalho; e 4) abordagem utilitarista, o lazer se reduz à recuperação das forças de trabalho, apenas ao descanso.

direitos fundamentais, possivelmente por serem novas áreas de interesse do capital imobiliário. Essa situação foi apresentada pelo estudo de Bahia *et al.* (2008), ao observar, no levantamento realizado em 2006, que – com exceção do bairro do Castanheira –, todos os demais bairros e distritos possuíam, pelo menos, uma praça como espaço de lazer, havendo, em alguns bairros, como Marambaia e Campina, respectivamente, 34 e 16 das 229 praças existentes na cidade à época da pesquisa. Na época da pesquisa (BAHIA *et al.*, 2008), foram catalogados 313 espaços – 229 praças, 18 museus, 6 teatros, 21 salas de cinema, 3 parques, 4 mercados, 2 fortes, 6 igrejas, 6 bibliotecas, 16 memoriais/complexos culturais-esportivos e 2 *shoppings*.

Após 15 anos, em 2021, foi realizado um novo levantamento (APÊNDICE N) dos principais espaços convencionais de lazer em Belém, incluindo novos espaços e outros bairros. Consoante com o mencionado na seção metodológica, os dados foram coletados a partir das bases do IBGE, do *Google Earth* e da SEMMA, além do Inventário da Oferta Turística da BELÉMTUR. Com os resultados sistematizados na Tabela 1, foram catalogados 382 espaços, sendo: 246 praças, 14 museus/memoriais, 14 teatros, 8 cinemas, 10 parques, 19 mercados, 12 orlas, 19 igrejas, 12 bibliotecas, 22 complexos culturais-esportivos e 6 *shoppings*. Ao aferir os demais dados, constatou-se que 8 bairros tinham apenas praças como espaços convencionais de lazer, a exemplo dos bairros do Barreiro, da Condor e de Miramar, os quais apresentavam, cada um, apenas uma praça disponível para os seus residentes. Nesse sentido, evidencia-se que a praça persiste nas políticas públicas como a principal opção de espaço de lazer.

Convém ressaltar que os Distritos Administrativos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro não foram analisados a partir dos bairros, uma vez que os documentos e as bases de dados acessados não identificarem, por vezes, a localização precisa de muitos espaços de lazer. Mesmo após intensos esforços para tentar identificar e situar alguns espaços de lazer pelo *Google Earth*, não foi possível fazer esse mapeamento por bairro. Assim, para que não ficassem de fora do estudo, optou-se por trabalhar essas porções da cidade como distritos. Evidentemente, isso refletiu nos cálculos dos indicadores, nas classificações atribuídas e, consequentemente, na caracterização visual dos mapas.

Tabela 1 – Distribuição dos espaços convencionais de lazer em bairros/distritos de Belém (PA)

| Bairro ou Distrito | Praça      | Museu/<br>Memorial | Teatro    | Cinema   | Parque    | Mercado   | Orla      | Igreja*   | Biblioteca | Compl.<br>Cultural<br>Esp.** | Shopping | Total      |
|--------------------|------------|--------------------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------------------------|----------|------------|
| 1. Barreiro        | 01         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 1          |
| 2. Batista Campos  | 04         | 01                 | 02        | 01       | ---       | ---       | ---       | ---       | 01         | ---                          | 01       | 10         |
| 3. Benguí          | 07         | ---                | ---       | ---      | ---       | 01        | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 8          |
| 4. Campina         | 24         | ---                | 06        | 01       | ---       | 03        | 01        | 05        | 02         | 01                           | ---      | 43         |
| 5. Canudos         | 02         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 2          |
| 6. Castanheira     | ---        | 01                 | ---       | 01       | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | 01       | 3          |
| 7. Cidade Velha    | 12         | 04                 | ---       | ---      | 01        | 01        | 01        | 04        | ---        | 03                           | ---      | 26         |
| 8. Condor          | 01         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 1          |
| 9. Coqueiro        | 20         | ---                | ---       | ---      | 01        | ---       | ---       | ---       | ---        | 01                           | ---      | 22         |
| 10. Cremação       | 02         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | 01         | ---                          | ---      | 3          |
| 11. Curió-Utinga   | 04         | ---                | ---       | ---      | 01        | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 5          |
| 12. DAICO          | 11         | ---                | ---       | ---      | 01        | 01        | 01        | 02        | 01         | 02                           | ---      | 19         |
| 13. DAMOS          | 19         | ---                | ---       | ---      | 01        | 04        | 06        | 02        | ---        | ---                          | ---      | 32         |
| 14. DAOUT          | 03         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | 01        | 02        | ---        | ---                          | ---      | 6          |
| 15. Fátima         | 07         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 7          |
| 16. Guamá          | 05         | ---                | ---       | ---      | ---       | 01        | ---       | ---       | 02         | ---                          | ---      | 8          |
| 17. Jurunas        | 09         | ---                | ---       | ---      | ---       | 01        | 01        | ---       | ---        | 01                           | ---      | 12         |
| 18. Mangueirão     | 03         | ---                | ---       | 01       | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | 02                           | 01       | 7          |
| 19. Maracangalha   | 03         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 3          |
| 20. Marambaia      | 37         | ---                | ---       | ---      | 02        | 01        | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 40         |
| 21. Marco          | 06         | ---                | 01        | ---      | 01        | 01        | ---       | ---       | 01         | 05                           | ---      | 15         |
| 22. Miramar        | 01         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 1          |
| 23. Montese***     | 05         | ---                | ---       | ---      | ---       | 01        | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 6          |
| 24. Nazaré         | 02         | 04                 | ---       | 02       | ---       | ---       | ---       | 02        | 02         | 03                           | ---      | 15         |
| 25. Parque Verde   | ---        | ---                | ---       | 01       | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | 01       | 2          |
| 26. Pedreira       | 04         | ---                | ---       | ---      | ---       | 01        | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 5          |
| 27. Pratinha       | 02         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 2          |
| 28. Reduto         | 04         | ---                | ---       | 01       | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | 01       | 6          |
| 29. Sacramento     | 06         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | 01       | 7          |
| 30. São Brás       | 07         | 02                 | 02        | ---      | 02        | 01        | ---       | 01        | ---        | 01                           | ---      | 16         |
| 31. Souza          | 09         | 01                 | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | 02                           | ---      | 12         |
| 32. Tapanã         | 10         | ---                | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 10         |
| 33. Telégrafo      | 03         | ---                | 01        | ---      | ---       | 01        | ---       | ---       | 01         | ---                          | ---      | 6          |
| 34. Umarizal       | 05         | ---                | 02        | ---      | ---       | 01        | 01        | 01        | 01         | 01                           | ---      | 12         |
| 35. Val-de-Cans    | 08         | 01                 | ---       | ---      | ---       | ---       | ---       | ---       | ---        | ---                          | ---      | 9          |
| <b>Total</b>       | <b>246</b> | <b>14</b>          | <b>14</b> | <b>8</b> | <b>10</b> | <b>19</b> | <b>12</b> | <b>19</b> | <b>12</b>  | <b>22</b>                    | <b>6</b> | <b>382</b> |

**Legenda:** \* Igrejas com importância patrimonial e/ou apelo turístico. | \*\* Complexo Cultural-Esportivo |

\*\*\* Montese é conhecido como Terra Firme. | DAICO – Distrito de Icoaraci | DAMOS – Distrito de Mosqueiro | DAOUT – Distrito de Outeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Conquanto, nesses últimos 15 anos, novos espaços tenham sido criados, certamente esse quantitativo não é suficiente para atender à população de Belém. Para constatar essa questão, calculou-se o Indicador de Desenvolvimento<sup>29</sup> e Acesso Cultural (IDAC-absoluto), criado por Melo e Peres (2005), o qual permite calcular a relação entre o número de espaços e os habitantes e evidenciar. Ao considerar que o IDAC demonstra uma situação para além da distribuição e concentração dos espaços, revelando disparidades de acesso, aplicou-se essa ferramenta à situação de Belém, considerando os dados da pesquisa. De posse dos resultados (Tabela 2 e Mapa 3), foi possível reiterar que os bairros e os distritos não possuíam, minimamente, um número de espaço necessários para atender aos seus habitantes. Por outro lado, numa comparação entre eles, notou-se que alguns apresentam melhores indicadores que outros.

Além dessas questões, considerando que não há um nível “Ótimo”, os indicadores foram classificados em quatro níveis, a saber: “Bom”, “Regular”, “Baixo” e “Péssimo”. Assim, aferiu-se que os bairros mais centrais, como Campina (0,00069 esp./hab), Nazaré (0,00073 esp./hab) e Cidade Velha (0,00214 esp./hab), tiveram melhores resultados do que bairros considerados periféricos, como Condor (0,00002 esp./hab), Barreiro (0,00003 esp./hab) e Parque Verde (0,00005 esp./hab). Os dados demonstram que, embora o bairro da Marambaia possuísse, na época da pesquisa, o maior número de espaços (40) na cidade, teve um IDAC de 0,00059 esp./hab, classificado como “Regular” em relação aos demais bairros. Dito de outra forma, o número total de espaços de lazer não é suficiente para atender ao seu contingente populacional (66.708 habitantes).

---

<sup>29</sup> Conforme os autores, é preciso “[...] ter em conta que o IDAC de modo algum expressa se uma determinada população é mais ou menos desenvolvida culturalmente do que outra; inclusive acreditamos que qualquer tentativa nesse sentido partiria de uma perspectiva limitada e etnocêntrica de cultura. O Indicador trata-se apenas de uma tentativa de revelar as desigualdades a que uma determinada população está sujeita no que se refere à facilidade ou não de acesso aos equipamentos culturais (considerando-se nesse caso o local de residência)” (MELO; PERES, 2005, p. 18).

Tabela 2 – Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural em Belém (PA)

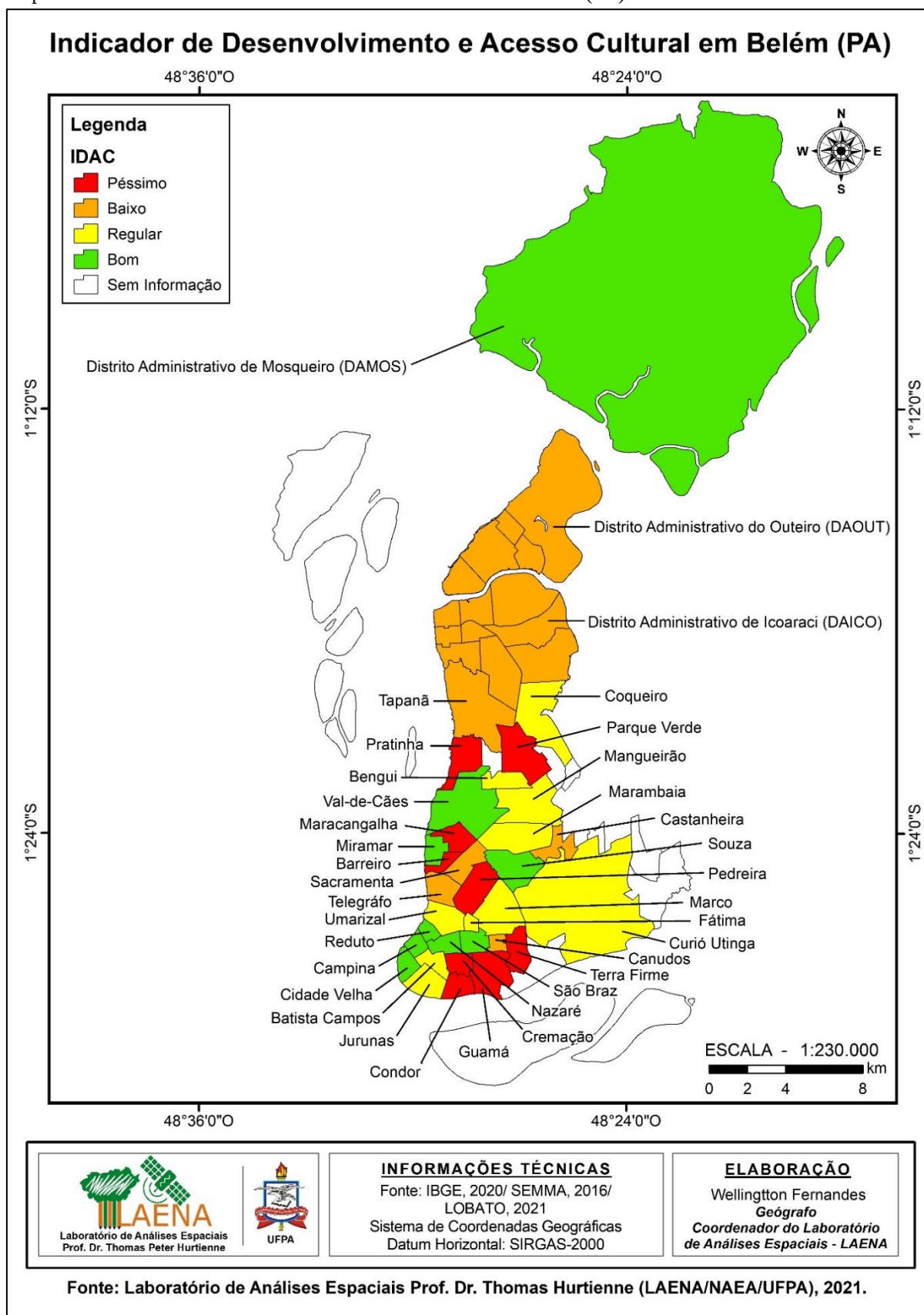
| Bairro ou Distrito | Nº de Espaços | População (hab.) | IDAC (espaço/hab.) | Nível do Indicador |
|--------------------|---------------|------------------|--------------------|--------------------|
| Cidade Velha       | 26            | 12.128           | 0,00214            | Bom                |
| Miramar            | 1             | 515              | 0,00194            | Bom                |
| Val-de-Cans        | 9             | 7.032            | 0,00127            | Bom                |
| DAMOS              | 32            | 33.232           | 0,00096            | Bom                |
| Reduto             | 6             | 6.373            | 0,00094            | Bom                |
| Souza              | 12            | 13.190           | 0,00090            | Bom                |
| São Brás           | 16            | 19.936           | 0,00080            | Bom                |
| Nazaré             | 15            | 20.504           | 0,00073            | Bom                |
| Campina            | 43            | 6.156            | 0,00069            | Bom                |
| Marambaia          | 40            | 66.708           | 0,00059            | Regular            |
| Fátima             | 7             | 12.385           | 0,00056            | Regular            |
| Batista Campos     | 10            | 19.136           | 0,00052            | Regular            |
| Coqueiro           | 22            | 51.776           | 0,00042            | Regular            |
| Umarizal           | 12            | 30.090           | 0,00039            | Regular            |
| Curió-Utinga       | 5             | 16.642           | 0,00030            | Regular            |
| Benguí             | 8             | 29.379           | 0,00027            | Regular            |
| Marco              | 15            | 65.844           | 0,00022            | Regular            |
| Mangueirão         | 7             | 36.224           | 0,00019            | Regular            |
| Jurunas            | 12            | 64.478           | 0,00018            | Regular            |
| DAOUT              | 6             | 38.731           | 0,00015            | Baixo              |
| Sacramenta         | 7             | 44.413           | 0,00015            | Baixo              |
| Canudos            | 2             | 13.804           | 0,00014            | Baixo              |
| <b>Tapanã</b>      | 10            | <b>66.669</b>    | <b>0,00014</b>     | Baixo              |
| Telégrafo          | 6             | 42.953           | 0,00013            | Baixo              |
| Castanheira        | 3             | 24.424           | 0,00012            | Baixo              |
| DAICO              | 19            | 167.035          | 0,00011            | Baixo              |
| Cremação           | 3             | 31.264           | 0,00009            | Péssimo            |
| Maracangalha       | 3             | 30.534           | 0,00009            | Péssimo            |
| Montese            | 6             | 61.439           | 0,00009            | Péssimo            |
| Guamá              | 8             | 94.610           | 0,00008            | Péssimo            |
| <b>Pratinha</b>    | 2             | <b>22.589</b>    | <b>0,00008</b>     | Péssimo            |
| Pedreira           | 5             | 69.608           | 0,00007            | Péssimo            |
| Parque Verde       | 2             | 39.126           | 0,00005            | Péssimo            |
| Barreiro           | 1             | 26.003           | 0,00003            | Péssimo            |
| Condor             | 1             | 42.758           | 0,00002            | Péssimo            |

**Classificação:**

| $0,00060 > X \leq 0,00070$ | $0,00015 > X \leq 0,00060$ | $0,00010 > X \leq 0,00015$ | $X \leq 0,00010$ |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|------------------|
| Bom                        | Regular                    | Baixo                      | Péssimo          |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do IBGE (2010), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Mapa 3 – Indicador de Desenvolvimento e Acesso Cultural em Belém (PA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) e produzido pelo LAENA/NAEA/UFPA (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

No Mapa 3, ao se demonstrar que o Distrito Administrativo de Mosqueiro possui um indicador “Bom”, é importante considerar que se fosse possível pormenorizar essa análise, certamente, existiriam bairros com mais e menos espaços de lazer dentro desse distrito. Logo, se evidenciaria uma dinâmica muito similar a presente nas outras partes da cidade de Belém, visto que os bairros do Chapéu Virado, do Farol e da Vila apresentam melhor infraestrutura que outros bairros considerados periféricos dentro desse distrito. No âmbito dessa questão, é importante sinalizar que tais dados são reflexo das várias transformações ocorridas da Ilha do Mosqueiro no século XIX – como a edificação de praças, pontes, chalés e casas de veraneio com materiais importados de outros países, com a finalidade de dar conforto às elites, que residiam no centro da cidade e passavam temporadas na ilha (PINHEIRO *et al.*, 2020).

Na mesma perspectiva do indicador, criado por Melo e Peres (2005), calculou-se a razão entre a área de cada um dos bairros (hectares) e o número de espaços presentes neles. Nos dados apresentados na Tabela 3 e no Mapa 4, evidenciou-se – ainda que a extensão territorial tenha influência no indicador de distribuição dos espaços – uma clara diferença entre bairros mais e menos afastados do centro da cidade. Em virtude disso, como no IDAC, em uma análise comparativa entre os bairros e os distritos, os IDTEL também foram classificados em níveis de “Péssimo” a “Bom”. Novamente, pontua-se que essa classificação em nada isenta a insuficiência de espaços para atender à população na cidade, apenas compara os bairros acerca do quantitativo e da distribuição dos espaços de lazer.

Tomando-se como exemplo o bairro do Barreiro, um dos bairros com menor extensão territorial (92,75 ha.), observou-se que o seu IDTEL foi um dos mais baixos (92,75 ha./esp.). Em muitos casos, o IDTEL de alguns bairros periféricos, como Curió-Utinga (595,32 ha./esp.), Pratinha (164,21 ha./esp.) e Condor (170,88 ha./esp.), chegam a ser maior que a área total de bairros localizados no centro de Belém, como o bairro da Campina (151,32 ha.), da Cidade Velha (125,79 ha.) e de Nazaré (151,32 ha.). Diante disso, esses bairros apresentaram os melhores indicadores, em que, para 1 espaço de lazer: na Campina havia 2,39 (ha.), na Cidade Velha havia 4,83 (ha.) e em Nazaré havia 10,08 (ha.). Para se ter uma dimensão, é conveniente salientar que um hectare representa, aproximadamente, um campo de futebol (90 x 120m = 10.800 m<sup>2</sup>, ou 1,08 ha.).

Tabela 3 – Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer em Belém (PA)

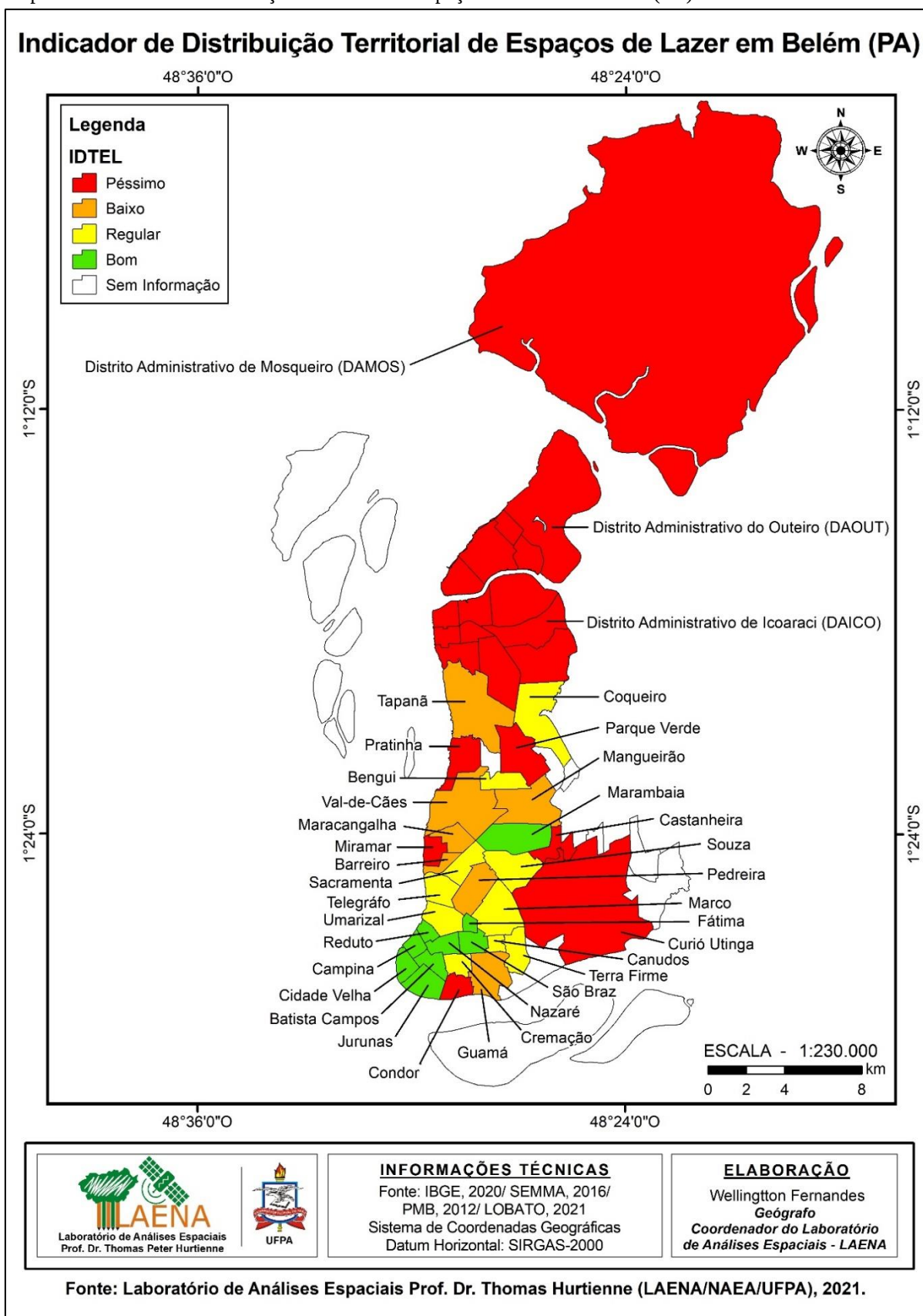
| Bairro ou Distrito | Extensão territorial (hectares) | Nº de Espaços | IDTEL (ha/espaço) | Nível do Indicador |
|--------------------|---------------------------------|---------------|-------------------|--------------------|
| Campina            | 102,81                          | 43            | 2,39              | Bom                |
| Cidade Velha       | 125,79                          | 26            | 4,83              | Bom                |
| Fátima             | 61,89                           | 7             | 9,69              | Bom                |
| Nazaré             | 151,32                          | 15            | 10,08             | Bom                |
| São Brás           | 162,63                          | 16            | 10,16             | Bom                |
| Marambaia          | 503,18                          | 40            | 12,57             | Bom                |
| Reduto             | 82,17                           | 6             | 13,69             | Bom                |
| Batista Campos     | 142,71                          | 10            | 14,27             | Bom                |
| Jurunas            | 235,82                          | 12            | 19,65             | Bom                |
| Umarizal           | 262,95                          | 12            | 21,91             | Regular            |
| Benguí             | 197,29                          | 8             | 24,66             | Regular            |
| Coqueiro           | 686,41                          | 22            | 31,20             | Regular            |
| Marco              | 489,23                          | 15            | 32,61             | Regular            |
| Sacramenta         | 237,33                          | 7             | 33,90             | Regular            |
| Souza              | 411,30                          | 12            | 34,27             | Regular            |
| Telégrafo          | 222,32                          | 6             | 37,05             | Regular            |
| Canudos            | 77,73                           | 2             | 38,86             | Regular            |
| Montese            | 243,66                          | 6             | 40,61             | Regular            |
| Cremação           | 147,51                          | 3             | 49,17             | Regular            |
| Guamá              | 417,54                          | 8             | 52,19             | Baixo              |
| Maracangalha       | 199,22                          | 3             | 66,40             | Baixo              |
| Pedreira           | 368,34                          | 5             | 73,66             | Baixo              |
| Mangueirão         | 611,90                          | 7             | 87,41             | Baixo              |
| Barreiro           | 92,75                           | 1             | 92,75             | Baixo              |
| Val-de-Cans        | 876,48                          | 9             | 97,38             | Baixo              |
| <b>Tapanã</b>      | <b>999,35</b>                   | 10            | <b>99,93</b>      | Baixo              |
| Castanheira        | 211,76                          | 3             | 105,88            | Péssimo            |
| Miramar            | 147,38                          | 1             | 147,38            | Péssimo            |
| <b>Pratinha</b>    | <b>328,42</b>                   | 2             | <b>164,21</b>     | Péssimo            |
| Condor             | 170,88                          | 1             | 170,88            | Péssimo            |
| DAICO              | 3.315,34                        | 19            | 174,49            | Péssimo            |
| Parque Verde       | 509,68                          | 2             | 254,84            | Péssimo            |
| Curió-Utinga       | 2.976,64                        | 5             | 595,32            | Péssimo            |
| DAMOS              | 21.967,33                       | 32            | 686,47            | Péssimo            |
| DAOUT              | 11.026,28                       | 6             | 1.837,71          | Péssimo            |

**Classificação:**

| $X \leq 20,00$ (ha/ eq.) | $20,00 > X \leq 50,00$ | $50,00 > X \leq 100,00$ | $X > 100,00$ (ha/ eq.) |
|--------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| Bom                      | Regular                | Baixo                   | Péssimo                |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Mapa 4 – Indicador de Distribuição Territorial de Espaços de Lazer em Belém (PA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) e produzido pelo LAENA/NAEA/UFPA (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

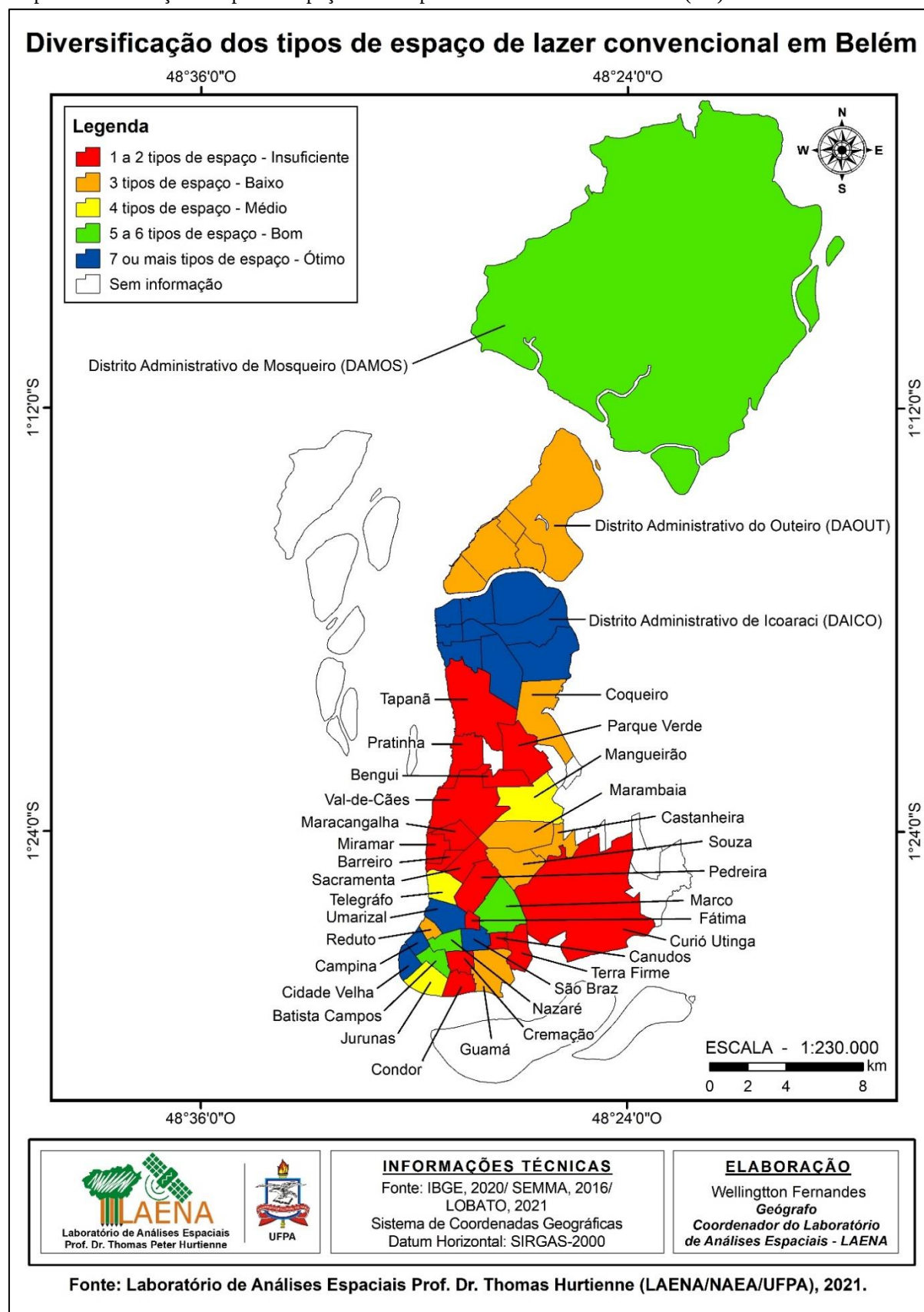
Por fim, é possível notar que não existe uma distribuição igualitária e equitativa entre os tipos de espaço de lazer nos bairros e nos distritos de Belém, uma vez que, nos bairros considerados como periferia, não há constantemente parques, bibliotecas, museus etc. Como demonstrado no Quadro 7, evidenciou-se que os bairros, considerados mais centrais da cidade, como: Cidade Velha, São Brás e Umarizal, possuíam 7 ou mais tipos de espaços de lazer, assim como Batista Campos, Marco e Nazaré possuíam de 5 a 6 tipos, tendo um nível de distribuição considerado “Ótimo” e “Bom”, respectivamente, em comparação aos demais bairros. No lado oposto, estão os bairros considerados periféricos com apenas 1 ou 2 tipos de espaço, que, normalmente, resumem-se a praças e a mercados – por vezes, sem manutenção e segurança. No caso das praças, comumente, são locais de refúgio para moradores de rua e usuários de drogas. Esse cenário de concentração de espaços pode ser mais bem visualizado no Mapa 5, cujo objetivo de sua concepção foi mostrar “de cima” parte do que é vivido “em baixo” pela população.

Quadro 7 – Diversificação dos tipos de espaço de lazer convencional em Belém

| <b>Quantidade de tipos de espaços de lazer</b> | <b>Bairros</b>                                                                                                                                                         | <b>Nível de distribuição</b> |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| 7 ou mais tipos de espaço                      | Campina, Cidade Velha, DAICO, São Brás e Umarizal                                                                                                                      | <b>Ótimo</b>                 |
| 5 a 6 tipos de espaço                          | Batista Campos, DAMOS, Marco e Nazaré                                                                                                                                  | <b>Bom</b>                   |
| 4 tipos de espaço                              | Mangueirão, Jurunas e Telégrafo                                                                                                                                        | <b>Médio</b>                 |
| 3 tipos de espaço                              | Castanheira, Coqueiro, DAOUT, Guamá, Marambaia, Reduto e Souza                                                                                                         | <b>Baixo</b>                 |
| 1 a 2 tipos de espaço                          | Barreiro, Benguí, Canudos, Condor, Cremação, Curió-Utinga, Fátima, Maracangalha, Miramar, Montese, Parque Verde, Pedreira, Pratinha, Sacramento, Tapanã e Val-de-Cans. | <b>Insuficiente</b>          |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do *Google Earth* (2021).

Mapa 5 – Distribuição de tipos de espaço de lazer por bairro ou distrito em Belém (PA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021) e produzido pelo LAENA/NAEA/UFPA (2021), a partir de dados do IBGE (2010), do Anuário de Belém (2011), da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

A concentração de espaços, nos bairros mais centrais, apresenta-se como uma dificuldade de acesso àqueles que residem na periferia. A população, frequentemente, por se apropriar de uma concepção convencional e hegemônica de lazer – além de não reconhecer suas práticas e manifestações como tais –, tenta, sempre que possível, sair das comunidades em busca desse lazer. Esse processo traz reverberações aos espaços públicos e seus usos, pois, de “[...] lugar da reunião em ato, do encontro, da proximidade entre membros de uma determinada sociedade” (CARLOS, 2014, p. 475), muitos passam a ter uso privado, nos quais barreiras simbólicas “filtram” quem pode deles usufruir. Por outro lado, com frequência, muitos espaços públicos são perfilados pela insegurança e pela deficiente ou ausente infraestrutura, uma vez que não são vistos como áreas prioritárias do capital (SERPA, 2009). Segundo Situba (2018), o abandono desses espaços por parte do Estado também dificulta ou afasta a população de vivenciá-los. Assim, nota-se certa “preferência” de algumas pessoas em utilizar, com mais frequência, os espaços privados em vez de os públicos (SOUZA; LOBATO; GUEDES, 2020).

A função social do espaço público – como “[...] espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos [...]” (SERPA, 2009, p. 9) – perde sua essência nesse contexto. A natureza do espaço público, pois, vai além da dimensão física, está condicionada, em verdade, pela dimensão simbólica, a qual dá sentido à sua existência (GOMES, 2018). Logo, quando há restrições quanto ao seu uso, o espaço público deixa de considerar “[...] as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências” (FRANÇA, 2018, p. 23).

Nesses casos, as interações e as relações sociais tendem a ser mediadas por lógicas do capital. Tais lógicas limitam quais as práticas e as *performances* urbanas podem ser projetadas nesses espaços. Bahia e Figueiredo (2012) assinalam que essa situação, por conseguinte, privilegia as pessoas de classes mais favorecidas, pois as manifestações culturais, nesses espaços, não são diversificadas e seguem um padrão “culto”. Acerca dessa questão, Pereira (2019, p. 124) ressalta que “[...] muitos usuários conseguem vivenciar o lazer, mas muitas vezes este se apresenta de forma ‘regulada’, com certa vigilância, sem muita liberdade, visualizadas nas normas e regras impressas no ‘agir’ dos funcionários”. O autor mencionado discorre ainda que os vigilantes de alguns espaços públicos, normalmente, são utilizados pelo sistema para restringir as ações dos usuários nos locais.

Conquanto os espaços públicos de lazer possuam tais restrições, os usuários não estão por completo *à mercê* dessas lógicas, uma vez que também são encontradas *performances* mais livres e com certa digressão às normas impostas nesses espaços. Esses usos, para Pereira (2019,

p. 124), “[...] revelam-se como pequenas resistências e demonstração de contraposição à lógica de consumo [...]”. Sob outro prisma, tais usos contribuem para a valorização de expressões que antes eram invisibilizadas ou silenciadas, sendo também uma oportunidade de conhecê-las melhor, assim como as suas dinâmicas. Por outro lado, além de não ser bem-vinda nesses espaços e sofrer constantemente violências simbólicas e mesmo físicas, a população tem como entraves a “falta de tempo” e de recursos para se deslocar até esses espaços (BAHIA, *et al.*, 2008). Tal realidade é, comumente, narrada em diversos estudos sobre espaços de lazer no Brasil, como as descritas por Melo e Peres (2005), ao analisar o caso da cidade do Rio de Janeiro (RJ), por Marcellino *et al.* (2007), que analisou a Região Metropolitana de Campinas (SP) e por Sydow (2017), quando investigou a cidade de Araguaína (TO).

França (2009) considera que as maneiras como os espaços públicos de lazer encontram-se espacialmente organizados e são utilizados e mantidos representam uma espécie de segregação simbólica. Para a autora, essa centralização excludente é também incitada pelas possibilidades de lazer ofertadas pelo Poder Público, que, normalmente, não são divulgadas e atraentes para o “perfil de consumo do lazer” da população periférica (FRANÇA, 2009). Com efeito, nas comunidades periféricas, tem-se um lazer com uma oferta muito reduzida de espaços, mesmo aqueles clássicos e impostos como únicos, como as praças. Quando concebido na periferia, o espaço de lazer é estabelecido pela iniciativa privada – em que moradores veem o lazer, com frequência, como uma forma de obtenção de renda –, ou como uma política de governo para entreter a massa populacional (WERNECK; ISAYAMA, 2001).

Ademais, é importante considerar que ter um espaço de lazer materializado, seja por meio de políticas públicas, seja mediante a iniciativa privada, não garante o acesso e a utilização livres, tendo em vista que, além das barreiras físicas, econômicas e simbólicas (PEREIRA, 2019) ou do “perfil de consumo” (FRANÇA, 2009), a população pode: 1) não se sentir bem-vinda ou confortável, dada a compreensão de que somente quem tem “tempo” e “dinheiro” pode se dar ao direito de degustar desses locais e suas programações; e 2) não ter construído sentimentos de apreço, de pertencimento ou de identidade por esses espaços. Logo, são vistos com estranhamento.

Na contemporaneidade, apesar de os avanços no estabelecimento de direitos sociais e melhorias na qualidade de vida das populações da periferia – por intermédio de políticas, planos, programas e projetos de fomento ao esporte e ao lazer –, novas áreas periféricas estão a se formar. Desse modo, se não houver planejamentos e ações mais numerosos e menos pontuais e fragmentados, que sejam capazes, ao menos, de minimizar toda essa situação, a tendência é que a população, que vive nesses locais – cada vez mais longe dos centros das

grandes cidades –, fique mais distante de muitos serviços que viabilizam a satisfação de várias necessidades e direitos humanos, dentre eles o lazer. Afinal, como reflete Bramante (1998), as vivências de lazer e as oportunidades de acesso a bens culturais estão também relacionadas e, por vezes, condicionadas por fatores socioeconômicos, políticos e ambientais – mesmo aqueles criados pelos próprios sujeitos no cotidiano das periferias.

No bojo dessa discussão, cumpre destacar que Lefèbvre (1991b), em “O direito à cidade”, postulava que o Estado contribui para a segregação nas cidades, transformando o “tecido urbano” no espaço das diferenças, marcadas, visivelmente, pela materialidade da vida. Embora o autor deixe claro que a cidade não é conformada tão somente pelo material, é também resultante das relações sociais tecidas sobre o espaço, o que o torna dinâmico e dual: material e imaterial. Por assim ser, a cidade ganha vida a partir das demandas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, ainda que nem sempre emanadas das massas. Na visão de Harvey (2012, p. 74), o direito à cidade é um dos mais valiosos e negligenciados direitos, visto que “[...] nos é tomada [...] a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos”.



# “Lazer, Lazer! A gente não tem”: práticas e sociabilidades “lá no meu setor”

Os acadêmicos pensam que para dizer as coisas cientificamente é preciso dizê-las com a assepsia de uma sala de cirurgia. Discordo. Sou poeta.

Acho que o estilo da linguagem deve comunicar algo do objeto que ela quer comunicar.

Quem escreve sobre Mozart de maneira pesada estará traindo Mozart, pois Mozart é leve. Quem escreve sobre humor com o estilo de Kant estará traindo o seu objeto porque o estilo de Kant não tem humor.

Quem escreve sobre a beleza com estilo feio a estará traindo, pois um objeto belo exige que se escreva sobre ele com beleza.

E quem escreve sobre lazer tem de escrever lazerosamente...

Rubem Alves (2000, p. 19).



Tentei até aqui seguir o rigor acadêmico que a tradição científica tanto nos exige, porém, deste ponto em diante, não consigo manter uma postura distanciada, totalmente imparcial ou neutra, não pelo menos na escrita deste texto. Tanto pela beleza da temática quanto pela proximidade com o objeto e o *lócus* de estudo, neste e nos parágrafos que seguem, senti a necessidade de modificar o estilo de escrita – basicamente passo a usar, também, em muitos momentos, a primeira pessoa do singular e do plural. Entendi que não consigo “narrar” sobre o lazer da comunidade desconectado de minha experiência pessoal, dos meus vínculos e de minha história nela e com ela. Como Camargo (1998, p. 28), estou “[...] partindo da prática, interrogando a teoria, voltando novamente à prática, num processo, espero, sem fim”. Talvez esse estilo de escrita possa gerar algum tipo de estranhamento, a intenção, porém, foi exatamente essa.

Na busca por investigar o lazer não apenas sob a perspectiva macro (de fora e de longe) – deixando de revelar práticas e atores que estão “debaixo” de lógicas dominantes, bem como correndo o risco de considerar o indivíduo um agente incapaz de agenciar mudanças em sua realidade –, aqui a perspectiva micro entra em cena, mediante o olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), a fim de “[...] perscrutar como os seus interlocutores vivem e falam, a partir de seus lugares [...] sobre determinados momentos, convencionais ou não, de suas rotinas, de suas escolhas, do emprego dos tempos de que dispõem [...]” (MAGNANI, 2018b, p. 307). Com esse olhar, portanto, pude me deparar com “inversões”, classificações e lógicas inaparentes, imbricadas em acontecimentos, aparentemente, triviais do cotidiano.

Assim, neste quinto capítulo, são analisadas as práticas de lazer e de sociabilidade vivenciadas pela população da Comunidade Bom Jesus I, mas para além da dinâmica do lazer convencional, bem como da condição de invisibilidade/subalternidade, na qual as comunidades periféricas são colocadas e resumidas. Antes, porém, julguei pertinente apontar “o que compreendo como lazer?”. Isto é, de onde parti para entender o lazer no contexto de uma comunidade periférica? Em um ir e voltar entre teoria e prática, foi se conformando uma compreensão de lazer capaz de dar conta das complexidades e dos desafios encontrados em vários momentos durante a pesquisa.

## 5.1 Entendimentos e significados do lazer no Mata Fome

*Certa vez, em um ponto de ônibus, comentando rapidamente com uma moradora da comunidade sobre a minha pesquisa, a seu pedido, ao mencionar a palavra “lazer”, inesperadamente, recebi como resposta:*

*- “Que lazer? Aqui não tem nada!”.*

*Depois de certo silêncio, mais uma vez estava eu explicando o porquê de estar pesquisando o lazer na comunidade. Em pensamento: “Calma, Flavio, é preciso entender que ela não teve as mesmas oportunidades de estudo e não consegue refletir criticamente sobre a realidade em que vivemos”. Então lá fui eu – meio que me achando o privilegiado e o pensador crítico da história – explicar que era justamente em virtude dessa “falta de lazer” que estava a relevância da pesquisa. Ela, entendendo meu raciocínio naquele momento, disse:*

*- “Ah sim, entendi. Que legal! Tu vai [sic] fazer tipo uma crítica, né?!”.*

*Mal sabia que ela estava coberta de razão (Nota etnográfica de campo).*

O discurso da moradora mostrou-se recorrente também entre os participantes da pesquisa, quer seja explícita, quer, implicitamente. Mesmo com a regularidade, eu continuava a “bater de frente” com aquela afirmação. Até que certo dia, em minhas leituras, de imediato, meu pensamento retornou para essa rápida conversa. Naquele dia, finalmente, entendi o motivo pelo qual Dayse havia me dito aquilo, então refleti: “É, de fato, não há esse lazer aqui”. A partir de então, a forma de ler e de analisar o lazer da comunidade passou a desconsiderar essa perspectiva e procurar por outras que estavam ali, não, precisamente, escondidas, apenas invisibilizadas pelo meu olhar e pela minha concepção de lazer convencional.

Nesse sentido, mesmo que desconfiado das respostas que receberia, construí estrategicamente e apliquei um roteiro de entrevista preliminar com perguntas mais gerais, com o objetivo de revelar um pouco mais sobre quais as compreensões e as experiências conduziam os entendimentos da comunidade sobre o lazer. Assim, como era de se esperar, durante as entrevistas, quando perguntei: “O que você entende/considera como lazer?”, as respostas, frequentemente, associaram-se, pelo menos, a cinco aspectos: 1) dinheiro – somente pode usufruir do lazer quem pode pagar por ele; 2) tempo – quem não trabalha ou não tem uma rotina muito cansativa consegue ter tempo para o lazer; 3) espaços – praças, orla, parques de diversão, cinema, *shopping* etc. foram apontados como sinônimos de lazer; 4) práticas opostas ao trabalho – descanso, repouso, ficar em casa sem fazer nada, viajar, jogar futebol etc.; e 5) sentimentos, sensações ou emoções – diversão (ou divertimento), alegria, felicidade, satisfação etc., conforme exemplificam os relatos e a nuvem de palavras (Figura 10) a seguir.

*A palavra lazer é pra ti **poder sair, se divertir**. Ter dinheiro pra você comprar algumas coisas e passear pra lugares onde você quiser ir. [...] Uma praia bonita, mas requer dinheiro. Se você tem dinheiro, você não vai (Informação verbal – trecho da entrevista 8).*



e/ou de outras regiões do Brasil como, por exemplo, das regiões Sul e Sudeste. Nas novelas, nos comerciais, nos desenhos e nos seriados, segue-se a mesma dinâmica: peças teatrais, concertos e espetáculos de balé constroem nossa visão, hegemonicamente, pautada por modelos limitados de lazer e de cultura. Mais contemporaneamente, as redes sociais alimentam a vontade incessante por festas, viagens e cruzeiros (para locais paradisíacos) para desfrutar de experiências de lazer. Desse modo, a compreensão, o desejo e a luta pelo direito ao lazer são, com frequência, circunscritos a determinadas formas legitimadas social e economicamente como lazer.

Outra questão, que me chamou bastante atenção, foi a utilização do verbo **sair** associado ao lazer. Como, na visão de muitos, não há lazer na comunidade, se tem o constante desejo de sair dela para buscar as possibilidades disseminadas na televisão e na *Internet*. Por esse motivo, aqueles, que podem e conseguem, saem da comunidade para bairros próximos ou distantes, com o objetivo de acessar praças, orlas (Fotografia 5), casas de show, *shopping* e, esporadicamente, cinemas. Há, também, aqueles que se deslocam para as ilhas, como Combu, Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba, e para os balneários em outros municípios – normalmente, por meio de passeios conhecidos como “piqueniques”, que serão melhor descritos mais à frente.

Fotografia 5 – Lazer de moradores da comunidade na orla de Icoaraci, Belém (PA)



Fonte: Arquivo pessoal de uma das entrevistadas (2021).

À vista disso, ao fazer perguntas, como: “O que você gostaria de fazer como lazer aqui na comunidade que, atualmente, não faz?” ou “O que você acha das práticas de lazer aqui na comunidade?”, com frequência os interlocutores mencionaram o mesmo que Dayse havia me apontado antes: *“Não, [não há] nenhum espaço de lazer. Infelizmente não”* (Informação verbal – trecho da entrevista 11). *“Não existe porque não tem um espaço, uma praça, nada que o jovem possa ocupar a sua mente”* (Informação verbal – trecho da entrevista 10); *“Nenhuma. Nenhuma [prática], porque não tem lugar pra fazer exercício. Você só faz exercício se for de caminhada ou der conta de pagar uma academia”* (Informação verbal – trecho da entrevista 12). Novamente, notei que tais entendimentos estão associados à compreensão hegemônica do lazer convencional.

Nessa direção, quando indaguei: “O que você acha que pode melhorar o lazer aqui na comunidade?”, as respostas também não me surpreenderam. Os relatos, pois, focalizaram no desejo por praças com brinquedos, como pode ser observado a seguir: *“Se tivesse uma praça, alguma coisa pros jovens se ocupar, eles não estavam fazendo besteira”* (Informação verbal – trecho da entrevista 8); *“Aqui na Comunidade Bom Jesus, uma praça, né, uma pracinha com brinquedos pra crianças, que não tem, que só tem no Cordeiro de Farias. E mais uma coisa, às vezes, você quer tomar um sorvete, sorveteria, né. Essas coisas não têm de lazer, seria essencial”* (Informação verbal – trecho da entrevista 13).

Outra demanda almejada pela população para “melhorar o lazer”, na comunidade, seriam as academias ao ar livre, com aparelhos para exercícios físicos: *“E também uma academia ao ar livre, que, às vezes, tu não tem dinheiro pra pagar uma academia. Então, todo mundo ia lá se exercitar”* (Informação verbal – trecho da entrevista 12). Com a popularização das redes sociais, o padrão de beleza, exposto em fotos, em comerciais e em outras postagens, é um ideal a ser alcançado entre os moradores, principalmente, algumas mulheres, que fazem caminhadas, exercitam-se em praças de bairros próximos, bem como, quando possuem dinheiro extra no orçamento familiar, fazem musculação e exercícios aeróbicos em academias. Sobre essa questão, chama bastante atenção a vestimenta utilizada por elas, normalmente, de marcas famosas, que se popularizaram, exatamente, em função de atender à lógica consumista por detrás da boa forma e da produção de endorfina.

Considerando, portanto, essa construção social do que é lazer, de fato, “não há lazer” na Comunidade Bom Jesus I, nem em muitas outras periferias no Brasil. Não essas práticas de lazer que, historicamente, foram: apropriadas pelo capital e transformadas em mercadoria, veiculadas pela mídia e institucionalizadas em governos como únicas e exclusivas possibilidades de usufruir dessa dimensão da cultura. Evidentemente, essa visão particularizada

é preocupante, pois ela impossibilita que a população reconheça, frequentemente, muitas de suas criações e manifestações, assim como de seus espaços como oportunos para o lazer. Nesse contexto, esses lazeres podem ser percebidos como “invisibilizados”, uma vez que são produzidos, reproduzidos e produtos da realidade cotidiana, embora nem sempre sejam reconhecidos como tais. Essas situações são também acobertadas em decorrência de seu caráter informal e de suas digressões aos processos, moralmente, aceitos e, monetariamente, incentivados.

No bojo do debate concernente aos processos de invisibilização, Fortuna (2019) entende-os como uma espécie de cegueira cognitiva. Esta, porém, não é total, apenas se revela, intencionalmente, limitada perante os critérios e os parâmetros social e economicamente definidos, cuja função é registrar apenas o que precisa ser exposto e encobrir o que foge da “normalidade”. Nessa mesma perspectiva, mas utilizando outra alusão, De Certeau (1994) assinala que “embaixo” é onde vivem os praticantes ordinários da cidade: os grupos e os espaços subalternos. Por subalternos, entende-se como aqueles que pertencem “[...] às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, [1985] 2010, p. 12). Nesse debate, seguindo a análise de Santos (2002, 2010), é interessante considerar a “sociologia das ausências”, cuja abordagem enfoca em deixar presentes as realidades que foram tornadas ausentes, ou seja, aquelas “[...] que são ativamente produzidas como não existentes [...]” (SANTOS, 2010, p. 107), por meio de silenciamentos, de supressões e de marginalizações.

No âmbito do lazer, não obstante se tenha espaços convencionais, Magnani (2015) postula ser preciso pensar que a cidade, em si mesma, pode se configurar como um grande espaço de múltiplas práticas de lazer – ainda que com seus problemas estruturais e suas desigualdades. Assim, é importante ter sensibilidade para compreender que, nas diversas periferias das cidades brasileiras, muitas crianças e jovens não sabem o que é e como é poder usufruir de uma quadra poliesportiva, de um cinema, de um museu, de uma biblioteca etc. Os seus espaços e as suas práticas de lazer, nas periferias, são outros. Eles, por vezes, são construídos (física e simbolicamente) pelos próprios moradores, sendo perfilados por dinâmicas, valores e temporalidades deveras diferenciadas das observadas em privilegiados espaços. Desse modo, é primordial, não “dar cor e voz”, mas fazer esforços contínuos para ver e ouvir as multifacetadas expressões contra hegemônicas do lazer que ecoam pela cidade.

Ao se refletir sobre essa questão, reitera-se que, de modo geral, conquanto os Estudos do Lazer, em Belém, tenham gerado discussões relevantes, as análises ainda têm se concentrado

em áreas centrais da cidade, sobretudo, na extensão da Primeira Léguas Patrimonial. Por outro lado, no que tange às investigações que adentram as periferias de Belém para investigar o lazer, no alcance da pesquisa bibliográfica, realizada para dar suporte à argumentação deste texto, quase não foram encontrados estudos no nível *stricto sensu* (COSTA, 1999). Alguns poucos artigos, publicados em anais de eventos, apresentam discussões que ainda partem da polaridade entre lazer e trabalho<sup>30</sup>, bem como, com recorrência, fazem uma análise sobre a inexistência de espaços e práticas convencionadas, socialmente, como lazer nas periferias. Tais análises, concebidas sob uma “venda” histórica – *da qual me desprendi há pouco tempo* –, não reconhecem como lazer, por vezes, muitas interações e experiências que se manifestam no interior dessas comunidades.

Ante o exposto, é necessário dar continuidade às pesquisas, “soltar essa venda” e despir-se de noções clássicas para investigar o lazer em Belém, especialmente, nas periferias. Afinal, segundo Gomes (2014, p. 7), as noções hegemônicas cerceiam “[...] as possibilidades de que o lazer seja compreendido, problematizado e pesquisado em distintos contextos socioculturais que apresentam particularidades e diversidades necessárias de serem reconhecidas”. Dessa forma, para entrar nas periferias da cidade de Belém (PA) e investigar como o lazer é vivenciado pelos moradores dessas comunidades, a análise dessas questões precisa ser refletida a partir da Região Amazônica, tendo em vista que muitas práticas e muitos espaços de lazer são marcados por lógicas e dinâmicas singulares, as quais se diferem – desde as denominações atribuídas até as experiências vivenciadas – daquelas que marcam a vida urbana das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Dito isso, embora seja necessário, às vezes, contextualizar essas práticas de lazer, invisibilizadas a partir de relações dicotômicas com as práticas convencionais, intencionou-se exercitar uma investigação para além dessas relações, concentrando-se, igualmente, “[...] nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica [...]” (SANTOS, 2002, p. 246), isto é, nas expressões que estão além do contexto semântico dicotômico. Falhando ou acertando – do mesmo modo que Santos (2002, p. 246) provoca em relação ao

---

<sup>30</sup> “Concepções como essa obliteram as complexidades, contradições e ambiguidades do lazer, sobretudo em contextos minoritários, culminando no que Santos (2002) denomina de produção da ‘não existência’. Ou seja, mesmo que tenham relevância nos contextos locais, muitas experiências de lazer não necessariamente ocidentalizadas, dicotomizadas, industrializadas, urbanizadas, comercializadas e fragmentadas podem ser invisibilizadas e produzidas como ‘não existentes’ no contexto globalizado mais amplo. Como observa o autor, isso acontece com diversos tipos de práticas sociais não hegemônicas, o que explica, pelo menos parcialmente, o estranhamento e o desconforto causado em muitos estudiosos que não reconhecem a existência do lazer em contextos minoritários, como os dos indígenas, por exemplo. É como se o lazer não pudesse existir ali porque coletividades como essa, bem como suas lógicas e cosmovisões, não correspondem ao modelo hegemônico de sociedade. Por certo, se ficarmos reféns dessa lógica, seguiremos invisibilizando, silenciando e marginalizando o lazer em determinados contextos” (GOMES, 2014, p. 7-8).

“[...] que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? [...] É possível ver o que é subalterno sem olhar a relação de subalternidade?” –, a pretensão aqui foi questionar, no âmbito do lazer, o que é que, na Comunidade Bom Jesus I, escapa às dicotomias centro/periferia, visível/invisível e lazer convencional/lazer invisibilizado? Sendo possível ou não descobrir “o que é que existe além ou o que escapa”, mais à frente, realizou-se um exercício: o de olhar mais para dentro das práticas sociais de lazer e menos para os processos exógenos que as envolvem e/ou as condicionam – por vezes, embora nem sempre e totalmente.

Portanto, buscou-se entender os subalternos sem focar tão somente na condição de subalternidade ou de invisibilidade, fazendo uma leitura dessas práticas para além da situação social e economicamente imposta a eles. Analisar, pois, essa população e suas práticas de lazer, unicamente, como invisíveis ou subalternas, isto é, apenas dentro da relação dicotômica visível/invisível, significa limitá-las a tal condição. Quando se consideram apenas essas relações na lente de análise, deixa-se passar um universo de práticas que fogem de suas abrangências. Assim, a ideia foi considerar e, ao mesmo tempo, desconsiderar essas condições (por isso ou “para além”), a fim de olhar não apenas “de cima”, mas também “de baixo” e “do meio”.

Destarte, partindo do ir e do voltar entre teoria e prática, tentei (re)organizar, na próxima seção, uma orientação teórica sobre a compreensão e os significados do lazer capaz de melhor investigar a realidade da Comunidade Bom Jesus I, considerando as questões e os desafios encontrados no decorrer deste trabalho.

## 5.2 Por uma racionalidade outra para se pensar o lazer

Um escritor, com o projeto do novo livro em andamento, aceitou o convite para passar uma temporada no sítio de seu amigo, o que foi visto como uma boa oportunidade de avançar com a escrita.

Uma vez lá instalado e com algumas ideias em mente, deu uma volta pelas imediações e, diante da convidativa rede na varanda, não resistiu: acomodou-se nela e logo alguns dos personagens foram tomando forma.

O caseiro, que por ali passava, comentou:

– Descansando, hein, professor?

– Não. Trabalhando!

Transcorrido algum tempo, com o primeiro capítulo já estruturado, o autor resolveu dar outra volta e viu uma enxada encostada na cerca da horta: não se fez de rogado, empunhou a ferramenta e pôs-se, concentrado, mas um tanto canhestramente, a capinar no canteiro em frente.

O caseiro, de volta de sua lida, arriscou, de novo:

– Trabalhando, hein, professor?

– Não. Descansando! (MAGNANI, 2018b, p. 13).

A breve história, narrada acima, revela que a compreensão de lazer do caseiro é a mesma que, por muito tempo, foi difundida no Campo de Estudos do Lazer no Brasil e ainda é utilizada em outros campos, qual seja: a polarização entre trabalho – tempo de obrigação, de produção e de acumulação – e lazer – tempo disponível para o descanso, o prazer, a fruição e, entre alguns, para a preguiça, a ociosidade e a improdução (MAGNANI, 2018a). Em face dessa oposição<sup>31</sup>, os Estudos do Lazer ainda são perfilados pela coexistência de lógicas diferentes que o caracterizam como um campo expresso por complexidades e contradições. Concomitantemente, pois, o lazer “[...] é tempo/espço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambiguidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora produtor do novo [...]” (GOMES, 2014, p. 13).

De posse de tal concepção, não se pode pensar, ingenuamente, o lazer dissociado do capital, pois vários estudos, ao longo da história, evidenciam o poder de dominação do capitalismo (MASCARENHAS, 2005). Como visto no capítulo anterior, desde a Revolução Industrial, formas clássicas de lazer – seguindo uma lógica hegemônica – vêm sendo concebidas como atividades vivenciadas em um “tempo livre”, oposto ou apartado do trabalho e das demais obrigações sociais. Ademais, o lazer também vem sendo utilizado como um instrumento, seja de alienação, para dominar e usurpar a visão crítica dos indivíduos, seja de compensação, para recarregar das energias do trabalhador, seja de controle social, para conter os ânimos ou ocultar os conflitos e as negligências contra a vida humana. O resultado disso traz, como questão subjacente, o não reconhecimento do lazer como uma necessidade humana, mas, sim, apenas um tempo supérfluo ou preguiçoso, do qual poucos conseguem e podem se beneficiar.

Por outro lado, não se pode pensar o capital como o tudo e o todo. Há lugares, há espaços e há práticas que ele não dominou e todos os dias inovadoras formas de resistência surgem e lutam. Baptista, Pereira e Almeida (2019, p. 7) pontuam existir “[...] escolhas e modos de organização do tempo livre de sujeitos e comunidades que não se mobilizam primariamente em função do mercado capitalista globalizado (embora com ele possam ter relações)”. Estes, portanto, “[...] sabendo-o ou não, vivem o seu tempo de ócio (e até talvez o seu tempo de

---

<sup>31</sup> Conforme Gomes (2004, p. 121), “Trabalho e lazer, apesar de possuírem características distintas, integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas. É preciso levar em conta o dinamismo desses fenômenos, atentando para as inter-relações e contradições que eles apresentam. Em virtude desse aspecto, trabalho e lazer não constituem pólos [sic] opostos, representando faces distintas de uma mesma moeda. [...] É importante enfatizar que, na vida cotidiana, nem sempre existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações profissionais, familiares, sociais, políticas, religiosas. Afinal, não vivemos em uma sociedade composta por dimensões neutras, estanques e desconectadas umas das outras, como o conceito de lazer proposto por Dumazedier nos faz pensar”.

trabalho) a partir de um outro lugar, promovendo outro tipo de valores e práticas que não as da geração de renda e lucro” (BATISTA; PEREIRA; ALMEIDA, 2019, p. 7).

Nessa direção, apesar de a necessidade humana de lazer ter sido “esquecida” enquanto tal – ao ser reduzida à mercadoria ou a um tempo improdutivo –, é importante retomar essa compreensão para não entender o lazer, unicamente, como um produto do capital, mas, sim, da sociedade. Dentro desse debate, Gomes (2014) assinala que Medeiros (1975) é quem inicia, no Brasil, a discussão do lazer como necessidade humana justamente por este estar presente em diversas sociedades ao longo da história (GOMES, 2008b), ainda que contextualizado e situado social e culturalmente, inclusive com representações e terminologias próprias.

Apoiando-se nos estudos de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986), Gomes (2014) assinala que, para toda necessidade humana não sanada, há uma pobreza. Portanto, por não ter apenas natureza material, é necessário considerar que existem, em muitas realidades, uma “pobreza de lazer”, ou uma “fome de lazer”, a qual pode ser gerada em decorrência de diferentes fatores, entre os quais se destacam as intenções e os mecanismos de poder do capital. Entrementes, em razão de algumas pessoas trabalharem mais, possuírem mais “tempo disponível” ou disporem de melhores condições financeiras que outras, não se pode considerar que elas sejam mais ou menos pobres de lazer, afinal o lazer pode não estar dissociado do trabalho e das demais esferas da vida social. Além disso, existem formas de experienciar o lazer que não, necessariamente, dependem de recursos financeiros.

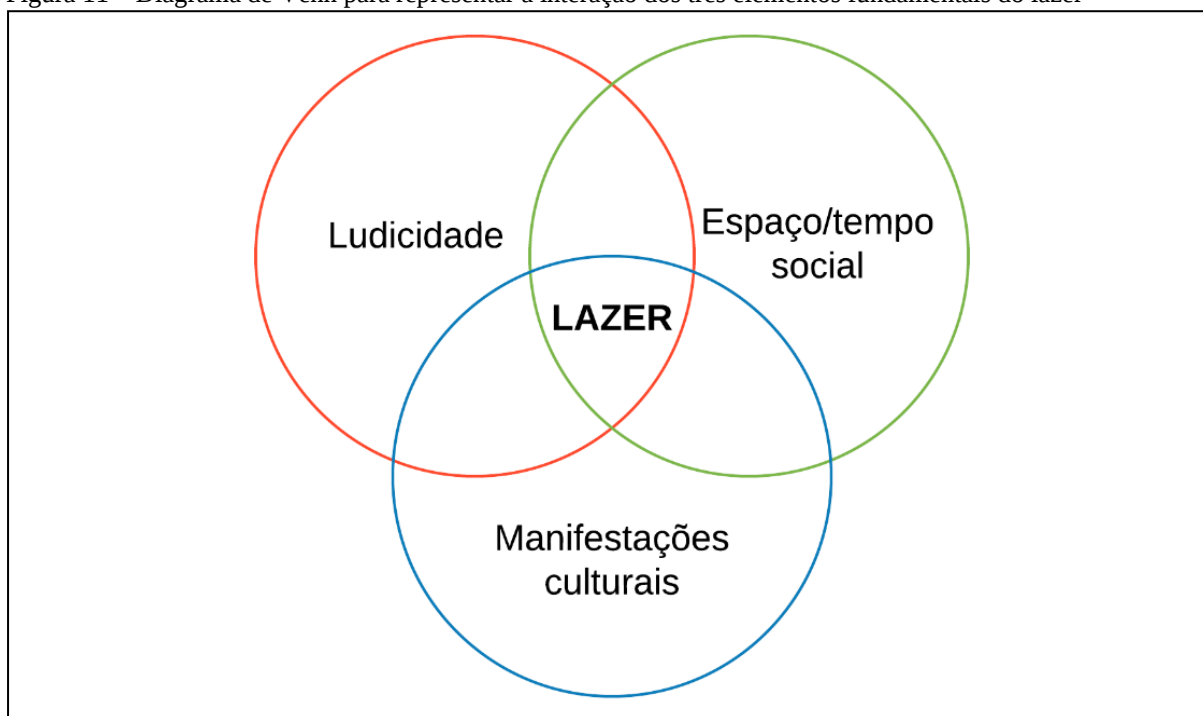
Ao reconhecer essa necessidade de lazer, parte-se dela para compreender o lazer da Comunidade Bom Jesus I, mediante outra racionalidade, que se estrutura em quatro importantes frentes. Na primeira delas, o lazer é entendido como fruto da natureza humana que se cria/produz socialmente – não individualmente ou pelo capital. O capital, em meu entender, é um reprodutor. Ele se apropria das práticas criadas pela sociedade e as “recria” para comercializar como mercadoria no âmbito da indústria do entretenimento – o “mercolazer” (MASCARENHAS, 2005). Para Magnani (2020, p. 15), porém, conquanto “[...] o sistema produz formas estereotipadas do que as pessoas consomem como lazer, [...] isso não quer dizer que as pessoas consomem do jeito que o sistema impõe”. Em outras palavras, mesmo nas formas de lazer (re)criadas pelo capital, o indivíduo tem a sua forma própria de agenciar a mercadoria que consome. Ainda conforme o autor em tela, “Dá até pra perceber que há realmente uma re-produção [sic] nessa forma-mercadoria de lazer, pois a maneira como é desfrutada [por indivíduo] é diferente” (MAGNANI, 2020, p. 16). Para fins de exemplificação, os estímulos e as sensações, despertadas nas pessoas que vão a um espetáculo teatral ou a

concerto, nem sempre são iguais. Até na mercadoria, portanto, o ser humano “dá um jeito” de agenciar ou de “re-produzir” o lazer.

Nessa perspectiva, o lazer precisa ser analisado a partir do campo das práticas humanas construídas e compartilhadas subjetiva, intersubjetiva e socialmente num emaranhado de interações, dotadas de sentidos e de significações (GOMES; FARIAS, 2005). Além disso, essas práticas são caracterizadas como “[...] experiências vividas pelos indivíduos, de forma prática, relacionadas a uma ação-reflexão alicerçada nas construções culturais acumuladas ao longo de suas vidas [...]” (BAHIA, 2012, p. 216). Por essa razão, tais práticas são capazes de assumir variados e particulares papéis e importâncias para quem as utiliza ou vivencia – exatamente por isso, elas se diferenciam conforme a cultura na qual estão inseridas. Contudo, nesta pesquisa especificamente, não houve como pensar em tais práticas isoladas e desarticuladas da sociedade. Entendeu-se, pois, que o lazer e suas práticas são produzidos e produtos da soma dos contatos, das trocas e dos intercâmbios cotidianos entre indivíduos que formam uma unidade social, a partir dos processos de interação, de sociação ou de sociabilidade (SIMMEL, 2006).

Diante disso, enquanto criação, produção e prática social, segundo Gomes (2014, p. 13), o lazer deve ser entendido “[...] como dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espaço social (grifo nosso)”. Isto posto, enquanto componente da vida social, pode ser experienciado e estar presente em momentos, práticas e espaços considerados como os mais impensáveis do cotidiano. Esse debate vem sendo construído por Gomes (2004, 2008a, 2011, 2014) há alguns anos, o qual, entre avanços e desafios, entende que o lazer é constituído a partir da articulação de três elementos fundamentais, quais sejam: ludicidade, manifestações culturais e tempo/espaço social. Para melhor compreender essa articulação, na Figura 11, há representação desses elementos no Diagrama de Venn – muito utilizado na matemática para demonstrar a relação entre conjuntos –, bem como, no Quadro, 8 há explicação desses elementos nas palavras da autora.

Figura 11 – Diagrama de Venn para representar a interação dos três elementos fundamentais do lazer



Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de Gomes (2011, 2014).

Quadro 8 – Os três elementos fundamentais que, articulados, conformam o lazer

| ELEMENTO                       | DESCRIÇÃO/EXPLICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Ludicidade</b>              | A ludicidade é inerente à condição humana, pois as práticas culturais não são lúdicas por si mesmas, na verdade, são construídas na interação do sujeito com a experiência vivida, podendo se manifestar de diversas formas (gestual, verbal, impressa, visual, artística etc.) e ocorrer em qualquer momento da vida. Nesse processo, a ludicidade é construída culturalmente e cercada por vários fatores (normas sociais, princípios morais, regras educacionais etc.), mesclando alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite. Esses aspectos perpassam os fazeres vividos pelos sujeitos.                                                              |
| <b>Manifestações culturais</b> | As manifestações culturais, que constituem o lazer, são práticas sociais vivenciadas como desfrute e fruição da cultura. Podem ser ressaltados, como exemplos, festas, jogos, brincadeiras, passeios, viagens, diversas práticas corporais, danças, espetáculos teatrais, músicas, cinema, diferentes formas de expressão artística, artesanatos, jogos virtuais e diversões eletrônicas, entre inúmeras possibilidades, construídas nas interações locais/globais. O lazer compreende, ainda, práticas culturais com possibilidades introspectivas, tais como o ócio que envolve meditação, contemplação e relaxamento. Esses e outros lazeres detêm significados singulares para os sujeitos que os vivenciam, ludicamente, no tempo/espaço social. |
| <b>Tempo/espaço social</b>     | Conforme indicado por Boaventura de Sousa Santos (1980), é fundamental problematizar as representações abstratas das categorias tempo e espaço. Como essas dimensões são inseparáveis, o espaço social não pode ser explicado sem o tempo social e vice-versa. O tempo/espaço social é um produto das relações sociais e da natureza e constitui-se por aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos e materiais, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder (LEFÈBVRE, 2008). Por isso, torna-se fundamental superar as compreensões de lazer que negligenciam a territorialidade e enfatizam o aspecto tempo, focalizando, principalmente, o tempo do trabalho produtivo ou escolar.                                         |

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir de Gomes (2011, 2014).

Em meio a essa discussão, convém reiterar que o lazer, enquanto necessidade humana, pode ser satisfeito a partir de diferentes possibilidades, as quais se modificam em consonância com os preceitos, os valores socioculturais e os interesses dos sujeitos, dos grupos sociais em que estão inseridos e das instituições que os representam (GOMES, 2011). Em outro trabalho, Gomes (2014) ressalta que, nem todos os contextos, o lazer tem a mesma compreensão, inclusive, “[...] nem sempre há uma palavra similar ao termo ‘lazer’ [...]”, isto é, que tenha sido forjada para “[...] nomear as práticas sociais que são vividas, localmente, como possibilidades de desfrute sociocultural cotidiano [...]” (GOMES, 2014, p. 9). Desse modo, o lazer deve ser investigado considerando e situando o contexto social, histórico, cultural, político, econômico e ambiental do grupo social que o vivencia.

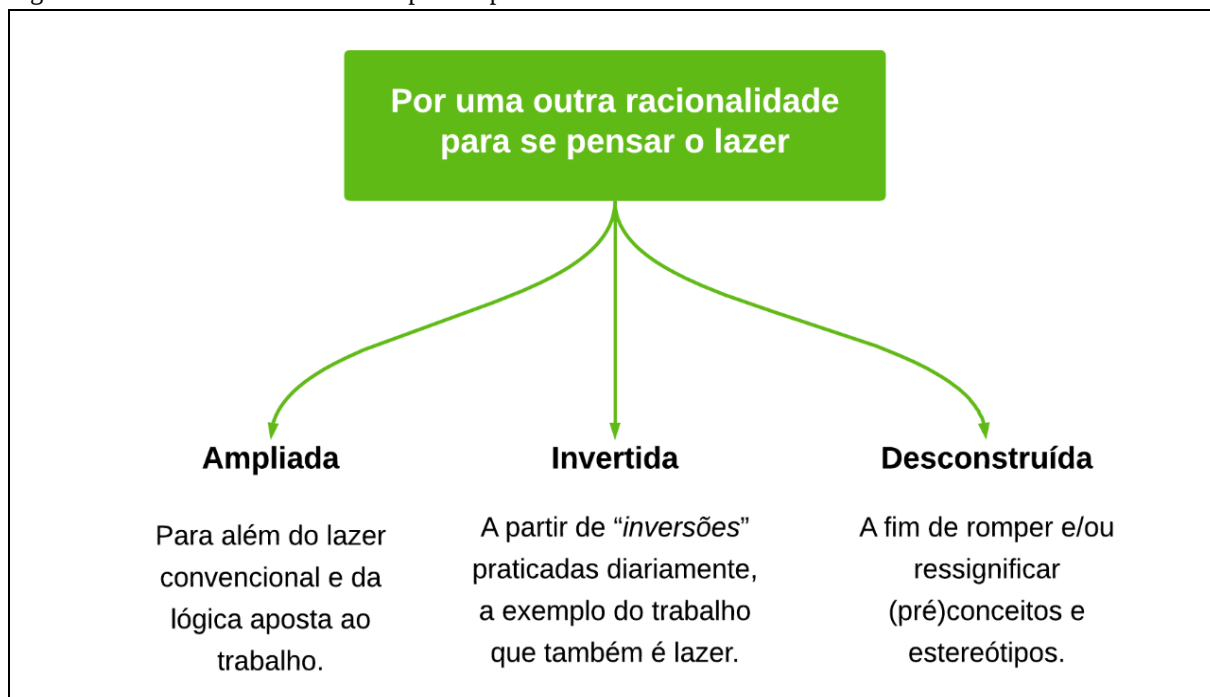
Por outro lado, na segunda frente de compreensão, o lazer será aqui analisado também como uma conquista social, uma prática emancipatória, “[...] fruto da conquista da liberdade ao lidar com atitudes, espaços, tempos e atividades que busquem superar os muitos dilemas sociais colocados com limites a essas conquistas” (MORAIS, 1999, p. 33). Distante de ser uma “[...] ‘tábua de salvação’ [...]”, será caracterizado como um direito social, “[...] ao assumir um aspecto educativo para além de práticas relacionadas aos padrões de consumo [...]”; podendo, inclusive, figurar como um elemento que possibilita a inversão dessa lógica (BAHIA, 2012, p. 21). Esse direito, entretanto, não é aquele direito instituído constitucionalmente, que, mesmo se restringindo às práticas e aos espaços convencionais de lazer, não consegue dar conta de atender à população com qualidade e equidade. Fala-se aqui em um “*direito a ter lazer*”; o que se quer verdadeiramente. Nessa ótica, as práticas e os espaços informais são vistos não somente como formas de resistir, mas de transgredir e de emancipar-se das “correntes” de um lazer homogeneizante, que tenta descredibilizar as mais diversificadas possibilidades virtuosas.

Dentro dessa concepção, recorre-se à ideia de “lazerania”, proposta por Mascarenhas (2004, 2005), para refletir que, no âmbito do lazer, a busca pelo exercício da cidadania plena não está em “políticas focalistas”. Essas ações governamentais, ainda que tenham trazido avanços importantes, por vezes, mantêm-se pontuais, desconexas e descontínuas – pois, enquanto uns são atendidos por elas, estarão muitos outros sendo desassistidos. Dessa maneira, para a conquista da “lazerania”, as relações, estabelecidas entre lazer e direito social, devem traduzir a qualidade de uma sociedade cujo acesso ao lazer (não apenas o convencional) “[...] tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico” (MASCARENHAS, 2004. p. 74-75).

Em outra perspectiva, na terceira frente, para reconhecer outros lazeres em meio a essa “névoa hegemônica”, que os embaça e invisibiliza, o lazer é aqui também pensado a partir de outra racionalidade, que implica numa desconstrução da dinâmica dos lazeres programado, convencional ou do “mercolazer”. Essa dinâmica tem consolidado, historicamente, práticas e espaços de lazer únicos e legítimos, os quais têm reduzido essa dimensão da cultura para silenciá-la e/ou enquadrá-la a uma racionalidade global e universal, que dita o que é lazer, em que espaço/tempo de ocorrer e quem dele pode ser seu beneficiário. Como contrapartida, essa forma de pensar o lazer emerge, nesta pesquisa, como um exercício de ampliar as possibilidades de fruição do lazer, de negar verdades absolutas e de desconstruir estigmas que recaem sobre experiências de grupos minoritários. Essa forma de pensar o lazer é defensora da alteridade, da diversidade e da diferença, exercitando a prática da empatia e da solidariedade entre as diferentes ontologias e criações humanas, que conformam os diferentes lazeres.

Essa terceira frente, porém, demanda três compreensões, a saber (Figura 12): (1) ampliada – para além do lazer convencional e da lógica oposta ao trabalho. Em razão de conceitos homogeneizantes, o Estado, a mídia, o capital, a própria população e, inclusive, alguns pesquisadores e pesquisadoras, por vezes, não reconhecem outras formas, para além das convencionais, como possibilidades para o lazer. Desse modo, muitas práticas e espaços ainda são lidos pela concepção enrijecida que concebem o tempo de trabalho como diferente do tempo de lazer. Segundo Figueiredo (2018), romper com essa dicotomia permitirá construir categorias capazes de reconhecer o lazer nas práticas atuais – afinal, na conjuntura moderna, essas práticas estão intrincadas em diferentes lugares e temporalidades; (2) invertida – é necessário examinar o lazer (ou os construtos que dele se aproximam nas mais diversas sociedades) a partir de “*inversões*” praticadas diariamente, a exemplo do trabalho que também é lazer (MAGNANI, 2018b), das manifestações políticas que são uma festa ou terminam em uma (FIGUEIREDO, 2018), das conversas sérias que viram motivo de piada e de risada, dos alagamentos que se tornam momentos de diversão etc., que satisfazem a “fome de lazer” de populações periféricas e tradicionais; e (3) desconstruída – a fim de romper e/ou ressignificar preconceitos e estereótipos que dificultam um olhar e um escutar mais sensível e menos generalista e totalizante sobre essas práticas. Entende-se que essa compreensão seja capaz de desvelar formas de lazer historicamente invisibilizadas e, em alguns muitos casos, marginalizadas.

Figura 12 – Uma racionalidade outra para se pensar o lazer



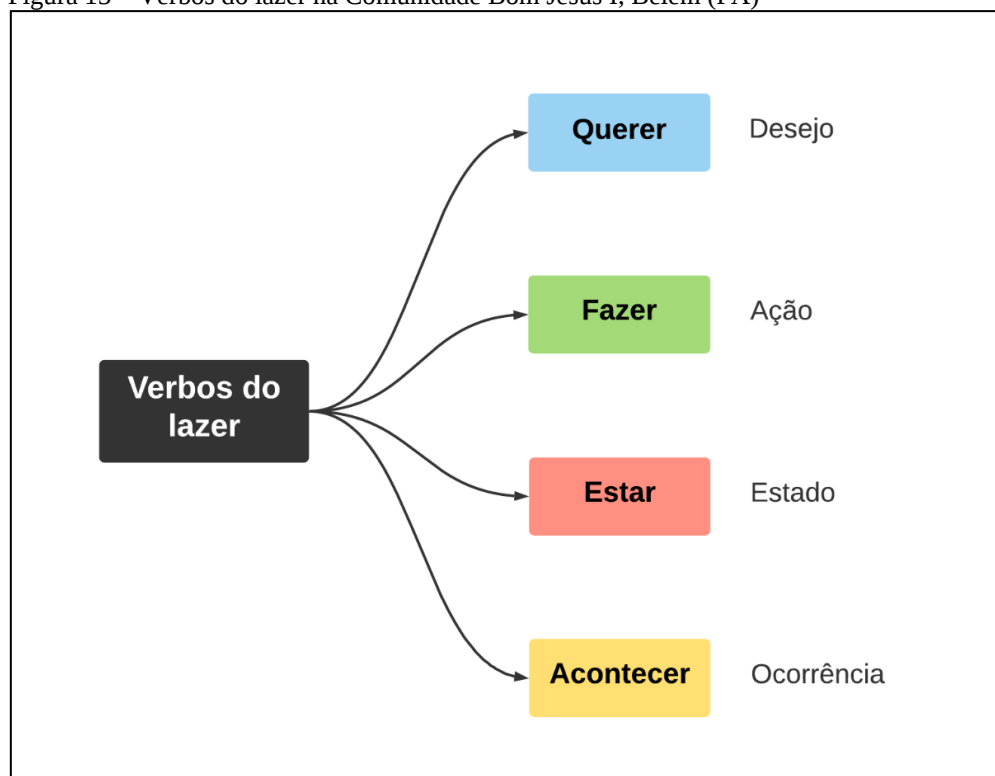
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ao se partir dessas compreensões, chega-se à última frente para entender o lazer: a dos verbos. Essa forma de compreender o lazer nasce de reflexões de Magnani (2018b) no texto “Dos adjetivos aos verbos (e outras inversões praticadas): notas finais”. Ao narrar, brevemente, algumas incursões em campo, o autor destaca uma pesquisa etnográfica realizada no SESC São Paulo, quando ele e seus alunos foram surpreendidos com a resposta “Vim *tirar* um lazer” à pergunta sobre o que a pessoa estava fazendo ali. A partir de então, junto de outros achados em campo, os pesquisadores alimentaram a reflexão de que o lazer não existe pronto, visto que é produzido pelo indivíduo. Mesmo os lazeres convencionais não estão acabados, as pessoas os “fazem” e agenciam-nos, consoante ressaltado precedentemente. Entendendo que o lazer é inventado, para Magnani (2018b, 2020), em vez de analisar o lazer como substantivo, deve-se entendê-lo como verbo.

Assim, durante a pesquisa de campo, foram encontrados alguns verbos (Figura 13), que passaram a integrar a lente de análise do olhar etnográfico. Nesse sentido, entendeu-se o lazer como um *querer*, portanto, um *desejo* que emana ou é despertado nos atores. Com frequência, pude ouvir: “[...] *hoje eu tô a fim de endoidar*” (Informação verbal – conversa informal), demonstrando que, para o lazer ocorrer, é preciso haver uma vontade inicial. Outro verbo identificado foi o *fazer*, entendendo o lazer como uma *ação* indispensável para que a prática ocorra: “[...] *aqui a gente faz o nosso lazer*” (Informação verbal – trecho da entrevista 10). Para expressar um *estado*, o verbo *estar* foi identificado quando as pessoas, na comunidade,

diziam: “*Hoje eu tô de rock*” (Informação verbal – conversa informal). Aqui, mais que um substantivo, o “rock doido” – uma prática de lazer muito conhecida na periferia de Belém, que será melhor explicitada em outro momento – aparece como um *estado de lazer*. Por fim, o verbo *acontecer* revela-se como importante por considerar o lazer como um *acontecimento* ou *ocorrência*, que marca o futuro, com expectativas: “[...] *mana, bora, que esse rolê vai ser babado*” (Informação verbal – conversa informal), e o passado, com lembranças: “[...] *aquele dia lá foi só o filé. Saudades, mana*” (Informação verbal – conversa informal).

Figura 13 – Verbos do lazer na Comunidade Bom Jesus I, Belém (PA)



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Decerto outros verbos podem se somar aos aqui identificados, permitindo “[...] questionar e desconstruir as antinomias enrijecidas de trabalho *versus* lazer, tempo livre *versus* tempo obrigatório, seriedade *versus* jocosidade etc.” (MAGNANI, 2018b, p. 305). Ademais, analisar o lazer, a partir de seus verbos, possibilitou olhá-lo não de modo estático, mas em movimento, que se dinamiza em consonância com os indivíduos, as interações, as relações, os grupos sociais e a cultura, no nível micro, e as instituições, os processos estruturantes e o contexto histórico, no nível macro.

### 5.3 “Setor”: o espaço social na vida cotidiana

– “Onde vai ser hoje?”

– “Lá no meu setor!”

(Informação verbal – conversa informal).

No cotidiano das práticas de lazer das periferias de Belém, o diálogo, que inicia esta seção, é recorrente. A necessidade de saber onde irá acontecer a festa, o “rock”, o banho de rio ou outra prática de lazer, entre outras questões, é um aspecto decisivo para se organizar para o evento. Ter conhecimento do espaço, em que o lazer ocorrerá, implica pensar nas relações e nas condições sociais que fazem e norteiam esse espaço. Assim, cada espaço apresenta normas tácitas de conduta, de comportamentos e até de vestimenta. Conhecido como “setor”, tal espaço, na Comunidade Bom Jesus I, não pode ser pensado separado das sociabilidades e das práticas de lazer, uma vez que estes são fundamentais para que as pessoas se contactem, encontrem, interajam e relacionem-se. Da mesma forma que este é produzido socialmente, as práticas, que nele ocorrem, também são.

Não se sabe com exatidão quando essa categoria surgiu, os estudos de Costa (2006, 2018), Mauro (2020) e Vilhena (2012), no entanto, apontam as décadas de 1990 como importantes marcos temporais da utilização dessa terminologia, visto que, nesse período, ela aparece, constantemente, associada às gangues – grupos de jovens que brigavam e cometiam alguns delitos pelas ruas da cidade. Nesse contexto, o “setor” aparece caracterizado como território, pois estava, inicialmente, vinculado à rivalidade dos grupos juvenis. Posteriormente, o “setor” ganha novos sentidos, e, no início dos anos 2000, passa a ser associada às “equipes”<sup>32</sup> das festas de aparelhagem, com a conotação de pertencimento a um bairro ou a um espaço específico da cidade. As “equipes”, que se encontram e reúnem-se nas festas, configuram-se como uma afirmação dos diferentes “setores”. Logo, essa é uma forma de demarcar que aquele “setor” existe e está ali “representado”. Sobre essa questão da afirmação, Vilhena (2012) aponta que aparece em várias letras de tecnobrega ou tecnomelody<sup>33</sup>, especialmente, nas músicas, que fazem menção às “equipes” de aparelhagem. Nelas, os termos “equipe” e “setor” sugerem respeito e reconhecimento, como remete a letra de uma música a seguir:

<sup>32</sup> “‘Equipes’ são denominações de grupos de jovens adeptos do universo bregueiro, que se organizam como espécies de ‘fã-clubes’ das aparelhagens. Cada equipe rivaliza com as demais coletividades nas festas, as hierarquias de poder sendo definidas segundo critérios situacionais. Como exemplo, as disputas por poder e prestígio dentre as Equipes podem ser mediadas pela quantidade de cerveja consumida por seus integrantes, bem como por outros critérios êmicos rearranjados em cada contexto” (PICANÇO; LEISTNER, 2018, p. 68).

<sup>33</sup> Estilos musicais derivados da música brega, a partir da adoção de novas tecnologias nas produções sonoras.

GDP chegou, arreda, arreda.  
 Sai da frente meu irmão, que a pista é nossa.  
 Minha equipe, onde [*sic*] chega, ela incomoda.  
 É muita pressão, a minha equipe manda ver.  
 Galera do POP agitando no **setor**. É nós, é nós!  
 (Trecho da música da Galera do POP – GDP) (VILHENA, 2012, p. 99).

Na atualidade, o “*setor*” possui também o sentido de lar, de casa, de comunidade. Para Costa (2006, p. 168), essa categoria está atrelada “[...] aos espaços de sociabilidade no interior dos bairros, identificados por ruas ou conjunto de ruas e apropriados de modo muito particular [...]”. Nesse sentido, como uma forma específica e informal de produção social do espaço (COSTA, 2018), o “*setor*” figura como uma estratégia da população de tomar para si uma porção espacial na disputa travada pelo direito à cidade. Vilhena (2012) também contribui com a compreensão dessa categoria ao salientar que, nesse espaço, são projetadas as relações de vizinhança, de parentesco e, pensando no sentimento de pertencimento, de identidade e de identificação, que, novamente, produzem-se socialmente. Para a autora, “[...] a aproximação com o grupo ser fruto de uma escolha, e não de uma obrigação, pressupõe que ela acontece porque há uma identificação entre as formas de pensar e de agir do grupo [...]” (VILHENA, 2012, p. 99).

No âmbito desta pesquisa, considerando que a soma de interações sociais se estabelece no espaço (SIMMEL, 2013) e tomando como referência a categoria de “*pedaço*”<sup>34</sup>, de Magnani (2003), o “*setor*” é aqui entendido como “O espaço na vida social”: aquele que se forma a partir dos ordenamentos interativos da vida comunitária. Simmel parte de uma concepção específica de espaço, que o entende “[...] como modo humano de unir estímulos sensoriais desconexos em visões unitárias, a fim de aventurar-se reflexivamente sobre aquelas que seriam as qualidades fundamentais da forma espacial” (SIMMEL, 2013, p. 75), as quais estão elencadas no Quadro 9 que segue.

---

<sup>34</sup> “O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 2003, p. 115).

Quadro 9 – Qualidades fundamentais do “setor”, segundo a compreensão de espaço de Simmel (2013)

| QUALIDADES                                                 | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>a) Exclusividade</b>                                    | Essa qualidade do espaço sociológico considera que cada “setor” é uma parte única. Para o autor, “Na medida em que uma formação social está fundida ou, por assim dizer, solidária com determinada extensão de terra, ela possui um caráter de unicidade ou exclusividade, que, de outro modo, não seria atingível da mesma forma” (SIMMEL, 2013, p. 76). Ainda que os diferentes setores façam parte de um todo, a cidade, cada um deles é marcado por relações e objetos específicos e particulares.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>b) Limite</b>                                           | Todo “setor” em Belém é marcado, socialmente, por um limite. Tal demarcação espacial é, às vezes, clara, às vezes, não muito bem definida, mas subentende-se que existe um limite – o “setor” pode ser a casa, a rua, a comunidade, uma parte do bairro ou ele todo. Para Simmel (2013, p. 81), pensando no sentido sociológico, “[...] cada um dos dois [setores] exerce efeitos sobre o outro ao estabelecer-lhe o limite, mas o conteúdo desse efeito é justamente a determinação de não querer ou não poder operar para além desse limite; ou seja, sobre o outro”. Para simplificar, o autor traz uma interessante exemplificação, ao dizer que: “Não são os países nem os terrenos, nem o distrito urbano nem o rural que se delimitam reciprocamente; mas os habitantes ou proprietários exercem o efeito recíproco [...]” da limitação (SIMMEL, 2013, p. 81). Dito de outro modo, o limite “[...] não é um fato espacial com efeitos sociológicos, mas um fato sociológico que assume sua forma espacialmente [...]”, o que significa pensar que “[...] a figuração espacial que denominamos limite é uma função sociológica [...]” (SIMMEL, 2013, p. 81). |
| <b>c) Fixação</b>                                          | O “setor” tem, como característica também, a fixidez espacial. É nele e em seu entorno que as interações sociais e as sociabilidades são estabelecidas. A fixação do espaço, segundo Simmel (2013, p. 85), “[...] provoca determinadas formas de relação que se agrupam em torno dele. Ora, qualquer bem imóvel em torno do qual se realizam negociações, transações econômicas de qualquer espécie, é, na verdade, um tal ponto de rotação estável com condições e interações lábeis”. Para o autor, “[...] é sempre lá onde o contato ou a junção de elementos de resto independentes só pode ocorrer em um local determinado, que a localidade fixada adquire significado como ponto de rotação de relações sociológicas” (SIMMEL, 2013, p. 86).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>d) Relação entre proximidade e distância sensoriais</b> | O espaço, para Simmel (2013), permite, a partir da proximidade ou da distância sensoriais entre os indivíduos, que as relações aconteçam. Simplificando, o autor sinaliza que quando “[...] duas associações mantidas juntas por interesses, forças, concepções exatamente iguais, mudarão de caráter em conformidade com o fato de os seus membros estarem em contato espacial ou separados uns dos outros” (SIMMEL, 2013, p. 90), visto que as separações do grupo original e/ou os contatos com outros grupos poderão implicar mudanças de percepção. Nesse sentido, quando a proximidade e a distância do “setor” poderão, a partir de outras interações, procurar mudanças nos indivíduos. Exatamente por isso, quem sai de um “setor” e vai para outro é visto com certa desconfiança.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>e) Possibilidade de mudança de lugar</b>                | Simmel (2013, p. 99) considera que “[...] os condicionamentos espaciais da existência dos seres humanos entram em fluidez”. Nesse sentido, percebe-se que nos momentos em que as pessoas da comunidade saem do “setor”, em conjunto para alguma festa, viagem ou algum passeio, carregam em si as relações tecidas sobre aquele espaço, acabando por levar um pouco dele para outro lugar. No caso das sociedades nômades, os indivíduos “[...] de uma sociedade itinerante dependem de maneira particularmente estreita uns dos outros, os interesses comuns têm, à diferença de grupos sedentários, mais a forma da momentaneidade (SIMMEL, 2013, p. 101).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de Simmel (2013).

A compressão sociológica de espaço de Simmel (2013) considera, portanto, que uma unidade social está, fortemente, atrelada ao “seu chão” (SIMMEL, 2013, p. 79), tendo em vista

que “[...] sempre percebemos o espaço que um grupo social preenche, em algum sentido, como uma unidade que tanto quanto exprime e sustenta a unidade desse grupo é por ela sustentado” (SIMMEL, 2013, p. 79). Embora a dimensão física seja, tradicionalmente, mais valorizada quando se fala em espaço, a compreensão sociológica de Simmel (2013) entende que a delimitação geográfica por si só não define um “setor”. O conteúdo (aspecto simbólico-cultural) – fruto das interações e relações sociais, das lealdades, dos pertencimentos, das identidades e das culturalidades tecidas no cotidiano –, é quem produz e dá sentido às formas espaciais, transformando-o em “setor”, e às pessoas, conferindo-as como “os considerados do setor” ou apenas “do setor”.

Logo, para ser tanto “do setor” como um “considerado do setor”, somente passar ou frequentar o espaço da comunidade não é suficiente. Para ser um “considerado do setor”, é necessário: 1) estabelecer e fazer parte de uma rede de relações deveras específica – conformada no cotidiano pelos laços de vizinhança e de participação nas atividades, nas comemorações e nas festas locais; 2) ser visto e ser (re)conhecido pelas outras pessoas da comunidade – se a comunidade não vê, no dia a dia, determinado indivíduo, se não sabe de sua existência, se ele mora na comunidade, mas não participa dela, ele é “do setor”, ele “é setor”<sup>35</sup>, mas não é um “considerado”. A dimensão simbólica demarca códigos, referências e normas tácitas capazes de classificar quem é e quem não “é setor” ou “do setor”, bem como quem é e quem não é um “considerado”.

Como no “pedaço”, ser “do setor” ou ser “setor” consiste em “[...] também poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que, até mesmo, os ‘bandidos’ da vila, de alguma forma, acatam [...]” (MAGNANI, 1992, p. 193) – ainda que, em Belém, os “considerados” possuam maior respeito e, como a própria denominação alude, consideração nos bairros. Logo, quem é de um “setor” diferente, normalmente, possui maior cuidado ao transitar ou ao frequentar outros “setores” que não o seu, pois uma localidade fora do seu “setor” configura-se como desconhecida e, potencialmente, perigosa. Afinal, se está distante dos específicos códigos, dos laços e das normas que protegem quem é “considerado”, assim como, em menor grau, quem é “do setor” ou “é setor”.

---

<sup>35</sup> São, usualmente, utilizados os termos “do setor” e “é setor” como sinônimos. Não consegui identificar diferenças quanto aos seus usos, aparentemente, são expressões empregadas nos mesmos contextos e nas mesmas situações.

#### 5.4 Práticas e sociabilidades para “*diversão*” do/no meu “*setor*”

Se não tem lazer na comunidade, tem o quê? Como e onde a “fome de lazer” é “sanada”? Durante muito tempo, questões como essas me tiraram o sono. Entre uma conversa despresticiosa e outra, “fofocando” junto à vizinhança, ouvindo e transcrevendo as entrevistas, notei que a palavra *diversão* e outras correlatas – como: divertir-se e divertimento – apareciam com certa regularidade quando mencionava as indagações que iniciam este texto. Quase sempre as respostas eram como a de Sônia: “*Lazer, lazer! A gente não tem. Têm algumas coisas que dá pra se divertir*” (Informação verbal – trecho da entrevista 12), ou a de Maria: “*A gente se diverte com aquilo que tem*” (Informação verbal – trecho da entrevista 10).

Seguindo essa pista, entendi que, embora o lazer convencional (televisado e “*instagramável*”<sup>36</sup>) não se faça tão presente no cotidiano da comunidade, comumente a população recorria a práticas e a espaços alternativos para se divertir. Aqui, portanto, o lazer – que conhecemos e estudamos na academia – refere-se às **formas de *diversão***. Cumpre ressaltar que essa expressão também aparece na pesquisa “Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas” (STOPPA; ISAYAMA, 2017) como das respostas mais citadas no que se refere ao entendimento do lazer para a população brasileira participante do estudo.

Ao lembrar que o lazer nem sempre será a terminologia capaz de “[...] nomear as práticas sociais que são vividas, localmente, como possibilidades de desfrute sociocultural cotidiano” (GOMES, 2014, p. 9), compreendi, no campo, que a busca pelo lazer é movida pelas formas de *diversão* cotidianas da comunidade. Sabendo disso, até tentei substituir o termo lazer por *diversão*, mas dada a força que este primeiro carrega, tanto social quanto acadêmica, optei por não realizar essa inversão. Ademais, durante as conversas e as entrevistas, sempre que instigava sobre aqueles espaços e práticas, a maioria dos moradores acabava por reconhecer neles o lazer, ainda que diferente do lazer convencional: o “*Lazer, lazer*”, do qual se referiu Sônia. Contribuindo com essa discussão, Dias (2021), recentemente, destacou que lazer ou *diversão* “[...] remetem a um mesmo campo semântico, [...] que descrevem um conjunto de

---

<sup>36</sup> O termo “*instagramável*” se configura como um neologismo criado, contemporaneamente, para designar características estéticas e comportamentos de usuários das redes sociais, especialmente, o *Instagram*. Aquilo que é ou deixa de ser “*instagramável*” é decidido e legitimado pelos “produtores de conteúdo” ou “influenciadores digitais”, perfis com grande número de seguidores que criam tendências a serem incorporadas pelos seguidores. Dessa forma, são comportamentos, ambientes e estéticas construídos, intencionalmente, para serem registrados em fotos e em vídeos curtos e, então, demonstrar o ideal de vida feliz. Para Salazar (2017, p. 13), “[...] o *instagramável* talvez esteja no limite entre uma cultura visual e um ‘estilo de vida’, já que suas tendências surgem a partir das referências visuais existentes, mas também pautam tendências e modas fora de seus mundos-mosaicos”.

experiências comuns. A preferência pelo termo lazer, em detrimento dos demais, que são sinônimos, afinal, explica-se tão somente pela existência de uma tradição acadêmica”.

Face ao exposto, no que tange às práticas sociais de lazer da Comunidade Bom Jesus I, (des)considerando a ausência de espaços específicos de lazer, identifiquei que a “fome de lazer” é sanada pelos moradores de maneiras, em temporalidades e em espacialidades distintas ao que é, convencionalmente, concebido como lazer, a partir de espaços de *diversão*, quais sejam: o igarapé, as arenas de futebol, as igrejas, os bares, os terrenos baldios, as ruas e as próprias residências e seus quintais. Notei também que os distintos estágios geracionais ocupam espaços e vivenciam diferentes e semelhantes práticas de lazer (Fotografia 6 e Quadro 10). Desse modo, as crianças têm, com maior frequência, a rua, os terrenos baldios, as residências e o igarapé como espaços de suas práticas sociais de lazer. Os adultos, em geral, utilizam as residências e os bares, e os idosos têm as igrejas e as capelas. São nesses espaços que ocorrem as mais diversas práticas de lazer e também os contatos e as relações sociais (SIMMEL, 2006) intencionais, informais ou aleatórios (MAGNANI, 2018b).

Fotografia 6 – Diferentes práticas e espaços de lazer e sociabilidade na Comunidade Bom Jesus I



Fonte: Registro realizado pelo autor durante a pesquisa de campo (2019).

Quadro 10 – Sistematização dos espaços e práticas sociais de lazer da Comunidade Bom Jesus I, de acordo com os estágios geracionais

| Estágios geracionais     | Espaços                                                            | Práticas sociais de lazer                                                                                                           |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Crianças e Jovens</b> | Ruas, quintais, Igarapé Mata Fome, arenas de futebol, residências. | Brincadeiras lúdicas, pipa, peteca, futebol de rua (travinha), banhos de igarapé, taco, tênis de mesa.                              |
| <b>Adultos</b>           | Residências, quintais, bares, arenas de futebol.                   | Rock doido, banhos no igarapé, pescaria, baralho, dominó.                                                                           |
| <b>Idosos</b>            | Igrejas/capelas, residências, quintais.                            | Conversas, assistir às novelas, cuidar de plantas e animais, novenas, missas ou cultos e outras práticas com conteúdo socializador. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dentre as práticas elencadas no Quadro 10, cabe destacar que, no passado, o Igarapé do Mata Fome foi um dos principais espaços de lazer da Comunidade Bom Jesus I. A população costumava realizar, aos domingos, encontros para pesca e/ou fazer churrasco às margens do igarapé. Relatos como o de Júnior, morador da comunidade há 20 anos, revelam um pouco dessa realidade: *“Quando eu era criança, com meus amigos, íamos pro igarapé para tomar banho, era uma forma que a gente tinha pra se divertir, de ter um lazer, já que a comunidade não tinha um lugar pra lazer”* (Informação verbal – trecho da entrevista 11). Dessa maneira, o espaço que, durante muito tempo, supriu recursos aquáticos para a subsistência das comunidades que o circundavam, atribuindo, em razão disso, o seu nome, também tinha, como função social basilar, “matar a fome de lazer” daquela população. Tais usos sociais do igarapé, entretanto, foram muito limitados e até suprimidos com a sua contaminação gerada pelos processos de urbanização. Contudo, não apenas a poluição causou esse desuso, os ideais e a dinâmica do lazer convencional também contribuíram para a perda das funções sociais desse curso d’água.

Como resultado, os significados e as importâncias, atribuídos ao igarapé, têm sofrido ressignificações: no passado, representava um recurso basilar para a subsistência e para o lazer; hoje, é visto apenas como um espaço que “carrega”, em suas águas, agentes que atentam contra a saúde e a dignidade humana. Atualmente, os banhos no igarapé são esporádicos, visto que poucas pessoas têm o Mata Fome como um espaço de lazer. Quando realizadas, as práticas ocorrem na desembocadura desse curso d’água, na ponte localizada na Avenida Arthur Bernardes, durante a maré cheia. Em razão dessa redução de banhos, talvez relacionados à pandemia, não consegui presenciar, durante a pesquisa, pessoas nesse trecho do igarapé utilizando-o como espaço para vivências de lazer. Portanto, não foi possível realizar observações, conversas informais e entrevistas com os praticantes dos banhos no Mata Fome.

Entre todas as práticas sociais presentes no cotidiano da comunidade, umas tiveram, à luz do meu olhar, maior destaque que outras, configurando-se, com frequência, como momentos em que os diferentes (em idade, cor e sexo) costumam se encontrar e socializar (SIMMEL, 2006). Destas, chamaram bastante atenção seis práticas que são permeadas por dicotomias e, simultaneamente, não são socializadas pela totalidade metonímica (SANTOS, 2002). Elas se destacaram pela importância e, principalmente, por não serem de imediato reconhecidas como lazer pelos moradores e, inclusive, por mim. Para uma melhor compreensão do que são essas formas de diversão e o que elas representam para a população da comunidade, cada uma delas será descrita a seguir.

Antes, porém, cabe salientar que os espaços e as práticas, presentes no cotidiano da Comunidade Bom Jesus I, não são conferidos como lazer, muitas vezes, por estarem envoltos por estigmas e convenções sociais que ajudam a subalternizar ou invisibilizar essa população (FORTUNA, 2019; SPIVAK, [1985] 2010). As descrições e as análises, realizadas acerca dessas práticas, buscaram um olhar mais para dentro de cada uma delas e menos para as relações dicotômicas (SANTOS, 2002, 2010) e opressoras que as transversalizam. Assim sendo, os dados registrados, ao mesmo tempo, sugerem problematizar a realidade, considerando os processos que ajudaram a conformar esse cenário de exclusões, na busca por evitar análises romantizadas sobre a realidade investigada.

#### 5.4.1 Entre a casa e a rua: práticas e sociabilidades para “*diversão*” de crianças e de adolescentes no “*setor*”

Na comunidade, crianças e adolescentes – sobretudo, aqueles que os pais têm melhores condições financeiras – acabam por vivenciar, dentro de suas residências, um lazer, pode-se dizer, tecnológico, no qual a tevê, o *videogame*, o computador e o celular são instrumentos essenciais de acesso ao conteúdo lúdico, à diversão e às inovadoras interações sociais por meio do ambiente virtual (SCHWARTZ, 2003; SCHWARTZ; CAMPAGNA, 2006). Mesmo que essas práticas pareçam, num primeiro momento, mais individualizadas e solitárias, notei que as crianças e os adolescentes têm a necessidade de se reunir presencial e/ou remotamente para jogarem juntos. Aqui, além de uma sociação (SIMMEL, 2006) *off-line*, que tem o jogo como conteúdo, há processos de sociação *on-line*. Afinal, em determinados jogos, “[...] não tem graça jogar sozinho” (Informação verbal – trecho da entrevista 2). Os jogos, os filmes e as séries, em diversos momentos, são vistos apenas como “desculpa inicial” para que os

adolescentes e as crianças interajam, reúnam-se, bem como construam e solidifiquem suas relações sociais (MORAES FILHO, 1983).

Em outro contexto, quando impossibilitados de jogar ou de acessar a *Internet* na casa dos colegas, as crianças e os adolescentes de famílias com menos recursos monetários, normalmente, utilizam os quintais das casas para brincar – que ainda são comuns em algumas periferias de Belém (PA). Com um clima mais ameno, pela presença de árvores e de plantas, em alguns quintais, enquanto os adultos “atam redes” após o almoço para “tirar aquele cochilo”, um mundo lúdico e imaginativo se abre a partir da criatividade das crianças. Nesses espaços, notei, por diversas vezes, *inclusive na minha infância*, que há quem suba em árvores, brinque de fazer roupas com folhas e cipós, apanhe frutos e passe horas contando histórias e estórias.

Ao longo desses anos de vivência na comunidade, recordo com alegria como nós, eu e meus irmãos, interagíamos e conversávamos, através das cercas, com as outras crianças, cada uma em seu respectivo quintal. Nós, meus irmãos e eu, também atravessávamos as cercas para nos divertir e apanhar as frutas que não tinham em nosso quintal. Hoje, vejo que essas práticas ainda se perpetuam. No mais, dada a ambiência característica de interiores da Amazônia, entendo que esses quintais representam importantes espaços para aproximar e manter a conexão com a natureza e, de certo modo, com uma espécie de ancestralidade ribeirinha intrínseca aqueles que migraram do interior para a cidade.

Contudo, essas reuniões, tanto motivadas por jogos dentro de casa quantos nos quintais por meio das cercas, são, normalmente, condicionadas pelos pais. A residência, pois, é um local onde apenas a família e pessoas mais próximas, como parentes e amigos, os “*considerados*”, podem ter livre acesso, tanto em razão das relações de parentesco como de confiança. No caso das crianças e dos adolescentes, a entrada de um novo amigo ou amiga depende, por vezes, da autorização das mães e dos pais: “[...] a gente vê tanta coisa por aí, né?! Eu não gosto que o [nome de seu filho] fique trazendo gente aqui pra casa. Também não gosto dele metido na casa dos outros. Se for um parente ou vizinho, é, de muito tempo, eu até penso” (Informação verbal – trecho da entrevista 14). Os contatos e as interações sociais, desse modo, ficam restritos àqueles que podem ter acesso ao lar dessas pessoas.

Por outro lado, a rua é vista pelas crianças, na comunidade, como um lugar onde se tem mais liberdade e mais oportunidades de brincar e de se divertir. É onde se pode falar, conhecer e interagir com mais pessoas, especialmente, aquelas que não estão no ciclo familiar ou de amizades. Durante as entrevistas, quando perguntei: “Você gosta de brincar na rua ou na sua casa? Por quê?”, as respostas se direcionaram para a rua, pois, segundo um dos adolescentes: “Na rua, porque se diverto [sic] mais. É, vejo os meus amigos, brinco com meus amigos”

(Informação verbal – trecho da entrevista 2). A casa é vista, por alguns, mais como lugar de estudo e dos afazeres domésticos: *“Dentro de casa não tem muito o que fazer, né?! Lá faço mais os meus dever [sic]. Brincar não dá pra brincar muito, porque é pequeno. A mamãe também nem deixa”* (Informação verbal – trecho da entrevista 6). Na rua, segundo eles: *“[...] tem muita coisa pra brincar. A gente sempre tem uma brincadeira nova, todo dia o pessoal inventa uma coisa diferente pra gente não ficar sem fazer nada”* (Informação verbal – trecho da entrevista 2).

Sob esse prisma, ressalta-se que, secularmente, à rua foi atribuída a função basilar de via de circulação de coisas e de pessoas, no entanto, em conformidade com Tanno (2009), ao longo dos anos, tornou-se o palco principal de manifestações sociais, políticas e culturais pelos mais diversos segmentos sociais. Não obstante tenha conquistado certa visibilidade por essas funções, ela também tem chamado atenção para suas possibilidades de usufruto do lazer. Frank e Yamaki (2016) discorrem que muitas ruas e muitos terrenos baldios ganham significado a partir do momento em que se fincam duas traves de madeira ou dois chinelos. A rua é, portanto, compreendida como um universo de possibilidades de lazer e de sociabilidade.

No meu “setor”, é comum as pessoas atribuírem diferentes significações e funções às ruas. Todavia, constatei que as práticas, relacionadas ao lazer dessas crianças e adolescentes, estão, constantemente, atreladas a práticas recreativas, como jogos e brincadeiras que visam a diversão e o entretenimento tanto de quem joga ou brinca quanto de quem assiste. Desse modo, as crianças e os jovens da comunidade transformam, com frequência, as ruas em “campinhos de futebol”, “quadras de esporte” e espaço para outras dinâmicas que têm o chão como recurso elementar (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Brincadeiras utilizando o chão da rua pelas crianças do “setor”



Fonte: Registro realizado pelo autor durante a pesquisa de campo (2019).

Em uma tentativa de levantar as brincadeiras, que, cotidianamente, oportunizam a diversão da galera, perguntei a algumas crianças da comunidade, incluindo meus sobrinhos: “Quais são as brincadeiras que você brinca na sua rua?”. “Quando você brinca?”, “Com quem você brinca?”. A partir das respostas e da minha observação participante, evidenciei, com a sistematização realizada no Quadro 11, que, além do gênero, que define, previamente, o que seria “brincadeira de menino”, “brincadeira de menina” e de ambos, existem outras dinâmicas que permeiam, fortemente, essas práticas – como o tempo, seja no sentido do clima, seja do calendário anual escolar. Essas e outras condições determinam não apenas as atividades que serão praticadas, mas quem as pratica.

Quadro 11 – Jogos e brincadeiras de rua na Comunidade Bom Jesus I

| PRÁTICA  | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | QUEM BRINCA?    | HORÁRIO       |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------|
| Travinha | É um jogo de futebol que ocorre nas ruas da comunidade. Tem denominação em face do uso de pequenas “traves” improvisadas para demarcar a linha do gol.                                                                                                                                                                         | Menino          | Tarde e noite |
| Queimada | Também conhecida como cemitério, é uma brincadeira em que dois times competem para acertar os jogadores da equipe oposta. O jogador, atingido pela bola, é considerado “morto” e vai para um lugar do “campo” denominado de cemitério. O time que conseguir “matar” todos os componentes da equipe adversária vence a partida. | Menina          | Tarde         |
| Garrafão | Nessa brincadeira, uma garrafa é posicionada e todos os participantes precisam se esconder, exceto a “mãe” (aquele que protege a garrafa). A “mãe” tem a missão de encontrar todos os participantes da brincadeira antes de algum dele conseguir correr, sem ser visto, e chutar a                                             | Menino e menina | Noite         |

| PRÁTICA         | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | QUEM BRINCA?    | HORÁRIO       |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------|
|                 | garrafa. Quando isso ocorre, todos se escondem novamente para a “mãe” procurá-los. Nos casos em que a “mãe” consegue achar todos, o primeiro a ser encontrado é a nova “mãe”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                 |               |
| Taco            | É um jogo de duas duplas. Uma das duplas fica com o taco protegendo a garrafa (os rebatedores) e a outra dupla tenta derrubar com uma bola pequena. Quando os rebatedores conseguem acertar a bola para longe, correm e trocam de lugar. Cada vez que conseguem trocar de lugar, antes de a outra dupla voltar com a bola, conseguem fazer dez pontos. Aqueles que chegam em cem pontos vencem a partida. Quando a dupla, que está com a bola, consegue derrubar uma das latas, esses jogadores assumem a função de batedores e têm a chance de pontuar no jogo.                                                                                            | Menino e menina | Tarde         |
| Julie           | A brincadeira consiste em dois times com três jogadores cada. Uma equipe é a defesa e a outra o ataque. No chão, é desenhado com giz ou areia um retângulo com três linhas verticais e três linhas horizontais. As duas linhas verticais laterais determinam a área do “campo”, e as três linhas horizontais são ocupadas cada uma por um jogador da equipe de defesa, cuja função é não deixar o oponente passar. Caso o jogador do time de ataque consiga cruzar as três linhas horizontais na ida e na volta, a sua equipe vence a partida. Contudo, quando algum jogador de ataque é tocado em qualquer parte do corpo, as equipes invertem o papel.    | Menino e menina | Tarde e noite |
| Bandeirinha I   | Nessa brincadeira, são formadas duas equipes, cada uma delas tem o seu campo e, no final dela, a sua bandeirinha, a qual deve ser protegida para que o time oposto não a pegue. O objetivo das equipes é pegar a bandeirinha do lado oposto, mas é preciso ter calma e rapidez para não ser tocado por um membro da equipe adversária, pois ficará “congelado” (paralisado). Somente alguém da mesma equipe pode salvar o integrante com um novo toque.                                                                                                                                                                                                     | Menino e menina | Tarde e noite |
| Bandeirinha II  | É outra brincadeira que também recebe o nome de bandeirinha. Também são formados dois grupos, cada um deles fica em uma extremidade oposto do campo. No meio desse campo, uma pessoa fica segurando uma bandeirinha (normalmente, uma camisa). Quando essa pessoa grita determinado número, os membros, que escolheram esse número, precisam correr para o meio do campo imediatamente para tentar pegar a bandeira. Quando consegue pegar a bandeira e voltar para a extremidade do seu campo, sem ser tocado, a criança consegue pontos para sua equipe. Por outro lado, quando é tocado, os pontos vão para o time oposto. Vence quem fizer mais pontos. | Menino e menina | Tarde e noite |
| Pipa (papagaio) | É um “brinquedo”, feito de plástico ou de papel, que voa de acordo com a velocidade dos ventos. Para mantê-la no céu, além do vento, o “pipeiro”, como é chamado aquele que empina a pipa, precisa de uma linha de algodão para deixá-la no alto. Nessa brincadeira, além do “pipeiro”, há inúmeras categorias e conceitos “nativos” utilizados, como: “penoso” (aquele que tem medo de perder a sua pipa), “laço” (quando as linhas de duas pipas entram em contato), “corte” (quando uma                                                                                                                                                                  | Menino          | Manhã e tarde |

| PRÁTICA | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                   | QUEM BRINCA? | HORÁRIO       |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------|
|         | pipa corta a linha da outra), “ô-vai-te” ou “lá-vai-te” (quando a pipa, após cortada, voa “sozinha” no ar) etc.                                                                                                                                             |              |               |
| Peteca  | É uma brincadeira realizada com pequenas e coloridas bolas de vidro maciço ou de metal (chamadas de aço). Várias dinâmicas podem ser realizadas com elas, sendo a principal aquela em que um jogador tenta acertar a peteca de outro jogador e tem sucesso. | Menino       | Manhã e tarde |

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da pesquisa de campo (2021).

Durante a observação dessas práticas, pude notar algumas questões interessantes, elencadas a seguir:

- A “travinha”, por uma questão patriarcal e machista, é uma prática, nomeadamente, masculina (Fotografia 8), mas isso não impede que as meninas joguem. No entanto, quando uma menina interage e joga, frequentemente, com os meninos, pode ser alvo de ofensas quanto à sua orientação sexual;
- A queimada, também conhecida como “queimado”, “cemitério” ou “mata”, é um jogo, preponderantemente, feminino. Meninos até jogam, mas não pode ser com frequência. Quem brinca sempre com as meninas é, igualmente, motivo de piadas quanto à sua orientação sexual. Excepcionalmente, há jogos de meninos contra meninas, demarcando novamente lógicas patriarcais;
- Acerca do clima, grande parte das atividades ocorrem com maior frequência no período da tarde, principalmente “[...] *quando o sol esfria*” (Informação verbal – trecho de entrevista 6), mas há quem prefira o período da noite, quando a sensação térmica é mais confortável;
- A noite está também entre a preferência de certas brincadeiras, pois é o momento em que o movimento de pessoas é menor. Nesse caso, os jogos e as brincadeiras, que ocorrem nesse período, são os que precisam de corrida, como o futebol, a bandeirinha I e II etc.;
- A pipa, conhecida em outras regiões como papagaio, ocorre mais durante o dia – manhã e tarde –, porque o “pipeiro”, como é chamada a pessoa que empina a pipa, precisa ter visibilidade, bem como dos ventos para que ela permaneça no céu. Esta também é uma brincadeira considerada, marcadamente, masculina;
- Tanto por uma questão de clima quanto de férias escolares, a pipa é, normalmente, empinada apenas durante as férias (dezembro, janeiro, junho e julho). Sendo assim, a temporalidade é um fator determinante;

- Para preencher a rotina, nos meses que não são de férias, outras brincadeiras ganham o lugar das pipas.

Fotografia 8 – Meninos jogando futebol na rua sem a presença de meninas



Fonte: Registro realizado pelo autor durante a pesquisa de campo (2019).

Na perspectiva dos verbos do lazer (MAGNANI, 2018b), identifica-se que “jogar” e “divertir” são os verbos que expressam a prática e a ocorrência dessas formas de diversão na rua por parte das crianças e dos adolescentes, revelando que esses lazers não são/estão prontos, mas são produzidos socialmente – por isso, caracterizam-se pela momentaneidade das ações e interações sociais. Afinal, sem outro “pipeiro” que “graça” tem empinar pipa? Sem o time oposto, que sentido tem o taco, a bandeirinha I, a bandeirinha II, a queimada, o futebol ou o Julie? Como brincar de pira esconde sem ter alguém para se esconder?

Todas essas práticas de lazer, no meu entender, guiado pela concepção de Simmel (2006), são apenas o que são porque há interações e relações que as produzem. Como sociação ou como sociabilidade, essas interações são a condição *sine qua non* desses jogos e dessas brincadeiras. À vista disso, de acordo com Moraes Filho (1983, p. 168), para além dos conteúdos, “[...] todas essas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre os membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso”.

Para Moraes Filho (1983), mesmo na “seriedade do real”, existem conteúdos intencionais. Estes ganham vida própria quando, a exemplo de competições que envolvem valores monetários, não é o dinheiro que objetiva aquele jogo – afinal, existem outras formas

de ganhar ou perder dinheiro. O que leva à participação do jogo, para quem gosta dele, são as dinâmicas entremeadas nas formas sociativas. No duplo sentido do “jogo social”, “[...] o jogo não é praticado em uma sociedade (como seu meio exterior), mas que, com ele, as pessoas ‘jogam’ realmente ‘sociedade’” (MORAES FILHO, 1983, p. 174). Destarte, além do brincar, a rua e essas práticas permitem o encontro com o outro, e este, por sua vez, é quem permite a existência delas.

#### 5.4.2 “A gente não tá falando mal, tá apenas comentando”: as conversações como momentos de lazer e de sociabilidade no “setor”

É fim de tarde, chego à comunidade após um longo dia de atividades na universidade. Ao descer do ônibus e caminhar pela rua de casa, observo algumas mulheres e alguns poucos homens em frente às suas casas ou às de vizinhos. O que eles fazem ali? Batem o famoso “papo”, conversam, relacionam-se e falam da e com a gente que na rua passa. Enquanto uma comenta: “*Mana, essa menina não tava grávida?*”, a outra rebate: “*Eu acho que ela abortou*”. Mas ali, “*ninguém fala mal de ninguém*”, “[...] *a gente apenas comenta o que o povo da rua comenta. Apenas!*” (Informação verbal – conversas informais). Não há, efetivamente, um espaço convencional de lazer, como uma praça, mas noto que as conversas nas calçadas das casas possibilitam a vivenciar espaços/tempos de lazer – prática que faz referência à tradição de se colocar cadeiras nas portas ou em frente às casas para não apenas ver a vida passar, mas falar e conversar sobre ela (Fotografia 9). Os assuntos são variados e enfocam as notícias dos jornais locais e, claro, a vida do povo da rua.

Fotografia 9 – Conversações na frente da residência no fim de tarde



Fonte: Registro feito pelo autor durante pesquisa de campo (2019).

Durante o campo, até tentei investigar um pouco mais dos outros temas, como as novelas e o cenário político do País, mas as fofocas, de fato, tomam conta das conversas. Em diversos momentos, precisei fazer a mesma pergunta mais de uma vez; na primeira, perguntando “O povo conversa aqui na rua?”, na segunda, “O povo fofoca aqui na rua?”. Na primeira pergunta, em geral, recebi respostas como: *“Não muito, aqui é cada um na sua”* (Informação verbal – trecho da entrevista 12). Mas era, na segunda pergunta, que um riso sempre introduzia a resposta: *“Não que não, o povo aqui adora cuidar da vida um do outro”* (Informação verbal – trecho da entrevista 12); *“Mano, aqui todo mundo fala de todo mundo, essa é a verdade. Tu não pode dar um peido aqui, que, mais tarde, lá na arena todo mundo já sabe”* (Informação verbal – trecho da entrevista 10). Desse ponto em diante, dei-me conta de que, mesmo para alcançar os outros assuntos, precisava falar na língua delas e deles: a fofoca. Como um “bom fofoqueiro etnográfico”, passei muitos dias escutando (ou será que falando também?) sobre os “causos”, as “potocas” (mentiras) e as verdades sobre a vida alheia da comunidade.

Nessas conversas, observei como as pessoas envolvidas, em muitos momentos,

pareciam alegres e satisfeitas por estar ali. Aquele era de fato um espaço/tempo de diversão que somente era possível por estar com, por ou contra o outro (MORAES FILHO, 1983; SIMMEL, 2006). Por isso, durante a entrevista, quando perguntei: “Você gosta de fofocar ou de tecer comentários sobre a vida alheia?”, obtive respostas como: “*É, não vou te mentir não. Eu gosto. Acho graça. Me divirto muito. Às vezes, eu tô triste aqui em casa, aí eu falo, vou pra lá com as meninas pra rir um pouco*” (Informação verbal – trecho da entrevista 12); “*Mano, adoro. É uma diversão pra gente que não tem muito o que fazer aqui. Pra ocupar um pouco do nosso tempo. Meu marido não gosta muito, mas eu nem confiança*” (Informação verbal – trecho da entrevista 11). Percebi que, em especial, as mulheres que não trabalham fora do ambiente doméstico, principalmente no período da tarde, ficam muito sozinhas em casa – com os filhos na escola e o marido no trabalho. Assim, após finalizar os seus afazeres domésticos, que, por vezes, não são reconhecidos como um trabalho, e o “sol esfriar”, elas se reúnem em frente às suas casas ou das vizinhas para “bater aquele papo” e esperar o tempo passar.

O papo é, normalmente, “aquecido” a partir das 17h, quando as outras amigas começam a chegar do trabalho (fora da comunidade) e alguns “alvos” passam com maior frequência pela rua – seja na volta do trabalho, seja na ida à padaria ou à academia. Entre cutucadas, piscadas de olho, levantadas de sobrancelhas, bicos indicando quem na rua passa e outras expressões gestuais, os comentários são realizados e boas risadas vão contagiando aquelas pessoas ali reunidas. Quando alguém as “acusa” de fofoqueiras, normalmente, elas respondem: “*Olha, na verdade, a gente não fala mal, não. São só uns comentários que surgem de vez em quando*” (Informação verbal – trecho da entrevista 12); “*Falar mal é quando é mentira, a gente tá falando a verdade. Então, não é mal*” (Informação verbal – trecho da entrevista 11); “*A gente apenas comenta, quem julga é Deus*” (Informação verbal – trecho da entrevista 10).

*Tu sabe, né, Flavio?! A gente não tem muito o que fazer por aqui. Aí como o povo fala da gente, a gente, pra se defender, também fala, né?! Mas eu, pelo menos eu, não vivo só disso, não. Eu tenho outras coisas pra fazer, graças a Deus; uma roupa pra lavar, uma casa pra arrumar e os filhos, né?! Agora, mano, tem gente aqui que é dia e noite falando dos outros, não para um minuto [sic]* (Informação verbal – trecho da entrevista 12).

Mas e os homens não fofocam? Embora haja um estigma, fortemente, associado à mulher, sim, os homens também fofocam, e muito. Na comunidade, existe uma “figura” conhecida por saber de todas as notícias que acontecem. Quer saber das mais “quentinhas” (leia-se mais recentes) da hora? É só falar com os mototaxistas. Eles têm essa “fama”, porque, geralmente, percorrem todos os espaços da comunidade e com muita frequência. Assim, ficam

sabendo “das novas” de cada parte do “setor”, seja porque eles escutam o que os passageiros contam, seja porque observam, cautelosamente, as pessoas que por eles passam. Dessa maneira, são conhecidos por saber o horário e o lugar que várias pessoas da comunidade estavam durante o dia e a noite. Além disso, trocam as suas novidades com outros colegas mototaxistas, tanto nos pontos em que “rodam” (fazem corrida) quanto nos grupos de *WhatsApp*, em que as conversas fluem com maior rapidez.

Entretanto, além da vida alheia, temas<sup>37</sup> como as novelas, as falas e as atitudes do governo brasileiro, a pandemia, causada pelo novo Coronavírus, e as mortes violentas, veiculadas na mídia<sup>38</sup> e nas redes sociais, fazem parte das conversas, como discorre uma das entrevistadas: “*Olha, a gente fala de muitas coisas. Nem sei te dizer. Novela, do [presidente], de quando alguém morre ou quando é morto. Aí a gente fica vendo os vídeos no zap e comentando. Às vezes, não tem muito o que falar*” (Informação verbal – trecho da entrevista 10). O fim dessas conversas, nas frentes das residências, se dá quase sempre quando a tarde vai dando lugar à noite, horário que marca o início das novelas. Existe uma brincadeira entre os moradores que todo mundo precisa ir embora dali junto, não pode ficar ninguém para falar mal daqueles que já foram antes.

Segundo Moraes Filho (1983, p. 177), “Ouvir e contar histórias etc., não é um fim em si mesmo, é apenas um veículo de animação, da harmonia e da consciência comum da ‘reunião’, pois não só fornece um conteúdo do qual todos podem participar, como também é uma dádiva particular do indivíduo ao grupo”. Dessa sorte, não é a socição que garante que esse grupo permaneça unido e conectado reciprocamente, pois os conteúdos das conversas não serão sempre objetivos, ou não trarão um resultado fundamental para as suas vidas individuais. É a forma lúdica ou autônoma dessa socição, a sociabilidade, que garante a coesão e a reciprocidade do grupo. É ela quem permite que, cotidianamente, essas mulheres e esses homens se reúnam pelo simples prazer de estar juntos (SIMMEL, 2006).

As conversações, porém, compreendem uma prática muito discriminada na comunidade, pois são vistas como atividades de pessoas desocupadas que “*falam mal da vida alheia*” (Informação verbal – trecho da entrevista 12). Ademais, convencionalmente, essa prática está associada à figura da mulher, pois ela é, de modo tradicional, vista como alguém

<sup>37</sup> Faz-se necessário pontuar que, em vários momentos, pude observar como as *fakes news* chegam e são rapidamente disseminadas nas periferias por meio dessas conversas presenciais e de aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp*.

<sup>38</sup> Segundo Sepêda (2020, p. 6), “Do jornal impresso às mídias sociais, a presença do discurso da violência está intrínseca no cotidiano da população. Diariamente, as mazelas sociais, refletidas nas lutas e dores de parte da população, são expostas por veículos de comunicação, sendo que parte deles segue sustentando um modelo de negócio a partir de notícias popularescas e sensacionalistas”.

com “tempo ocioso” (leia-se improdutivo, numa visão, equivocadamente, pautada pela produtividade) para estar nas rodas de conversa – entendimento que desconsidera os afazeres domésticos e os cuidados com filhos como trabalho. Essas conversas, por outro lado, configuram-se, por vezes, como um dos poucos tempos/espços em que a mulher pode falar e ser ouvida. E é exatamente por isso que essas rodas de conversa podem ser tão valorosas entre as mulheres, sendo, para muitas delas, uma das únicas práticas de lazer ao seu alcance, sobretudo, entre aquelas que ainda têm a vida guiada por completo por coações da sociedade patriarcal.

Para Spivak ([1985] 2010, p. 15), a situação de subalternidade da mulher é diferenciada e mais intensa, uma vez que a “[...] mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir [...]”. A condição de subalterna gera, nesse sentido, a invisibilização, a invalidade e a marginalização de falas, criações e expressões culturais, dentre elas o lazer. Tais postulados permitem evidenciar que a situação de subalternidade da mulher na periferia é, decerto, ainda mais crítica, afinal, sua fala é silenciada e suas formas de fruir o lazer são restringidas, com frequência, também por aqueles que, aparentemente, estariam na mesma condição em relação ao estrato social dominante. Dito de outra maneira, além das violações e das exclusões do capital, as mulheres e seus lazeres sofrem também o processo de subalternização por parte de homens subalternos.

Nessas conversas, que caracterizam uma tradição entre a vizinhança, ocorrida sempre ao fim de tarde, entre comentários ácidos da vida alheia, boas risadas e “encarnações”, há uma atmosfera de constante e recíproca interação social. Com o Simmel (2006) em mente, pude constatar que, nessa forma de interação, o conteúdo nem é o mais importante, mas, sim, o simples fato dessas pessoas estarem juntas; afinal, que graça teria fofocar sozinha(o)? No entender de Moraes Filho (1983, p. 177), essas práticas representam, talvez, o único caso de sociabilidade, em que “[...] a conversa é o legítimo propósito de si mesma”<sup>39</sup>. É a sociabilidade, portanto, que marca esse momento de lazer, aparentemente, tão trivial no cotidiano das moradoras e dos moradores da Comunidade Bom Jesus I.

No texto, “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal”, Moraes Filho (1983) disserta que a conversação, a qual abordamos, é conhecida como reunião sociável, pois, diferente de uma reunião séria, em que as pessoas precisam conversar sobre algum conteúdo,

---

<sup>39</sup> Moraes Filho (1983, p. 177) explica que: “A conversa é, desse modo, a realização de uma relação que, por assim dizer, não pretende ser nada além de uma relação – isto é, na qual aquilo que usualmente é a mera forma de interação torna-se seu conteúdo auto-suficiente [sic]. Por isso mesmo, contar histórias, piadas e anedotas, embora seja muitas vezes apenas um passatempo, quando não um estado de pobre intelectual, pode revelar toda a sutileza de tato que reflete os elementos da sociabilidade”.

ela é a conversa pela conversa, sem um assunto ou uma motivação (conteúdo) precedente. Nas conversações puramente sociáveis, como as conversas dos comunitários da Comunidade Bom Jesus I, “[...] o assunto é simplesmente o meio indispensável para a viva troca de palavras revelar seus encantos” (MORAES FILHO, 1983, p. 176).

Nessas conversas, em verdade, o conteúdo objetivo não é o propósito das mulheres e dos homens que todas as tardes se reúnem. Nelas, por assim dizer, não se está atrás de um resultado objetivo. Não há uma pauta previamente definida e a ser discutida, como numa reunião séria de Pós-graduação. Existe nessas conversas cotidianas uma habilidade de mudança fácil e repentina de assunto que ajuda a legitimar a sua natureza socializadora, “Uma vez que o assunto é apenas um meio, mostra toda a casualidade e permutabilidade que caracteriza os meios, quando comparados a fins estabelecidos” (MORAES FILHO, 1983, p. 177).

#### 5.4.3 “Hoje eu tô de *rock*”: mais que uma prática, um “*estado de diversão*” e de sociabilidade

*Hoje vejo mulheres, amigas, se divertindo na frente da casa da Sheila. Ao som da música: ‘Eu só quero é ser feliz / Andar tranquilamente na favela onde eu nasci / É / E poder me orgulhar / E ter a consciência que o pobre tem seu lugar / Fé em Deus, DJ’, elas parecem, ao cantar tão fortemente a música, colocar para fora um grito que é entalado todos os dias pela vida sofrida e desgastante na qual (sobre)vivem. Um grito, talvez, pela liberdade, pela dignidade, pela felicidade, pelo lazer. Segundo a minha vizinha Sheila, hoje elas estão assim porque estão ‘rock doido’ (Nota etnográfica de campo, 2018).*

Era uma tarde de um fim de semana qualquer de 2018, estávamos sentados na frente de casa, minha mãe, meus irmãos e eu. Em uma conversa e outra, mamãe repara: “*as meninas tão de rock hoje*”, como ilustra a Fotografia 10. Sheila, nossa vizinha, sai de lá do meio das meninas e vem cumprimentar minha mãe, falando que, naquele dia, a “mulherada” estava de “rock”. A forte tonalidade que ela deu àquela palavra, rapidamente, impulsionou-me a olhar para as meninas. Como num estalo, reparei como elas pareciam felizes, cantavam, dançavam, riam, bebiam umas cervejas, em resumo: divertiam-se. No trivial cotidiano, por inúmeras vezes, ouvi essa expressão, mas nunca havia me atentado o quão significativa e representativa ela era, quando relacionada ao lazer. Certamente, não a havia observado como possibilidade de fruição da cultura por ainda ser movido, naquela época, pela compreensão limitada e limitadora do que hoje entendo como lazer convencional.

Fotografia 10 – Mulheres durante o “rock doido” na Comunidade Bom Jesus I



Fonte: Arquivo do Time Felinas Futebol Club (2020).

Como sempre tive uma espécie de “amor platônico” pela etnografia, rapidamente, peguei meu celular e ensaiei algumas notas etnográficas, entre as quais está a que abre esta seção. Posteriormente, aquela “sacada”, como diria Magnani (2009), foi compartilhada com a professora Voyner Ravena-Cañete em um de nossos almoços no restaurante do NAEA. Lembro-me que, entusiasmado, contei a ela como, finalmente, havia conseguido olhar de forma diferente questões tão familiares do meu cotidiano. Li um pouco de minhas anotações para ela, continuamos a conversar e refletimos que investigar essa expressão cotidiana poderia ser interessante no âmbito do lazer, especialmente, por figurar como uma prática diferenciada e, de certa forma, emancipatória. Daquele ponto em diante, tive certeza de que o “rock doido” deveria ser contemplado na minha dissertação, caso viesse ser aprovado na seleção do mestrado – que, naquela época, estava em curso.

Mas o que seria o “rock doido”, ou, simplesmente, “rock”? Segundo quem faz parte do “setor”, pode ser compreendido como momentos nos quais as mulheres e os homens da comunidade se reúnem com as suas amigas e/ou os seus amigos para “endoidar”, “ficar doidão”,

“extravasar”, “beber todas” (cervejas), “dançar”, “curtir”, “viver a vida”. Sim, como é de se presumir, o “*rock doido*” é uma alusão ao ritmo musical *rock and roll*, sobretudo, ao estereótipo daqueles que têm afinidade com esse ritmo, que, na percepção e no imaginário da comunidade, são vistos como “malucos”, “doidões” etc. Nesse sentido, à vista de o “*rock doido*” envolver a ingestão de bebidas alcoólicas e, até mesmo, o uso de drogas ilícitas, que deixam as pessoas embriagadas ou alucinadas, considera-se que elas ficam “chapadas”, “porres”, “malucas”, “louconas” ou “doidonas”, assemelhando-se, em tese, ao estado estereotipado dos roqueiros quando curtem seus *rocks* (ritmo musical).

Contudo, é de fundamental importância salientar que o “*rock doido*” não se resume à ingestão de bebidas e ao uso de drogas – estes, em razão de estigmas sociais, apenas ajudaram a atribuir essa denominação. Para além disso, essa prática possui significações e representações outras. Desse modo, o “*rock*” pode ser considerado uma celebração ou uma festa que busca a “*diversão*”, por meio das músicas e das danças características de ritmos paraenses, como o *brega*, o *tecnobrega*, o *melody* e o *tecnomelody*, assim como de outros estilos musicais. Tal prática expressa um “*estado de diversão*”, razão pela qual as pessoas dizem, com recorrência, que “*estão de rock*”. O uso do verbo estar indica que o “*rock*” não é um lazer pronto e estático, mas, sim, marcado por uma dinamicidade característica – que garante que nenhum “*rock*” será igual ao outro.

A partir de alguns relatos em conversas informais ou em entrevistas, refleti que o “*rock*” é uma prática criada, exatamente, para “*matar a fome de lazer*” da Comunidade Bom Jesus I e de outras áreas periféricas, tendo em vista que ele representa uma atitude, um grito e/ou uma reação, no sentido reacionário mesmo, às lógicas opressoras do trabalho e das demais obrigações sociais que a vida moderna, urbana e capitalizada insiste em nos impor a seguir, como expõe, implicitamente, o relato a seguir: “*Aí eu falei pras meninas, quieta aquelas, vamos endoidar. Aí a gente pegou, fez uma coleta logo rápida lá e partiu pra comprar a carne e a cerveja. Tu é doido, é?! A gente trabalha a semana inteira, cuida de filho. Quieta! A gente é ser humano também, né?!*” (Informação verbal – trecho da entrevista 5). Nas palavras de muitos outros moradores, percebo, no “*rock*”, um sentimento emancipatório, que luta – dentro de um contramovimento – pelos reais *direitos ao lazer, à cidade e à cidadania*, não aqueles direitos formalizados e institucionalizados no papel, como problematizou Gilberto Dimenstein (2002), em “O cidadão de papel”.

Os “*rocks*” podem ocorrer nas residências, nas ruas da comunidade, nos clubes, nas casas de *show* em meio às famosas festas de aparelhagem (Fotografia 11). Nas residências ou ruas, essa prática é expressa pela reunião de vizinhos, de parentes e de amigos. As mulheres,

ainda que, em seus finais de semanas, degustem da tradicional “*cervejinha*” nos “*rocks*”, têm de cuidar das crianças, “*pilotar o fogão*” para o preparo do almoço ou dos chamados “*tira-gosto*” e limpar a casa para receber os “*considerados(as)*”. Os homens, por outro lado, ficam responsáveis por assar as carnes, cuidar das bebidas e ajustar o som. Entre o dia, a noite e a madrugada as pessoas, no “*rock*”, conversam, divertem-se e relacionam-se a partir das formas de interagir (SIMMEL, 2006). Tal prática, portanto, tem sentido apenas quando é compartilhada, reciprocamente, com o outro em interação.

Fotografia 11 – Festa da aparelhagem Tupã, o guerreiro da galera



Fonte: Registro feito pelo autor durante pesquisa de campo (2019).

Quando não termina em casa, a galera começa a se arrumar para ir às festas de aparelhagem ou aos bailes da saudade – que tocam apenas as “*marcantes*” (músicas antigas). O “*rock*” em casa, nesses casos, é apenas um “*esquenta*” para o que ainda está por vir nas casas de shows. Na rua ou na festa, o “*agito*” é garantido pelos “*DJs*”, os comandantes das grandes estruturas de som, que, como em um show pirotécnico, impressionam com jogos de luz e fogos

de artifício. Rodrigues (2020), em o “Gigante Crocodilo Prime: o ciborgue sonoro amazônico, juventude e a vivência de um lazer altamente tecnológico”, ao investigar o lazer da juventude no contexto das aparelhagens, assinala que, dada a estrutura que os sons apresentam, estes podem ser considerados um equipamento de lazer – por meio do qual o “*rock doido*” é também vivenciado. Dessa forma, algumas pessoas não frequentam os clubes ou as casas de *show* motivadas pelo espaço em si, mas pelas aparelhagens. Logo, há de se presumir que o “*rock*”, para alguns, tem mais sentido ou vale mais a pena quando estão no *show* do som de sua preferência, como ocorre com os jovens da comunidade que são seguidores do “*Tupã, o guerreiro da galera*” (Fotografia 12).

Fotografia 12 – Aparelhagem Tupã, “o guerreiro da galera”, arrastando seguidores no carnaval



Fonte: Registro feito pelo autor durante pesquisa de campo (2019).

Para algumas pessoas, o “*rock*” acaba quando a festa termina, mas para outros sempre há a possibilidade de “*emendar*” – esticar, dar continuidade – seja em casa, seja em outro lugar, como uma praia ou um bar. Esse “*rock*”, que parece não ter fim, virando a noite e/ou o dia, é conhecido como “*rock infinito*”. O desejo por essa prática ou por esse “*estado de diversão*” é tão grande que alguns praticantes não querem que esse momento tenha fim. A continuidade,

além do dinheiro, é também condicionada ao “pique” dos parceiros, afinal, se não houver companhia, o “rock” não tem graça – fato esse que pode ser explicado por Simmel (2006). Além dos conteúdos, dos interesses e das necessidades da galera do “setor”, responsáveis por unir os “considerados”, há entre eles um sentimento de estarem, especificamente eles, sociados uns aos outros, em face da própria satisfação que isso causa (MORAES FILHO, 1983). Dentro dessa perspectiva, o “rock” consiste em um *“estado de sociabilidade”*.

Entretanto, o “rock” é alvo de marginalização e de opressão constante, tanto do Estado, por meio da repressão policial, quanto de pessoas da própria comunidade, que o consideram como momento de perturbação – pois o barulho dos sons está, constantemente, acima dos 25 decibéis permitidos por lei –, bem como de pecado e de ociosidade, permeado pelo consumo de bebidas alcoólicas e uso de drogas ilícitas. Para os praticantes do “rock”, essas críticas são estigmas criados por convenções morais de cunho religioso que: “[...] vê a gente que é do mundo como pecador, como gente que não presta” (Informação verbal – trecho de entrevista 5). Destarte, ao mesmo tempo em que o rock traz, para uns, momentos de prazer e de divertimento pessoal, para outros, é sinônimo de libertinagem e de perturbação do sossego.

#### 5.4.4 “Sonhei com a Maria, joga R\$ 1,00 na vaca, aí pra mim”: o jogo do bicho como uma prática de lazer em contravenção

O sol chegou, mais um dia nasceu. Pessoas passam pela rua para trabalhar, ir à escola, comprar pães para o café da manhã. Dona Maria, nesse meio tempo, coloca o quadro com os resultados do “jogo do bicho” do dia anterior, arruma umas cadeiras, coloca, sobre a mesa, uma garrafa de café e alguns copos, tudo em frente de sua casa. Enquanto organiza tudo, responde – à pergunta daqueles que pela rua passam: “O que vai dar hoje?” – os seus palpites para os jogos ao longo do dia. Após certo tempo, os primeiros jogadores chegam, sentam-se e, com um copo de café nas mãos, contam e interpretam os seus sonhos, indicam qual, possivelmente, será o “bicho da cabeça”, quais podem “dar pelos cinco”, que centenas, milhares ou ternos irão jogar.

Criado na cidade do Rio de Janeiro, em 1892, por João Batista Viana Drummond, fundador do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, o “jogo do bicho” consistia em fazer 25 diferentes bilhetes de entrada do zoológico, correspondente a 25 animais. O frequentador podia escolher qual animal gostaria de ter em seu bilhete, mais tarde, para participar de um sorteio. Nos fins de tarde, um quadro era descoberto para revelar qual pintura estava nele e, então, indicar os ganhadores, que recebiam um valor 20 vezes maior que o pago no ingresso (CHAZKEL, 2007). Na atualidade, o jogo se expandiu e popularizou-se pelo restante do Brasil,

sendo considerado uma loteria clandestina brasileira, que, com as apostas, movimenta cerca de R\$ 18 milhões por ano no País (NOGUEIRA, 2019).

Cada um dos animais representa um número entre 1 e 25, mas, além do número principal, esses bichos possuem um grupo de quatro números: as dezenas. Logo, são 25 bichos que abrangem 100 dezenas (01 a 00). Para fins de exemplificação, o avestruz é representado pelo número 1 (Grupo 1) que tem as dezenas correspondentes 01, 02, 03 e 04 – todo e qualquer milhar, centena ou dezena que terminar com esses números corresponderá ao avestruz. Do mesmo modo, a vaca, representada pelo número 25 (Grupo 25), tem como dezenas os números 97, 98, 99 e 00, como demonstra a Figura 14. Em um primeiro momento, pode parecer complexo, mas o hábito de jogar ajuda a se familiarizar e até decorar cada um dos bichos, seus respectivos números e dezenas, além de seus significados em sonhos.

Figura 14 – Bichos e seus respectivos números e dezenas

|                                                                                                                              |                                                                                                                               |                                                                                                                             |                                                                                                                                 |                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01<br><br>AVESTRUZ<br>01<br>02<br>03<br>04 | 02<br><br>ÁGUIA<br>05<br>06<br>07<br>08     | 03<br><br>BURRO<br>09<br>10<br>11<br>12   | 04<br><br>BORBOLETA<br>13<br>14<br>15<br>16 | 05<br><br>CACHORRO<br>17<br>18<br>19<br>20 |
| 06<br><br>CABRA<br>21<br>22<br>23<br>24   | 07<br><br>CARNEIRO<br>25<br>26<br>27<br>28 | 08<br><br>CAMELO<br>29<br>30<br>31<br>32 | 09<br><br>COBRA<br>33<br>34<br>35<br>36    | 10<br><br>COELHO<br>37<br>38<br>39<br>40  |
| 11<br><br>CAVALO<br>41<br>42<br>43<br>44  | 12<br><br>ELEFANTE<br>45<br>46<br>47<br>48 | 13<br><br>GALO<br>49<br>50<br>51<br>52   | 14<br><br>GATO<br>53<br>54<br>55<br>56     | 15<br><br>JACARÉ<br>57<br>58<br>59<br>60  |
| 16<br><br>LEÃO<br>61<br>62<br>63<br>64    | 17<br><br>MACACO<br>65<br>66<br>67<br>68   | 18<br><br>PORCO<br>69<br>70<br>71<br>72  | 19<br><br>PAVÃO<br>73<br>74<br>75<br>76    | 20<br><br>PERU<br>77<br>78<br>79<br>80    |
| 21<br><br>TOURO<br>81<br>82<br>83<br>84   | 22<br><br>TIGRE<br>85<br>86<br>87<br>88    | 23<br><br>URSO<br>89<br>90<br>91<br>92   | 24<br><br>VEADO<br>93<br>94<br>95<br>96    | 25<br><br>VACA<br>97<br>98<br>99<br>00    |

Fonte: Site Deu no Poste (2021).

Na dinâmica do jogo, há sete jogos no total ao longo da semana, como sistematizado no Quadro 12, que ocorrem durante todos os dias da semana. Os horários em que acontecem os

sorteios parecem tentar contemplar a disponibilidade de tempo de todo e qualquer jogador. Além disso, observei que existem alguns agentes que formam uma espécie de “cadeia produtiva”, quais sejam: jogador – pessoa que aposta nos bichos; cambista – aquele ou aquela que faz os jogos. Seu “salário” advém do aluguel do ponto, que custa, aproximadamente, R\$ 150,00 mensais, mais um percentual de 20% sobre o valor de cada aposta; arrecadador – é o que passa nas residências dos cambistas para coletar a renda dos jogos; bicheiro – responsável pelo gerenciamento do jogo, das bancas, dos cambistas e dos arrecadadores; banqueiro (dono da banca) – é quem “banca” a totalidade do jogo.

Quadro 12 – Jogos, dias e horários de funcionamento

| Jogo                        | Horário da aposta | Horário do resultado | Dias da semana    |
|-----------------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| Canta galo                  | 8h às 11h10       | 11h30                | Segunda a domingo |
| Para todos (PT)             | 11h30 às 14h10    | 14h30                | Segunda a sábado  |
| Para todos vespertino (PTV) | 14h30 às 16h10    | 16h30                | Segunda a sábado  |
| Corujinha                   | 16h30 às 18h10    | 18h30                | Segunda a sábado  |
| Loteria Federal             | 16h30 às 18h50    | 19h30                | Quarta e sábado   |
| Corujão                     | 18h30 às 21h10    | 21h30                | Segunda a sábado  |
| Domingueira                 | 11h30 às 14h10    | 14h30                | Domingo           |

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da observação participante (2021).

No início, Maria me contou que os jogos eram feitos em papéis pequenos, chamados de “apólices”, sendo preciso fazer uso de papel de carbono para fazer três vias de cada jogo; uma para o apostador, outra para ficar com o cambista e outra para entregar ao arrecadador levar ao bicheiro. Nessa época, como os sorteios ocorriam por intermédio das rádios, o trabalho de conferir as apostas era manual, demandando horas dos funcionários da banca. Entretanto, com as inovações tecnológicas, o “jogo do bicho” passou por uma intensa informatização. Os jogos, atualmente, são realizados por meio de aplicativos de celulares, impressos em uma mini impressora (Fotografia 13) e entregues aos jogadores.

A central, como é chamada a “sala de comando” do “jogo do bicho”, com o auxílio de programas criados, especificamente, para esse fim, organiza as apostas e otimiza o tempo de checagem dos resultados e dos prêmios automaticamente. Assim, rapidamente, os bilhetes premiados são conhecidos, tanto pelo bicheiro quanto pelos cambistas. Os resultados podem

ser acessados em sites, *lives* no *YouTube* e aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp* – que conta com grupos de pessoas de todo o Brasil, para trocar “palpites” e para saber os resultados.

Fotografia 13 – Banca de jogo do bicho



Fonte: Registro feito pelo autor, a partir da pesquisa de campo (2020).

No entanto, por ser considerado um jogo de azar, o “jogo do bicho” sofre constantes repressões do Estado por sua informalidade e proibição como contravenção penal. A Lei de Contravenções Penais, o Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, determina que, por figurar um jogo de azar, isto é, que a perda e/ou o ganho decorrem, essencialmente, de sorte, o “jogo do bicho” atividade é uma infração penal. O descumprimento do art. 58 – “Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração” – resulta em uma pena de prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa (BRASIL, 1941, s. p.). De acordo com Labronici e Silva (2017, p. 205), “[...] os bens jurídicos tutelados para a contravenção penal do jogo do bicho se enquadrariam a partir da ideia dos *bons costumes*”. Entretanto, levando em consideração que essa prática é social e culturalmente aceita pela população, como o jogo do bicho pode se configurar como um atentado aos *bons costumes*?<sup>40</sup> Desse ponto, cumpre esclarecer que não estaria no jogo, especificamente, o

<sup>40</sup> “Tal questão se complexifica, justamente pelas consequências do ponto de vista social de tal proibição, que comporta como promoção de tal atividade ilícita outros crimes de considerável potencial ofensivo, tais como

problema em questão, mas suas explorações econômicas (NOGUEIRA, 2019). Dessa maneira, o ato de jogar, ainda que envolvendo dinheiro, não é um crime.

Em face disso, muito provavelmente por sua natureza informal e ilegal, de início, não consegui perceber o “jogo do bicho” como uma possibilidade de lazer. O cotidiano, porém, mostrou-me, nas ações, nas expressões e nas conversas da população, como essa prática é também um passatempo, uma forma de fruir ludicamente a cultura. Além disso, durante uma de nossas longas conversas, seu Gaspar, um jogador assíduo, disse-se: *“Às vezes, eu tô lá em casa, não tô fazendo nada, aí vem aquela vontade de jogar. Nem é pelo dinheiro, sabe?! Eu gosto mesmo de jogar, conversar. É uma emoção que dá. E quando a gente sonha, tem que jogar, porque, senão, perde”* (Informação verbal – conversa informal). Desse momento em diante, passei a considerar que esse jogo seria mais uma daquelas práticas de lazer invisibilizadas por noções hegemônicas como a do lazer convencional, a qual, novamente, dificultou-me olhar com outros olhos para essa expressão do cotidiano anteriormente.

Nesse sentido, quando perguntei “Para você, o jogo do bicho é um lazer? Se sim, por quê?”, Nazaré, outra grande jogadora, confidenciou-me: *“[...] na minha opinião, é sim. Porque, eu, pelo menos, me divirto. É uma diversão pra mim, no meu dia a dia. Se eu não jogar um dia, é, parece que não é a mesma coisa, meu dia fica triste”* (Informação verbal – trecho da entrevista 1). Ainda segundo ela, *“Eu jogo desde novinha, não me lembro bem desde quando. Mas já ganhei muito dinheiro. Mas olha, eu vou te dizer, o que eu mais gosto mesmo é por diversão. Por isso, até considero um lazer pra mim. Claro, não é aquele lazer, né, mas não deixa de ser pra gente aqui”* (Informação verbal – trecho da entrevista 1). O relato de Nazaré revela como essa prática tem uma aparente essencialidade na sua vida, figurando como mais uma forma da população dessa comunidade *“matar a sua fome de lazer”*. Trazendo Magnani (2018b) para a discussão, pôde-se ressaltar que entre os verbos do lazer, o *jogar* implica uma ação cotidiana que possibilita a *diversão*.

No entender de seu Gaspar, os jogos podem ser considerados um lazer, pois, de acordo com ele: *“[...] pra ter lazer, é preciso ter dinheiro. Se a gente não gasta, não é lazer, né. Então, é isso. O jogo do bicho pode ser um lazer aqui, porque, né, todo lazer a gente gasta, de um jeito ou de outro. Só que aqui a gente tem a chance de ganhar, né”* (Informação verbal – conversa informal). Para “seu” Gaspar e outros jogadores, o jogo é um lazer que possibilita lucrar, diferente de outros lazers em que somente há gastos. Esse, portanto, seria um diferencial do “jogo do bicho”: as pessoas gastam para se divertir e ainda tem a chance de ganhar. Dessa

---

sonegação de impostos, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, crimes contra a economia popular e em alguns momentos até atentados contra a vida” (LABRONIC; SILVA, 2017, p. 205).

maneira, a concepção de que a vivência do lazer somente é possível com ou por meio do dinheiro também aparece no entendimento da população sobre essa prática, sobretudo, como uma tentativa de justificar as possíveis perdas financeiras que ocorrem no jogo.

Na Comunidade Bom Jesus I, evidenciei que entre a “*contação*” do sonho e as suas respectivas interpretações, é possível rememorar lembranças de lugares, de pessoas e de temporalidades vivenciadas, por vezes, no interior da Amazônia, onde os valores, as lendas, os mitos e a magia da floresta condicionavam (e ainda parecem condicionar) a vida das jogadoras e dos jogadores. Entre os “*causos*” contados, cria-se, por meio das conversas e das gargalhadas (Fotografia 14), uma atmosfera de completa sociabilidade entre os apostadores, as apostadoras e a bicheira, Maria. Os problemas do cotidiano parecem, mesmo que por poucos instantes, desaparecer em meio a essa atividade – há, nesses momentos, o que Simmel (2006) chamaria de autonomização das relações entre os indivíduos que compõem aquele grupo. Quer-se dizer que, para além das apostas, os jogos são momentos de completa sociabilidade, em que o motivo principal da reunião dos apostadores, com frequência, são as formas de estar com o outro, em recíproca interação (SIMMEL, 2006), não importando tanto os processos exógenos. Essa questão da sociabilidade e do “jogo” também é abordada por Simmel como um “jogo social” (MORAES FILHO, 1983), no qual não apenas as apostas são “jogadas”, mas também as interações e as relações são.

Fotografia 14 – Jogadores e bicheira entre conversas, histórias e estórias



Fonte: Registro feito pelo autor, a partir da pesquisa de campo (2021).

Conforme a hipótese de Roberto DaMatta e Elena Soárez (1999), em “Um estudo socioantropológico do jogo do bicho”, a ilegalidade comum a outras práticas ilícitas contribuiu para a unificação do “jogo do bicho” junto a elas, em uma tentativa de garantir a sua manutenção. No entanto, ainda que seja uma questão delicada, não podemos condenar por completo essa prática, pois ela possui significados, importâncias e representações outras para muitas pessoas, especialmente, na Comunidade Bom Jesus I, seja como uma forma de subsistência, seja como um lazer alternativo e contra hegemônico. As palavras de Nazaré, de Gaspar e de tantos outros demonstram, pois, como a população tem resistido e lutado pelo seu verdadeiro *direito ao lazer*, ao escolher, livremente, as práticas que quer desfrutar, mesmo aquelas consideradas controversas ao que é aceito, convencionalmente, como lazer. Destarte, ao se levar em consideração a compreensão de Gomes (2014), o “jogo do bicho” está na dimensão da cultura, sendo perfilado pela vivência lúdica de uma manifestação cultural cotidiana que se projeta em um tempo/espaço social contextualizado.

#### 5.4.5 “Do jogo falado ao jogo valendo”: o futebol como prática de lazer e de sociabilidade

O futebol é considerado o esporte mais praticado em todo o País. Desde muito cedo, sobretudo, os meninos são incentivados a praticar esse esporte, não como um lazer, mas como uma possibilidade de ascender, profissionalmente, e conquistar uma carreira de sucesso. O rádio, a tevê e, mais recentemente, a *Internet* disseminam como esse esporte tem transformado a vida de alguns jovens brasileiros, especialmente, daqueles que, de origem humilde, tiveram conquistas profissionais que os permitiram ascender socialmente. Na tentativa de trilhar um caminho semelhante, crianças e adolescentes todos os dias se esforçam e sonham com a possibilidade de ser “grandes craques”. Como nem todos têm as mesmas oportunidades de construir uma carreira, o futebol torna-se mais uma prática cotidiana da dimensão da cultura, que, nas suas dinâmicas particulares, possibilita vivenciar momentos de lazer.

Nesse cenário, na Comunidade Bom Jesus I, o meu “setor”, sempre foi muito comum observar nas ruas a construção de campinhos de futebol. Neles, durante vários dias da minha infância e adolescência brinquei, briguei, fiz amizades e inimizades em meio às interações, às inter-relações e às competições fervorosas das partidas. Naquele tempo, recordo com muita clareza, não tínhamos qualquer estrutura de quadra ou de arena nos moldes profissionais que havia em outros bairros. Nós materializávamos nossos próprios campos e traves. Nas ruas de chão firme, pegávamos “emprestado” um pouco da areia da construção da casa do vizinho para demarcar o limite do campo, da grande e da pequena área – tudo era medido a partir da

contagem e do tamanho dos nossos pés ou passos. Nas ruas alagadas ou alagáveis, pela subida do Mata Fome, para dar certa “firmeza” ao nosso “campo”, usávamos dos caroços de açaí – dos pontos de venda do seu Nonato ou do seu Neco –, bem como de serragem da marcenaria do seu Raimundo. As pequenas traves eram projetadas com restos de madeira também da marcenaria. A bola, quando não era de algum amigo nosso, era de todos os que participavam da coleta para sua aquisição.

Passados mais de dez anos, apesar de alguns pequenos avanços no sentido de infraestrutura na comunidade, percebo essa mesma dinâmica entre os garotos (e algumas garotas) que jogam bola na rua nos dias de hoje. Disputando espaço com a função de circulação das ruas, nessa alternativa de “*diversão*”, são muito emblemáticas para mim as cenas dos meninos e das meninas carregando as traves para que os carros passem, assim como os gritos de: “*Parou! Parou!*”, avisando que tem gente querendo passar. Situações essas que reforçam como esses “pequenos” resistem pelo *direito à cidade* e pelo *direito ao lazer*. No entanto, com a construção de três arenas na comunidade, muitos campinhos foram praticamente extintos. As crianças e os adultos passaram a dar a “*intera*” da coleta, normalmente, um ou dois reais de cada, para que todos pudessem jogar nas arenas. Assim, com o passar dos anos, às arenas foram conferidas como um dos principais espaços de realização dessa prática na comunidade – afinal, elas são a materialização do ideário de espaço apropriado para tal fim, como foi aprendido convencionalmente.

O futebol de arena, visto como um meio de desestressar, de ver o pessoal, de brincar e de rir um pouco, inicia quase sempre no final da tarde e ao entrar da noite – temporalidade que marca o “tempo livre” daqueles e daquelas que, anteriormente, cumpriram com suas obrigações do lar, chegaram do “trampo” ou da escola – observando o lazer e, nesse caso, a diversão como aposta ao “tempo de trabalho”. As partidas finalizam sempre com muitos comentários a respeito dos jogos e dos gols feitos ou não. Naquele espaço social (SIMMEL, 2013), jogadores(as) e aqueles que vão assistir aos jogos, entre refrigerantes ou cervejas, por meio das conversas, tecem e (re)desenham suas relações de irmandade, de amizade, de inimizade e, por vezes, de afetividade – inclusive, expressas em tatuagens, como fizeram algumas jogadoras do time Felinas Futebol Club (Fotografia 15). Em virtude de interesses divergentes, das competições e das fofocas, é comum acontecerem desentendimentos e brigas. Mas as arenas, sobretudo a RM, são vistas também como locais em que acontecem os primeiros flertes, contatos amorosos e muitos casais se formam.

Fotografia 15 – Relações sociais de jogadoras expressas em tatuagens



Fonte: Arquivo do Time Felinas Futebol Club (2020).

Ao perguntar para Amanda, moradora da comunidade há mais de 20 anos e jogadora das Felinas, se ela considerava o futebol uma prática de lazer, ela opina: *“Mano, como eu já falei, não é bem o lazer que a gente vê por aí, né?! Mas, sim, eu acho que é um lazer. [...] Porque é quando a gente ri, se diverte um pouco. Depois a gente bebe umas, fica rindo das mancadas, patetices. Eu, pra mim, né, gosto muito”* (Informação verbal – trecho da entrevista 14). Juliana, irmã de Amanda, que já jogou no mesmo time, diz: *“[...] sinto muita falta de tá jogando [...] Não, não posso mais jogar, porque meu joelho é ‘bichado’, mas eu sempre assisto, torço, brigo, levo poeira pelas meninas”* (Informação verbal – conversa informal). *“No meu entendimento, né, é um lazer. Tu brinca, se diverte pra relaxar um pouco. Quando eu volto do trabalho, já venho pensando, sabe?! Naquela vontade. A mulher que faz onda, às vezes, comigo, diz que só quero saber de bola. Mas porra, o cara chega cansado às vezes”* (Informação verbal – trecho da entrevista 7).

Percebi que, além de aparecer subjacente o entendimento sobre o lazer convencional, o jogo é uma busca pela diversão – dentro de campo e nas conversas que acontecem em torno (ou não) das partidas. Se chamando por *“Ei, dragão”* e outros apelidos, essas meninas e mulheres encontram, nessa prática, a oportunidade de se reunir durante a semana para buscar satisfazer a *“fome de lazer”* que têm – a qual muitas vezes não é sanada em face dos compromissos domésticos e cuidados com os filhos, assim como das proibições dos maridos e dos estigmas e julgamentos que sofrem por serem mulheres e estarem na arena jogando bola.

Entre uma “*grade*” e outra – como são denominadas as partidas –, gritarias, “*encarnações*” e gargalhadas podem ser ouvidas de longe, informando o fim de uma partida e o início de outra. Em vários desses momentos, além do conteúdo das interações, na sociação, é também possível observar como algumas formas sociais de estar com, por e contra o outro se autonomizam (MORAES FILHO, 1983), chegando a um estágio de ludicidade; a sociabilidade (SIMMEL, 2006) – tanto por parte de quem joga quanto de quem assiste e comenta a partida à espera de sua vez. Dentro dessa questão, após uma aparente banalidade, observei que existe um “*futebol falado*” entre os(as) jogadores(as). Eles e elas conversam entre um passe e outro de bola não, necessariamente, sobre táticas e estratégias de jogo, mas muito sobre diferentes assuntos: filmes, jogos, meme, namoro, “*encarnações*” e fofocas.

A atenção fica tão dividida entre o jogo e a conversa que, constantemente, há a falta de atenção em um deles; quando a atenção falta à conversa, após a jogada finalizada, o assunto continua, exatamente, de onde parou; quando a atenção se prende mais à conversa, distraíndo-se, momentaneamente, do jogo, em geral, acontece gol ou “roubadas de bola”. Cheguei, muitas vezes, a rir deles chamando a atenção um do outro: “*Vocês querem ficar conversando aí, os caras vêm e faz gol [sic]*” (Informação verbal – coletada durante uma partida). São exatamente nesses momentos de distração do conteúdo do jogo que é possível identificar um nível de interação tão pura que a finalidade (conteúdo) inicial do jogo perde seu valor, passando a interação a ter maior importância (forma). Digo de outro modo, nesses casos de sociação lúdica, a forma compreende o seu conteúdo próprio (SIMMEL, 2006).

O “*futebol falado*” ocorre com menor frequência quando o jogo “*é valendo*”, tendo em vista que a partida demanda mais seriedade, atenção e comprometimento dos jogadores ou das jogadoras – a distração das conversas pode influenciar no resultado do jogo. Com os jogos de aposta, surgiram os primeiros times, como as Felinas (Fotografia 16), os torneios e os campeonatos, os quais criaram e reacenderam relações de rivalidade, de conflito, de comunhão e de competição intensa tanto dentro quanto fora das areias, dando à comunidade uma nova dinâmica nas relações sociais. Após longos, emocionantes e fervorosos jogos, embalados pelas torcidas (normalmente, formada por familiares e amigos mais próximos), há sempre um clima de celebração ou de tensão nas finais. Com o fim das partidas, o calor da emoção, a comemoração acontece ali mesmo, sempre embalada pelas músicas propagadas pelo “Tupã, o guerreiro da galera”, aparelhagem que garante o “*rock doido*” em homenagem aos campeões, às campeãs e aos demais competidores do campeonato ou do torneio.

Fotografia 16 – Mulheres do time Felinas Futebol Club



Fonte: Arquivo do Time Felinas Futebol Club (2020).

No mais, em razão de muitas crianças e muitos adolescentes não terem dinheiro para frequentar as arenas, restam os campinhos improvisados nas ruas. Nessa esteira, alguns moradores, incomodados com as constantes discussões com vizinhos e transeuntes, que reclamavam das boladas acertadas sem intenção, criaram um projeto chamado “Coleguinhas”. Com o objetivo, também, de retirar das ruas, por algumas horas, jovens da comunidade, o projeto funciona aos sábados na arena RM, onde são reservadas duas horas para brincadeiras e incentivo ao esporte. Os custos com os horários da arena, as bolas, os uniformes e os lanches são custeados por doações dos próprios moradores. Para participar, a criança ou o adolescente precisa da permissão dos pais ou responsáveis e estar, regularmente, matriculado em uma instituição de ensino.

As arenas, portanto, para além de partidas de futebol, são espaços de festa, de comemoração e de celebração na comunidade. Por ser um local amplo, aberto e ventilado, na arena MR, de modo geral, acontecem as festividades religiosas e juninas, como a de São João Batista, os bingos dançantes, as festas do dia dos pais, do dia das mães e também as comemorações de fim de ano. Mais recentemente, o projeto “Coleguinhas” demonstra como a

comunidade tem a sua “agência”, ao estabelecer uma estratégia contra-hegemônica aos processos e aos efeitos perversos do capital, como a vulnerabilidade social que expõe jovens à violência e à insegurança instauradas nas ruas da cidade.

#### 5.4.6 “Piqueniques”: a viagem do “setor”

Conhecidos, popularmente, como “*piqueniques*”, os passeios aos balneários e às praias são, em geral, praticados por pessoas que integram as classes sociais menos favorecidas da Região Metropolitana de Belém (RMB) (FRANÇA; SILVA, 2005) e do interior do estado (TACK *et al.*, 2020). Em carros individuais, vans ou ônibus fretados, os passeios ocorrem, costumeiramente, nos finais de semanas ou nos feriados do veraneio paraense, mas há também aqueles que ocorrem fora da alta temporada – sempre com saídas entre as primeiras horas da manhã e retorno no início da noite. Esses passeios, costumeiramente, são organizados no âmbito das “*caixinhas*”, que compreendem pequenos grupos de amigos e familiares que se reúnem durante todo o ano para juntar dinheiro. Com pagamentos mensais, rifas, bingos, sorteios, festas e passeios, os membros conseguem multiplicar e, em alguns casos, até triplicar o valor investido nas “*caixinhas*”. Em virtude disso, os passeios são pensados para gerar lucro.

A preparação dos passeios começa com bastante antecedência, pelo menos, três ou dois meses antes. Os locais de destinação são escolhidos com base no valor do frete dos ônibus, nos locais que são a tendência do veraneio e na distância a ser percorrida, uma vez que essas questões acabam influenciando o valor final do passeio. Assim, os valores dos bilhetes variam, geralmente, entre R\$ 50,00 e R\$ 150,00, sempre visando garantir que todas as despesas sejam pagas e que a “*caixinha*” possa ter ao final algum tipo de lucro. Para gerar um volume maior de divisas, os membros compram bebidas e preparam comidas para revender entre os participantes. Enquanto os homens ficam responsáveis pela compra, armazenamento e resfriamento das bebidas, as mulheres passam a madrugada anterior ao passeio cozinhando e preparando as comidas. Em meio a esses momentos, ansiosos pelo passeio, os moradores costumam se arrumar, emprestar objetos e conversar durante a noite inteira – dentro de uma atmosfera de total sociabilidade (MORAES FILHO, 1983; SIMMEL, 2006) –, com expectativas para que o dia chegue logo. É nítido o entusiasmo para sair da comunidade, mesmo que por poucas horas, para se divertir em um lugar diferente do habitual.

É interessante destacar que o número total de bilhetes – proporcionais à capacidade dos assentos dos veículos alugados – é distribuído entre os membros da “*caixinha*” igualmente para que todos possam ajudar a repassá-los. O interessante é que cada membro da *caixinha* se torna

o responsável pela pessoa para a qual vendeu o bilhete, seja no sentido de tomar de conta de sua integridade física, seja de garantir que ela é uma boa pessoa – qualquer problema que ocorra durante a viagem causado por essa pessoa, o membro da “caixinha” terá uma parcela de responsabilidade. Nesses momentos, cada membro da caixinha é uma espécie de anfitrião, que sempre passa perguntando, entre aqueles que estão responsáveis, se o passeio está bom, se precisam de alguma coisa. Na distribuição dos lugares no veículo, normalmente, os membros ficam sentados próximos de seus convidados. A participação desses eventos, portanto, é condicionada à rede de interações e relações sociais de quem organiza o “piquenique” ou é membro da “caixinha”. Em outras palavras, os “bilhetes dos passeios” são oferecidos a pessoas que pertencem à comunidade ou que possuem alguma relação de parentesco, de confiança ou de apreço.

Considerando a acepção sociológica de espaço proposta por Simmel (2013), bem como a forma como a sociedade é por ele entendida – grosso modo: pela soma de interações entre indivíduos –, é como se o “setor” se materializasse também fora da comunidade, com suas próprias dinâmicas e rede de relações de pertença e de identidade com a “galera do setor”. Embora fora dos limites da Comunidade Bom Jesus I, aquele “setor” se movimenta. Mesmo que, por poucas horas, nos locais onde os comunitários se fixam, todos os sentidos atribuídos ao “setor” ali se projetam, o que me fez compreender que o “setor” não está no espaço, está na vida espiritual daquela pequena unidade social, pois é ela quem o (re)constitui social e cotidianamente, estabelecendo a sua fixação, as suas particularidades, os seus limites e as suas demais qualidades fundamentais, como diria Simmel (2013).

No roteiro de entrevista, quando perguntei: “O piquenique é ou não é um lazer para você?”, todos os respondentes disseram que sim, destacando que são espaço-temporais que permitem conhecer pessoas e lugares, vivenciar novas experiências, sair da rotina, desestressar e, sobretudo, divertir-se, como evidenciam os trechos a seguir: “Conhecer novas pessoas e novos lugares, né? É, e se divertir, né? Tomar bastante banho, conversar, se jogar” (Informação verbal – trecho da entrevista 8); “É um lazer, bastante agradável. Porque você vai se divertir, vai conhecer novos lugares, respirar novos ares e aproveitar o momento” (Informação verbal – trecho da entrevista 4); “É um lazer sim, porque a gente vai se diverte, rir, fica feliz, sabe?! Com a vida tão difícil que é, a gente tem, né?! A gente vai pra se relaxar um pouco. Curtir com a família, os amigos, porque a gente merece. Não tem tempo e quando tem esses negócio [sic] a gente aproveita” (Informação verbal – trecho da entrevista 3).

No entender de autores como Panosso Netto e Gaeta (2010), essas viagens possibilitam experiências diferentes das vividas no cotidiano, permitindo assimilar novos conhecimentos,

conhecer lugares, aproximar-se da natureza e relacionar-se com diferentes pessoas, o que possibilita intercâmbios transculturais. Ademais, para Trigo (2013), em “A viagem: caminho e experiência”, essas experiências possibilitam a prática do hedonismo numa busca pelo prazer, pela liberdade e pela felicidade, mesmo que por poucas horas. Contudo, *não sou ingênuo* ao ponto de não refletir que os relatos também vão ao encontro do que Krippendorf (2001) chamou de ciclo de reconstituição humana: “trabalho-família-lazer-viagem”, no qual o indivíduo tem, nas viagens e no lazer (o anticotidiano), uma possibilidade de reconstituir as suas energias, em oposição ao trabalho e à família (o cotidiano), que estressam e sugam as energias. Nos discursos, pois, fica evidente a associação do verbo **sair** ao lazer, como se este pudesse ser fruído tão somente fora da comunidade.

Sem o trabalho e seu produto, o dinheiro, no entanto, esse ciclo não se renova, o que faz com que muitos reproduzam a máxima: “Só tem lazer quem pode pagar por ele”, como exemplifica o trecho de uma das entrevistas: “[...] *se você quiser ir tem que guardar dinheiro, né?! Porque, às vezes, quando parece, quando surge passeio, você não tem dinheiro. E quando tem o dinheiro, não tem o passeio*” (Informação verbal – trecho da entrevista 8). Desse modo, observa-se que essas práticas são também estimuladas pelo entendimento do lazer sob perspectivas instrumentalizadas e funcionalistas, entre elas: a (1) compensatória, que está relacionada à compensação da insatisfação e alienação provocada pelo trabalho e a (2) utilitarista, na qual o lazer se reduz à recuperação das forças de trabalho, apenas ao descanso (MARCELLINO, 1987).

Não obstante essas lógicas estejam infiltradas na busca por desfrutar de momentos de lazer fora do ambiente habitual da casa e do bairro, Magnani (2020) aponta que o indivíduo tem sua agência, “re-criando”, a partir de sua bagagem social e cultural, o lazer convencional. Nos “*piqueniques*”, essa população periférica de Belém, que também é conhecida como “*farofeiros*”, concebe suas estratégias de emancipação e de resistência a partir das interações sociais e das ações realizadas nesses espaços (Fotografia 17). A própria associação e organização do passeio é uma forma de dividir os custos maiores que, de certo modo, impossibilitariam viajar individualmente ou com a família. Um exemplo prático disso é que eles, como mencionado, levam a sua própria comida e bebida, não consumindo tanto nos restaurantes dos balneários e das praias, a fim de economizar.

Fotografia 17 – Galera do “setor” curtindo um passeio no Hotel Fazenda Cachoeira, Capitão Poço (PA)



Fonte: Arquivo pessoal de uma das entrevistadas (2018).

Notei tanto na minha experiência etnográfica quanto nas falas que o passeio não é marcante apenas pelas destinações visitadas, mas pelas relações de sociabilidade (MORAES FILHO, 1983; SIMMEL, 2006) construídas, ao longo de sua ocorrência, entre as cervejinhas, os “*tira gosto*”, o propagar dos “*bregas marcantes*” e as danças dos casais apaixonados, ou não. Nesse sentido, quando perguntei: “Por que você vai para o piquenique? O que te leva a ir para o *piquenique*?” –, as respostas reforçaram a presença da família, de amigos ou de conhecidos: “[...] é [porque] aquelas pessoas que você conhece que te convida. Aí tu vai porque é conhecido, ou assim, você vai mesmo pela diversão, né?!” (Informação verbal – trecho da entrevista 3); “É uma reunião de família, reunião de amigos, reunião de pessoas que você conhece, num ambiente agradável” (Informação verbal – trecho da entrevista 8). Essa característica do “estar em grupo” está entre as principais motivações de participação desses passeios, muito provavelmente pela sensação de segurança e pela diversão (sociabilidade) que os conhecidos trazem aos participantes.

Reforçando essa questão, uma entrevistada revelou que prefere o “*piquenique*” ao que ela chamou de “viagem normal”, pois, segundo ela: “No *piquenique*, vai um monte de gente que você conhece, amigos vizinhos, parentes. Então, você vai conversando, você vai trocando ideia, vai pensando nas coisas. Em viagem, vai só você, né?! Você vai sozinho. No *piquenique*, não, vai aquela diversão toda, aquela alegria toda (Informação verbal – trecho da entrevista 8). Outro relato também menciona a importância da companhia nesses deslocamentos: “Porque,

às vezes, você tá com pessoas agradáveis que você quer se divertir, né?! Pessoas que você gosta ter na sua companhia, né?! Tá ali, pra relaxar, né? [...]” (Informação verbal – trecho da entrevista 4). Destarte, apesar de a sedução do “mercolazer” e a necessidade de sair da comunidade estejam presentes, as pessoas saem da comunidade (“do setor”), mas ela não sai delas. Essa saída é apenas no sentido físico. No sentido espiritual (SIMMEL, 2013), as pessoas carregam a comunidade em si, por isso, certamente, há esse desejo de estar junto aqueles que também fazem parte dela.

Isso, para mim, fez total sentido porque ir a um lugar desconhecido com desconhecidos pode não garantir o mesmo suporte, conforto, diversão e segurança que teria com amigos e familiares. Assim, para algumas pessoas, viajar sem saber em quem confiar pode implicar uma constante apreensão – evidentemente, essa questão não é uma regra geral, há pessoas e pessoas. Nesse sentido, um dos entrevistados entende que a experiência de lazer está relacionada às pessoas, aos sujeitos com quem se partilha o espaço/tempo social:

*[...] Vai muito de ambiente pra ambiente, de momento pra momento, também, né. Porque, né, já falei, não adianta ir pra um lugar longe, badalado e, é, não ser tão agradável. Porque tem gente que quer ir pra um lugar mais por mídia e, às vezes, não é tudo aquilo. Então, não adianta tá num lugar agradável com pessoas desagradáveis. Então, pra mim, lazer fala muito disso: pessoas. É um conjunto, na verdade (Informação verbal – trecho da entrevista 13).*

No que concerne às destinações para onde a população da comunidade se desloca, percebe-se que, além dos destinos de veraneio mais procurados do Estado, como Mosqueiro, Salinas, Ajuruteua e Algodoal, há uma constante preferência por balneários, onde igarapés ou braços de rios correm, provavelmente, porque são ambientes típicos da Amazônia, relembrando os interiores dos quais são originários vários comunitários. A beleza dos locais é primordial para a organização dos passeios, pois ele servirá de pano de fundo para as “*selfies*” que, mais tarde ou quase que instantaneamente, são postadas nas redes sociais. Para se ter uma melhor dimensão de quais as praias e os balneários são frequentados nos “*piqueniques*”, bem como das distâncias em relação à comunidade, considere oportuno organizar o Quadro 13 para detalhar essas informações.

Quadro 13 – Destinos dos “piqueniques” da Comunidade Bom Jesus I

| LOCAL                       | MUNICÍPIO    | DISTÂNCIA (Km)* | TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO* |
|-----------------------------|--------------|-----------------|------------------------------|
| 1. Vila de Caraparu         | Santa Izabel | 53 km           | 1h11                         |
| 2. Ilha de Mosqueiro        | Belém        | 71 km           | 1h36                         |
| 3. Praia de Caripi          | Barcarena    | 115 km          | 2h5                          |
| 4. Praia do Guajará de Beja | Abaetetuba   | 118 km          | 2h20                         |
| 5. Marudá                   | Marapanim    | 164 km          | 2h52                         |
| 6. Praia de Crispim         | Marapanim    | 169 km          | 3h3                          |
| 7. Algodoal                 | Maracanã     | 171 km          | 3h22                         |
| 8. Hotel Fazenda Cachoeira  | Capitão Poço | 208 km          | 3h29                         |
| 9. Salinas                  | Salinópolis  | 212 km          | 3h39                         |
| 10. Praia de Ajuruteua      | Bragança     | 248 km          | 4h12                         |

\*Medidas calculadas a partir da Comunidade Bom Jesus I, por meio do *Google Maps*.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Convém destacar que a prática do “*piquenique*” é dinamizada em face das altas temperaturas e da abundância de recursos hídricos, presentes na Região Amazônica. A diversidade de rios, de lagos e de igarapés contribui, significativamente, para um crescente aumento do fluxo turístico em municípios como Bragança – que dispõe de espaços que têm se tornado atrativos turísticos consolidados na região (TACK *et al.*, 2020). Esses passeios, portanto, além de oportunizar que comunidades periféricas desfrutem de espaços/tempos de lazer, possibilitam à população conhecer melhor os recursos naturais do Estado. Desse modo, os “*piqueniques*” podem ser vistos como uma estratégia de resistência pelos verdadeiros *direitos à cidade, ao lazer e ao meio ambiente*.

## 5.5 O “lazer preso” na Comunidade Bom Jesus I: reflexos da pandemia da Covid-19

Periferia, comunidade, favela, baixada, invasão, ocupação. Estas e outras terminologias são, em geral, utilizadas para nomear, situar e identificar locais perfilados fortemente por negligências no que tange ao não cumprimento de direitos sociais no Brasil, como os direitos à vida, à saúde, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade etc. Com a ausência ou a insuficiência de ações para a garantia desses direitos, esses locais são marcados pela violência, pela insegurança e pela pobreza, as quais são o “furo” principal das narrativas veiculadas na mídia. Como resultado, construiu-se, no País, uma imagem impregnada por estigmas sociais,

estereótipos e rotulações que, de uma forma ou de outra, não deixam de marcar a vida de quem (sobre)vive nessas realidades. As condições e as oportunidades, nessa conjuntura, parecem ser determinadas pelo lugar onde essas pessoas nasceram e cresceram.

Não é novidade que, com a pandemia da Covid-19 – desencadeada pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2) –, as desigualdades e as violações, que envolvem as periferias, tornaram-se mais evidentes em países como o Brasil. Mesmo com os avanços e os investimentos, o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro não conseguiu suportar a demanda desmedida de pacientes infectados. Situação que foi agravada pela falta de equipamentos hospitalares adequados e pela escassez de insumos em postos e unidades de saúde nas periferias brasileiras. No âmbito da prevenção, apesar de o distanciamento social e o *lockdown* serem as principais medidas para frear a proliferação do novo Coronavírus, como evitar a aglomeração em uma cidade, como Belém, que apresenta periferias com famílias numerosas, habitações aglomeradas, com poucos cômodos, isentas de saneamento básico e sem acesso à água tratada?

Em face desses e de outros fatores, as problemáticas históricas, relacionadas às desigualdades e às disparidades socioeconômicas, bem como a ausência e/ou a ineficiência de políticas públicas de habitação, de educação e de saúde, contribuíram para o agravamento da Covid-19 no cotidiano daqueles que não dispõem de recursos financeiros e de capital social para a autoproteção (UFPA, 2020). Tavares e França (2020) apontam a precariedade de moradias dos bairros periféricos – onde, por vezes, várias pessoas utilizam os mesmos espaços para hábitos comuns como dormir, cozinhar e realizar refeições. Novamente, reitera-se que a pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) evidenciou problemas antigos enfrentados pelas camadas populares, possibilitando entender que a educação, o lazer, a saúde e outros direitos sociais não são acessados por todos – e quando acessados, são em condições desiguais e, por isso, negligentes.

No Mata Fome, conquanto o medo e as incertezas sobre a doença circulem na comunidade, deixando os moradores inseguros e mais precavidos, foi muito difícil observar o cumprimento total dos protocolos de biossegurança, determinados pelos órgãos de saúde pública. Nos primeiros meses do ano de 2020, entre março e maio, até observei certa preocupação e apreensão em torno da doença, afinal, todos os dias éramos informados que vizinhos ou familiares estavam com sintomas, haviam testado positivo, estavam internados ou falecidos em hospitais. Nesse período, observei a rua quase vazia, com pouco movimento e muito silêncio, exceto nos dias em que os noticiários anunciavam o pagamento das parcelas do auxílio emergencial – filas quilométricas eram observadas nas lotéricas e nas agências da Caixa Econômica Federal.

Diante disso, a “*diversão*” na rua, na frente de casa e em outros espaços deu lugar ao lazer em casa. Entre os moradores, que dispunham de recursos financeiros para manter um sinal de *Internet* em casa e poder desfrutar dos conteúdos proporcionados pelo lazer tecnológico ou virtual, era possível se distrair, relaxar e divertir-se com o “sucesso” das *lives*, que embalaram muitos finais de semana em casa, bem como navegar na *internet* e assistir às séries e aos filmes nas plataformas de *streaming*. Por outro lado, aqueles que não tinham condições de se manter em casa e consumir esse lazer tecnológico, dividiram-se entre ficar em casa e continuar saindo para trabalhar e para realizar atividades não essenciais: numa busca de tentar sanar necessidades impossibilitadas de serem realizadas, por diferentes motivos, no ambiente residencial.

No que concerne às demais práticas de lazer analisadas neste estudo, em uma análise geral, pode-se, também, ressaltar alguns reflexos da pandemia, quais sejam: (1) as conversações sofreram interrupções ou reduções por vários dias em virtude do distanciamento social, passando a ser realizadas em grupos de *WhatsApp*; (2) os “*rocks*”, embora acontecessem em menor número clandestinamente, passaram a acontecer durante as *lives* num ambiente mais familiar – isso entre as pessoas que tinham acesso à *Internet* em casa; (3) o jogo do bicho, apesar de uma redução nas apostas, continuou acontecendo; (4) os jogos de futebol na arena foram afetados pela proibição de funcionamento de espaços considerados não essenciais; e (5) os “piqueniques” também não puderam acontecer, sendo todos postergados ou cancelados.

Nesse contexto, metaforicamente, trago como reflexão a ideia de “*lazer preso*”, tanto no sentido de que os moradores ficaram “presos” em casa quanto no sentido de que as possibilidades de lazer na cidade, de forma geral, foram impedidas de ocorrer, a fim de, no cumprimento das disposições sanitárias, não promover aglomerações e, por conseguinte, a disseminação do vírus. Nesse lazer que chamo de “preso”, em determinados contextos, práticas são marcadas por questões sociais, econômicas, políticas e ambientais que privam, impedem ou obliteram a vivência do lazer e de suas possibilidades virtuosas. A pandemia, a exemplo, tem condicionado e restringido algumas formas de lazer nas ruas, “aprisionando” crianças e adultos no espaço residencial. Esse espaço, por sua vez, ainda que tenha suas possibilidades de fruição da cultura, pode limitar a dinâmica lúdica de certas práticas de lazer, bem como dificultar outros processos de interação, de sociação e de sociabilidade entre indivíduos que compõem a vida cotidiana dos locais onde vivem.

Na Comunidade Bom Jesus I e em muitas outras pelo Brasil, alguns moradores já vivenciam essa ideia do “lazer preso”. O espaço da rua, na periferia, pois, é considerado perigoso em razão das dinâmicas de violência e de ociosidade, que expõem crianças e adolescentes à vulnerabilidade social. Os pais e as mães mais receosos, com efeito, acabam por

limitar as práticas lúdicas nas ruas do nosso “setor”, tendo os jovens de permanecer dentro de casa, muitas vezes, utilizando equipamentos eletrônicos e/ou a imaginação para pensar em brincadeiras e formas de se divertir, conforme anteriormente observado. Além disso, essa ideia também tem sido há algum tempo vivida nos grandes condomínios, caracterizados por muros altos, cercas elétricas e guaritas que, visando a segurança, fazem alusão aos centros penitenciários. Segundo Marcellino (2006), com as estruturas e os equipamentos dispostos nas áreas de lazer, os moradores ficam reféns do espaço residencial, uma vez que a violência e a insegurança são apontadas como entraves para o lazer fora dos condomínios.

Na comunidade, com o passar dos dias, no entanto, permanecer em casa tornou-se insustentável. Aqueles que foram demitidos, precisavam buscar por outros trabalhos, e aqueles que não perderam o emprego, tinham de continuar saindo de casa para trabalhar e manter as despesas de casa. Cheibub e Freitas (2021) assinalam que a pandemia evidenciou que a imobilidade de poucos tão somente foi possível com a mobilidade de muitos. O “ficar em casa”, portanto, é conferido como um privilégio de poucos. Em outras palavras, para que algumas pessoas se mantenham em casa, muitas outras precisam estar em movimento pela cidade para garantir que produtos, bens e serviços indispensáveis cheguem aos lares “desses poucos” – um clássico exemplo disso são os entregadores de aplicativo que reforçaram, nesta pandemia, além da existente precarização, a “*uberização*”<sup>41</sup> do trabalho.

Paralelamente, a postura negacionista do governo brasileiro, bem como o desconhecimento, as incertezas e as *fakes news* contribuíram para que a população da Comunidade Bom Jesus I conferisse certo descrédito à pandemia, por vezes, compreendendo-a apenas como um exagero ou um alarme desnecessário da mídia. Nessa direção, não foi incomum ouvir notícias falsas sendo propagadas nas redes sociais e nos grupos de aplicativos de mensagens, entre as quais destacam-se que: (1) o novo Coronavírus teria sido inventado em laboratório para que a China lucrasse com remédios e vacinas; (2) o vírus teria sido inventado para controle da população; (3) a doença se tratava apenas de uma gripezinha; (4) o distanciamento social era “frescura” ou não adiantava de nada, porque todo mundo iria pegar; (5) o álcool gel seria uma medida de proteção externa e a cerveja (álcool etílico) interna (“*curaria por dentro*”); (6) tratamento precoce com remédios sem efeito comprovado; (7) a

---

<sup>41</sup> Para Franco e Ferraz (2019, p. 844) “[...] o fenômeno da *uberização* do trabalho, termo derivado da forma de organização da empresa *Uber*, [...] tem sido usualmente associado aos negócios da denominada *economia de compartilhamento* e abre o debate acerca das especificidades das categorias estruturantes da acumulação capitalista que abarcam relações de trabalho virtualizadas”. Ainda segundo os autores mencionados, a “[...] *uberização* do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva” (FRANCO; FERRAZ, 2019, p. 845).

vacina seria uma forma de também matar para controlar a população mundial; (8) o número de mortes seria adulterado para prejudicar o então presidente do País; e (9) a impossibilidade de uma reinfeção.

Com a baixa nas internações e nos leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), a abertura de espaços de lazer e a saída de pessoas de suas casas, no meu “setor”, a partir de junho de 2020, pairou no ar uma falsa sensação de normalidade, e as pessoas retomaram as suas atividades como antes. Os moradores, sobretudo, aqueles que tentaram cumprir os protocolos sanitários, estavam necessitados dos momentos que oportunizam o encontro, a interação e as formas de ser e de estar com o outro. Em face disso, a abertura da arena para os jogos de futebol, os *rocks* e as demais práticas de lazer, anteriormente descritas, têm figurado como grandes barreiras no combate à pandemia. Com isso, a comunidade parece viver um “novo normal”, visto que muitas pessoas andam, livremente, sem máscara, conversam e não mantêm o distanciamento social. A máscara é, normalmente, utilizada apenas quando se sai do “setor”, reforçando a ideia de que, na comunidade, se estaria seguro, somente fora que não.

Nas ruas, o movimento de pessoas aparenta ser o mesmo de sempre. As práticas de lazer e de sociabilidades efervescem cotidianamente, agora permeadas por novas formas de interação social, uma vez que as medidas restritivas, ao mesmo tempo que distanciaram, propiciaram novas aproximações ou reaproximações entre as pessoas. Isto é, novos e antigos laços têm sido formados e firmados, redesenhando as sociações e as sociabilidades na/da comunidade. Nesse sentido, ao entender o espaço “[...] como modo humano de unir estímulos sensoriais desconexos em visões unitárias” (SIMMEL, 2013, p. 7b5), a reabertura dos espaços de lazer, na comunidade, como as arenas de futebol, foi salutar para que essa unidade social se expressasse e, por meio dela (e das relações de encontro que possibilita), sustentada. Silva *et al.* (2021) pontuam que a insistência de alguns moradores de periferia de estar e ocupar esses “lugares”, em plena pandemia, revela o quão importantes e significativos eles são.



## 6

# Considerações finais

Eu não digo nem o lugar, porque o lugar, às vezes, não interessa muito se não têm pessoas agradáveis.

Então, o lazer também conta muito com isso: com pessoas.

Enfim, como eu tô te falando, eu sempre costumo dizer que o lazer, ele, não adianta você tá num lugar maravilhoso, lindo, e tá com pessoas que não são muito agradáveis. Então, pra mim, não importa muito o lugar, importa o momento, as pessoas que estão naquele lugar, pra contribuir, né, com um momento mais leve, de risada, de descontração, de festa, essas coisas, né?!

Moradora da Comunidade Bom Jesus I  
(Informação verbal – trecho da entrevista 13).



A formação socioeconômica da Amazônia brasileira é caracterizada por especificidades que se expressam tanto na paisagem quanto na vida espiritual de seus diferentes territórios. Os animais, as plantas, os valores, as crenças e os costumes singulares compõem modos de vida diversos e que se diferem de outras regiões do Brasil em vários aspectos. Conquanto os diferentes processos históricos como a colonização, a industrialização, a modernização e a urbanização tenham ocorrido em todo o país, na Região Amazônica, é possível identificar, além de semelhanças, dinâmicas e efeitos muito próprios – seja em razão das particularidades espaciais, seja em face da cultura amazônica – expressos nos saberes, nos fazeres, nas ontologias e nas cosmovisões dos povos da floresta. Todavia, esses processos desencadearam mudanças estruturais e funcionais nas dinâmicas organizacionais dessas cidades. Seus efeitos, pois, criaram novas inter-relações entre indivíduo e natureza, especialmente, no que toca à exploração dos recursos naturais e à ocupação acelerada de áreas que circundam os grandes centros urbanos.

Tais modificações, evidentemente, reverberaram e têm reverberado nos modos de vida das populações que (sobre)vivem na e da Amazônia. Como exemplo desse cenário, ficou evidente – ao *descrever os reflexos da urbanização e da modernização de Belém (PA) no cotidiano da Comunidade Bom Jesus I* – que os efeitos desses processos têm causado transformações profundas na vida social dos moradores. Enquanto no passado, nesses locais, a vida era guiada por valores ligados à floresta e ao rio, hoje a vida passa a ser também norteada por preceitos urbanos e do capital. Estes, na promessa de vida moderna, tem ofertado “progresso” e “desenvolvimento” tão apenas para alguns: as classes média e alta. Aos muitos outros, como é o caso da população da Comunidade do Mata Fome, resta um espaço de subcidadania, no qual a desigualdade, a violência, as doenças e as mortes são o “preço” da vida moderna de poucos. Há, portanto, na cidade, a coexistência das psicoferas e das tecnoferas urbanas e da floresta, que lutam (por vezes, em condições desiguais) para se manter e perpetuar seus respectivos ideais.

Entrementes, não obstante as particularidades da região e as suas singularidades, Belém, assim como ocorre em outras realidades brasileiras, é envolta por assimetrias e exclusões. As lógicas do capital têm, a partir de seus discursos e de suas intervenções homogeneizantes, conformado as áreas centrais da cidade como espaços-mercadoria de consumo. Assim, ao *analisar a dinâmica do lazer convencional e seu contexto histórico na cidade de Belém*, observou-se que, nessa cidade, existe uma tendência de que quanto mais longe do centro urbano, menos serviços e espaços de lazer são disponibilizados à população. Em relação ao

acesso e à distribuição de espaços de lazer, os dados obtidos revelaram que os bairros mais centrais tiveram melhores resultados do que os bairros considerados periféricos, mesmo entre aqueles bairros com menor extensão territorial e menor número de habitantes. Inferiu-se, ainda, que as periferias, mais próximas ao centro, no geral, apresentavam melhores resultados, possivelmente, em razão de serem novas áreas de interesse do capital imobiliário. No escopo dessa dinâmica, além da concentração de espaços, há barreiras simbólicas que, desde a colonização e a *Belle Époque*, regulam os seus usos, a partir da vigilância e da restrição de certas práticas e manifestações do povo.

Nessa direção, ao observar que os bairros centrais possuíam uma notória concentração de espaços de lazer, em número e em diversificação, constatou-se, ao longo deste estudo, que a diversão e o entretenimento, na cidade capitalista, são permeados por um entendimento hegemônico: o do lazer convencional. Essa compreensão, ao legitimar o que pode ou não ser considerado lazer, conseqüentemente, desconsidera, invisibiliza e, em alguns casos, marginaliza práticas e espaços não convencionais, como aqueles que, diariamente, efervescem na dimensão micro da cidade: nas periferias. A invisibilização dessas práticas também se faz presente em várias pesquisas dentro e fora do Campo de Estudos do Lazer, uma vez que muitos estudos ora parecem ter certa preferência por discutir questões macros, que focalizam o centro da cidade como objeto e/ou *locus* de estudo, ora são ainda guiados por percepções que polarizam lazer e trabalho. Em razão disso, emergiu a importância de entrar na periferia para investigar: *quais as práticas de lazer e de sociabilidade vivenciadas pelos moradores da Comunidade do Mata Fome, em Belém (PA)?*

Analisar as práticas de lazer, durante os processos de interação cotidiana dessa população, contudo, demandou contextualizar e situar, localmente, esse lazer à luz da formação histórica e da conjuntura hodierna da cidade de Belém. Para tanto, como precedentemente exposto, foi necessário descrever os efeitos da urbanização e da modernização do território e da sociedade, bem como analisar a distribuição e o acesso a espaços de lazer na capital paraense, dado que eles são o “pano de fundo” e, inegavelmente, a mola propulsora dos movimentos atuais que “estruturam” o lazer convencional na/da cidade. Como evidência disso, tem-se a concepção de lazer convencional, que muitos (mas nem todos) moradores de comunidades tradicionais e periféricas se apropriam e reproduzem.

Para a população da Comunidade Bom Jesus I, a exemplo, o “*lazer, lazer*” (lazer convencional) está associado ao centro da cidade, ao dinheiro, ao tempo, a espaços específicos (como praças, parques e *shopping*), a viagens e a toda e qualquer prática apartada do trabalho que possibilite experienciar momentos de entretenimento. A construção desse entendimento

resulta, além da adoção de conceitos transpostos da Europa pela academia brasileira, da mídia, das redes sociais e das ações governamentais, que, desde muito cedo, tentam moldar (e, por vezes, com sucesso) a percepção de mundo que se tem sobre o lazer e as demais dimensões da vida cotidiana.

Transitar por esses caminhos preliminares permitiu construir um olhar macro da situação, mas também oportunizou (des)considerar as concepções clássicas de lazer e as condições de invisibilidade/subalternidade impostas às comunidades periféricas. Entende-se que, embora seja necessário vigiar os “processos estruturantes” constantemente, é preciso olhar, de forma sensível, cada vez mais para dentro das práticas que estão “embaixo” ou “cobertas” por eles. Afinal, essas práticas têm muito a dizer: as interações, as relações e as criações humanas, pois, dispõem de significados que, por vezes, não são compreendidos pela racionalidade que insiste mais em ler os processos “de cima” e menos em ouvir e ver as formas de organização, de resistência e de emancipação “de baixo”.

Ao seguir esses postulados, para investigar o lazer da Comunidade do Mata Fome, foi necessário responder à pergunta: “*afinal, de que lazer estou falando?*”. Como possível resposta, os **achados** em campo me levaram a três aspectos importantes. Primeiramente, entendi que o lazer de que falo não é singular ou único. As ações, as práticas e os processos, que nele estão envoltos, são múltiplos e caracterizados pela diferença. Sendo assim, falo de um **lazer no plural**. Em segundo lugar, considerando a conjuntura geo-histórica e cultural em que são conformadas as diferentes sociedades, foi salutar problematizar o lazer da comunidade de modo **situado e contextualizado**, a partir das criações e das manifestações que se projetam em um espaço/tempo social particular. Por fim, o lazer, aqui investigado, não é somente aquele que, convencionalmente, foi-nos “ensinado” como prática e, em muitos casos, como mercadoria pronta e acabada. Oposto a isso, refiro-me ao lazer como fruto da natureza humana, forjado por meio dos processos de interação e de sociabilidade. Logo, o lazer da comunidade é **dinâmico**: produz-se em meio às **formas de se divertir**, junto ao e com o outro, no instante e no ambiente em que esse direito social é vivenciado.

Diante disso e da baixa presença do “lazer, lazer” na comunidade, pude identificar no campo uma série de práticas movidas por **formas de diversão**, as quais se distanciam de conceituações e de classificações hegemônicas. Entre a infinidade de práticas, as brincadeiras entre a casa e a rua, as conversações nas calçadas, o “*rock doido*”, o jogo do bicho, o futebol nas arenas e os “*piqueniques*”, seja pela importância que possuem na rotina dos moradores, seja pela informalidade e pela trivialidade cotidianas, foram destacados porque possuem lógicas muito próprias. Mas o que todas elas têm em comum? Nenhuma delas é, de modo geral,

praticada individualmente. Elas apenas são possíveis pelas interações sociais tecidas, ora na forma de sociação, ora de sociabilidade. Em outras palavras, tais práticas têm sentido apenas quando a satisfação em estar com, junto ao ou contra o outro é compartilhada reciprocamente.

As interações que mediam e dão significados a essas práticas constroem também, de modo subjacente, relações de irmandade, de confiança, de empatia e de reciprocidade, as quais são a base da produção do “setor”, como espaço social, e do “considerado”, como relação mais intimista. Tais relações, evidentemente, não podem ser dissociadas do lazer da comunidade, pois elas são também conduzidas por ele. De modo prático, são raras as vezes em que as formas de se divertir são fruídas individualmente ou com estranhos. Para que a diversão ocorra verdadeiramente, o indivíduo precisa se sentir seguro e ter confiança nas pessoas e no espaço onde está. É natural, portanto, que, mesmo ao sair da comunidade, procure-se algum “considerado” para lhe fazer companhia. Um exemplo interessante disso pôde ser observado na dinâmica que há nos “piqueniques”, tendo em vista que os moradores convidam para os passeios aqueles com quem possuem relações mais estreitas. Dessa forma, o “setor” é transportado para os balneários. Ele, assim sendo, não está estático na comunidade, na verdade, está naquele grupo de pessoas, na vida espiritual comunitária. É o social, afinal, que o conforma como espaço.

Em relação às práticas mencionadas, excetuando-se o futebol, demorei para identificá-las como lazer. A dificuldade ocorreu devido à noção limitada e enrijecida que moldava o meu entendimento. Em campo, percebi ainda que boa parte da população do Mata Fome, – norteadas por essa racionalidade hegemônica e colonizadora –, usualmente, não considera as suas práticas diárias como lazer. Como resultado, suas criações lúdicas, suas manifestações culturais e seus tempos/espços são subjugados por supressões, silenciamentos e apagamentos da visão convencional do lazer. Assim, não é incomum observar que o capital e diversos governos – inclusive, mediante políticas públicas – criam estratégias para invalidar, reprimir e marginalizar essas experiências de fruição da cultura, como ocorre com a prática ilícita do “jogo do bicho” e os estigmas associados ao “rock doido”.

As práticas experienciadas e os espaços criados e ocupados, na Comunidade Bom Jesus I, constituem “*formas de diversão*” que propiciam “*matar a fome de lazer*”. Tal-qualmente, estes se configuram como estratégias de produção e de afirmação da existência dessa população e de suas criações. Ao rejeitar e/ou inverter as lógicas dominantes, o lazer dessa comunidade, em seu entendimento e sua prática, vai de encontro à dinâmica do lazer convencional, revelando existir um universo de possibilidades outras, igualmente legítimas, de sanar essa necessidade humana. Dentro dessa acepção, desamparados pelo poder público e imersos nas armadilhas do

capital, por vezes, os moradores “res-existem”, diariamente, às adversidades, conscientes ou não, ao “fazer”, nestes termos, o seu próprio *direito ao lazer e direito à cidade*.

As constatações aqui descortinadas levaram-me a refletir sobre como, no geral, temos dificuldade de associar o lazer a espaços e a práticas consideradas imorais, antiéticas e uma contravenção social. Essa dificuldade é reflexo da racionalidade que nos educou pelo e para o lazer convencional, visto que ela nos ditou que o lazer “sempre” envolverá ou estará associado a algo bom, moral e eticamente aceito. A beleza, as boas emoções, as sensações e os efeitos positivos, que a realização dessa necessidade humana nos proporciona, talvez, contribuíram para que nós, enquanto sociedade, também estimulados pelo mercado, construíssemos, em torno do lazer, uma “pureza”. Esta, contudo, pode ser também uma ameaça, tanto em relação à vivência quanto aos nossos estudos, tendo em vista que pode ocultar atrocidades, de um lado, e negar que o lazer possa ser fruído em determinados contextos, de outro lado.

Dessa sorte, nosso papel, enquanto estudiosos do lazer, e dos nossos representantes, enquanto formuladores de políticas públicas, é olhar para essas realidades com mais sensibilidade, considerando o contexto, os diferentes sujeitos e as narrativas nele envolvidos. Para tanto, conforme anteriormente assinalado, as realidades invisibilizadas ou subalternizadas precisam ser ouvidas, vistas e lidas exatamente como são e não apenas como grupos oprimidos dentro de uma relação dicotômica. Essas realidades são mais do que invisíveis e têm muito a dizer sobre como podem contribuir, com seus saberes e fazeres, para os avanços no campo. À vista disso, é emergente que o lazer seja investigado em áreas periféricas, em comunidades tradicionais e em outros grupos sociais e interétnicos, a partir de uma racionalidade outra, que, novamente, (des)considere os estereótipos e os estigmas sociais que, historicamente, recaem sobre eles.

Ao se pensar no contexto amazônico e sobre como as regiões brasileiras são plurais, outra reflexão que vislumbro – mesmo não possuindo uma relação central nos objetivos deste estudo – é a imprescindibilidade de incentivar uma produção científica própria da Amazônia, haja vista que os conhecimentos do Campo de Estudos do Lazer no Brasil são, sem dúvida, mais produzidos e (re)conhecidos no Centro-Sul. Apesar de os esforços recentes no Norte e no Nordeste, muitos conhecimentos produzidos no Sul e no Sudeste não contemplam as complexidades dos modos de vida amazônicos. Com efeito, como boa parte de nossas referências não são locais e regionais, é comum encontrarmos entraves ao tentar “encaixar” ou “enquadrar” esses conhecimentos nas realidades que investigamos. Investigar as particularidades da nossa região por meio, exclusivamente, de noções, de conceitos e de

classificações, com significações próprias de realidades longínquas, é, no meu entender, reduzir, restringir e cometer epistemicídios.

Em virtude disso, fica como provocação aos pesquisadores e às pesquisadoras nortistas e nordestinos(as) o desafio de produzir conhecimentos que partam de conceitos criados sobre e dentro dos seus contextos. Nessa direção, a ideia de um **lazer amazônico**, como categoria-frente de pensamento, deve ponderar, para além do local de fala, as ontologias, as culturas, as temporalidades e as espacialidades dos povos e das populações interétnicas, as quais são, historicamente, produzidas, reproduzidas e produto das interações sociais. Do contrário, como a produção científica é demarcada geográfica e historicamente, corre-se o risco de estarmos submersos em processos estruturais muito singelos, às vezes, quase inaparentes, como a colonialidade do saber, o etnocentrismo inter-regional e, quiçá, uma espécie de “xenofobia do conhecimento”.

Conquanto, em um primeiro momento, tais questões pareçam extremistas e irreais, é incontestável que, dentro de uma comparação, ainda são poucos os estudiosos e as estudiosas da Amazônia que se destacam e parecem ter certa voz e legitimidade no campo, o que pode ser, facilmente, constatado nas métricas de produção e de citação, assim como nos nomes escolhidos nas grandes conferências da área. Como contra-argumento, poderia ser mencionada a retórica das desigualdades regionais no que concerne ao direcionamento de recursos orçamentários para investimento em pesquisa, mas seria apenas essa a questão? O que está por trás dessa diferença orçamentária? Quem e como é decida essa diferença nos investimentos? Há por trás um viés político? Deixo claro, assim como na introdução, que não se trata de negar, desacreditar ou deslegitimar os conhecimentos do eixo Sul-Sudeste, mas de problematizar que eles não podem ser utilizados como únicos e universais para definir ou “ler” expressões ou práticas com um chão ontológico diferenciado, dadas as especificidades históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas e éticas que nos perfilam enquanto sociedade plural.

## REFERÊNCIAS

- AGGIO, Gustavo de Oliveira. Emergência de convenções sociais: uma análise a partir da simulação de interações descentralizadas caracterizadas pela disposição à imitação de comportamento. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 1, p. 3-21, 2011.
- ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALVES, Rubem. Carta aos editores. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 119, 2001.
- ANTUNES, Henrique Fernandes. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 15, [s. n.], p. 1-15, 2014.
- ARAÚJO, Gilmara Maranhão. **A degradação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Igarapé Mata Fome, Belém-PA: uma consequência do processo de urbanização**. 2007. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- BAHIA, Mirleide Chaar. Apresentação. In: BAHIA, M. C. (Org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA Editora, 2018. p. 7-9.
- BAHIA, Mirleide Chaar. *et al.* Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, S. J. D. L. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, ANPUR, 2008. p. 59-77.
- BAHIA, Mirleide Chaar. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. (Org.). **Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer**. Belém, PA: NAEA, 2016.
- BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. A construção social do lazer e sua trajetória científica. **Papers do NAEA (UFPA)**, Belém, v. 309, [s. n.], p. 1-18, 2013.
- BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. Urbanização e dinâmica do lazer em Belém, Pará. In: ALMEIDA, Oriana Trindade; FIGUEIREDO, Silvio José de Lima; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. (Org.). **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012. p. 341-355.
- BAPTISTA, Maria Manuel; PEREIRA, Maria Joana Alves.; ALMEIRA, Alexandre Rodolfo Alves. (Org.). **Ócios e resistências: crescer e envelhecer em contextos culturais diversos**. Coimbra: Grácio Editor, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BELÉM. **Belém da saudade**: a memória de Belém do início do século em cartões postais. 2. ed. Belém: Secult, 1998.

BELÉM. **Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos)**. Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902.

BELÉM. **Lei 7.806, de 30 de julho de 1996**. Delimita as áreas que compõem os Bairros de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, [1997]. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n\\_urban\\_p/bairros.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/bairros.pdf). Acesso em: 7 jul. 2020.

BELÉM. **Lei Complementar nº 2, de 19 de julho de 1999**. Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, [1999]. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs\\_legislacao/lccu.pdf?id\\_lei=724](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs_legislacao/lccu.pdf?id_lei=724). Acesso em: 10 jul. 2020.

BELÉM. **Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Regionalização Administrativa do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos Distritos Administrativos e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, [1994].

BELÉM. **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, [2008]. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano\\_diretor\\_atual/Lei\\_N8655-08\\_plano\\_diretor.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

BELÉM. **Lei Orgânica do Município de Belém**. O Município de Belém, integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Pará, autônomo em tudo que diga respeito ao seu peculiar interesse, se organiza e rege-se por esta Lei Orgânica e leis que adotar. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, [1990]. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BEZERRA, Analucia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma etnografia retrospectiva. **Antropológicas**, Porto, v. 13, n. 1, p. 67-78, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRABO, Fábila Maria Sepêda. **A periferia e o jornalismo policial paraense**: as construções e percepções de moradores do bairro do Guamá. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer, concepções e significados. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-18, 1998.

BRANDÃO, Zaia. A dialética micro/macro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, [s. v.], n. 113, p. 153-165, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000200008>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2016]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei de contravenções. Brasília, DF: Presidência da República, [1941]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm). Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.933, de 26 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12933.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12933.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica**. Tradução de Ruth Joffily. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Uberlândia, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Lazer, concepções e significados. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 28-36, 1998.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAÑETE, Thales Maximiliano Ravena; RAVENA-CAÑETE, Voyner. Populações tradicionais amazônicas: revisando conceitos. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, 5., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: ANPPAS, 2010. p. 1-18.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte *et al.* Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 12, p. 1-18, 2020.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: Editora universitária UFPA, 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem. *In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. (Org.). O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: UFPA, 2006. p. 55-110.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 55-75, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

CARVALHO, Nazaré Cristina. **Entre o rio e a floresta: um estudo do imaginário e da ludicidade de crianças ribeirinhas**. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, Virgínia Donizete de; BORGES, Livia de Oliveira; RÊGO, Denise Pereira do. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 1, p. 146-161, 2010.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008a.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008b. p. 13-39.

CHAZKEL, Amy. Beyond law and order: the origins of the Jogo do Bicho in Republican Rio de Janeiro. **Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 535-565, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017 / S0022216X07002830>

CHEIBUB, Bernardo Lazary; FREITAS, João Alcântara de. O lazer e as (i) mobilidades: reflexões sobre as desigualdades em tempos de pandemia. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 445-470, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26701>

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino da. (Org.). **Etnografias urbanas**. Lisboa: Celta Editora Oeiras, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. As estrelas do espetáculo: a performance dos *considerados* nas festas de aparelhagem de Belém do Pará. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor.; SPAGGIARI, Enrigo. (Ed.). **Lazer de perto e de dentro**: uma abordagem antropológica. São Paulo: Edições Sesc, 2018. p. 78-99.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. **Lazer na ocupação**: um estudo da sociabilidade de integrantes de uma associação de moradores da periferia de Belém em 1997. 1999. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. Uma metrópole na floresta: representações do urbano na Amazônia. In: FRÚGOLI, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Org.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas, Edusp, 2006. p. 09-40.

COSTA, Thaís de Almeida. **Uma análise sobre a relação entre a Comunidade Bom Jesus I e a oferta de serviços de saúde**: práticas socioculturais no entorno do Igarapé Mata Fome, Belém-Pará. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

COSTA, Thaís de Almeida; RAVENA-CAÑETE, Voyner. Esporte, saúde e meio ambiente: a importância da promoção de saúde em uma comunidade em Belém do Pará. In: Reunião Equatorial de Antropologia, 5.; Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 14., 2015, Maceió. **Anais [...]**, Maceió: EDUFAL, 2015. p. 1-21.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **A geografia do crime na metrópole**: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém. Belém: Editora UEPA, 2014.

DAMATTA, Roberto. Ofício do etnólogo ou como ter *anthropological blues*. In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAMATTA, Roberto; SOÁREZ, Elena. **Um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, Cleber. O que é lazer afinal? **BELA – Blog Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://estudosdolazer.wordpress.com/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

DIAS, Douglas da Cunha. Cidade e natureza: as águas relendo uma Belém da *belle époque* (1870 aos anos iniciais de 1910). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 233-253, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8642975>.

DIAS, Douglas da Cunha. *et al.* Vida nas praias e esportes náuticos em uma Belém do Pará (1870 aos anos de 1920). In: MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Chaar. (Org.). **Política Pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no Estado do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2019, p. 99-117.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: ICTICA, 2002. 184 p.

FERRO, Lígia; GONÇALVES, Renata de Sá. Etnografias urbanas: explorando as cidades contemporâneas–introdução. **Etnográfica**, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 305-310, 2018.

FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. O campo do lazer, festa e política nos espaços públicos urbanos. In: BAHIA, Chaar Bahia (Org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA Editora, 2018. p. 151-161.

FORTUNA, Carlos. Urbanidades invisíveis. **Tempo social**, [online], v. 31, n. 1, p. 135-151, 2019.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Espaços públicos de lazer e cidade**: desdobramentos em Belém/PA, o caso orla portal da Amazônia. 2018. 363 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Políticas Públicas de Lazer no Município de Belém**: concepções e intervenções. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

FRANÇA, Jéssika Paiva; CRUZ, Silvia Helena Ribeiro. Balneários Amazônicos: do conceito a prática do lazer. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, (CBTUR), 25, 2005, Belo Horizonte. **Coletânea [...]**. São Paulo: Roca, 2005. p. 117-129.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 17, (Edição especial), p. 844-856, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395176936>.

FRANK, Bruno José Rodrigues; YAMAKI, Humberto. Reflexões e teorias sobre o lazer – um roteiro para a geografia. **Revista Ra’e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 37, [s. n.], p. 91-109, 2016.

FRANKHAN, Jo; MACRAE, Christina. Etnografia. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. (Org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 69-78.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERGEN, Mary McCanney; GERGEN, Kenneth J. Investigação qualitativa: tensões e transformações. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *et al.* (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 367-388.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011.

GOMES, Christianne Luce. Estudos sobre a temática do lazer na América Latina: um panorama. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação (SESC)**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 55-65, 2018.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 119-125.

GOMES, Christianne Luce. Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. **Itinerarium**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2008a.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, Christianne Luce; CASTILHO, César Teixeira. Grupo de Pesquisa Luce – Ludicidade, cultura e educação. In: UVINHA, Ricardo R. (Ed.). **Lazer no Brasil: grupos de pesquisa e associações temáticas**. Edições Sesc, 2018. p. 152-169.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social. *In*: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O direito social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2015. p. 1-6.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEographia**, Niterói, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In*: POUPART, Jean. *et al.* (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95-124

GÜNTER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, [s. v.], n. 29, p. 73-89, 2012.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013.

HÜFFNER, João Gabriel Pinheiro; BELLO, Leonardo Augusto Lobato. Análise dos impactos ambientais da expansão urbana na Ilha de Cotijuba, Belém-PA. **Caminhos de Geografia Uberlândia**, Uberlândia, v. 13, n. 44, p. 286-298, 2012.

IMAZON. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia**. Imazon.org.br, Belém, 3 set. 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>. Acesso em: 27 mai. 2021.

IRACEMA uma transa Amazônica. [S. l.: s.n.], 1974. 1 vídeo (95 min). Publicado pelo canal Jorge Bodanzky. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qpbn6LSc5y8&t=7s>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, Jean *et al.* (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 254-294.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LABRONICI, Rômulo Bulgarelli; SILVA, Gabriel Borges da. Uma contravenção controvertida: reflexões acerca da tutela penal do jogo do bicho. **Revista Interdisciplinar do**

**Direito – Faculdade de Direito de Valença**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 201-213, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.24859/fdv.2017.1013>

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. [e-book]. [S.l.]: RocketEdition [1999], 2005.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8-23. (Colección Sur Sur). Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2021.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LEFÈBVRE, Henri. **A vida cotidiana do mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991a.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes. 1991b.

LIMA, Alisson Bruno de Lima; LOBATO, Flavio Henrique Souza. Ações interdisciplinares: possibilitando o direito à saúde na terceira idade da Comunidade Bom Jesus I, Belém (PA). **Prêmio Jovem Extensionista**, Belém, v. 12, n. 1, p. 31-35, 2014.

LIMA, Paulo César de *et al.* Diagnóstico do acesso ao esporte e lazer da população do Estado do Pará por meio das políticas públicas. In: SOARES, Artemis de Araújo *et al.* (Org.). **Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira: o existente e o necessário**. Manaus: EDUA, 2011. p. 130-165.

LOBATO, Flavio Henrique Souza *et al.* Extensão universitária e o turismo social: despertando emoções e promovendo a inclusão social. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3 p. 260-273, 2015.

LOPES, Ana Carolina Mattoso. **O direito social ao lazer em perspectiva crítica: desigualdades e democratização do acesso**. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LUNARDI, Alexandre. **Função social do direito ao lazer nas relações de trabalho**. 2008. 193 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário FIEO, Osasco, 2008.

MACHADO, Diego de Queiroz *et al.* O modelo metodológico quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete e as pesquisas qualitativas de fenômenos sociais. **Atas CIAIQ**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 276-285, 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Abrindo as fronteiras da Etnografia urbana: entrevista com o Professor Dr. José Guilherme Cantor Magnani. [Entrevista concedida ao laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos da UFPA]. In: MENDES; Francivaldo José da Conceição;

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **LEPURB**, Altamira-PA, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: [www.lepurb.com.br/post/entrevistamagnani](http://www.lepurb.com.br/post/entrevistamagnani). Acesso em: 21 jun. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 191-203, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrigo (Ed.). **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições Sesc, 2018a. p. 12-34.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Dos adjetivos aos verbos (e outras inversões praticadas): notas finais. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SPAGGIARI, Enrigo (Ed.). **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições Sesc, 2018b. p. 304-307.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, UNESP, 2003b.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O direito social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 7-22.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor.; TORRES, Lilian de Lucca. (Org.). **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 12-53.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003a.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>

MALINOWSKI, Bronisław. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação [Argonautas do Pacífico Ocidental]. In: DURHAM, Eunice Ribeiro (Org.). **Bronislaw Malinowski**. São Paulo: Ática, 1986. p. 24-48.

MALINOWSKI, Bronisław. **Um diário no sentido estrito do termo**. Tradução de Celina Cavalcante Falck. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2012. 333 p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba, PR: OPUS, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira.; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 65-92.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>

MARQUES, César. As permanências dos desafios ambientais nos espaços urbanos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 483-489, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200013>

MARTINE, Georg; MACGRANAHAM, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, 2010. p. 11-15.

MARTINI, Gerlaine. Faces da mãe d'água: saberes da conservação. **Revista Calundu**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 42-70, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v1i2.7633>

MASCARENHAS, Fernando. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, 2004. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2841>

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do Lazer**. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MATOS, Lucília da Silva. **Belém em festa: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré**. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **Lazer: necessidade ou novidade?** Rio de Janeiro: SESC, 1975.

MELO, Victor Andrade de.; PERES, Fabio de Faria. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 93, p. 1-27, 2005.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira.; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Traduzido por Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

- MIRANDA, Thales Barroso A. **A ilusão da igualdade: natureza, justiça ambiental e racismo em Belém**. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- MONTEIRO, Vanessa. “Mucuras” são importantes na manutenção da biodiversidade e controle de pragas. **Novo UFRA**, Belém, 3 set. 2020. Disponível em: [https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2703:mucuras-sao-importantes-na-manutencao-da-biodiversidade-e-controle-de-pragas&catid=17&Itemid=121](https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2703:mucuras-sao-importantes-na-manutencao-da-biodiversidade-e-controle-de-pragas&catid=17&Itemid=121). Acesso em: 15 mai. 2021.
- MORAES FILHO, Evaristo. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. Tradutor Carlos Alberto Pavanelli, Evaristo Moares Filho e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1983.
- MORAIS, Patrícia Zingoni Machado de. Lazer: qualidade de vida e cidadania. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 31-45, 1999.
- MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.
- MUÑOZ, María del Pilar Vázquez; DE LA FUENTE, Felicísimo Valbuena. La Pirámide de Necesidades de Abraham Maslow. In: MUÑOZ, María del Pilar Vázquez; DE LA FUENTE, Felicísimo Valbuena. (Org.). **Estrategias y tácticas de negociación**. Madrid: Universidad Complutense, 2010. p. 1-4.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Contravenções penais controvertidas**. 5. ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2019.
- NUNES, Benedito. Universidade e regionalismo. In: NUNES, Benedito. **Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura no Pará**. Organização de Victor Sales Pinheiro. Belém: SECULT; EDUFPA, 2012. p. 61-74.
- OLIVEIRA, Ana Cristina Guimarães de. **Espaços sociais de lazer e a identidade cultural nos igarapés do Município de Santa Izabel do Pará**. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.
- OLIVEIRA, Maria Marly de Oliveira. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de; QUINTANEIRO, Tania. Karl Max. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. (Org.). **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 24-59.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo de. **Metodologia da pesquisa ao alcance de todos**. Curitiba: Appris, 2018.

OLIVEIRA, Samir Adamoglu de; MONTENEGRO, Ludmilla Meyer. Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 129-145, 2012.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração On Line**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2001.

ONU. Organização Das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: ONU, 1948. Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf). Acessado em: 6 abr. 2020.

PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. (Org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

PARÁ. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Pará**. Belém: Diário Oficial do Estado, [1989]. Disponível em: [https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/legislacao/estadual/Onsituicao\\_Para\\_cpaa\\_1989.pdf](https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/legislacao/estadual/Onsituicao_Para_cpaa_1989.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

PARÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Pará. **Vigilância epidemiológica**. Coronavírus no Pará, Belém, 16 fev. 2021. Disponível em: <https://www.covid-19.pa.gov.br/#/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968. v. 1. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

PEREIRA, Pablo Vitor Viana. **Práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio em Belém – Pará**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PERES, Fabio de Faria.; DURÁN, Paulo Renato Flores; ALBUQUERQUE, Natália Pacini de Medeiros e Albuquerque. A ‘sensibilidade’ de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. **RBSE**, João Pessoa, v. 10, n. 28, p. 93-120, 2011.

PICANÇO, Miguel de Nazaré Brito; LEISTNER, Rodrigo Marques. Por entre os palcos da “Festa de Aparelhagem”: performances corporais, objetos tecnológicos e identidades juvenis “bregueiras”. **Cadernos de Arte e Antropologia**, [on-line], v. 7, n. 1, p. 65-80, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.1379>

PINHEIRO, Welington da Costa *et al.* A infância e as práticas corporais ao ar livre no Pará nas primeiras décadas do século XX. In: MATOS, Lucília da Silva; BAHIA, Mirleide Chaar (Org.). **Política Pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no Estado do Pará.** Belém: Paka-Tatu, 2019a, p. 119-136.

PINHEIRO, Welington da Costa *et al.* Práticas de Lazer e Sociabilidade na Belém do Pará dos Anos de 1920. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 82–111, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.21815>

PSATHAS, George. Alfred Schutz's influence on American sociologists and sociology. **Human Studies**, Califórnia, v. 27, n. 1, p. 1-35, 2004.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. (Colección Sur Sur). Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2021.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. (Org.). **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RAMMSTEDT, Otthein. Como Georg Simmel chegou à modernidade e lhe permaneceu fiel? **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 53-73, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752015v5i3>

RAVENA-CANETE, Voyner. **A descrição do possível: a experiência de intervenção da Unama no Igarapé Mata Fome e o levantamento de dados socioeconômicos.** Belém: UNAMA, 2006.

RIBEIRO, Krishina Day; PROST, Cathérine. Problemas socioambientais em rios urbanos na cidade de Belém. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos.** Belém: Editora NAEA, 2003.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época: história política do Pará.** 2. ed. Belém: Editora Cejup, 1996.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do Bairro do Jurunas: sociabilidades e construção de identidades em espaço urbano.** Belém: NAEA Editora, 2008.

RODRIGUES, Mauro Costa. **Gigante Crocodilo Prime: o ciborgue sonoro amazônico, juventude e a vivência de um lazer altamente tecnológico.** 2020. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

RODRIGUES, Roberta Menezes *et al.* Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. 15. 2013, Recife. **Anais [...]**, Recife: ENANPUR, v. 15, n. 1, 2013. p. 1-16.

RODRIGUES, Roberta Menezes; TAVARES, Ana Carolina Miranda.; MIRANDA, Thales Barroso. Urbanizar as baixadas: experiências de projetos de urbanização de assentamentos precários em áreas de preservação permanente em Belém (PA). *In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre: ANPARQ, 2016. p. 1-25.

SALAZAR, Manuela de Mattos. O instagramável: estética e cotidiano na cultura visual do Instagram. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 40., Curitiba, 2017. **Anais [...]**, Curitiba: INTERCOM, 2017. p. 1-15.

SALTURI, Luis Afonso. Um panorama da obra de Georg Simmel: teoria sociológica e teoria da cultura. **Revista MovimentAção**, Dourados, v. 3, n. 4, p. 162-178, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Dalva de Cássia Sampaio dos. **O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas**: um estudo comparativo entre Belém e Manaus. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

SANTOS, Flávia da Cruz. Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. **Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1305-1327, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.43785>

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 25, 1988, p. 58-62, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a *Belle Époque* (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo Virtual do lazer-contemporizando Dumazedier. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2003.1468>

SCHWARTZ, Gisele Maria; CAMPAGNA, Jossett. Lazer e interação humana no ambiente virtual. **Motriz**. Revista de Educação Física. UNESP, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 175-178, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5016/94>

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2000.  
SERRE, Agnès. A gestão ambiental urbana na Amazônia: um investimento de longo prazo da política pública. In: Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 4., 2001, Belém. **Anais [...]**, Belém: ECOECO, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira; LOPES, Regina Lúcia Mendonça; DINIZ, Normélia Maria Freire. Fenomenologia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 254-257, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672008000200018>

SILVA, Lourenço Cezar da *et al.* Pandemia e lazer: os reflexos da pandemia nos cotidianos de lazer das periferias urbanas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 53, p. 125-146, 2021.

SILVA, Márcio David Macedo da.; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Natureza e ser humano na Amazônia contemporânea. **Revista Amazonia Investiga**, Florência, v. 5, n. 9, p. 15-28, 2016.

SILVA, Marcos Jonatas Damasceno. *et al.* Ocupações espontâneas, conjuntos habitacionais e condomínios de status: uso do solo e indicadores de qualidade de vida na Bacia do Mata Fome em Belém-PA. **Revista IHGP**, Belém, v. 2, n. 1, p. 61-78, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17648/ihgp.v2i01.25>

SILVA, Marcos Jonatas Damasceno; LUZ, Luciane. Uso do solo e degradação ambiental: estudo de caso da bacia do Mata Fome em Belém, Pará. **Interespaço – Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 2, n. 7, p. 162-178, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v2n7p162-178>

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 11-25.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 75-112, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300007>

SITUBA, Nagila dos Santos. A dinâmica dos espaços públicos em Tefé e Coari-Amazonas. **Revista Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 7, p. 166-189, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31517/ras.v3i07.303>

SOMEKH, Bridget. Observação. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (Org.). **Teoria e métodos da pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 183-191.

- SOUSA, Glenda Carvalho de Souza; LOBATO, Flavio Henrique Souza; GUEDES, Luciano da Silva. A qualidade de espaços públicos urbanos na Amazônia: uma avaliação em Araguaína (TO) e Belém (PA). In: SOUZA, Janderson Henrique Mota de. *et al.* (Org.). **Demandas Populares:** cidade, inclusão produtiva e trabalho. 1ed. São Luís: EDUEMA, 2020, v. 1, p. 29-46.
- SOUZA, Cleide Lima de. **Amazônia, para além da discussão entre campo e cidade:** o município de Tapauá/AM em foco. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2010.
- SOUZA, Miriam Karine *et al.* Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 200-205, 2013.
- SPIVAK, Gayatri Charkravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Org.). **Lazer no Brasil:** representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados, 2017.
- SYDOW, Elisabeth. **Os espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade de Araguaína (TO) sob a ótica de seus moradores.** 2017. 135f. Tese (Doutorado em Estudos do lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.
- TACK, Elcivania da Silva *et al.* Turismo balnear na Amazônia: realidades e perspectivas em Bragança (PA). **Revista Ibero Americana de Turismo**, Penedo, v. 10, n. 1, p. 107-129, 2020. DOI: <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.168>
- TAMDJIAN, James Onnig; MENDES, Ivan Lazzari. **Geografia geral e do Brasil:** estudos para compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2005.
- TANNO, Janete Leiko. A rua como espaço de socialização e lazer. São Paulo (1920-1945). **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 5, n. 1, p. 64-80, 2009.
- TAVARES, Angelo Cezar Pinho; FRANÇA, Samara Avelino de Souza. A COVID-19 e os desafios da urbanização e habitabilidade nas cidades amazônicas: estudo de caso em Belém do Pará. **Papers do NAEA**, Belém, v. 29, n. 1, p. 120-141, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v29i1.8861>
- TOCANTINS, Leandro. **Amazônia:** natureza, homem e tempo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará:** instantes e evocações da cidade. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A viagem:** caminho e experiência. São Paulo: Aleph, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015a.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-150, 2010a. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i51p113-150>

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, 2010b.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 93-106, 2015b. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0007>

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 57-78, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.5824>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Análise da evolução da pandemia de COVID-19 no Brasil: o Estado do Pará (Nota Técnica 02/2020). Belém: Universidade Federal do Pará, 2020.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 11, p. 1-13, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.300>

VANZELA, Luiz S.; HERNANDEZ, Fernando B. T.; FRANCO, Renato A. M. Influência do uso e ocupação do solo nos recursos hídricos do Córrego Três Barras, Marinópolis. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 14, n. 1, p.55-64, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-43662010000100008>

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 121-131.

VIDICH, Aethur. J.; LYMAN, Stanford. M. Métodos qualitativos: sua história na sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 49-90.

VILHENA, Ana Paula Mendes Pereira de. “Eles são os considerados do setor”: uma etnografia sobre sociabilidade e consumo entre jovens das equipes nas festas de aparelhagem

em Belém do Pará. 2012. 130 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Lazer, cultura, indústria cultural e consumo. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Org.). **Lazer e mercado**. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 45-69.

WHITACKER, Arthur Magon. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, 2010. p. 187-194 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

### Referências das entrevistas

ANDRADE, Lucia. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 9), Belém, 29 jun. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (10 min.).

ASSUNÇÃO, Nazaré. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / “Jogo do bicho”: lazer e sociabilidade em contravenção**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 1), Belém, 5 maio 2021. 1 gravação de áudio MP3 (13 min.).

BARRETO, Marcos. **“Do jogo falado ao jogo valendo”: o futebol como prática de lazer e de sociabilidade**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 7), Belém, 12 jun. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (6 min.).

COSTA, Amanda. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / O futebol como prática de lazer e de sociabilidade**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 14), Belém, 15 jul. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (17 min.).

DIAS, Felipe. **Entre a casa e a rua: práticas e sociabilidades para “diversão” de crianças e de adolescentes no “setor”**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 02), Belém, 09 maio 2021. 1 gravação de áudio MP3 (6 min.).

FREITAS JÚNIOR, Jucelino. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / Conversações como momentos de lazer e de sociabilidade no “setor”**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 11 – Específica), Belém, 7 jul. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (31 min.).

MATOS, Maria. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / Conversações como momentos de lazer e de sociabilidade no “setor”**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 10), Belém, 7 jul. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (31 min.).

MIRANDA, Leandro. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / O “piquenique” como lazer, turismo e sociabilidade**. [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 4), Belém, 15 maio 2021. 1 gravação de áudio MP3 (17 min.).

MORAES, Roberto. **O “piquenique” como lazer, turismo e sociabilidade.** [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 3), Belém, 12 maio 2021. 1 gravação de áudio MP3 (8 min.).

OLIVEIRA, Mariana. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome.** [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 13 – Geral), Belém, 13 jul. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (5 min.).

ROCHA, Luciane Pinheiro. **O piquenique como lazer, turismo e sociabilidade.** [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 8), Belém, 28 jun. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (14 min.).

ROSA, Sônia. **Entendimentos e vivências do lazer no Mata Fome / Conversações como momentos de lazer e de sociabilidade no “setor”.** [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 12), Belém, 7 jul. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (31 min.).

SOARES, Isis. **Entre a casa e a rua: práticas e sociabilidades para “diversão” de crianças e de adolescentes no “setor”.** [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 6), Belém, 16 jun. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (7 min.).

TORRES, Bruna. **O “rock doido” como sinônimo de lazer.** [Entrevista cedida a] Flavio Henrique Souza Lobato. (Entrevista 5), Belém, 26 maio. 2021. 1 gravação de áudio MP3 (12 min.).

**APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO DE DADOS À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



Belém, 12 de maio de 2021

À

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) da Prefeitura de Belém.

Ao Secretário de Meio Ambiente  
**Sr. Sérgio Brazão e Silva.**

**Assunto: Solicitação de dados referentes quantitativo de praças existentes do município de Belém, distribuídas por bairros e distritos.**

Vimos, por meio deste, solicitar gentilmente dados referentes ao quantitativo de praças existentes do município de Belém, distribuídas por bairros e distritos (lista em arquivo doc.), em razão das motivações a seguir expostas.

Considerando as dinâmicas do lazer em Belém, eu, Flavio Henrique Souza Lobato, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), estou desenvolvendo a pesquisa de mestrado intitulada: “**Matando a fome de lazer ‘lá no meu setor’**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)”, a qual tem como um de seus objetivos analisar a distribuição e o acesso a espaços de lazer pela população de bairros centrais e periféricos.

Informamos que esta pesquisa é estritamente acadêmica, que não haverá custos para a instituição e, na medida do possível, espera-se não interferir na operacionalização e/ou nas atividades cotidianas da administração. Ademais, firmamos aqui o compromisso de, após a finalização e a defesa da dissertação, enviarmos uma cópia do trabalho para que a secretaria e os seus colaboradores possam ter um retorno sobre os dados disponibilizados.

Agradecemos antecipadamente seu apoio e sua compreensão, certos de contar com a sua colaboração para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Atenciosamente,

  
**Flavio Henrique Souza Lobato**

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GERAL SOBRE LAZER



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA GERAL

| Informações sobre a entrevista             |       |                               |         |
|--------------------------------------------|-------|-------------------------------|---------|
| Entrevista nº:                             | Data: | Local:                        | Cidade: |
| Horário de início:                         |       | Horário de término:           |         |
| Autorização para gravação: ( ) Sim ( ) Não |       | Duração do áudio de gravação: |         |

| Identificação e dados pessoais do(a) entrevistado(a) |                               |
|------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Nome:                                             |                               |
| 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino                  | 5. Estado civil:              |
| 3. Escolaridade:                                     | 6. Idade:                     |
| 4. Ocupação:                                         | 7. Há quanto tempo mora aqui: |

### ENTENDIMENTOS E VIVÊNCIAS DO LAZER NO MATA FOME

8. Pensando no seu dia a dia, o que você gosta de fazer quando tem um tempo livre?
9. Você poderia me dizer como é essa prática? (Onde e quando ocorre? Quem participa?)
10. Essa prática é importante para você? Por quê?
11. O que você gostaria de fazer como lazer aqui na comunidade que atualmente não faz?
12. Por que você não faz essa prática? (Motivo)
13. Existe espaços de lazer aqui? 14.1. Se sim, cite os espaços de lazer aqui da comunidade?
14. O que você acha das práticas de lazer aqui na comunidade?
15. Diga o que você acha que pode melhorar o lazer aqui na comunidade?
16. Para você, essa prática é lazer? 16.1. Se sim ou não, por quê?
17. O que você considera como lazer?

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O ROCK DOIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O ROCK DOIDO

| Informações sobre a entrevista             |       |                               |         |
|--------------------------------------------|-------|-------------------------------|---------|
| Entrevista nº:                             | Data: | Local:                        | Cidade: |
| Horário de início:                         |       | Horário de término:           |         |
| Autorização para gravação: ( ) Sim ( ) Não |       | Duração do áudio de gravação: |         |

| Identificação e dados pessoais do(a) entrevistado(a) |                               |
|------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Nome:                                             |                               |
| 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino                  | 5. Estado civil:              |
| 3. Escolaridade:                                     | 6. Idade:                     |
| 4. Ocupação:                                         | 7. Há quanto tempo mora aqui: |

### O ROCK DOIDO COMO SINÔNIMO DE LAZER

8. Você gosta de ir no rock ou estar de rock? **8.1.** Se sim ou não, por quê?
9. O que você mais gosta durante o rock doido?
10. Na sua opinião, o que é e como funciona o rock doido?
11. Onde acontece normalmente o rock doido?
12. Há quanto tempo e com que frequência você vai no rock doido?
13. Além do “endoidar”, o que você busca no rock doido?
14. Quem participa do rock doido?
15. Durante o rock doido, você faz amizade com o pessoal?
16. Você relaxa, se sente bem ou se diverte no rock? **16.1.** Se sim ou não, por quê?
17. Para você, o rock doido é um lazer? **17.1.** Se sim, por quê?
18. Se tivessem mais opções de lazer, deixaria de ir ao rock doido? **18.1.** Por quê?
19. Durante o rock, acontece algo que você não goste? **19.1.** Se sim, o quê?

## APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS CONVERSÇÕES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS CONVERSÇÕES

| Informações sobre a entrevista             |       |                               |         |
|--------------------------------------------|-------|-------------------------------|---------|
| Entrevista nº:                             | Data: | Local:                        | Cidade: |
| Horário de início:                         |       | Horário de término:           |         |
| Autorização para gravação: ( ) Sim ( ) Não |       | Duração do áudio de gravação: |         |

| Identificação e dados pessoais do(a) entrevistado(a) |                               |
|------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Nome:                                             |                               |
| 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino                  | 5. Estado civil:              |
| 3. Escolaridade:                                     | 6. Idade:                     |
| 4. Ocupação:                                         | 7. Há quanto tempo mora aqui: |

### CONVERSÇÕES COMO MOMENTOS DE LAZER E SOCIABILIDADE

8. O povo aqui na rua gosta de tecer comentários sobre a vida alheia?
9. E você, gosta também? 9.1. Se sim, por quê?
10. O que você mais gosta durante essas conversas?
11. Você prefere a fofoca pelo *WhatsApp* ou ao vivo? Por quê?
12. Quais são os assuntos mais comentados nas conversas?
13. Além de fofocar, sobre o que mais você e seus(as) vizinhos(as) e amigos(as) falam?
14. Com quem você mais gosta de fofocar (Pode citar nome, se quiser)? Por quê?
15. Com que frequência você fofoca?
16. Para você, por que as pessoas aqui da rua fofocam?
17. Durante as fofocas, você faz ou já fez amizade? 17.1. Se sim, como acontece(u)?
18. As conversas são importantes para você? 18.1. Se sim ou não, por quê?
19. Você se diverte durante as fofocas? 19.1. Se sim ou não, por quê?
20. Para você, esses momentos são considerados lazer? 20.1. Se sim ou não, por quê?
21. Se tivessem mais opções de lazer, você acha que o povo deixaria ou não deixaria de fazer fofoca? 21.1. Por quê?
22. Durante as conversas, acontece algo que não goste? 22.1. Se sim ou não, o quê?
23. Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos dessas conversas?
24. Se pudesse resumir esses momentos em apenas uma palavra, qual escolheria?

## APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O FUTEBOL DE ARENA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O FUTEBOL DE ARENA

| Informações sobre a entrevista             |       |                               |         |
|--------------------------------------------|-------|-------------------------------|---------|
| Entrevista nº:                             | Data: | Local:                        | Cidade: |
| Horário de início:                         |       | Horário de término:           |         |
| Autorização para gravação: ( ) Sim ( ) Não |       | Duração do áudio de gravação: |         |

| Identificação e dados pessoais do(a) entrevistado(a) |                               |
|------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Nome:                                             |                               |
| 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino                  | 5. Estado civil:              |
| 3. Escolaridade:                                     | 6. Idade:                     |
| 4. Ocupação:                                         | 7. Há quanto tempo mora aqui: |

### FUTEBOL DE ARENA COMO PRÁTICA SOCIAL DE LAZER E SOCIABILIDADE

8. Você gosta de jogar futebol na arena? **8.1.** Se sim, por quê?
9. O que você mais gosta durante o futebol na arena?
10. Como funciona o jogo futebol na arena? (Rola coleta? Quem paga?)
11. Em qual arena normalmente você mais joga? **11.1.** Por que essa arena?
12. Com que frequência você joga bola?
13. Há quanto tempo você joga bola na arena?
14. Por que você vai para a arena?
15. Além do jogo, há alguma coisa que você busca ou gosta de participar lá na arena?
16. Há times tradicionais? Se sim, quais?
17. Você faz parte de algum time desse? **17.1.** Se sim, qual?
18. O que precisa para fazer parte do time? **18.1** Além de jogar bem, tem algo mais?
19. Durante os jogos, você fez amizade com o pessoal?
20. O futebol é importante para você? **20.1.** Se sim ou não, por quê?
21. Você relaxa, se sente bem ou se diverte no futebol? **21.1.** Se sim, por quê?
22. Para você, o futebol é um lazer? **22.1.** Se sim, por quê?
23. Se tivesse mais opções de lazer, deixaria de jogar futebol? **23.1.** Por quê?
24. Durante o futebol, acontece algo que você não goste? **24.1.** Se sim, o quê?
25. Se pudesse resumir, em apenas uma palavra, o que o futebol representa para você, qual escolheria?

## APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS BRINCADEIRAS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS BRINCADEIRAS ENTRE A CASA E A RUA

| Informações sobre a entrevista             |       |                               |         |
|--------------------------------------------|-------|-------------------------------|---------|
| Entrevista nº:                             | Data: | Local:                        | Cidade: |
| Horário de início:                         |       | Horário de término:           |         |
| Autorização para gravação: ( ) Sim ( ) Não |       | Duração do áudio de gravação: |         |

| Identificação e dados pessoais do(a) entrevistado(a) |                               |
|------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Nome:                                             |                               |
| 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino                  | 5. Estado civil:              |
| 3. Escolaridade:                                     | 6. Idade:                     |
| 4. Ocupação:                                         | 7. Há quanto tempo mora aqui: |

### BRINCADEIRAS ENTRE A CASA E A RUA

8. Você gosta de brincar na rua da sua casa? **8.1.** Se sim ou não, por quê?
9. Quais são as brincadeiras que você brinca durante o ano na sua rua?
10. O que você mais gosta de brincar na rua da sua casa?
11. Como funciona essa brincadeira?
12. Em qual parte do dia você costuma brincar na rua? **12.1.** Por quê?
13. Com que frequência você costuma brincar na rua?
14. Por que você brinca na rua?
15. Além de brincar, o que você procura na rua?
16. Com quem você brinca?
17. Durante as brincadeiras, você faz amizade com o pessoal?
18. As brincadeiras na rua são importantes para você? **18.1.** Se sim ou não, por quê?
19. Você relaxa, se sente bem ou se diverte brincando na rua? **19.1.** Se sim ou não, por quê?
20. Para você, essas brincadeiras são lazer? **20.1.** Se sim ou não, por quê?
21. Se tivessem mais opções de lazer, deixaria de brincar na rua? **21.1.** Por quê?
22. Durante as brincadeiras, acontece algo que você não goste? **22.1.** Se sim, o que?
23. Na sua opinião, o que é lazer para você?
24. Se pudesse resumir o lazer em apenas uma palavra, qual escolheria?

## APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O PIQUENIQUE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O PIQUENIQUE

| Informações sobre a entrevista             |       |                               |         |
|--------------------------------------------|-------|-------------------------------|---------|
| Entrevista nº:                             | Data: | Local:                        | Cidade: |
| Horário de início:                         |       | Horário de término:           |         |
| Autorização para gravação: ( ) Sim ( ) Não |       | Duração do áudio de gravação: |         |

| Identificação e dados pessoais do(a) entrevistado(a) |                               |
|------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Nome:                                             |                               |
| 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino                  | 5. Estado civil:              |
| 3. Escolaridade:                                     | 6. Idade:                     |
| 4. Ocupação:                                         | 7. Há quanto tempo mora aqui: |

### O PIQUENIQUE COMO LAZER, TURISMO E SOCIABILIDADE

8. Você gosta de participar de piquenique? **11.1.** Se sim ou não, por quê?
9. O que você mais gosta durante o piquenique?
10. Como funciona o piquenique?
11. Para onde vão normalmente os piqueniques aqui da rua?
12. Com que frequência você vai a piquenique?
13. Custa caro participar desses piqueniques?
14. Por que você vai para os piqueniques?
15. Além do passeio, o que você busca no piquenique?
16. Quem participa dos piqueniques?
17. Durante o piquenique, você fez amizade com o pessoal?
18. O piquenique é importante para você? **18.1.** Se sim ou não, por quê?
19. Você relaxa, se sente bem ou se diverte no piquenique? **19.1.** Se sim ou não, por quê?
20. Para você, o piquenique é um lazer? **20.1.** Se sim ou não, por quê?
21. Se tivessem mais opções de lazer, deixaria de ir ao piquenique? **21.1.** Por quê?
22. Durante o piquenique, acontece algo que você não goste? **22.1.** Se sim, o que?
23. Na sua opinião, o que é o piquenique?
24. Se pudesse resumir o piquenique em apenas uma palavra, qual escolheria?
25. Para você, existe alguma diferença entre o piquenique e uma viagem normal? **25.1.** Se sim, qual(is)?

## APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O JOGO DO BICHO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O JOGO DO BICHO

| Informações sobre a entrevista             |       |                               |         |
|--------------------------------------------|-------|-------------------------------|---------|
| Entrevista nº:                             | Data: | Local:                        | Cidade: |
| Horário de início:                         |       | Horário de término:           |         |
| Autorização para gravação: ( ) Sim ( ) Não |       | Duração do áudio de gravação: |         |

| Identificação e dados pessoais do(a) entrevistado(a) |                               |
|------------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Nome:                                             |                               |
| 2. Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino                  | 5. Estado civil:              |
| 3. Escolaridade:                                     | 6. Idade:                     |
| 4. Ocupação:                                         | 7. Há quanto tempo mora aqui: |

### JOGO DO BICHO: LAZER E SOCIABILIDADE EM CONTRAVENÇÃO

11. Você gosta de jogar no bicho? **11.1.** Se sim, por quê?
12. Como funciona o jogo do bicho?
13. Onde você costuma jogar?
14. Com que frequência você joga no bicho?
15. Há quanto tempo você joga no bicho?
16. Quem participa do jogo do bicho?
17. Durante os seus jogos, você fez amizade com o pessoal?
18. Você e as outras pessoas vão até a banca apenas para jogar? **18.1.** Se não, que outras coisas vocês fazem lá na banca?
19. Além do dinheiro, o que você busca quando joga no bicho?
20. Essa prática é importante para você? **20.1.** Se sim, por quê?
21. Você relaxa, se sente bem ou se diverte no jogo? **21.1.** Se sim, por quê?
22. Para você, o jogo do bicho é um lazer? **22.1.** Se sim, por quê?
23. Caso tivesse outras opções de lazer, você deixaria de jogar? **23.1.** Se sim, por quê?
24. Você sabia que o jogo do bicho é considerado um crime? ( ) Sim ( ) Não
25. Na sua opinião, a prática do jogo do bicho deveria ser liberada? **25.1.** Se sim, por quê?

## APÊNDICE I – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DESTINADO A CRIANÇAS DE 9-11 ANOS

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você, menor de 18 anos, com idade ente **9 e 11 anos**, está sendo convidado para participar da pesquisa: “**Matando a fome de lazer ‘lá no meu setor’**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)”, desenvolvida por Flavio Henrique Souza Lobato, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia.

Informamos que esta pesquisa é estritamente acadêmica e objetiva analisar as práticas sociais de lazer na Comunidade Bom Jesus I, periferia da cidade de Belém (PA), a partir dos espaços frequentados, dos entendimentos, das experiências e das interações entre seus moradores no cotidiano. A pesquisa será feita na sua residência, com todos os cuidados referentes à pandemia, e você irá responder perguntas sobre as suas práticas de lazer e uso do seu tempo livre cotidiano.

Sua participação é por vontade própria, não havendo qualquer incentivo ou gastos financeiros para você. Para isso, será usado um roteiro de entrevista semiestruturada, mediante o compromisso do pesquisador acima citado, em garantir-me os seguintes direitos:

- Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.
- Seus pais permitiram que você participe. Este termo, porém, não elimina a necessidade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ser assinado por seu responsável ou representante legal.
- Ninguém, além de seu responsável ou representante legal, saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der.
- Considerando a pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), certifique-se de que durante toda a entrevista o pesquisador está a uma distância segura mínima de 2 metros e usando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – máscaras PFF2 e *face shield*, bem como álcool gel 70%. Caso o pesquisador não esteja utilizando tais medidas, não aceite participar.
- Caso você não possua, o pesquisador disponibilizará máscara e álcool gel 70%. para garantir o cumprimento de protocolos básicos de biossegurança.
- Excetuando-se o vírus, o uso do roteiro de entrevista é considerado seguro, mas é possível que durante a entrevista você se sinta desconfortável com algumas perguntas ou respostas, pois elas podem trazer lembranças ruins. Nesses e em outros casos, você tem a liberdade de

não responder as questões ou de desistir de participar, sem qualquer penalidade ou interferência;

- Se autorizar, a entrevista será gravada e o áudio será guardado por até cinco (5) nos arquivos dos pesquisadores;
- Quando terminarmos a pesquisa, os dados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes;
- Qualquer outra forma de utilização das informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- Nos resultados publicados será preservado o anonimato de sua identidade;
- Você poderá consultar, quando julgar necessário, os resultados junto aos pesquisadores;
- Caso aconteça algo errado ou tenha alguma dúvida, o seu responsável pode nos procurar por meio dos *e-mails* do pesquisador: [flaviohslobato@gmail.com](mailto:flaviohslobato@gmail.com), e da orientadora: [mirleidebahia@gmail.com](mailto:mirleidebahia@gmail.com).

Ao aceitar participar da pesquisa, você poderá contribuir com os conhecimentos construídos por meio de suas próprias experiências e entendimentos, os quais podem estimular o poder público no que diz respeito à garantia da promoção do lazer, do bem-estar, da dignidade humana e de outros direitos sociais.

Diante disso, entendendo que, a qualquer momento, pode desistir sem ninguém questionar, você aceita participar da pesquisa respondendo uma breve entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Você autoriza a gravação de sua entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Por fim, declaro que o pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento. Eu e meu responsável o lemos e concordamos em participar da pesquisa.

Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Assinatura do menor

---

Assinatura do pesquisador

## APÊNDICE J – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DESTINADO A CRIANÇAS DE 12-14 ANOS

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você, menor de 18 anos, com idade ente **12 e 14 anos**, está sendo convidado para participar da pesquisa: “**Matando a fome de lazer ‘lá no meu setor’**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)”, desenvolvida por Flavio Henrique Souza Lobato, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia.

Informamos que esta pesquisa é estritamente acadêmica e objetiva analisar as práticas sociais de lazer na Comunidade Bom Jesus I, periferia da cidade de Belém (PA), a partir dos espaços frequentados, dos entendimentos, das experiências e das interações entre seus moradores no cotidiano. A pesquisa será feita na sua residência, com todos os cuidados referentes à pandemia, e você irá responder perguntas sobre as suas práticas de lazer e uso do seu tempo livre cotidiano.

Sua participação é por vontade própria, não havendo qualquer incentivo ou gastos financeiros para você. Para isso, será usado um roteiro de entrevista semiestruturada, mediante o compromisso do pesquisador acima citado, em garantir-me os seguintes direitos:

- Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.
- Seus pais permitiram que você participe. Este termo, porém, não elimina a necessidade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ser assinado por seu responsável ou representante legal.
- Ninguém, além de seu responsável ou representante legal, saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der.
- Considerando a pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), certifique-se de que durante toda a entrevista o pesquisador está a uma distância segura mínima de 2 metros e usando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – máscaras PFF2 e *face shield*, bem como álcool gel 70%. Caso o pesquisador não esteja utilizando tais medidas, não aceite participar.
- Caso você não possua, o pesquisador disponibilizará máscara e álcool gel 70%. para garantir o cumprimento de protocolos básicos de biossegurança.
- Excetuando-se o vírus, o uso do roteiro de entrevista é considerado seguro, mas é possível que durante a entrevista você se sinta desconfortável com algumas perguntas ou respostas, pois elas podem trazer lembranças ruins. Nesses e em outros casos, você tem a liberdade de

não responder as questões ou de desistir de participar, sem qualquer penalidade ou interferência;

- Se autorizar, a entrevista será gravada e o áudio será guardado por até cinco (5) nos arquivos dos pesquisadores;
- Quando terminarmos a pesquisa, os dados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes;
- Qualquer outra forma de utilização das informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- Nos resultados publicados será preservado o anonimato de sua identidade;
- Poderei consultar, quando julgar necessário, os resultados junto aos pesquisadores;
- Caso aconteça algo errado ou tenha alguma dúvida, o seu responsável pode nos procurar por meio dos e-mails do pesquisador: [flaviohslobato@gmail.com](mailto:flaviohslobato@gmail.com), e da orientadora: [mirleidebahia@gmail.com](mailto:mirleidebahia@gmail.com).

Ao aceitar participar da pesquisa, você poderá contribuir com os conhecimentos construídos por meio de suas próprias experiências e entendimentos, os quais podem estimular o poder público no que diz respeito à garantia da promoção do lazer, do bem-estar, da dignidade humana e de outros direitos sociais.

Diante disso, entendendo que, a qualquer momento, pode desistir sem ninguém questionar, você aceita participar da pesquisa respondendo uma breve entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Você autoriza a gravação de sua entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Por fim, declaro que o pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento. Eu e meu responsável o lemos e concordamos em participar da pesquisa.

Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Assinatura do menor

---

Assinatura do pesquisador

## APÊNDICE K – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) DESTINADO A CRIANÇAS DE 15-17 ANOS

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você, menor de 18 anos, com idade ente **15 e 17 anos**, está sendo convidado para participar da pesquisa: “**Matando a fome de lazer ‘lá no meu setor’**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)”, desenvolvida por Flavio Henrique Souza Lobato, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia.

Informamos que esta pesquisa é estritamente acadêmica e objetiva analisar as práticas sociais de lazer na Comunidade Bom Jesus I, periferia da cidade de Belém (PA), a partir dos espaços frequentados, dos entendimentos, das experiências e das interações entre seus moradores no cotidiano. A pesquisa será feita na sua residência, com todos os cuidados referentes à pandemia, e você irá responder perguntas sobre as suas práticas de lazer e uso do seu tempo livre cotidiano.

Sua participação é por vontade própria, não havendo qualquer incentivo ou gastos financeiros para você. Para isso, será usado um roteiro de entrevista semiestruturada, mediante o compromisso do pesquisador acima citado, em garantir-me os seguintes direitos:

- Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.
- Seus pais permitiram que você participe. Este termo, porém, não elimina a necessidade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ser assinado por seu responsável ou representante legal.
- Ninguém, além de seu responsável ou representante legal, saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der.
- Considerando a pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), certifique-se de que durante toda a entrevista o pesquisador está a uma distância segura mínima de 2 metros e usando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – máscaras PFF2 e *face shield*, bem como álcool gel 70%. Caso o pesquisador não esteja utilizando tais medidas, não aceite participar.
- Caso você não possua, o pesquisador disponibilizará máscara e álcool gel 70%. para garantir o cumprimento de protocolos básicos de biossegurança.
- Excetuando-se o vírus, o uso do roteiro de entrevista é considerado seguro, mas é possível que durante a entrevista você se sinta desconfortável com algumas perguntas ou respostas, pois elas podem trazer lembranças ruins. Nesses e em outros casos, você tem a liberdade de

não responder as questões ou de desistir de participar, sem qualquer penalidade ou interferência;

- Se autorizar, a entrevista será gravada e o áudio será guardado por até cinco (5) nos arquivos dos pesquisadores;
- Quando terminarmos a pesquisa, os dados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes;
- Qualquer outra forma de utilização das informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
- Nos resultados publicados será preservado o anonimato de sua identidade;
- Poderei consultar, quando julgar necessário, os resultados junto aos pesquisadores;
- Caso aconteça algo errado ou tenha alguma dúvida, o seu responsável pode nos procurar por meio dos *e-mails* do pesquisador: [flaviohslobato@gmail.com](mailto:flaviohslobato@gmail.com), e da orientadora: [mirleidebahia@gmail.com](mailto:mirleidebahia@gmail.com).

Ao aceitar participar da pesquisa, você poderá contribuir com os conhecimentos construídos por meio de suas próprias experiências e entendimentos, os quais podem estimular o poder público no que diz respeito à garantia da promoção do lazer, do bem-estar, da dignidade humana e de outros direitos sociais.

Diante disso, entendendo que, a qualquer momento, pode desistir sem ninguém questionar, você aceita participar da pesquisa respondendo uma breve entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Você autoriza a gravação de sua entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Por fim, declaro que o pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento. Eu e meu responsável o lemos e concordamos em participar da pesquisa.

Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do menor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

## APÊNDICE L – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa referente à dissertação de mestrado intitulada: “**Matando a fome de lazer ‘lá no meu setor’**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)”, desenvolvida por Flavio Henrique Souza Lobato, discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia.

Informamos que esta pesquisa é estritamente acadêmica e objetiva analisar as práticas sociais de lazer na Comunidade Bom Jesus I, periferia da cidade de Belém (PA), a partir dos espaços frequentados, dos entendimentos, das experiências e das interações entre seus moradores, no cotidiano. A pesquisa será feita na sua residência, com todos os cuidados referentes à pandemia, e você irá responder perguntas sobre as suas práticas de lazer e uso do seu tempo livre cotidiano.

Sua participação é por vontade própria, não havendo qualquer incentivo ou gastos financeiros para você. Para isso, será usado um roteiro de entrevista, mediante o compromisso do pesquisador acima citado, em garantir os seguintes direitos:

- Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.
- Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der.
- Considerando a pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), certifique-se de que durante toda a entrevista o pesquisador está a uma distância segura mínima de 2 metros e usando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – máscaras PFF2 e *face shield*, bem como álcool gel 70%. Caso o pesquisador não esteja utilizando tais medidas, não aceite participar.
- Caso você não possua, o pesquisador disponibilizará máscara e álcool gel 70%. para garantir o cumprimento de protocolos básicos de biossegurança.
- Excetuando-se o vírus, o uso do roteiro de entrevista é considerado seguro, mas é possível que durante a entrevista você se sinta desconfortável com algumas perguntas ou respostas, pois elas podem trazer lembranças ruins. Nesses e em outros casos, você tem a liberdade de não responder as questões ou de desistir de participar, sem qualquer penalidade ou interferência;
- Se autorizar, a entrevista será gravada e o áudio será guardado por até cinco (5) anos nos arquivos dos pesquisadores;

- Quando terminarmos a pesquisa, os dados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes;
- Qualquer outra forma de utilização das informações somente poderá ser feita mediante sua autorização;
- Nos resultados publicados será preservado o anonimato de sua identidade;
- Você poderá consultar, quando julgar necessário, os resultados junto ao pesquisador;
- Caso aconteça algo errado ou tenha alguma dúvida, posso entrar em contato por meio dos *e-mails* do pesquisador: [flaviohslobato@gmail.com](mailto:flaviohslobato@gmail.com), ou da orientadora: [mirleidebahia@gmail.com](mailto:mirleidebahia@gmail.com).

Ao aceitar participar da pesquisa, você poderá contribuir com os conhecimentos construídos por meio de suas próprias experiências e entendimentos, os quais podem estimular o poder público no que diz respeito à garantia da promoção do lazer, do bem-estar, da dignidade humana e de outros direitos sociais.

Diante disso, entendendo que, a qualquer momento, pode desistir sem ninguém questionar, você aceita participar da pesquisa respondendo uma breve entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Você autoriza a gravação de sua entrevista?

☐ SIM ☐ NÃO

Por fim, declaro que o pesquisador tirou minhas dúvidas, recebi uma cópia deste termo de consentimento, o qual li e concordei para participar da pesquisa.

Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante ou do responsável pelo menor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

## APÊNDICE M – DISPOSITIVOS NORMATIVOS QUE TRATAM DO LAZER COMO DIREITO NO BRASIL, NO PARÁ E EM BELÉM

Quadro 14 – Dispositivos normativos que tratam do Lazer como direito no Brasil, no Pará e em Belém

| Ano  | Dispositivo                                               | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Nível    |
|------|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| 1990 | Lei nº 8.069/1990<br>Estatuto da Criança e do Adolescente | <b>Art. 4º.</b> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.<br><b>Art. 71.</b> A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Federal  |
| 2000 | Lei nº 10.098/2000<br>Lei da Acessibilidade               | <b>Art. 17.</b> O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Federal  |
| 2003 | Lei nº 10.741/2003<br>Estatuto do Idoso                   | <b>Art. 23.</b> A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Federal  |
| 2010 | Lei nº 12.288/2010<br>Estatuto da Igualdade Racial        | <b>Art. 9º.</b> tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Federal  |
| 2013 | Lei nº 12.933/2013<br>Lei da Meia Entrada <sup>42</sup>   | Regulamenta a meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos. Em que consiste esse benefício? As pessoas beneficiadas pela meia-entrada pagam metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral nos seguintes eventos realizados em território nacional: • Salas de cinema; • Cineclubes; • Teatros; • Espetáculos musicais; • Circo; • Eventos educativos; • Eventos esportivos; • Eventos de lazer e de entretenimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Federal  |
| 1989 | Constituição do Estado do Pará                            | <b>Art. 236. III</b> - promoção do direito de todos os cidadãos [...] ao <b>lazer</b> :<br><b>Art. 288.</b> É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados os preceitos do artigo 217 da Constituição Federal e mais os seguintes: I - incentivo [...] ao <b>lazer</b> e às atividades desportivas comunitárias [...]; <b>VI</b> - garantir às pessoas portadoras de deficiência as condições à prática de [...] lazer.<br><b>Art. 296.</b> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso [...] a efetivação dos direitos referentes à vida, [...] ao <b>lazer</b> [...].<br><b>§ 8º</b> O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens e idosos, mediante políticas públicas específicas na área do trabalho e renda, saúde, cultura, esporte, <b>lazer</b> [...]. | Estadual |

<sup>42</sup> Segundo Lopes (2017, p. 70) “Embora não se possa dizer que essa seja uma política de lazer, a meia entrada acaba adquirindo esse status na prática, proporcionando um diálogo entre o poder público e a indústria do entretenimento no sentido de promover ou ao menos facilitar esse acesso a grupos específicos, cujo direito ao lazer está garantido na constituição”.

| Ano  | Dispositivo                                                                                | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Nível     |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
|      |                                                                                            | <b>Art. 317.</b> Ao ex-combatente que tenha, efetivamente, participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial [...], serão assegurados [...] b) livre acesso aos estádios, cinemas, teatros e estabelecimentos de <b>lazer</b> ou cultura licenciados ou fiscalizados pelo Estado;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |           |
| 1990 | Lei Orgânica do Município de Belém                                                         | <p><b>Art. 5º.</b> E assegurado no Município o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, [...].</p> <p><b>Art. 110.</b> A postura municipal se adequará [...] as atividades econômicas, sobretudo as informais, em vias e logradouros públicos, sem prejuízo para o lazer e o livre trânsito da população.</p> <p><b>Art. 116.</b> II - atender às necessidades e carências básicas da população quanto às funções de trabalho, circulação, habitação, abastecimento, saúde, educação, <b>lazer</b> e cultura, promovendo a melhoria da qualidade de vida;</p> <p><b>Art. 144.</b> O Município estabelecerá diretrizes para a utilização racional das águas, assegurando, prioritariamente, o suprimento de água à população, através de Programa permanente de conservação e proteção contra poluição de coleções de água para abastecimento, lazer e recreação.</p> <p><b>Art. 173.</b> [...] o Município promoverá, [...] o respeito e a preservação do meio ambiente, e condições dignas de saneamento, moradia, trabalho, alimentação, educação, transporte e <b>lazer</b> e acesso à terra e aos meios de produção;</p> <p><b>Art. 189.</b> [...] Parágrafo Único - Todas as artérias e logradouros públicos do Município, assim como as praias destinadas ao lazer da população terão o seu lixo recolhido regularmente [...].</p> <p><b>Art. 203.</b> Os deficientes receberão atenção especial do Município, conforme o seguinte: II - garantia ao deficiente da participação nos programas de esportes e <b>lazer</b> promovidos pelos órgãos municipais que desenvolvem essas modalidades;</p> <p><b>Art. 232.</b> A educação física e o desporto escolar municipal serão desenvolvidos [...] enquanto atividades pedagógicas e práticas escolares meramente decorrentes de educação física, e pela Fundação Cultural do Município de Belém, enquanto práticas de <b>lazer</b> e atividades físicas e desportivas das comunidades, como manifestações culturais da população.</p> <p><b>Art. 246.</b> Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas, durante a Segunda Guerra Mundial [...] b) livre acesso aos estádios, cinemas, teatro e estabelecimentos de <b>lazer</b> ou cultural [...] pelo Município.</p> | Municipal |
| 1999 | Lei Complementar nº 2/99 Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano do Município de Belém | <b>Art. 11.</b> A política setorial de habitação popular deverá objetivar principalmente: f) melhoria e criação de espaços públicos de lazer;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Municipal |
| 2008 | Lei nº 8655/2008 Plano Diretor de Belém                                                    | <p><b>Art. 23.</b> A Política Municipal de Esporte e Lazer [...] tem como objetivos: I - atender as crescentes necessidades e demandas da população por esporte e lazer; II - consolidar e implementar o esporte e o lazer como direitos sociais e dever do Estado, promovendo o bem-estar e melhoria das condições de vida; IV - promover, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades desportivas e de lazer; V - manter em funcionamento pleno as áreas livres municipais destinadas ao esporte e ao lazer; VI - apoiar e fomentar as iniciativas populares voltadas ao esporte e lazer.</p> <p><b>Art. 24.</b> São diretrizes da Política Municipal de Esporte e Lazer: I - integrar a Política Municipal de Esporte e Lazer às demais políticas setoriais; II - elaborar programas e projetos para promover a melhoria da política de desporto e lazer; V - promover atividades de lazer que proporcionem oportunidades de integração e equilíbrio à criança, aos jovens e aos adultos; VI - proporcionar atividades de esporte e lazer àqueles que se encontram em situação de risco social, prioritariamente os envolvidos com a criminalidade; VII - incentivar a participação e a cooperação das associações de bairros integrando-as às atividades de esporte e lazer promovidas pelo Poder Público.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Municipal |

| Ano | Dispositivo | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Nível |
|-----|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
|     |             | <b>Art. 25.</b> O Poder Público Municipal deverá elaborar e encaminhar à Câmara Municipal de Belém, [...], projeto de lei instituindo o Plano Municipal do Desporto e Lazer, que deverá contemplar: II - a implantação de um sistema regionalizado de administração dos equipamentos das atividades de esporte e lazer; III - a realização de levantamentos e a manutenção atualizada do registro das áreas com potencialidades para a prática de lazer; |       |

Fonte: Elaborado pelo autor (2020), a partir de Lopes (2017).

## APÊNDICE N – CATALOGAÇÃO DOS ESPAÇOS CONVENCIONAIS DE LAZER

Quadro 15 – Praças distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| Tipo  | Espaço                                                    | Bairro ou Distrito |
|-------|-----------------------------------------------------------|--------------------|
| Praça | 1. Praça Stélio Maroja                                    | Barreiro           |
|       | 2. Praça Batista Campos                                   | Batista Campos     |
|       | 3. Praça Barão do Rio Branco                              | Batista Campos     |
|       | 4. Praça Coaraci Nunes (Ferro de Engomar)                 | Batista Campos     |
|       | 5. Praça Milton Trindade (Hortinho)                       | Batista Campos     |
|       | 6. Praça do Conjunto Catalina I                           | Benguí             |
|       | 7. Praça do Conjunto Catalina II                          | Benguí             |
|       | 8. Praça do Conjunto Catalina III                         | Benguí             |
|       | 9. Praça do Conjunto Catalina IV                          | Benguí             |
|       | 10. Praça do Conjunto Catalina V                          | Benguí             |
|       | 11. Praça Maria de Jesus Valet Meirelles                  | Benguí             |
|       | 12. Praça Xavante II                                      | Benguí             |
|       | 13. Praça Agostinho Monteiro                              | Campina            |
|       | 14. Praça Antônio Marçal                                  | Campina            |
|       | 15. Praça da Bandeira                                     | Campina            |
|       | 16. Praça Barão do Guajará                                | Campina            |
|       | 17. Praça Belo Centro (Portugal)                          | Campina            |
|       | 18. Praça Dom Macedo Costa                                | Campina            |
|       | 19. Praça do Escoteiro                                    | Campina            |
|       | 20. Praça Esplanada dos Velames (Pescador/Ver-o-Peso)     | Campina            |
|       | 21. Praça Arrumador (Estivador)                           | Campina            |
|       | 22. Praça João Coelho (Complexo Praça da República)       | Campina            |
|       | 23. Largo da Palmeira                                     | Campina            |
|       | 24. Praça Magalhães Barata                                | Campina            |
|       | 25. Praça Maranhão                                        | Campina            |
|       | 26. Praça Mauá                                            | Campina            |
|       | 27. Praça Stélio de Mendonça Maroja (Pescador/Ver-o-Peso) | Campina            |
|       | 28. Praça da República                                    | Campina            |
|       | 29. Praça do Rosário                                      | Campina            |
|       | 30. Praça Rui Barbosa (Trindade)                          | Campina            |
|       | 31. Praça Saldanha Marinho (Bandeira)                     | Campina            |
|       | 32. Praça da Sereia (Complexo Praça da República)         | Campina            |
|       | 33. Praça Visconde do Rio Branco (Mercês)                 | Campina            |
|       | 34. Praça Maestro Waldemar Henrique                       | Campina            |
|       | 35. Praça Canto da Pedra                                  | Campina            |
|       | 36. Praça Pedro Teixeira                                  | Campina            |
|       | 37. Praça Bruno de Menezes                                | Canudos            |
|       | 38. Praça Roraima                                         | Canudos            |
|       | 39. Praça Antônio Lemos                                   | Cidade Velha       |
|       | 40. Praça do Carmo                                        | Cidade Velha       |
|       | 41. Praça 11 de junho                                     | Cidade Velha       |
|       | 42. 1ª Rua de Belém                                       | Cidade Velha       |
|       | 43. Praça Dom Pedro II (Siqueira Campos)                  | Cidade Velha       |
|       | 44. Praça Felipe Patroni                                  | Cidade Velha       |
|       | 45. Praça Frei Caetano Brandão (Sé)                       | Cidade Velha       |
|       | 46. Praça Heróis da Marinha                               | Cidade Velha       |
|       | 47. Praça N. Sra. da Conceição                            | Cidade Velha       |
|       | 48. Pracinha da Travessa Breves                           | Cidade Velha       |
|       | 49. Praça do Relógio (Siqueira Campos)                    | Cidade Velha       |
|       | 50. Praça São João (Antônio Landi)                        | Cidade Velha       |
|       | 51. Praça Princesa Izabel                                 | Condor             |

| <b>Tipo</b> | <b>Espaço</b>                                                  | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|-------------|----------------------------------------------------------------|---------------------------|
|             | 52. Praça Ariri Bolonha I                                      | Coqueiro                  |
|             | 53. Praça Ariri Bolonha II                                     | Coqueiro                  |
|             | 54. Praça Ariri Bolonha III                                    | Coqueiro                  |
|             | 55. Praça Ariri Bolonha IV                                     | Coqueiro                  |
|             | 56. Praça Ariri Bolonha V                                      | Coqueiro                  |
|             | 57. Praça Ariri Bolonha VI                                     | Coqueiro                  |
|             | 58. Praça Ariri Bolonha VII                                    | Coqueiro                  |
|             | 59. Praça Ariri Bolonha VIII                                   | Coqueiro                  |
|             | 60. Praça Ariri Bolonha IX                                     | Coqueiro                  |
|             | 61. Praça Bolonha X                                            | Coqueiro                  |
|             | 62. Loteamento Carneirinho I                                   | Coqueiro                  |
|             | 63. Loteamento Carneirinho II                                  | Coqueiro                  |
|             | 64. Praça Emanuelle Diniz                                      | Coqueiro                  |
|             | 65. Praça Imaculado Coração de Maria                           | Coqueiro                  |
|             | 66. Praça João Marques                                         | Coqueiro                  |
|             | 67. Pracinha Maguari – Conjunto Jardim Maguari                 | Coqueiro                  |
|             | 68. Praça Pedro Teixeira                                       | Coqueiro                  |
|             | 69. Praça do Conjunto Satélite                                 | Coqueiro                  |
|             | 70. Praça Sérgio Guilherme Monteiro                            | Coqueiro                  |
|             | 71. Praça do Conjunto Tenoné                                   | Coqueiro                  |
|             | 72. Praça Dalcídio Jurandir – Parque de Educação, Arte e Lazer | Cremação                  |
|             | 73. Praça Thiago May                                           | Cremação                  |
|             | 74. Praça Abel Figueiredo                                      | Curió Utinga              |
|             | 75. Praça Castanheira                                          | Curió Utinga              |
|             | 76. Praça Marilda Nunes                                        | Curió Utinga              |
|             | 77. Praça Ruth Passarinho                                      | Curió Utinga              |
|             | 78. Praça do Cruzeiro                                          | DAICO                     |
|             | 79. Praça Moura Carvalho                                       | DAICO                     |
|             | 80. Praça dos Motoristas                                       | DAICO                     |
|             | 81. Praça Paes de Carvalho (Matriz)                            | DAICO                     |
|             | 82. Praça do Paracuri I                                        | DAICO                     |
|             | 83. Praça do Paracuri II                                       | DAICO                     |
|             | 84. Praça da COHAB                                             | DAICO                     |
|             | 85. Praça São Sebastião                                        | DAICO                     |
|             | 86. Praça Arena Vila Sorriso                                   | DAICO                     |
|             | 87. Praça das Ameixeiras                                       | DAICO                     |
|             | 88. Praça Menino Deus                                          | DAICO                     |
|             | 89. Praça Aeroporto                                            | DAMOS                     |
|             | 90. Praça Waldemar Guimarães                                   | DAMOS                     |
|             | 91. Praça central do Conjunto Jardim Equatorial                | DAMOS                     |
|             | 92. Praça da Baía do Sol                                       | DAMOS                     |
|             | 93. Praça Três de Outubro                                      | DAMOS                     |
|             | 94. Praça do Bispo/Canhão                                      | DAMOS                     |
|             | 95. Praça N. Sra. da Conceição (Eládio Maláto)                 | DAMOS                     |
|             | 96. Praça Abelardo Cunduru                                     | DAMOS                     |
|             | 97. Praça do Chapéu Virado – Rotary                            | DAMOS                     |
|             | 98. Praça do Patriarca (Praça do Farol)                        | DAMOS                     |
|             | 99. Praça da COSAMPA                                           | DAMOS                     |
|             | 100. Praça Porto Artur                                         | DAMOS                     |
|             | 101. Praça Cipriano Santos                                     | DAMOS                     |
|             | 102. Praça Princesa Izabel                                     | DAMOS                     |
|             | 103. Praça do Caramanchão                                      | DAMOS                     |
|             | 104. Praça do Areião                                           | DAMOS                     |
|             | 105. Praça do Carananduba                                      | DAMOS                     |
|             | 106. Praça Hotel Farol                                         | DAMOS                     |

| <b>Tipo</b> | <b>Espaço</b>                                                                    | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
|             | 107. Praça Matriz de Mosqueiro                                                   | DAMOS                     |
|             | 108. Praça da Amizade                                                            | DAOUT                     |
|             | 109. Praça da Brasília                                                           | DAOUT                     |
|             | 110. Sem nome                                                                    | DAOUT                     |
|             | 111. 03 de maio                                                                  | Fátima                    |
|             | 112. 14 de abril                                                                 | Fátima                    |
|             | 113. Praça Santa Paula Frassinete                                                | Fátima                    |
|             | 114. Santuário de Fátima                                                         | Fátima                    |
|             | 115. Sem nome                                                                    | Fátima                    |
|             | 116. Sem nome                                                                    | Fátima                    |
|             | 117. Só vendo                                                                    | Fátima                    |
|             | 118. Praça dos Capuchinhos (Praça Igreja)                                        | Guamá                     |
|             | 119. Praça Conjunto Alacid Nunes                                                 | Guamá                     |
|             | 120. Praça Eng. Raimundo Conceição Santos                                        | Guamá                     |
|             | 121. Praça Frei Daniel Samarath                                                  | Guamá                     |
|             | 122. Praça Benedito Monteiro (Praça do Guamá)                                    | Guamá                     |
|             | 123. Praça Amazonas                                                              | Jurunas                   |
|             | 124. Praça Osvaldo Cruz                                                          | Jurunas                   |
|             | 125. Praça Calos de Carvalho                                                     | Jurunas                   |
|             | 126. Praça Helena Dias                                                           | Jurunas                   |
|             | 127. Praça Iza Cunha (Jurunas Novo/Projetão)                                     | Jurunas                   |
|             | 128. Praça Liberdade                                                             | Jurunas                   |
|             | 129. Praça Merluce Pacheco (Escola)                                              | Jurunas                   |
|             | 130. Praça Monte Alegre (Praça da Bola)                                          | Jurunas                   |
|             | 131. Praça Oswaldo de Caldas Brito                                               | Jurunas                   |
|             | 132. Praça do Panorama XXI – I                                                   | Mangueirão                |
|             | 133. Praça do Panorama XXI – II                                                  | Mangueirão                |
|             | 134. Praça Santa Edwiges                                                         | Mangueirão                |
|             | 135. Praça do Conjunto Paraíso dos Pássaros I (CDP)                              | Maracangalha              |
|             | 136. Praça do Conjunto Paraíso dos Pássaros II (CDP)                             | Maracangalha              |
|             | 137. Praça do Conjunto PROMORAR                                                  | Maracangalha              |
|             | 138. Praça do Conjunto Pedro Álvares Cabral I – Cabano                           | Marambaia                 |
|             | 139. Praça do Conjunto Pedro Álvares Cabral II                                   | Marambaia                 |
|             | 140. Praça do Conjunto Pedro Álvares Cabral III                                  | Marambaia                 |
|             | 141. Praça do Conjunto Pedro Álvares Cabral IV<br>(Gumercindo Rodrigues Cesário) | Marambaia                 |
|             | 142. Praça do Conjunto Pedro Álvares Cabral V                                    | Marambaia                 |
|             | 143. Praça do Conjunto Pedro Álvares Cabral VI                                   | Marambaia                 |
|             | 144. Praça Alan Kardec                                                           | Marambaia                 |
|             | 145. Praça I da Rua Cafezal (Sem nome)                                           | Marambaia                 |
|             | 146. Praça II da Rua Cafezal (Sem nome)                                          | Marambaia                 |
|             | 147. Praça III da Rua Cafezal (Sem nome)                                         | Marambaia                 |
|             | 148. Praça do Gleba I – B (Castelo Branco)                                       | Marambaia                 |
|             | 149. Praça do Gleba I – C                                                        | Marambaia                 |
|             | 150. Praça do Gleba I – D                                                        | Marambaia                 |
|             | 151. Praça do Gleba I – F                                                        | Marambaia                 |
|             | 152. Praça do Gleba I – G                                                        | Marambaia                 |
|             | 153. Praça do Gleba I – H                                                        | Marambaia                 |
|             | 154. Praça do Gleba I – J                                                        | Marambaia                 |
|             | 155. Praça do Gleba                                                              | Marambaia                 |
|             | 156. Praça do Gleba I – O                                                        | Marambaia                 |
|             | 157. Praça do Gleba I – P                                                        | Marambaia                 |
|             | 158. Praça do Gleba I – Q                                                        | Marambaia                 |
|             | 159. Praça do Gleba I – K                                                        | Marambaia                 |
|             | 160. Praça SINAP – Gleba III                                                     | Marambaia                 |
|             | 161. Praça do Havaí                                                              | Marambaia                 |

| <b>Tipo</b> | <b>Espaço</b>                                              | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|-------------|------------------------------------------------------------|---------------------------|
|             | 162. Praça do Conjunto Ipuã                                | Marambaia                 |
|             | 163. Praça John Lenon                                      | Marambaia                 |
|             | 164. Praça Liberdade                                       | Marambaia                 |
|             | 165. Praça da Marinha                                      | Marambaia                 |
|             | 166. Praça Mascarenhas de Moraes                           | Marambaia                 |
|             | 167. Praça do Conjunto Mandara II                          | Marambaia                 |
|             | 168. Praça Renovação                                       | Marambaia                 |
|             | 169. Praça Sônia Frazão                                    | Marambaia                 |
|             | 170. Praça Tancredo Neves I                                | Marambaia                 |
|             | 171. Praça Tancredo Neves II                               | Marambaia                 |
|             | 172. Praça União                                           | Marambaia                 |
|             | 173. Praça da Rua da Marinha                               | Marambaia                 |
|             | 174. Praça da rua do Outeiro                               | Marambaia                 |
|             | 175. Praça Emilio Martins                                  | Marco                     |
|             | 176. Praça Brigadeiro Eduardo Gomes                        | Marco                     |
|             | 177. Praça do Conjunto Santos Dumont                       | Marco                     |
|             | 178. Praça Perebebuí                                       | Marco                     |
|             | 179. Praça Sarrub                                          | Marco                     |
|             | 180. Praça da Passagem Jarina                              | Marco                     |
|             | 181. Praça Barão de Teffé                                  | Miramar                   |
|             | 182. Praça Maria de Paula                                  | Montese                   |
|             | 183. Praça Olavo Bilac                                     | Montese                   |
|             | 184. Praça Orquídea                                        | Montese                   |
|             | 185. Praça Tenente Souza                                   | Montese                   |
|             | 186. Praça Ipê Roxo (Flora Amazônica)                      | Montese                   |
|             | 187. Praça Francisco Tocantins Lobato                      | Nazaré                    |
|             | 188. Santuário de Nazaré (CAN)                             | Nazaré                    |
|             | 189. Praça do Conjunto Santos Dumont II (Adm. Aeronáutico) | Pedreira                  |
|             | 190. Praça da Paz                                          | Pedreira                  |
|             | 191. Praça Emir Beltrão                                    | Pedreira                  |
|             | 192. Praça Eneida de Moraes                                | Pedreira                  |
|             | 193. Pracinha da Bíblia (Sem manutenção)                   | Pratinha                  |
|             | 194. Praça Iza Cunha                                       | Pratinha                  |
|             | 195. Belém Porto Futuro                                    | Reduto                    |
|             | 196. Praça Magalhães (São Paulo)                           | Reduto                    |
|             | 197. Praça Paraíso                                         | Reduto                    |
|             | 198. Praça Samambaia                                       | Reduto                    |
|             | 199. Complexo Dorothy Stang                                | Sacramento                |
|             | 200. Praça Eduardo Angelin                                 | Sacramento                |
|             | 201. Praça José Dias Paes (Jaú)                            | Sacramento                |
|             | 202. Praça São Benedito                                    | Sacramento                |
|             | 203. Praça São Sebastião (Dom Avelar Brandão)              | Sacramento                |
|             | 204. Praça Solidariedade                                   | Sacramento                |
|             | 205. Praça Deodoro de Mendonça                             | São Brás                  |
|             | 206. Caixa D'Água                                          | São Brás                  |
|             | 207. Lauro Sodré (IAPÍ – Poesia)                           | São Brás                  |
|             | 208. Praça José Sidrin (ROTARY)                            | São Brás                  |
|             | 209. Praça Floriano Peixoto                                | São Brás                  |
|             | 210. Praça da Leitura (Magalhães Barata)                   | São Brás                  |
|             | 211. Praça do Operário                                     | São Brás                  |
|             | 212. Praça Bartolomeu de Gusmão                            | Souza                     |
|             | 213. Praça da Bíblia                                       | Souza                     |
|             | 214. Praça do Conjunto do BASA                             | Souza                     |
|             | 215. Praça do Conjunto Costa e Silva                       | Souza                     |
|             | 216. Praça do Conjunto Império Amazônico I                 | Souza                     |

| <b>Tipo</b> | <b>Espaço</b>                                          | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|-------------|--------------------------------------------------------|---------------------------|
|             | 217. Praça do Conjunto Império Amazônico II            | Souza                     |
|             | 218. Praça Rui Baldez                                  | Souza                     |
|             | 219. Praça São Cristóvão                               | Souza                     |
|             | 220. Praça da Vila Militar Pandiá Calógeras (Exército) | Souza                     |
|             | 221. Praça Astúrias – Conjunto Tapajós I               | Tapanã                    |
|             | 222. Praça Câmara – Conjunto Tapajós II                | Tapanã                    |
|             | 223. Praça Matriz – Conjunto Tapajós III               | Tapanã                    |
|             | 224. Praça Balmoral – Conjunto Tapajós IV              | Tapanã                    |
|             | 225. Praça Cabo Frio – Conjunto Tapajós V              | Tapanã                    |
|             | 226. Praça Cordeiro de Farias I                        | Tapanã                    |
|             | 227. Praça Cordeiro de Farias II                       | Tapanã                    |
|             | 228. Praça Henrique Santiago                           | Tapanã                    |
|             | 229. Praça Pinheirinho                                 | Tapanã                    |
|             | 230. Praça Teixeira Gueiros                            | Tapanã                    |
|             | 231. Praça Centenário                                  | Telégrafo                 |
|             | 232. Praça Cruzeiro                                    | Telégrafo                 |
|             | 233. Praça da Vila da Barca                            | Telégrafo                 |
|             | 234. Praça Mascate                                     | Umarizal                  |
|             | 235. Praça Recanto da Doca                             | Umarizal                  |
|             | 236. Praça Santos Dumont (Brasil/Índio)                | Umarizal                  |
|             | 237. Praça da Independência                            | Umarizal                  |
|             | 238. Ver-o-Rio                                         | Umarizal                  |
|             | 239. Praça Papa João XXIII                             | Val-de-Cans               |
|             | 240. Praça São Geraldo                                 | Val-de-Cans               |
|             | 241. Sem nome                                          | Val-de-Cans               |
|             | 242. Sem nome                                          | Val-de-Cans               |
|             | 243. Praça Bosque João Alves Araújo Risuelo            | Val-de-Cans               |
|             | 244. Sem nome                                          | Val-de-Cans               |
|             | 245. Praça Dom Mário de Miranda Villas Boas            | Val de Cans               |
|             | 246. Praça N. Sra. de Guadalupe (Malvinas)             | Val-de-Cans               |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados da SEMMA (2016) e do *Google Earth* (2021).

Quadro 16 – Museus e memoriais distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>                | <b>Espaço Cabanagem</b>                  | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|----------------------------|------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Museu/<br/>Memorial</b> | 1. Memorial da                           | Castanheira               |
|                            | 2. Museu de Arte do CCBEU – MABEU        | Batista Campos            |
|                            | 3. Museu da Arte Sacra                   | Cidade Velha              |
|                            | 4. Museu do Estado do Pará – MEP         | Cidade Velha              |
|                            | 5. Museu da Imagem e do Som – MIS        | Cidade Velha              |
|                            | 6. Museu de Artes de Belém – MABE        | Cidade Velha              |
|                            | 7. Museu do Círio                        | Nazaré                    |
|                            | 8. Museu da Universidade Federal do Pará | Nazaré                    |
|                            | 9. Museu Diplomático do Setor Amazônico  | Nazaré                    |
|                            | 10. Memorial dos Povos                   | Nazaré                    |
|                            | 11. Museu Emílio Goeldi                  | São Brás                  |
|                            | 12. Memorial à Magalhães Barata          | São Brás                  |
|                            | 13. Museu do Judiciário                  | Souza                     |
|                            | 14. Museu Naval                          | Val-de-Cans               |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do *Google Earth* (2021).

Quadro 17 – Teatros distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>   | <b>Espaço</b>                                           | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|---------------|---------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Teatro</b> | 1. Cine-Teatro do Centro Cultural Brasil Estados Unidos | Batista Campos            |
|               | 2. Teatro Margarida Schivasappa                         | Batista Campos            |
|               | 3. Anfiteatro da Praça da República                     | Campina                   |
|               | 4. Anfiteatro da Estação das Docas                      | Campina                   |
|               | 5. Solar da Beira                                       | Campina                   |
|               | 6. Teatro Maria Sylvia Nunes                            | Campina                   |
|               | 7. Theatro da Paz                                       | Campina                   |
|               | 8. Teatro Waldemar Henrique                             | Campina                   |
|               | 9. Teatro Gabriel Hermes (SESI)                         | Marco                     |
|               | 10. Teatro do Museu Emílio Goeldi                       | São Brás                  |
|               | 11. Teatro Estação Gasômetro                            | São Brás                  |
|               | 12. Fundação Curro Velho                                | Telégrafo                 |
|               | 13. Teatro Cláudio Barradas                             | Umarizal                  |
|               | 14. Teatro Unipop                                       | Umarizal                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Quadro 18 – Cinemas distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>   | <b>Espaço</b>                | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|---------------|------------------------------|---------------------------|
| <b>Cinema</b> | 1. Moviecom Pátio Belém      | Batista Campos            |
|               | 2. Cine Olympia              | Campina                   |
|               | 3. Moviecom Castanheira      | Castanheira               |
|               | 4. UCI – Grão Pará           | Mangueirão                |
|               | 5. Cine Líbero Luxardo       | Nazaré                    |
|               | 6. Cine Ópera                | Nazaré                    |
|               | 7. Cinépolis Parque Shopping | Parque Verde              |
|               | 8. Cinépolis Boulevard       | Reduto                    |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Quadro 19 – Parques distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>   | <b>Espaço</b>                            | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|---------------|------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Parque</b> | 1. Parque Zoobotânico Mangal das Garças  | Cidade Velha              |
|               | 2. Parque dos Igarapés                   | Coqueiro                  |
|               | 3. Parque Estadual do Utinga             | Curió Utinga              |
|               | 4. Bioparque Amazônia Crocodilo Safari   | DAICO                     |
|               | 5. Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro | DAMOS                     |
|               | 6. Parque Ecológico de Belém             | Marambaia                 |
|               | 7. Parque Ambiental de Belém             | Marambaia                 |
|               | 8. Bosque Rodrigues Alves                | Marco                     |
|               | 9. Parque da Residência                  | São Brás                  |
|               | 10. Museu Paraense Emílio Goeldi         | São Brás                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Quadro 20 – Orlas distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b> | <b>Espaço</b>                       | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|-------------|-------------------------------------|---------------------------|
| <b>Orla</b> | 1. Orla do complexo Feliz Lusitânia | Cidade Velha              |
|             | 2. Orla da Estação das docas        | Campina                   |
|             | 3. Orla de Icoaraci                 | DAICO                     |
|             | 4. Orla da Praia do Paraíso         | DAMOS                     |
|             | 5. Orla do Murubira com Ariranha    | DAMOS                     |
|             | 6. Complexo Orla Ariranha           | DAMOS                     |
|             | 7. Complexo Orla Chapéu Virado      | DAMOS                     |
|             | 8. Complexo Orla do Farol           | DAMOS                     |
|             | 9. Orla Praia do Bispo              | DAMOS                     |
|             | 10. Orla da praia do Amor           | DAOUT                     |
|             | 11. Portal da Amazônia              | Jurunas                   |
|             | 12. Orla do Complexo do Ver-o-Rio   | Umarizal                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados da SEMMA (2016), do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do *Google Earth* (2021).

Quadro 21 – Igrejas distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>   | <b>Espaço</b>                                         | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|---------------|-------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Igreja</b> | 1. Capela do Senhor dos Passos (Capela Pombo)         | Campina                   |
|               | 2. Igreja de N. Sra. das Mercês                       | Campina                   |
|               | 3. Igreja de Santana                                  | Campina                   |
|               | 4. Igreja de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos     | Campina                   |
|               | 5. Igreja de N. Sra. da Santíssima Trindade           | Campina                   |
|               | 6. Complexo Arquitetônico do Carmo (Igreja do Carmo)  | Cidade Velha              |
|               | 7. Catedral Metropolitana de Belém (Catedral da Sé)   | Cidade Velha              |
|               | 8. Igreja de Santo Alexandre                          | Cidade Velha              |
|               | 9. Igreja de São João Batista                         | Cidade Velha              |
|               | 10. Paróquia de São João Batista e N. Sra. das Graças | DAICO                     |
|               | 11. Igreja de São Sebastião                           | DAICO                     |
|               | 12. Igreja de N. Sra. da Conceição                    | DAMOS                     |
|               | 13. Igreja de N. Sra. do Ó                            | DAMOS                     |
|               | 14. Igreja de N. Sra. da Conceição das Ilhas          | DAOUT                     |
|               | 15. Igreja de São Francisco de Assis                  | DAOUT                     |
|               | 16. Basílica de N. Sra. de Nazaré                     | Nazaré                    |
|               | 17. Igreja da Assembleia de Deus (Mãe)                | Nazaré                    |
|               | 18. Igreja dos Capuchinhos                            | São Brás                  |
|               | 19. Igreja de São Raimundo Nonato                     | Umarizal                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do *Google Earth* (2021).

Quadro 22 – Mercados distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>    | <b>Espaço</b>                             | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|----------------|-------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Mercado</b> | 1. Mercado do Benguí                      | Benguí                    |
|                | 2. Mercado do Ver-o-Peso                  | Campina                   |
|                | 3. Mercado de Carnes do Ver-o-Peso        | Campina                   |
|                | 4. Mercado de Ferro                       | Campina                   |
|                | 5. Mercado do Porto do Sal                | Cidade Velha              |
|                | 6. Mercado Municipal de Icoaraci          | DAICO                     |
|                | 7. Mercado Municipal do Chapéu Virado     | DAMOS                     |
|                | 8. Mercado Municipal do Carananduba       | DAMOS                     |
|                | 9. Mercado Municipal do Maracajá          | DAMOS                     |
|                | 10. Mercado Municipal de Mosqueiro (Vila) | DAMOS                     |
|                | 11. Mercado do Guamá                      | Guamá                     |
|                | 12. Complexo de Mercados do Jurunas       | Jurunas                   |
|                | 13. Mercado da Marambaia                  | Marambaia                 |
|                | 14. Mercado da Bandeira Branca            | Marco                     |
|                | 15. Mercado Municipal da Terra Firme      | Montese                   |
|                | 16. Mercado da Pedreira                   | Pedreira                  |
|                | 17. Mercado de São Brás                   | São Brás                  |
|                | 18. Mercado do Telegrafo                  | Telegrafo                 |
|                | 19. Mercado Santa Luzia                   | Umarizal                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Quadro 23 – Shoppings distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>     | <b>Espaço</b>               | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| <b>Shopping</b> | 1. Shopping Pátio Belém     | Batista Campos            |
|                 | 2. Castanheira Shopping     | Castanheira               |
|                 | 3. Bosque Grão Pará         | Mangueirão                |
|                 | 4. Parque Shopping Belém    | Parque Verde              |
|                 | 5. Boulevard Shopping Belém | Reduto                    |
|                 | 6. It Center                | Sacramenta                |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Quadro 24 – Complexos Culturais-Esportivos distribuídos por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>                          | <b>Espaço</b>                                                      | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Complexo Culturais-Esportivos</b> | 1. Estação das Docas                                               | Campina                   |
|                                      | 2. Complexo Feliz Lusitânia                                        | Cidade Velha              |
|                                      | 3. Complexo Arquitetônico do Carmo                                 | Cidade Velha              |
|                                      | 4. Sede Náutica do Paysandu                                        | Cidade Velha              |
|                                      | 5. Clube dos Subtenentes e Sargentos da Amazônia – CSSA SUBSAR     | Coqueiro                  |
|                                      | 6. Estádio Abelardo Cunduru (Pinheirense)                          | DAICO                     |
|                                      | 7. Grêmio Literário Português – Sede campestre                     | DAICO                     |
|                                      | 8. Portal da Amazônia                                              | Jurunas                   |
|                                      | 9. Arena Guilherme Paraense (Mangueirinho)                         | Mangueirão                |
|                                      | 10. Estádio Estadual Jornalista Edgar Augusto Proença (Mangueirão) | Mangueirão                |
|                                      | 11. Estádio Evandro Almeida (Clube do Remo)                        | Marco                     |
|                                      | 12. Estádio Leônidas Sodré de Castro (Paysandu S. C.)              | Marco                     |
|                                      | 13. Hangar Convenções & Feiras da Amazônia                         | Marco                     |
|                                      | 14. Escola Superior de Educação Física                             | Marco                     |
|                                      | 15. Pará Clube                                                     | Marco                     |
|                                      | 16. Clube de Engenharia do Pará                                    | Nazaré                    |
|                                      | 17. Sede Social do Paysandu                                        | Nazaré                    |
|                                      | 18. Clube do Remo                                                  | Nazaré                    |
|                                      | 19. Clube Monte Líbano                                             | São Brás                  |
|                                      | 20. Assembleia Paraense                                            | Souza                     |
|                                      | 21. Estádio Francisco Vasques (Tuna Luso Brasileira)               | Souza                     |
|                                      | 22. Complexo Ver-o-Rio                                             | Umarizal                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

Quadro 25 – Bibliotecas distribuídas por bairro ou por distrito em Belém (PA)

| <b>Tipo</b>       | <b>Espaço</b>                                                                           | <b>Bairro ou Distrito</b> |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| <b>Biblioteca</b> | 1. Biblioteca Dr. Orlando Costa – Biblioteca de Saúde Pública do Estado do Pará         | Batista Campos            |
|                   | 2. Biblioteca do Grêmio Literário Português                                             | Campina                   |
|                   | 3. Biblioteca e Arquivo Público do Pará                                                 | Campina                   |
|                   | 4. Biblioteca Arthur Viana                                                              | Cremação                  |
|                   | 5. Chalé Tavares Cardoso – Biblioteca Pública Municipal de Icoaraci                     | DAICO                     |
|                   | 6. ECNB Espaço Cultural Nossa Biblioteca                                                | Guamá                     |
|                   | 7. Biblioteca Central da UFPA                                                           | Guamá                     |
|                   | 8. Biblioteca da Escola Superior de Educação Física                                     | Marco                     |
|                   | 9. Centur (Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves) / Sede Fundação Cultural do Pará | Nazaré                    |
|                   | 10. Biblioteca Vicente Salles                                                           | Nazaré                    |
|                   | 11. Biblioteca Paulo Freire                                                             | Telégrafo                 |
|                   | 12. Biblioteca do Núcleo de Medicina Tropical                                           | Umarizal                  |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021), a partir de dados do Inventário da Oferta Turística de Belém (2020) e do Google Earth (2021).

